

Diane Southier

**O CAMPO DISCURSIVO SOBRE DROGAS E O
POSICIONAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina, para a obtenção do Grau de
Mestra em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Southier, Diane

O campo discursivo sobre drogas e o posicionamento de
Fernando Henrique Cardoso / Diane Southier ; orientador,
Jacques Mick - Florianópolis, SC, 2016.
225 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Proibição das drogas. 3.
Teoria do discurso. 4. Fernando Henrique Cardoso. I. Mick,
Jacques. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Campus Universitário - Trindade

Caixa Postal 476

Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil

E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**“O CAMPO DISCURSIVO SOBRE DROGAS E O
POSICIONAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO”.**

Diane Southier

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final
pelo Orientador e pelos demais membros da Banca
Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Jacques Mick (PPGSP/UFSC) -

Orientador

Prof. Dr. Raúl Burgos (PPGSP/UFSC)

Membro

Prof. Dr. Kettle Duarte Paes

(PPGSP/UFSC) Membro

Prof. Dr. Alberto Groisman (PPGAS/UFSC)

Membro

Prof. Dr. Ernesto Seidl

Subcoordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC), Fevereiro de 2016.

Às mestras da minha vida: Anelisa, Marlon, Marcus
e Dirceu (*in loving memory*).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço às pessoas trabalhadoras desse Brasil que, com seu esforço e dedicação, mantêm financeiramente a Universidade e tornam possível o financiamento de bolsas de estudo como a que recebi por dois anos durante o mestrado. Agradeço também às profissionais que organizam o espaço universitário: o pessoal da limpeza e da segurança, do restaurante, professoras, técnicas administrativas, coordenadoras de curso, diretoras de centro, etc.

Em segundo lugar, agradeço à minha família: Anelisa, Marlon e Marcus. Vocês três me ajudaram em termos de energia positiva e também lendo meus textos, me auxiliando a fichar livros, revisando abstracts... Minha mãe e meu irmão viram, no verão de 2015, quando me ajudaram a fichar uns textos de Laclau, o tamanho da encrenca em que eu me metia. Marcus me exigia dedicação, fazendo com que eu entendesse que sem disciplina e envolvimento não se chega a lugar nenhum.

Luísa, Raphael, Sérgio, Kettle, Angela, o “bonde de Pelotas”, a vocês agradeço pelas conversas enriquecedoras sobre teoria social, e também pela torcida enquanto eu fazia a seleção do doutorado. A professora Kettle Duarte, especialmente, desde o fim da graduação, tem me motivado em conversas muito interessantes sobre teoria do discurso, ajudando-me a organizar melhor algumas ideias e fazendo-me sentir capaz de entender e articular aquelas ideias. Foi uma felicidade enorme tê-la na banca de defesa para que eu pudesse demonstrar meu crescimento intelectual desses anos, para o qual contei com sua contribuição.

Fico grata também ao professor Raúl Burgos que, além das sugestões nas bancas de qualificação e defesa, ofereceu três disciplinas optativas (sobre Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Antonio Gramsci) que foram de enorme valia para o meu aprendizado. Raúl acumula amplo conhecimento teórico/político e dedicação à docência, qualidades cada vez mais raras na academia.

Agradeço também ao professor Alberto Groisman pela participação nas duas bancas e pelo trabalho junto ao Grupo de Ativismo Epistemológico.

O professor Daniel de Mendonça, da UFPEL, organizou junto ao pessoal daquela universidade dois eventos sobre Laclau que foram muito úteis na minha formação. Seus textos também estiveram presentes no início do meu contato com a teoria e estão aqui citados. Por isso

deixo registrados meus agradecimentos.

Ilona Szabó, Beatriz Alqueres e Miguel Darcy, além de demonstrarem interesse pela pesquisa, foram bastante solícitas quando requisitei informações sobre a Comissão Global de Políticas sobre Drogas e, por isto, as agradeço. Aqui, lhes ofereço as críticas construtivas que desenvolvi nesta dissertação.

Enfim, devo especial gratidão ao professor Jacques Mick, cujo trabalho soube equilibrar as exigências necessárias da orientação em um espaço de autonomia que foi muito importante para mim no desenvolvimento desta pesquisa. Jacques me orientou desde 2012, quando eu ainda estava na graduação, e a dinâmica de trabalho foi sempre muito satisfatória. Acompanhava a produção dos meus textos, esteve presente quando solicitado e, inclusive, ajudava na revisão textual. Fazia os elogios e as críticas necessárias.

Muito obrigada!

O tráfico mata por dia mais ou menos uns seis...
Faça as contas mermão, quantos morrem por mês?
Hoje eu vejo meus amigos de infância e penso:
Os que não estão na prisão,
Estão dentro de um caixão.
Então saiba, meu irmão, porque não legalizam não,
Eles precisam que alguns de nós virem ladrões.
Cumpadi, não suba o morro se você não se garante.
Como conseguir, então?
Não compre, plante!
Já chega de financiar essa máquina extorsiva
De um lado o miserável,
De outro, o policial homicida.
Polícia civil e federal só atacam traficante,
Que na verdade são testas de ferro de gente
importante:
Militares e políticos saem sempre ilesos,
Estão envolvidos com o tráfico,
Mas nunca foram presos.
Ouça o que eu tô lhe dizendo:
Não compre, plante!

Planet Hemp

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso sobre as drogas e sua inserção no campo de discursividade sobre o tema. O referencial teórico utilizado é o da teoria pós-marxista do discurso – Ernesto Laclau e Chantal Mouffe – em articulação com autores da genealogia desta linha de pensamento, e outros que interpretam a teoria. O método de investigação é a análise de discurso, em contato com vídeos e textos, bem como pela observação das práticas de articulação política do campo discursivo, levando em consideração as especificidades da noção de discurso proposta pela escola pós-marxista. A escolha do ex-presidente, além de considerar sua importância em termos de capital simbólico, deve-se à repercussão de seu posicionamento a partir do documentário *Quebrando o Tabu*, no qual ele se declara favorável à descriminalização de todas as drogas e à regulamentação da maconha, sob a premissa do “fracasso da ‘guerra às drogas’”. A publicidade e a importância social dada ao seu posicionamento são inferidas por meio da repercussão midiática em torno do documentário, a partir do estudo de reportagens e textos opinativos n’*O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Nossa hipótese básica é a de que o ex-presidente, como um dos elementos do discurso da descriminalização, insere-se nesse campo de discursividade com a intenção de um projeto hegemônico e, por isso, tentando constituir-se como um ponto de atração dos elementos do campo, representando-os e moldando-os. Conclui-se que Fernando Henrique Cardoso, como presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, estabelece uma rede de articulações, uma cadeia de equivalências, entre diversas personalidades e instituições que podem exercer influência para que mais demandas se articulem a esta cadeia. E tenta, desta forma, apresentar-se como uma alternativa viável contra a proibição das drogas. A partir disso, indicamos que desdobramentos, em termos de processos hegemônicos, limites e mudanças possíveis, podem estar envolvidos.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso. Teoria do Discurso. Drogas. Discurso Proibicionista. Discurso Antiproibicionista.

ABSTRACT

The overall objective of this research is to analyze the position of Fernando Henrique Cardoso on drugs and his insertion into the discursive field on the topic. The theoretical framework is the post-Marxist discourse theory – Ernesto Laclau e Chantal Mouffe – in conjunction with authors of the genealogy of this line of thought, and others who interpret the theory. The research method is the discourse analysis, in contact with videos and texts as well as by observing the political practices of articulation of the discursive field, taking into account the specifics of the notion of discourse proposed by the post-Marxist school. The choice to work with the position of the former president, in addition to considering his importance in terms of symbolic capital, is due to the impact of the documentary *Quebrando o Tabu*, in which he declares himself in favor of the decriminalization of all drugs and the regulation of marijuana, under the premise of the “failure of the ‘war on drugs’”. The publicity and the social importance given to his position are inferred through the media impact around the documentary, from the study of articles and opinion pieces in *O Globo*, *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*. Our basic hypothesis is that the former president, as one of the decriminalization discourse elements, becomes part of this field of discourse with the intention of reaching a hegemonic project and, therefore, trying to establish himself as a point of attraction of elements of the field, representing and molding them. We conclude that Fernando Henrique Cardoso, as president of the Global Commission on Drug Policy, establishes an articulatory network, a chain of equivalences between various personalities and institutions that can exert influence so that more demands are articulated to this chain. He tries, therefore, to present himself as a viable alternative against drug prohibition. Departing from this, we indicate what developments in terms of hegemonic processes, possible limits and changes may be involved.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso. Discourse Theory. Drugs. Prohibitionist Discourse. Antiprohibitionist Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema Discursivo.....	34
Figura 2: Campo discursivo sobre drogas.....	49
Figura 3: Frasco de heroína da Bayer, 1901.....	56
Figura 4: Heroína como remédio contra tosse, 1901.....	57
Figura 5: Drops de cocaína contra dor de dente, 1885.....	57
Figura 6: Décima Sexta Convenção da Liga Anti-Saloon, Atlantic City, 1915.....	58
Figura 7: Apreensão e destruição de bebidas alcoólicas por oficiais estadunidenses, 1920.....	63
Figura 8: Propaganda antimaconha distribuída nos EUA.....	67
Figura 9: Soldados dos EUA passando um “baseado” de mão em mão, Província de Quang Tri, Vietnã do Sul.....	72
Figura 10: Peças e organograma do tráfico de drogas.....	84
Figura 11: Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil. Quero ver quebrar sigilo bancário!.....	88
Figura 12: O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV não mostra.....	89
Figura 13: CGPD entrega à ONU petição pelo fim da “guerra às drogas”.....	137
Figura 14: Quebrando o Tabu.....	140
Gráfico 1: Tópicos de fala.....	160
Gráfico 2: Tópicos do Argumento Geral.....	168
Figura 15: FHC e a maconha: “Liberar, não! Regular, sim!”.....	173
Figura 16: Rede de articulações.....	183
Figura 17: FHC e o campo discursivo sobre drogas.....	186

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Conferências e tratados internacionais sobre drogas.....	76
Tabela 1: Prevalência de uso de drogas entre entrevistados(as) das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.....	100
Tabela 2: Dependência de drogas entre entrevistados(as) das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.....	100
Tabela 3: Número de internações associadas a transtornos mentais e comportamentais pelo uso de drogas no Brasil em 2007.....	101
Quadro 2: Tipos de dados linguísticos e extralinguísticos, reativos e não reativos.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas
CEPS – Centro Eldestein de Pesquisas Sociais
CGPD – Comissão Global de Políticas sobre Drogas
CIA – Central Intelligence Agency
DEA – Drug Enforcement Administration
DPA – Drug Policy Alliance
EUA – Estados Unidos da América
FBN – Federal Bureau of Narcotics
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IFHC – Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso
ICPS – International Centre for Prison Studies
IDPC – International Drug Policy Consortium
LSD – Ácido Lisérgico
MUCD – México Unido Contra la Delinuencia
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PV – Partido Verde
SENAD – Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
TD – Teoria Pós-Marxista do Discurso
TNI – Transnational Institute
UK – Reino Unido
UNB – Universidade de Brasília
UNGASS – United Nations General Assembly Special Session on Drugs
UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
USP – Universidade de São Paulo
WACD – West Africa Commission on Drugs
WHO – World Health Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	23
2. HEGEMONIA E TEORIA DO DISCURSO	29
3. O CAMPO DISCURSIVO SOBRE DROGAS	45
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	45
3.2 AS DROGAS E A HISTÓRIA HUMANA	49
3.3 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES CONTRA AS DROGAS.....	57
3.4 A LEI SECA NOS ESTADOS UNIDOS	61
3.5 CAMPANHA CONTRA A MACONHA	64
3.6 A "GUERRA ÀS DROGAS"	69
3.6.1 A guerra, o narcotráfico e a seletividade punitiva	74
3.7 A PROIBIÇÃO NO BRASIL E O DEBATE SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO	90
3.7.1 A proibição no Brasil.....	92
3.7.2 O debate sobre descriminalização e legalização	102
4. METODOLOGIA.....	111
4.1 PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E DADOS	115
5. O POSICIONAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO .	135
5.1 BREVE BIOGRAFIA.....	143
5.2 POR QUE NÃO TRATOU DO TEMA DURANTE O GOVERNO?..	146
5.3 POR QUE MUDOU DE POSIÇÃO?	154
6. LOCALIZANDO FHC NO CAMPO DISCURSIVO	159
6.1 DESCRIMINALIZAR, LEGALIZAR OU REGULAR?.....	169
6.2 REDE DE ARTICULAÇÕES DA COMISSÃO GLOBAL	175
6.3 O PONTO DE VISTA DA TEORIA DO DISCURSO	184
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS.....	201
ANEXOS E APÊNDICES	225

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, mobilizamos a teoria do discurso da Escola de Essex (ou pós-marxista), originariamente Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para analisar o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em relação às políticas sobre drogas no Brasil (e no mundo). Recentemente inserido nesse campo discursivo, o ex-presidente se declara favorável à descriminalização de todas as substâncias psicoativas hoje ilícitas e à regulamentação da maconha, sob a premissa do fracasso da “guerra às drogas”. Para poder contextualizar o argumento de FHC, a ênfase na abordagem do campo discursivo recai sobre as posições que defendem a descriminalização ou a legalização, considerando igualmente argumentos contrários.

O trabalho aborda o debate sobre substâncias lícitas e ilícitas no Brasil atualmente, ancorado no processo histórico que culminou na proibição de umas drogas e não outras, levantando aspectos socioculturais do uso das substâncias, e alguns argumentos utilizados nesse debate, para contextualizar o posicionamento de FHC.

A escolha do ex-presidente para esse estudo – como uma figura importante politicamente, que mobiliza certos capitais, nos termos de Bourdieu (1986; 2011) – deve-se à repercussão de seu posicionamento a partir do documentário *Quebrando o Tabu* (2011), apresentado por ele, ao conduzir espectadores(as) para um debate sobre a questão das drogas, numa busca de experiências alternativas ao total proibicionismo em alguns lugares do mundo. A publicidade e a importância social dada ao seu posicionamento podem ser inferidas por meio da repercussão midiática em torno do documentário. O ano de 2011 foi o que proporcionou a maior visibilidade à posição de FHC, principalmente para o grande público. Entretanto, ele já vinha participando de comissões internacionais (Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia; Comissão Global de Políticas sobre Drogas) desde 2008, ao lado de personalidades importantes no cenário mundial, por isso pensamos adequado considerar todo o período a partir daquele ano, até meados de 2015.

Como e por que Fernando Henrique mudou de posição? Como foi a repercussão midiática de seu posicionamento? Como se inseriu no campo discursivo sobre drogas e como nele constrói seu discurso? A que elementos desse campo ele se articula? Essas são algumas das perguntas que direcionam nossa pesquisa.

O objetivo geral do trabalho é analisar, com base na teoria do

discurso da Escola de Essex, o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso sobre as drogas e sua inserção no campo de discursividade sobre o tema. Para isso, recorreremos aos seguintes objetivos específicos: (a) proceder à revisão bibliográfica sobre teoria do discurso, e sobre drogas (aspectos históricos, sociais e culturais e a história da proibição); (b) pesquisar a trajetória política de FHC; (c) inferir o alcance e a influência de seu posicionamento por meio da repercussão midiática que obteve; (d) investigar sua inserção no campo discursivo sobre drogas, bem como a maneira pela qual sua posição se relaciona com as demais (práticas de articulação e antagonismos); (e) analisar o documentário *Quebrando o Tabu*; as atividades, documentos e parcerias das comissões sobre drogas das quais FHC participa ou participou e os textos que tenha escrito sobre a questão; demais entrevistas, palestras, conferências e etc., sobre o tema.

Nossa hipótese básica é a de que o ex-presidente, como um dos elementos do discurso da descriminalização, insere-se nesse campo de discursividade com a intenção de um projeto hegemônico e, por isso, tentando constituir-se como um ponto de atração dos elementos do campo, representando-os e moldando-os. A partir disso, pretendemos indicar que desdobramentos, em termos de processos hegemônicos, limites e mudanças possíveis, podem estar envolvidos.

Em relação à revisão bibliográfica sobre teoria do discurso (Capítulo 2 – *Hegemonia e Teoria do Discurso*), pensamos necessário estabelecer um contato com uma parte da genealogia dessa linha teórica (da qual privilegiamos a referência em Antonio Gramsci), em articulação com a produção bibliográfica de Ernesto Laclau (considerando que Chantal Mouffe partiu para outros objetos de pesquisa depois da publicação do livro inaugural *Hegemony and Socialist Strategy*), e aprofundando o contato com autores(as) que interpretam a teoria do discurso.

A revisão sobre o campo discursivo (Capítulo 3 – *O Campo Discursivo sobre Drogas*), baseia-se numa inserção na produção acadêmica sobre o tema e um contato com posicionamentos contrários ou favoráveis à descriminalização ou legalização, com o intuito de identificar os principais argumentos aí utilizados.

A abordagem do campo discursivo, para chegar aos discursos que pretendemos analisar, é a de uma reconstrução histórica: partimos de apontamentos gerais sobre drogas na antiguidade, indicando alguns aspectos socioculturais de seus usos, descrição que, em alguns momentos, se concentra numa história ocidental, mas, sempre que possível, há referências externas. A ideia é tratar a questão mais ou

menos em termos gerais até o século XX, quando, então, o plano é nos concentrarmos nos Estados Unidos da América (EUA). Apesar de perseguições às drogas terem ocorrido esparsamente em diversos lugares e tempos, foi só a partir do século XX que praticamente todos os países vieram a implementar políticas coincidentes no tratamento das drogas. Em torno dessa “coincidência” aconteceram mobilizações cuja tônica, desde o início, principalmente no Ocidente, foi pautada pelos EUA e, por isso, os movimentos desse país são emblemáticos. As políticas implementadas no território estadunidense, junto às conferências internacionais, ajudam a entender, em seguida, como a repressão às drogas chegou ao Brasil e por aqui se desenvolveu em suas particularidades. Trata-se de mapear, portanto, a gênese de um discurso, nesse caso, o da criminalização de condutas relacionadas a certas substâncias, bem como o discurso de resistência a essa criminalização.

Assim, abrimos a seção do debate brasileiro sobre descriminalização e legalização das drogas, com uma breve incursão sobre alguns modelos, em outros países, de políticas “alternativas”. As controvérsias ligadas ao tema contribuem para percebermos diferentes aspectos por meio dos quais o debate pode se desenrolar e que nos ajudam a contextualizar, em seguida, o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso, cuja análise só é possível em relação ao que tenha sido discutido anteriormente.

Nas partes específicas sobre o ex-presidente, abordamos, primeiramente, sua inserção no debate sobre descriminalização, o surgimento das comissões sobre drogas, o documentário *Quebrando o Tabu*, e a repercussão midiática dessas movimentações (Capítulo 5 – *O Posicionamento de Fernando Henrique Cardoso*). O alcance da publicidade de seu posicionamento – que nos serve como justificativa para a escolha dele como objeto de estudo – é importante para inferirmos sua influência e suas articulações. Para isso, investigamos as publicações dos três diários brasileiros de maior relevância: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A importância que se atribui a esses jornais provém dos critérios de circulação e prestígio. Buscamos editoriais, colunas e reportagens que citam Fernando Henrique Cardoso, ou uma de suas iniciativas, e o relacionam à legalização ou descriminalização das drogas. A pesquisa foi feita com as versões impressas dos acervos dos jornais, disponíveis em formato digital na internet.

Num segundo momento, consideramos brevemente a trajetória política e intelectual do ex-presidente e as políticas sobre drogas no

período do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à frente da Presidência da República, a fim de perceber como FHC passou a se envolver com o tema das drogas e por quê.

Na parte seguinte (Capítulo 6 – *Localizando FHC no Campo Discursivo*), selecionamos 21 vídeos, incluindo o documentário, para analisar o posicionamento de FHC, dando um tratamento quantitativo ao material analisado, a partir do que foi possível agrupar as falas de Fernando Henrique em tópicos, segundo as ideias mais frequentes – frases similares ou ideias de fundo semelhantes – revelando padrões de argumentação.

Por último, o site da Comissão Global, as articulações políticas diretamente aí verificáveis (ONGs aliadas e seus membros), bem como seus relatórios anuais, junto ao relatório da Comissão Latino-americana, nos possibilitou um trabalho em termos de uma rede de articulações. A construção dessa rede envolveu uma pesquisa sobre o que cada um dos elementos articulados propõe em relação às drogas, algo que nos ajudou a posicionar FHC no campo discursivo, também no Capítulo 6.

A discussão metodológica e a descrição detalhada dos procedimentos e métodos utilizados encontram-se no Capítulo 4 – *Metodologia*.

A pesquisa se justifica, em primeiro lugar, por se tratar de um tema histórico – a proibição das drogas – e, ao mesmo tempo, atual – o debate sobre a descriminalização ou legalização. Entende-se que as consequências da legalidade ou ilegalidade das drogas têm impactos diretos na vida de pessoas dos mais diversos grupos sociais, daí a importância desse debate. Em segundo lugar, a pesquisa pode contribuir para uma melhor compreensão das relações estabelecidas pelas forças que pretendem proibir ou descriminalizar, forças estas que se articulam hegemonicamente pela manutenção ou busca de outra forma de lidar com as drogas. Pretendemos, nesse sentido, contribuir metodologicamente para a operacionalização de análises embasadas na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, questão que se apresenta relevante para a compreensão dessa linha de pensamento.

Em terceiro lugar, o viés da pesquisa se justifica por um interesse pessoal sobre a teoria do discurso e a polêmica em torno das drogas. Venho trabalhando com esse tema e esse referencial desde o fim da Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, oportunidade na qual elaborei uma proposta de trabalho didático para a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, abordando a proibição das drogas e vinculando o assunto a perspectivas marxistas, gramscianas e da teoria do discurso (SOUTHIER, 2013). Tratava-se de

uma abordagem ainda muito inicial e incipiente, mas que serviu para aprofundar o interesse na área.

Venho de uma trajetória política e intelectual marcada pela presença do marxismo desde a minha mais tenra curiosidade em torno de temas políticos. Essa trajetória também é marcada por um crescente questionamento dos pressupostos marxistas e que veio a ser coroado a partir do contato com o pós-marxismo de Laclau e Mouffe. A complexidade e produtividade dos problemas abordados e o entusiasmo em mim gerado por essa autêntica teoria social dão conta da vontade de continuar trabalhando nessa área.

O estudo sobre as drogas, por sua vez, responde a uma preocupação desperta durante o período em que trabalhei como tutora na quarta edição do Curso de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010-11. Participei também de edições seguintes, sempre interessada em aprofundar conhecimentos nessa área.

Para finalizar esta introdução, cabe ainda dizer que o texto aqui presente é um esforço em trabalhar com uma linguagem de gênero neutra, pelo menos em relação aos seres humanos. Boas sugestões de como trabalhar com essa forma de linguagem podem ser encontradas em Franco e Cervera (s.d.). As flexões de gênero, quando aparecem, não estão ligadas à regra de escrever palavras no masculino sempre que houver pelo menos um ser humano identificado a essa flexão particular no grupo em questão. As flexões são específicas do contexto de cada frase, podendo designar “pessoas” (daí o feminino e a escrita “pessoas usuárias de drogas”, por exemplo, que é o padrão na maior parte do texto), ou, por exemplo, “indivíduos”, “povos”, “grupos” (daí o masculino e a legitimidade em escrever “os europeus”, “os mexicanos” e etc.). Em alguns casos, a opção flexionada no masculino ou feminino diz respeito a uma condição do grupo ou da pessoa em questão, identificados como “homens” ou “mulheres”, por exemplo: “o ex-presidente FHC”, porque ele foi designado homem ao nascer e se identifica com essa construção social de gênero até então. Em algum momento, cabe salientar, esse esforço em trabalhar com a linguagem neutra pode ter falhado. Que fique registrada, ao menos, a intenção que percorreu a escrita de todo o texto.

2. HEGEMONIA E TEORIA DO DISCURSO

Para começar, é importante localizar o surgimento da teorização de Laclau e Mouffe no seio da crise do marxismo a partir da década de 1970. Havia uma crescente dificuldade de adequar as categorias teóricas marxistas às transformações do capitalismo, frente, por exemplo, à fragmentação das classes sociais e à consequente dificuldade de articulação política entre agentes. Diferente das visões ortodoxas de parte das teorizações marxistas naquela época, Laclau e Mouffe (2001[1985]), conforme explicam no prefácio à segunda edição de *Hegemony and Socialist Strategy*¹, procederam em direção a uma reativação que mostrasse “a contingência original da síntese que as categorias marxianas tentaram estabelecer” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.VIII). No lugar de lidar com noções como classe², por exemplo, questionaram sua continuidade ou descontinuidade no capitalismo contemporâneo; as categorias centrais da teoria marxista teriam que ser desconstruídas à luz de novos problemas.

Muitas questões e antagonismos sociais contemporâneos pertencem a campos de discursividade externos ao marxismo, não podendo ser conceituados nos termos de suas categorias, além de que a própria presença desses antagonismos questiona o marxismo como um sistema teórico fechado e postula novas diretrizes para a análise social. Dessa forma, o pós-marxismo de Laclau e Mouffe (2001, p.IX) é “o processo de reapropriação de uma tradição intelectual, bem como o processo de ir além dela”. Veremos minimamente como se dá essa “reapropriação” e o que define “ir além”, dois movimentos conectados, no sentido das possibilidades abertas pelo campo original em articulação com orientações teóricas externas a ele.

No que se refere, em parte, ao “ir além” da tradição marxista, é muito importante ao menos mencionar que o trabalho de Laclau e Mouffe (2001, p.X-XI) se articula às três principais correntes intelectuais do século XX: a filosofia analítica, com o trabalho do último Ludwig Wittgenstein; a fenomenologia, com a analítica existencial de Martin Heidegger e alguns conceitos de Edmund Husserl; e a crítica pós-estruturalista do signo. O pós-estruturalismo é onde encontram a

¹ Todas as citações diretas de textos em língua estrangeira são traduções nossas.

² Uma interpretação mais detalhada sobre essa questão pode ser encontrada em *Marxismo e Pós-marxismo: um diálogo em torno das classes sociais* (SOUTHER, 2014).

principal fonte para sua reflexão teórica, por exemplo, com as noções de desconstrução e indecidibilidade e a ênfase antiessencialista em Jacques Derrida. Também trabalham com as contribuições da psicanálise de Jacques Lacan, utilizando a categoria “*point de capiton*” que, em Laclau e Mouffe, vira “ponto nodal”. Outro tema importante é o da ação do inconsciente que, por meio da psicanálise, tem mostrado a ambiguidade de toda significação, algo que transparece na lógica do significante da relação hegemônica. Ao longo da dissertação, tentaremos demonstrar como essas questões se relacionam e formam o trabalho de Laclau e Mouffe.

Hegemony and Socialist Strategy – livro inaugural da teoria do discurso da Escola de Essex, como ficou conhecido o trabalho de Laclau e Mouffe e o de pesquisadoras(es) herdeiras(os) – mostra como a categoria de *hegemonia* foi, originalmente, elaborada por socialdemocratas russos como uma tentativa de abordar a intervenção política contingente exigida pela “crise” num suposto desenvolvimento histórico normal. Tal intervenção era possível no deslocamento estrutural entre tarefas democráticas e sujeitos de classe, resultante do desenvolvimento tardio do capitalismo na Rússia. Ou seja, diante de um suposto desenvolvimento insuficiente da burguesia daquele país, a classe operária poderia assumir tarefas que não eram suas. Essa situação anômala foi chamada “hegemonia”.

Entre os socialdemocratas russos, Leon Trótski avança, em relação a Gueorgui Plekhanov e Pavel Axelrod, com a noção de “desenvolvimento combinado e desigual”. Com Vladimir Lênin, essa noção estende o conceito de hegemonia às condições gerais da política no contexto da era imperialista e a hegemonia passa a ser entendida como “aliança de classes”, entre diversos grupos sociais liderados pela classe operária. Essa aliança, no entendimento de Lênin, não modificava as identidades das partes envolvidas.

Com Antonio Gramsci, finalmente, os sujeitos históricos deixam de ser apenas atores de classes, mas “vontades coletivas”, uma vez que a dimensão hegemônica passa a ser considerada constitutiva da subjetividade dos sujeitos históricos. Gramsci é o ponto mais alto nessa trajetória de expansão da lógica da contingência, que subverte a categoria de necessidade histórica (pedra angular do marxismo ortodoxo), e o conceito de hegemonia emerge para compreender a unidade numa formação social concreta, ou seja, como os atores políticos chegam a se unir politicamente em torno de uma liderança “intelectual e moral”.

Portanto, no que se refere à “reapropriação” da tradição marxista

por Laclau e Mouffe, esta se dá, principalmente, com o conceito gramsciano de *hegemonia*. Para o filósofo italiano, a plenitude da identidade de classe do marxismo deveria ser substituída por identidades hegemônicas constituídas através de práticas políticas, econômicas e ideológicas específicas. Nada haveria de automático na “unidade de classe”, portanto uma categoria complexa e que deveria ser criada politicamente.

Na exposição de Gramsci (2000 [1932-1934], p.40-42) sobre as relações de forças políticas, distinguem-se analiticamente três momentos na formação das consciências coletivas. O primeiro é o estágio “econômico-corporativo”, no qual grupos profissionais reconhecem interesses em comum: uma pessoa fabricante sente que deve ser solidária com outra fabricante, por exemplo, uma comerciante com outra comerciante, etc., mas ainda não desenvolvem uma solidariedade de classe mais ampla. O segundo momento é o do “corporativismo de classe”, do desenvolvimento da solidariedade dos interesses de classe, mas apenas no campo econômico. Nesse momento, a pessoa comerciante, por exemplo, entende que faz parte de uma classe com a fabricante; a operária da metalurgia se solidariza com a operária da construção, mas permanecem na fase sindical, sem seguir para a fase política, pois ainda não se projetam à esfera estatal para a condução política da sociedade. Entretanto, já há um corte antagônico para a instauração de identidades. O terceiro momento é o da “hegemonia” de um grupo social fundamental, em que se constrói um projeto societário que congrega uma “vontade coletiva”, supera-se o limite corporativo da solidariedade puramente econômica, e o grupo dominante é coordenado com os interesses gerais dos grupos subordinados. Esse estágio é o da “passagem da estrutura para a esfera das superestruturas”, onde as lutas passam a ocorrer. A hegemonia, aí, é uma relação complexa entre coerção, direção moral, política e cultural, de maneira a gerar um consentimento ativo por parte dos grupos subordinados. Seriam períodos históricos de relativa estabilidade, de “equilíbrios instáveis”.

Essa elaboração gramsciana pretendia dar conta das necessidades de articulações políticas entre os grupos subalternos para que o proletariado se tornasse a classe “dirigente”. Nesse ponto, é interessante ao menos mencionar a importância do papel do partido e de intelectuais (GRAMSCI, 2001a [1932]) na passagem da “classe em si” à “classe para si”, o que indica a articulação classista como uma construção política, diferente do mecanicismo e do economicismo das análises dominantes no tempo de Gramsci, contra as quais ele direcionava suas

reflexões. Na visão gramsciana, a classe se constrói no processo mesmo de constituição da vontade coletiva.

Laclau e Mouffe se baseiam em Gramsci para trabalhar com o conceito de hegemonia, levando em consideração a mudança de identidade que as articulações hegemônicas implicam, mas consideram que é necessário “ir mais além de Gramsci”, pois ele teria mantido o caráter determinante da economia em última instância, além de afirmar a posição privilegiada das classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado) na articulação de projetos hegemônicos. Segundo Laclau e Mouffe (2001, p.69),

a base econômica pode não assegurar a vitória final da classe operária, uma vez que depende da capacidade de liderança hegemônica dessa classe. No entanto, uma falha na hegemonia da classe operária só pode ser seguida por uma reconstituição da hegemonia burguesa, de modo que, no final, a luta política ainda é um jogo de soma zero entre as classes. Este é o núcleo essencialista que continua a estar presente no pensamento de Gramsci, estabelecendo um limite à lógica destrutiva da hegemonia. Afirmar, no entanto, que a hegemonia deve sempre corresponder a uma classe econômica fundamental não é apenas reafirmar a determinação em última instância pela economia; também é pregar que, na medida em que a economia constitui um limite intransponível para as potencialidades da sociedade para recomposição hegemônica, a lógica constitutiva do espaço econômico não é, em si, hegemônica.

Há, portanto, uma ambiguidade no pensamento gramsciano, segundo Laclau e Mouffe, pois a centralidade da classe operária é histórica e contingente, requer que a classe transforme sua identidade ao articular-se a outras lutas e demandas sociais, mas esse papel articulatório parece ser atribuído à classe por meio da base econômica e, por isso, aquela centralidade adquire um caráter necessário.

Aqui, entretanto, adotamos a visão de que a determinação em última instância pela economia não se verifica em Gramsci, já que ele trabalha com a ideia de “bloco histórico”, no qual base e superestrutura estão intrínseca e organicamente ligadas, sendo essa diferenciação apenas analítica, metodológica. Em relação ao “privilegio” da articulação hegemônica pelas classes fundamentais, trata-se das possibilidades que Gramsci enxergava no contexto de seu tempo, não de um privilégio ontológico. De qualquer forma, a análise sobre o corporativismo de classe como impedimento para a elaboração de projetos hegemônicos, nos quais os interesses do grupo dominante devem ser coordenados com outros interesses, diz muito sobre a

realidade política de nosso tempo, na qual um grupo que se pretenda fechado, que queira manter uma identidade “pura”, dificilmente tem chance de se tornar uma força hegemônica.

Laclau e Mouffe pretendem de toda forma romper com o paradigma economicista, com a concepção essencialista da estruturação do espaço econômico, e defender que o campo econômico não é um espaço autorregulado sujeito a leis endógenas, que não existe qualquer princípio constitutivo de agentes sociais que possa ser fixado em um núcleo de classe último, pois a lógica da hegemonia, como uma lógica da contingência e da articulação, torna-se a própria identidade dos sujeitos econômicos. De qualquer forma, sua interpretação é a de que o pensamento de Gramsci constitui apenas um momento na desconstrução do essencialismo marxista, e sentem que devem “ir além” dele.

Outra contribuição importante foi a de Louis Althusser (1967 [1962]) e seu desenvolvimento do conceito de sobre-determinação, uma tentativa de construção teórica contra o conceito de determinação simples da dialética hegeliana, no sentido de que as contradições de classe, para Althusser, são sempre sobre-determinadas, ou seja, a constituição da subjetividade política escapa a uma determinação de classe direta, pois é resultado de antagonismos constituídos não apenas nas relações de produção. Entretanto, Althusser (1980 [1971]) não rompe com o modelo base-superestrutura, apesar do avanço inicial em relação ao conceito de sobre-determinação. Mas Laclau e Mouffe mantêm a intuição althusseriana, entendendo que o caráter sobre-determinado das relações sociais implica que elas carecem de uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. A dimensão sobre-determinada das identidades sociais se estabelece através de uma polissemia que desarticula as estruturas discursivas. “O campo das identidades que nunca conseguem ser plenamente fixadas é o campo da sobre-determinação” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.111).

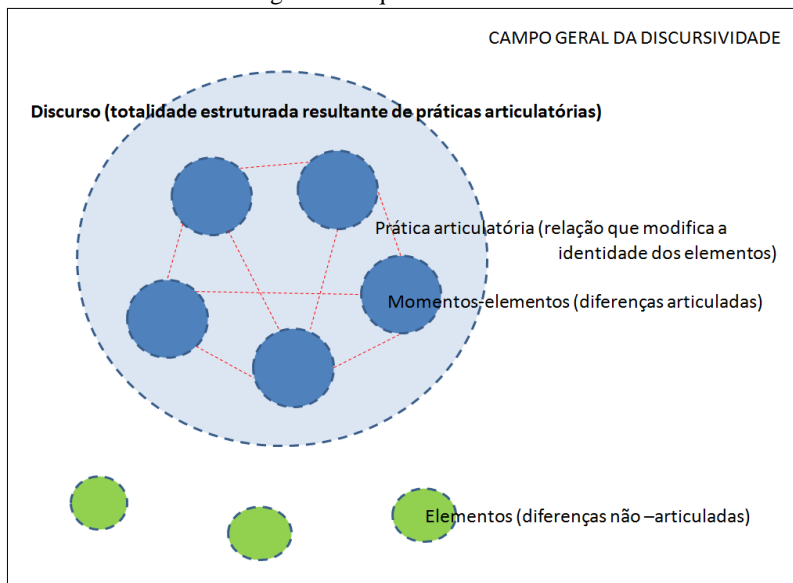
A abordagem de Laclau e Mouffe privilegia o momento da *articulação* política e uma das categorias centrais de sua análise é a de hegemonia. A condição de uma relação hegemônica é a de

uma força social *particular* que assume a representação de uma *totalidade* que é radicalmente incomensurável a ela. Tal forma de “universalidade hegemônica” é a única universalidade que uma comunidade política pode alcançar (2001, p.X).

Para se ter hegemonia, deve-se considerar elementos que não estão predeterminados a participar de um tipo de arranjo ou outro e que, ainda assim, se aglutinam em decorrência de uma prática articulatória.

Para falar em articulação, Laclau e Mouffe recusam o modelo de sociedade como totalidade fundante dos processos parciais – leis internas ou um princípio subjacente. Em contraposição, consideram o caráter aberto e incompleto do social como condição para toda prática hegemônica. Definem a articulação como “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática”. “A totalidade estruturada resultante da prática articulatória” é o que chamam de *discurso* (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.105). Dentro de um discurso (Figura 1), as posições diferenciais que aparecem articuladas são chamadas *momentos*. Já os *elementos* são as diferenças que não aparecem discursivamente articuladas. Numa formação discursiva, a transformação de elementos em momentos jamais é completa, o que sugere uma tensão permanente e nunca resolvida, de maneira que as diferenças articuladas permanecem num espaço intermediário entre momentos e elementos. Nesse sentido, nenhuma identidade que se pretenda plena e fixada estará protegida de um exterior discursivo que venha a deformá-la, impedindo-a de tornar-se totalmente fechada. As identidades são puramente relacionais, de maneira que sua constituição plena é impossível.

Figura 1: Esquema Discursivo.



Fonte: Elaboração própria.

O discurso não é uma combinação de fala e escrita, pois ambas fazem parte de totalidades discursivas que incluem tanto elementos linguísticos quanto extralinguísticos; essas totalidades são, inclusive, anteriores a essa diferenciação entre elementos. O exemplo mais simples e, ao mesmo tempo, muito ilustrativo dessa noção é o da construção de um muro, fornecido por Laclau e Mouffe (1990) a partir de Wittgenstein (2009). Uma pessoa trabalhando como pedreira pede à outra que lhe entregue um tijolo e, então, o coloca no muro em construção. O ato de pedir o tijolo é linguístico e os atos de pegar o objeto e colocá-lo no muro, por sua vez, são extralinguísticos. Entretanto, apesar dessa diferenciação nesses termos, todas essas ações e os objetos envolvidos fazem parte da operação total que é a construção do muro e só adquirem sentido em relação umas com as outras. Esse todo que consiste em linguagem e ações é chamado por Wittgenstein de “jogo de linguagem” e corresponde ao que Laclau e Mouffe abordam como discurso ou estrutura discursiva. Portanto, em primeiro lugar, o discurso inclui tanto o linguístico quanto o extralinguístico e vai além dessa distinção: o próprio social é um espaço discursivo.

Em segundo lugar, a noção de discurso diz respeito aos sistemas de relações que dão sentido aos objetos, ao fato de que toda configuração social é uma *configuração significativa*. Todo acontecimento ou objeto físico só tem significado dentro de um sistema de relações: para que um desastre ambiental, por exemplo, seja interpretado como um “fenômeno natural” ou como a “expressão da ira de Deus”, dependemos de sistema de relações que dão sentido a esse evento; um objeto esférico só pode ser considerado uma bola de futebol quando se estabelece um sistema de relações com outros elementos que podem caracterizar, por exemplo, uma partida de futebol. Eis a produção social de significados (LACLAU; MOUFFE, 1990; 2001; BURITY, 1997; LACLAU, 2011a). “Não há possibilidade de qualquer separação estrita entre significação e ação. Mesmo a mais puramente constatatativa das afirmações tem uma dimensão performática, e, no sentido contrário, não há ação que não esteja imbuída na significação” (LACLAU, 2011a, p.199).

O caráter discursivo dos objetos de nenhuma forma coloca em questão a sua existência. Por exemplo, “um diamante numa loja ou no fundo de uma mina é o mesmo objeto físico, mas, novamente, ele só se torna uma mercadoria dentro de um determinado sistema de relações sociais” (LACLAU; MOUFFE, 1990, p.101). Isso quer dizer que os

objetos físicos só adquirem significado quando se apresentam às pessoas no interior de articulações discursivas, de sistemas de regras socialmente construídas. Fora desses sistemas, os objetos têm *existência*, mas não um *ser*. Nesse sentido, a categoria discurso e a centralidade que Laclau e Mouffe dão a ela derivam de um esforço em enfatizar o caráter contingente e histórico do ser dos objetos.

Laclau e Mouffe utilizam, aí, uma concepção de formação discursiva que é muito próxima à elaborada por Michel Foucault (2008), de regularidade na dispersão, mas se distanciam dele frente à distinção entre práticas discursivas e não discursivas, ao considerarem que todo objeto se constitui como um objeto de discurso, pois que nenhum se dá à margem das superfícies discursivas de emergência.

Apesar da impossibilidade de uma fixação última de sentido aos elementos, deve haver pelo menos fixações parciais, caso contrário o fluxo de diferenças seria impossível. O social só existe como esforço para produzir esse objeto impossível, de fixação plena, através de fixações parciais de sentido. Desse modo, “todo discurso se constitui com o intuito de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças e constituir um centro” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.112). Os pontos discursivos privilegiados na fixação parcial de sentido são chamados *pontos nodais*. A prática da articulação consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação através de pontos nodais e os discursos vão lutar para tentar estabelecer “verdades”, sempre precárias e contingentes. “O caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.113).

Nessa abordagem dos conceitos de discurso e de hegemonia, a noção de *antagonismo* também desempenha um papel central, pois a especificidade de uma prática articulatória hegemônica/discursiva é dada em seu confronto com outra prática articulatória de caráter antagônico. Em *Hegemony*, o antagonismo é visto como o limite da significação de um determinado discurso ou identidade, limitados pela existência de um corte antagônico. “A relação antagônica não surge de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.125), isto é, onde há antagonismo, um dos seus polos não consegue alcançar uma presença plena para si mesmo, ou seja, não consegue constituir plenamente sua identidade, e o mesmo acontece com a força antagônica do outro polo. Dessa forma, o antagonismo é o “limite de toda objetividade”, a impossibilidade de constituição plena de uma identidade, discurso, ou até mesmo da

“sociedade” como um objeto fechado, transparente e sem conflitos.

Esse status do antagonismo foi complementado em trabalhos posteriores de Laclau, a começar pelo *New Reflections on the Revolution of our Time* (1990), com a noção de *deslocamento*. Passou-se a considerar uma relação entre os termos do antagonismo que não é de simples oposição, mas uma relação em que há troca de sentidos entre eles: “toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior que a nega, mas que, ao mesmo tempo, fornece sua condição de possibilidade” (LACLAU, 1990, p.39). Ou seja,

[...] existe] uma ambiguidade inerente a todas as formas de oposição radical: a oposição, para ser radical, tem de colocar no mesmo terreno tanto o que ela afirma quanto o que exclui, de modo que a exclusão se torna uma forma particular de afirmação. [...] a rejeição do outro não é eliminação radical, mas uma renegociação constante das formas de sua presença (LACLAU, 2011b, p.59-60).

O deslocamento, nesse sentido, é o rompimento de uma estrutura – relativamente estável, num primeiro momento – por forças que operam fora dela. Assim, “B” é o *exterior constitutivo* de “A”, a presença de um *nega* a presença do outro, donde surge o antagonismo. “Porque o antagonismo constitui o limite da objetividade, ele também desempenha um papel decisivo em moldá-la”, diz Laclau (2000, p.XI), e “isto pressupõe que uma dimensão de negatividade torna impossível que as identidades sejam reduzidas a qualquer ‘positividade’”. É a negatividade, então, o que constitui toda identidade.

Se o antagonismo constitui uma *ameaça* à existência de algo, isso quer dizer que ele *revela* a contingência radical daquilo que está sendo ameaçado. Nesse sentido, a contingência à qual Laclau se refere diz respeito não a um conjunto de relações aleatórias entre identidades, mas à impossibilidade de fixar com precisão tanto as identidades quanto as relações entre elas em termos de um fundamento necessário, de uma lei histórica, ou de posições eternas num sistema fechado. Mas para que o antagonismo seja capaz de mostrar a natureza contingente de uma identidade, essa identidade deve já existir – fruto de antagonismos anteriores – pois a ameaça se dá a partir do questionamento sobre essa identidade e, por outro lado, não é possível ameaçar a existência de algo sem, ao mesmo tempo, afirmá-la. Dessa forma, “o que sempre encontramos é uma situação limitada na qual a objetividade é *parcialmente* constituída e *parcialmente* ameaçada, na qual as fronteiras entre o contingente e o necessário são constantemente deslocadas” (LACLAU, 1990, p.27).

Diante disso, toda forma de “consenso” é resultante de uma articulação hegemônica que se desenvolve a partir do enfrentamento com práticas articulatórias antagônicas, condição para se falar de hegemonia, um campo cercado por antagonismos e que supõe fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira entre grupos sociais. Toda articulação hegemônica pressupõe, portanto, forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam (LACLAU; MOUFFE, 2001).

Estas forças antagônicas e a instabilidade entre elas são discursivamente construídas através das lógicas da *diferença* e da *equivalência*. A primeira refere-se a uma expansão, a um aumento da complexidade do espaço político, e a segunda é uma simplificação desse mesmo espaço. Não existe a possibilidade de que uma ou outra dominem completamente os espaços sociais. Há uma ambiguidade em toda relação de equivalência, pois para dois termos serem considerados equivalentes, devem ser também diferentes, caso contrário estaríamos falando apenas de uma simples identidade entre eles. Por outro lado, “a equivalência só existe através de um ato de subversão do caráter diferencial dos termos” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.128). E toda posição num sistema de diferenças, à medida que seja negada por algo exterior a ela, pode se tornar *locus* de um antagonismo. Em um contexto de relações sociais muito instáveis, por exemplo, as tentativas de constituição de sistemas de diferenças definitivos terão pouco sucesso, de maneira que os antagonismos podem se proliferar, o que torna ainda mais difícil a construção de qualquer centralidade e o estabelecimento de cadeias de equivalências unificadas, algo parecido com a “crise orgânica” descrita por Gramsci.

A hegemonia, aí, é uma operação discursiva que articula demandas diferenciadas em uma rede de equivalências, ou seja, constitui a universalização de um discurso, procurando fixar sentidos (LACLAU, 1998 *apud* PEREIRA, T. V., 2010). A categoria está, portanto, “imersa num contexto em que a noção de discurso é central”, diz Daniel de Mendonça (2007, p.250).

Um elemento decisivo para entendermos a idéia de hegemonia no contexto discursivo é que não há como necessariamente estabelecermos previsões de quais identidades políticas assumirão papéis de representação social, não há aqui a “segurança” do projeto político marxista que previa que a identidade proletária assumiria as lideranças moral, intelectual e política da sociedade industrial. [...] Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser

desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Nesse sentido, a relação hegemônica é uma tentativa de constituição de uma relação de ordem e o discurso hegemônico essencialmente aglutina, sistematiza diferentes elementos, é uma unidade de diferenças (MENDONÇA, 2007). A hegemonia, assim, é um tipo de relação política, não um lugar determinado na topografia do social (LACLAU; MOUFFE, 2001). Numa formação social pode haver vários pontos nodais hegemônicos, alguns altamente sobredeterminados, mas como o social é uma infinidade que não pode ser reduzida a um princípio unitário subjacente, a ideia de um centro não tem qualquer sentido. As relações hegemônicas são dependentes de “articulações políticas e não de entidades constituídas fora do campo político – tal como ‘interesses de classe’. De fato, são as articulações hegemônicas que criam os interesses que as entidades dizem representar” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.XI). O sucesso de qualquer projeto hegemônico se manifesta na capacidade de articular em uma cadeia de equivalências várias lutas dispersas.

Como dito anteriormente, podemos falar em hegemonia quando uma força social *particular* assume a representação de uma “*totalidade*”, em termos de uma *universalidade relativa*, uma universalidade hegemônica. O universal aparece como um lugar vazio, como uma plenitude ausente que, ao mesmo tempo, remete à possibilidade de preenchimento, embora jamais alcançável. Esse lugar vazio diz respeito ao fato de que sua ocupação não está predeterminada por nenhum conteúdo em específico, de maneira que qualquer demanda política que chegue a desempenhar um papel hegemônico pode constituir-se como uma representação de outras demandas articuladas em uma cadeia de equivalências. Nada há que predetermine a participação de um ou outro elemento num arranjo hegemônico. São as práticas articulatórias que constituem o arranjo. Estamos diante, portanto, de uma construção puramente política.

Numa operação hegemônica, as identidades das demandas articuladas e a da demanda que exerce o papel de representação são constantemente modificadas. Tais identidades/elementos chegam a participar de uma cadeia de equivalências articulando-se em torno de um ponto nodal, um sentido discursivo privilegiado, tudo isso constituindo um discurso. A articulação entre as identidades acontece por meio da negatividade proveniente de um exterior constitutivo que ameaça a

existência de tais identidades previamente desarticuladas. É o corte antagonico, portanto, um “discurso inimigo”, que constitui a possibilidade da formação discursiva e da representação do universal por um particular. A identidade que se torna a representante da cadeia equivalencial, ao articular diversas identidades, passa a se despir de seu conteúdo original, embora sem deixar de ser uma particularidade, e torna-se um *significante vazio* (LACLAU, 2011c; 2001), um ponto nodal que retém o deslizamento dos significados da formação discursiva e trabalha como um ponto de atração das identidades até então dispersas.

O significativo vazio diz respeito à construção de uma identidade comum entre os momentos do discurso e de uma fronteira estável entre os campos antagonicos, pois é isso que permite o estabelecimento das cadeias de equivalência. Mas não é razoável pressupor que essa fronteira se mantém sempre estável, sem qualquer mudança, pois os que estão do outro lado da fronteira vão tentar desestabilizá-la, de maneira que as demandas articuladas vão sofrer uma pressão entre projetos hegemônicos rivais, a partir do momento em que o lado inimigo tentar absorver alguma dessas demandas hegemonicamente. Daí surgem os *significantes flutuantes*, cujo sentido, diz Laclau (2013; 2006), está suspenso. Esta categoria, portanto, tenta apreender a lógica dos deslocamentos da fronteira entre os dois campos.

Por tudo isso, Laclau e Mouffe (2001, p.4) rompem com a subjetividade de classe concebida pelo marxismo, com a ideia do curso histórico do desenvolvimento capitalista e com a possibilidade de uma sociedade sem antagonismos. A partir disso, eles se situam claramente em um terreno *pós-marxista*. Mas seu projeto intelectual é, também, *pós-marxista*, no sentido de que a construção de seu conceito de hegemonia foi possível através do desenvolvimento de intuições dentro do marxismo, apesar da inibição de outras formas discursivas desse mesmo campo teórico. O marxismo, portanto, é *uma* das tradições a partir das quais Laclau e Mouffe constroem seu projeto teórico, mas é o ponto de partida, porque constitui seu passado, faz parte de sua formação enquanto intelectuais.

Se se volta à tradição em busca de elementos para enfrentar os desafios do presente, não é porque ela possua a chave desses questionamentos, nem qualquer privilégio ontológico, epistemológico ou histórico, mas por uma questão de compromisso ético com o destino da tradição na qual se está situado [...]. O reconhecimento de que se está situado, de que é impossível não estar, e de que o lugar de onde começar é aqui mesmo, se articula ao elemento ético da relação entre tradição e

o outro que a interroga. A possibilidade de que respostas semelhantes (mas não idênticas, ou mesmo comensuráveis) possam ser atingidas por discursos situados em outras tradições é irrecusável numa tal perspectiva (BURITY, 1997, p.5).

Além desse compromisso ético, situar-se numa tradição intelectual facilita o diálogo com os intelectuais que participam dela e com as outras tradições das ciências sociais. Os textos e as discussões de Karl Marx e em torno dele, como clássicos para a sociologia e a ciência política, são símbolos que condensam vários tipos de compromissos. Quem quiser elaborar uma crítica ao capitalismo, por exemplo, tem que se reportar a Marx para estar segura de que outras pessoas poderão acompanhar a análise, seja para criticá-la ou serem persuadidas por ela (ALEXANDER, 1999). Então, pode-se localizar Laclau e Mouffe no compromisso ético com sua tradição intelectual de origem também em sua atitude de facilitar o diálogo com interlocutoras(es) dessa tradição. Ao mesmo tempo, não se limitam a ela, interpretando o jogo entre presença e ausência em Marx e no marxismo, o jogo entre o que a interpretação dentro dessa tradição privilegia ou oculta (DERRIDA, 1981 *apud* ALEXANDER, 1999).

Além disso, a formulação de hegemonia de Laclau e Mouffe lhes fornece uma importante ferramenta para seu projeto político de democracia radical e plural. Qualquer transformação social radical, argumentam, dependeria de articulações, cadeias de equivalência, entre diversos grupos que passassem a ver sua situação de subordinação como uma situação de opressão e, a partir disso, construísem canais para uma mudança que só poderia ser conquistada com a elaboração de um amplo projeto hegemônico.

Com a proliferação de antagonismos nas sociedades contemporâneas (constituição de vários movimentos sociais, tais como o feminismo, ambientalismo, movimento negro, e LGBT, por exemplo), não há qualquer garantia de que a classe operária seria o sujeito da mudança, pois não é a localização nas relações de produção que determina o sujeito revolucionário. Laclau e Mouffe consideram que é necessário pôr fim às relações capitalistas de produção, que são fonte de diversas relações de subordinação, e, por isso, qualquer projeto de democracia radical deve ter uma dimensão socialista, mas essa dimensão seria apenas *um* dos componentes do projeto democrático radical.

Essa proposta democrática foi introduzida em *Hegemony and Socialist Strategy* e, posteriormente, melhor desenvolvida por Mouffe (1999; 2003; 2007) como “democracia agonista”. Ela critica o modelo deliberacionista de democracia, fruto das teorizações de Jürgen

Habermas e John Rawls, que busca um consenso racional sem exclusão dos processos políticos, tentando reduzir o pluralismo de valores e escamotear a inerradicabilidade do antagonismo daí decorrente. Acontece que o poder é constitutivo das relações sociais, diz Mouffe, e, por isso, não é possível a realização de uma sociedade totalmente harmoniosa. O modelo deliberativo nega a ligação entre poder e legitimidade e a ordem hegemônica ao defender a pura racionalidade dos processos políticos.

Aí entra a diferenciação de Mouffe entre “o político” (*the political*) e “a política” (*the politics*), para sua proposta de democracia plural e agonista. O político refere-se ao antagonismo inerente às relações sociais, enquanto a política diz respeito ao conjunto de práticas, instituições e discursos que buscam organizar a experiência humana que se dá sempre em condições de conflito, afetada pelo caráter político das relações. A política, nesse sentido, seria a tentativa de domesticar o político, o antagonismo, transformando a experiência democrática numa experiência agonista.

Numa democracia agonista, seriam criadas condições para que as pessoas inimigas (antagonismo) fossem vistas como adversárias (agonismo) que, embora com visões de mundo diferentes, compartilhariam o princípio da democracia liberal: “liberdade e igualdade para todas”. O processo demandaria certo consenso em torno das regras do jogo, mas o reconhecimento do pluralismo de valores tornaria legítimas as divergências sobre o que seria “liberdade e igualdade para todas”. A diferença dessa proposta em comparação com o modelo deliberacionista é que, ao não pensar a possibilidade de um consenso sem exclusão, ela valoriza a mobilização das paixões humanas em prol de fins democráticos. Reconhece a natureza conflitiva das relações humanas e, por isso, a necessidade de criar mecanismos que mobilizem as paixões dentro de regras democráticas. Mouffe considera que a ênfase no consenso leva à apatia quanto à participação política e isso pode resultar em posições coletivas que não podem ser manejadas pela democracia, como o recente reaparecimento de grupos de extrema direita na Europa.

Se se aceita, entretanto, que a implementação do princípio democrático seria sempre algo que geraria discordância, mas, em última instância, o resultado de uma articulação hegemônica, pode-se entender que todo “consenso” só existe provisoriamente, como resultado de certa hegemonia, portanto, a estabilização de um poder que acarreta, invariavelmente, alguma forma de exclusão. Nesse sentido, a política se dá através de projetos hegemônicos sempre temporários e quem quer

que se propõe a um projeto dessa natureza deve buscar constituir articulações que não podem se limitar ao corporativismo, por exemplo, da classe operária, aí a importância da referência em Gramsci.

Em que pese a dificuldade de separar a abordagem da filosofia política (o “dever ser” dos objetos) e a da sociologia ou ciência política (os objetos “como eles são”), Laclau e Mouffe frequentemente misturam as duas abordagens, isto é, sua teoria de análise do social e sua filosofia política, como o mundo é e o que deveria ser feito para a conquista de sociedades “radicalmente democráticas e plurais”. Apesar das discrepâncias nas análises sociais e de como alcançar sociedades mais justas, esse elemento é, certamente, central na semelhança entre Marx, marxismo e pós-marxismo. “Os grandes sociólogos nunca deixaram de ser filósofos morais”, diz Robert Nisbet (1970, p. 18), lembrando que as maiores ideias das ciências sociais têm, invariavelmente, um fundo de aspiração moral, e não há qualquer desmerecimento de cientificidade nisso.

Laclau e Mouffe não tratam Marx contra o marxismo, tendência que observava Derrida no início da década de 1990, uma tendência do academicismo reducionista, que tentava despolitizar a referência marxista, resgatando o “Marx filósofo” e tentando calar seu espírito de revolta, seu espírito crítico. Esse espírito e essa herança crítica são valorizados por Derrida (1994) e incorporados por Laclau e Mouffe.

Quando lê-se, por exemplo, “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”, pode-se remeter a um *discurso* dominante “e referir-se assim a um campo conflitual hierarquizado, sem necessariamente subscrever o conceito de classe social”, diz Derrida (1994, p.81), e continua: “não está vedado a uma crítica seletiva filtrar a herança desse enunciado para dele conservar isto e não aquilo”. É possível continuar falando de dominação em um campo de forças “suspendendo a referência a esse suporte último que seria a identidade e a identidade a si de uma classe social”. Laclau e Mouffe vão além disso, e criam toda uma teoria de análise do social que mantém o espírito crítico de Marx e do marxismo e que está de acordo com o desconstrutivismo de Derrida, ao qual eles também recorrem para sua reformulação do conceito de hegemonia.

Continuar a inspirar-se em um certo espírito do marxismo seria permanecer fiel ao que sempre fez do marxismo, em princípio e primeiramente, uma crítica *radical*, a saber, um método pronto à sua autocrítica. Essa crítica se quer, em princípio e explicitamente, aberta sobre sua própria transformação, sua reavaliação e sua auto-reinterpretação. [...] Pois a desconstrução

da ontologia marxista, digamo-lo como “bom marxista”, não denuncia apenas uma camada teórico especulativa do corpo marxista, mas tudo isto que o articula à história mais concreta dos aparelhos e das estratégias do movimento operário mundial [das Internacionais à “monstruosidade totalitária”] (DERRIDA, 1994, p.120-1).

Além desse espírito crítico, dessa postura questionadora, “se trata de uma certa afirmação emancipatória e *messiânica*, de uma certa experiência da promessa que se pode tentar liberar de todo dogmatismo e mesmo de toda determinação metafísico-religiosa, de todo *messianismo*” (DERRIDA, 1994, p.121). A proposta de democracia radical e plural, agonista, inscreve-se precisamente numa ideia da “democracia do porvir”, em acordo com Derrida, embora Laclau (2011*d*) discorde da noção clássica de “emancipação” ligada a essa ideia derridiana de democracia. Uma sociedade na qual os antagonismos tivessem desaparecido, uma sociedade do consenso sem coerção, além de ser uma impossibilidade, não seria uma sociedade livre, “a absoluta realização da democracia e seu desaparecimento completo são sinônimos” (LACLAU, 1990, p.183), pois, considerando o caráter constitutivo do antagonismo nas relações humanas, a democracia só existe no *movimento* pela eliminação de opressões sociais.

Com tudo isso, o que o pós-marxismo quer é relativizar e “historicizar” a teoria marxista, sem negá-la totalmente, para que se possa pensar outras possibilidades históricas diferentes das que são pensáveis dentro do marxismo. Com a transição de um esquema teórico para o outro, a “classe social”, por exemplo, uma categoria básica do marxismo, assim como outras, é pensada dentro de uma vasta amplitude de articulações possíveis para a constituição dos agentes sociais em sujeitos históricos e, com isso, é possível ver que se aprofunda a *historicidade* da análise social (LACLAU, 1990).

3. O CAMPO DISCURSIVO SOBRE DROGAS

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Embora a terminologia “droga” designe, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento” (SENAD, 2010, p.16), podendo ser aplicada tanto para substâncias “tóxicas” quanto para “medicamentos”, o termo “droga” é comumente utilizado pejorativamente, em geral para descrever ou (des)qualificar as substâncias ilícitas. As origens da palavra, entretanto, remontam a contextos diferentes e a significados que têm sofrido alterações ao longo do tempo. A etimologia do termo é controversa. Segundo o historiador Henrique S. Carneiro (2005, p. 11–12), “droga” provavelmente deriva do termo *droog*, palavra holandesa, cujo significado era o de “produtos secos” e servia para designar diversas substâncias naturais utilizadas, principalmente, na alimentação e na medicina do século XVI ao XVIII. O antropólogo Eduardo V. Vargas (2008, p. 42), considerando as hipóteses do latim *drogia*, do árabe *durâwa* e do celta *druko*, elege a holandesa como a mais verossímil, de acordo com o *Diccionario Critico Etimológico de la Lengua Castellana* (1954), de Joan Corominas. O vocábulo teria sido derivado do neerlandês *drogue vate*, cujo significado é “barris de coisas secas”, do qual *drogue* passou a designar o conteúdo, as coisas secas, os produtos. O emprego do vocábulo, entretanto, teria sido registrado pelo menos desde o século XIV, no contexto do contato dos povos europeus com os árabes e outros orientais. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de 1955 (NASCENTES, 1955, p. 164), a primeira opção é o termo neerlandês *droogen*, cujo significado é “seco”, “mercadoria enxuta”.

Além de “produtos secos”, o termo também era utilizado na tinturaria ou como substância que poderia ser consumida apenas por prazer. É o que se encontra no *Diccionario da Lingua Portuguesa*³ (1789, p.457), cuja definição de droga é: “todo o genero de especieria aromatica; tintas, oleos; raizes officinaes de tinturaria, e botica”.

Antes, portanto, de designarem produtos vegetais, animais ou minerais usados como remédios, a palavra droga representou, no

³ O *Diccionario da Lingua Portuguesa*, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva (1789), é considerado o primeiro monolíngue na língua portuguesa (NUNES, 2008, p. 353).

contexto colonial, um conjunto de riquezas exóticas, produtos de luxo destinados ao consumo, ao uso médico e também como “adubo” da alimentação, termo pelo qual se definiam o que hoje chamamos de especiarias (CARNEIRO, 2005, p.14).

Além disso, o período colonial também pode ser incluído entre as sociedades que não fazem uma diferenciação precisa entre comida e droga ou entre alimento e remédio. E ainda hoje temos o café, o açúcar, o vinho, etc., como drogas-alimentos, e chás, por exemplo, que tomamos junto a uma refeição no fim de tarde ou em qualquer outro horário para aliviar dores de estômago e que são, portanto, remédios-alimentos.

Essa distinção na atualidade, entretanto, diz respeito a tentativas de estabelecer fronteiras bem definidas entre drogas, alimentos e remédios. Em termos farmacológicos, todavia, como agentes químicos utilizados para causar alterações bioquímicas e fisiológicas no organismo, bebidas alcoólicas, tabaco, açúcar, mate, café, chás, chocolate, antiansiolíticos, antidepressivos, etc., não se distinguem do ópio, dos cactos e cogumelos alucinógenos, da maconha, da cocaína, da morfina, etc. É assim que Iversen (2012), por exemplo, neurocientista e professor de farmacologia em Oxford, trata as drogas: tanto as lícitas quanto as ilícitas, as substâncias recreativas ou as medicinais. Em termos do poder potencial de causar dependência física e/ou psicológica e danos à saúde pública, por exemplo, essas drogas se diferenciam em suas propriedades químicas. Veremos, porém, que não é este o critério que justifica sua legalidade ou ilegalidade. A maconha, por exemplo, é classificada em tratados internacionais como um “narcótico” perigoso sem usos medicinais, uma classificação muito mais severa do que a da aspirina, por exemplo. Mas a aspirina, usada como analgésico e que pode ser comprada em qualquer farmácia sem prescrição médica, leva à morte milhares de pacientes todos os anos no mundo, em decorrência de hemorragias digestivas (IVERSEN, 2012, p.36-7). Ao mesmo tempo, em milhares de anos de uso, os registros de mortes causadas por maconha são muito escassos, ou quase inexistentes.

Em termos farmacológicos, de fato, algumas drogas (cocaína, heroína, nicotina, por exemplo) apresentam maiores riscos de dependência em relação a outras (maconha e, até mesmo, álcool e anfetaminas) (IVERSEN, 2012, p. 82–3) e, portanto, maior risco de prejuízos à saúde pública. O que conta no final, entretanto, são as condições de uso, as apropriações e reproduções culturais sobre as substâncias. Em contextos mais liberais, algumas drogas causam menos problemas de saúde pública do que nos contextos proibitivos, e em

contextos de estímulos ao uso, liberais ou não, mesmo drogas com menor risco de dependência podem causar problemas, vide o álcool.

Diante disso, a opção aqui feita é a de utilizar a palavra “droga” sem intenção de fazer referências pejorativas a qualquer substância em questão, e de englobar tanto as lícitas quanto as ilícitas. Outra posição importante é a de considerarmos as drogas, como em culturas antigas, substâncias neutras que, em sua simples existência, não têm significado. As consequências dos usos dependem dos sistemas discursivos no qual eles se inserem. Na Grécia antiga, por exemplo, a palavra equivalente à droga era *pharmakón*: remédio ou veneno, cura ou morte, dependendo da dose e da forma de uso. Esse posicionamento também segue a teorização de Laclau e Mouffe sobre a produção social de significados, a ideia do caráter discursivo, histórico e contingente dos objetos.

O fato é que “todos somos viciados”, “todos somos drogados” (CARNEIRO, 2005, p.20), pois todo mundo depende de droga(s) em algum momento da vida. A dicotomia droga *versus* fármaco, na qual a primeira é sinônimo de veneno e o segundo, remédio, é uma oposição discursiva, política, que fundamenta a divisão entre drogas lícitas e ilícitas. É o sistema da proibição, como veremos, o que tenta cristalizar essa diferença, algo que, portanto, é pura construção hegemônica – e, como construção que é, pode ser desconstruída. O trabalho da desconstrução é o de buscar no passado os fundamentos precários do presente. Baseado em Derrida, Laclau (1990, p.192) comenta:

[...] a possibilidade da desconstrução de toda identidade é a condição para afirmar sua historicidade. Desconstruir uma identidade significa mostrar o ‘exterior constitutivo’ que a habita – isto é, o ‘exterior’ que constitui essa identidade e, ao mesmo tempo, a questiona. Mas isso nada mais é que a afirmação de sua contingência – isto é, sua radical historicidade. Pois, se algo é essencialmente histórico e contingente, significa que pode ser sempre radicalmente questionado. E também significa que, nesse caso, não há outra fonte do social que não sejam as decisões das pessoas no processo de construção de suas próprias identidades e existências.

Laclau (1990, p.122) também se reporta a Foucault para falar da reconstrução histórica como um fazer que *interroga* o passado, no sentido de que a história é a história do presente, pois ao questionarmos o passado a partir de uma perspectiva atual é que a história se constrói. Aqui vamos mais longe e nos reportamos a Marc Bloch (1886-1944) (2002), historiador francês que anos antes de Foucault já falava do ofício historiográfico como uma interrogação do passado. Os questionamentos

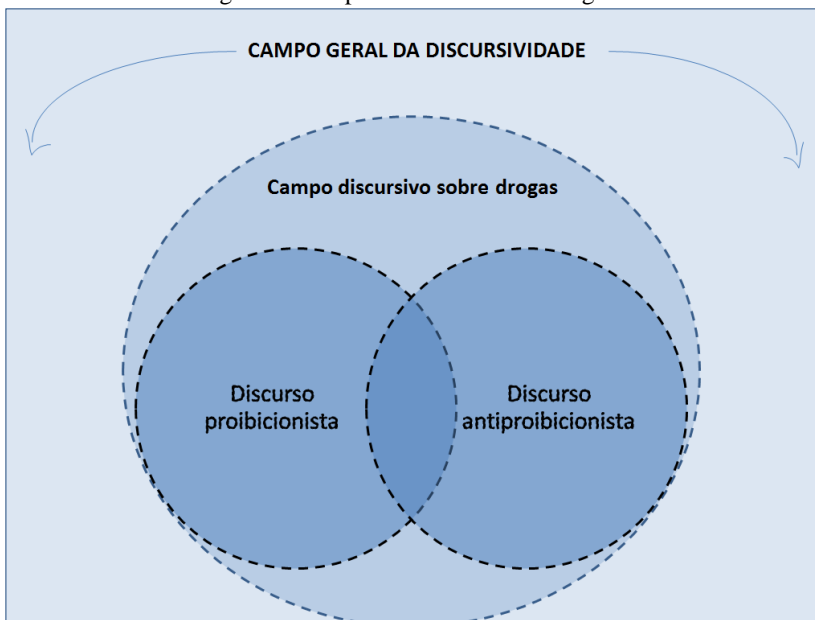
que fazemos falam mais sobre as nossas próprias convicções e inquietações do que sobre o passado. Isso quer dizer que, dependendo do ponto de vista das perguntas que guiam a investigação, o resultado será de diferentes interpretações: todas transitórias, pois questões futuras resultarão em representações diferentes do passado.

Aqui pretendemos questionar a proibição das drogas, suas condições de emergência, seu(s) exterior(es) constitutivo(s). E esse interrogar só é possível, principalmente do ponto de vista do que se pretende analisar nesta dissertação, porque discursos antagônicos ao proibicionismo surgem com cada vez mais força em nossa época, mostrando o exterior que habita o discurso hegemônico, todos os elementos com os quais, contra os quais e por causa deles a proibição se constitui. Se, nos primórdios das atitudes restritivas, encontramos preconceitos raciais e xenofóbicos, como veremos, é porque muitas dessas raízes se mantêm ainda hoje, a partir das quais os questionamentos antiproibicionistas, muitas vezes, se estabelecem. Os discursos sobre legalização, ou descriminalização, das drogas ou apenas da maconha, nas suas mais diversas matizes e orientações políticas, são todos, de alguma forma, “exteriores” que atualmente moldam o sistema da proibição. De que maneira a construção hegemônica sobre drogas vai lidar com essas reivindicações, absorvendo umas e enfraquecendo outras, por exemplo, é uma análise que urge ser feita em algum momento.

Por hora, uma última consideração sobre nosso tema, em relação ao aporte da teoria do discurso, se faz necessária. Laclau e Mouffe tratam conceitualmente o campo da discursividade como aquilo que engloba todos os discursos existentes, na medida em que o próprio social é um espaço discursivo. Aqui, entretanto, nos referimos aos discursos sobre drogas como um campo discursivo específico dentro do campo geral da discursividade. O “campo discursivo sobre drogas” diz respeito tanto às posições, por exemplo, contrárias à proibição (discurso antiproibicionista), quanto àquelas que tentam sustentar a hegemonia (discurso proibicionista), ou que não se colocam exatamente em um dos dois lados, embora dialoguem com eles, de alguma forma. Em que medida existem de fato articulações antagônicas à proibição, estabelecendo os efeitos de fronteira (antagonismo e instabilidade) necessários para se falar em um projeto hegemônico, é um tema que também demandaria uma análise específica. Mas, se considerarmos que vários elementos, indivíduos e grupos sociais, se articulam em torno de mudanças nas políticas sobre drogas, como veremos que se articulam, podemos afirmar que existe aí um discurso, embora pareça pouco

articulado, antagônico ao discurso da proibição. Por isso a escolha em tratarmos o tema por meio da expressão “campo discursivo sobre drogas” (Figura 2).

Figura 2: Campo discursivo sobre drogas.



Fonte: Elaboração própria.

3.2 AS DROGAS E A HISTÓRIA HUMANA

Podemos observar que o uso de substâncias psicoativas através da história esteve presente em diversas culturas, para os mais variados objetivos, sendo empregado com fins curativos, religiosos, recreativos, ou, ainda, para alcançar êxtase durante as mais diversas práticas, desde a pré-história.

Segundo informações fornecidas por Antonio Escohotado (1998; 1999), historiador espanhol especialista em história das drogas, os primeiros registros de restos de fibras de cânhamo⁴, por exemplo,

⁴ Cânhamo é a planta da maconha. Enquanto o segundo termo (um anagrama do primeiro) pode ser usado para descrever as folhas e flores, utiliza-se o termo cânhamo geralmente quando a intenção é especificar os outros usos da planta

remontam a 4 mil anos a.C. nos territórios que hoje correspondem à China, e 3 mil anos a.C. a planta já era utilizada para “alívio do corpo” e comunicação com espíritos. Também na Índia, em tempos remotos, a tradição brâmane considerava que a maconha agilizava a mente, alongando a vida e renovando desejos sexuais, e a utilizava como tratamento para febre, insônia, tosse, etc. O cultivo de cânhamo também é muito antigo na Europa Ocidental entre os povos celtas e entre os druidas, cujos registros indicam que utilizavam a planta como uma droga por volta dos anos 700 d.C. A papoula, por sua vez, era conhecida no sul da Espanha e da Grécia, no nordeste da África e na Mesopotâmia por volta de 3 mil anos a.C. Entre as substâncias listadas na farmacopeia antiga do Egito, figuram a cerveja e o vinho. Na América, os usos de tabaco e de cogumelos na área central do continente remontam a 7 mil e 10 mil anos a.C., respectivamente. Esses usos, bem como o de outras plantas e o do cacto “visionário” do Peru, por exemplo, de 10 mil anos a.C., costumavam ter funções ritualísticas. Além dessas, diversas plantas estimulantes, como o guaraná, o cacau e o mate, também são americanas. Registra-se que o uso da folha de coca, nos Andes, tem ocorrido desde o século 300 a.C.. Na China, chás estimulantes já eram utilizados 5 mil anos a.C. Os estimulantes, segundo Escohotado (1999, p.9), nunca serviram para a produção de êxtase em rituais, caracterizando-se desde o começo como profanos. Na Índia, segundo Iversen (2012, p. 8–10), o sistema aiurvédico de medicina existe há 3 mil anos e costuma utilizar drogas naturais, muitas vezes em misturas complexas.

Na cultura greco-romana, as drogas eram vistas como “espíritos neutros”, capazes de gerar situações boas ou más dependendo do

que não os psicoativos. Do cânhamo extrai-se, por exemplo, uma fibra muito resistente com feixes que podem chegar a 4,5 metros e que é excelente para usos têxteis ou na fabricação de cordas (as fibras do algodão, em comparação, têm apenas 2 centímetros). Toda a planta *cannabis*, durante longos períodos da história humana, foi utilizada para diversos fins, além dos psicoativos. Das sementes se extrai um óleo que pode ser usado como base de produtos cosméticos, ou na fabricação de vernizes, tintas e combustíveis. Também servem como nutrição, ingeridas cruas, germinadas, em forma de farinha, etc. E é uma ótima planta para a produção de papel, por exemplo. Um guia muito interessante, com a descrição desses e de outros usos do cânhamo, ou *cannabis*, pode ser encontrado em: Rowan Robinson, *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*, 1999. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/download/oj6clw7wqol646w/O+Grande+Livro+da+Cannabis.pdf>>. Acesso: 11 abr. 2015.

indivíduo e da ocasião, não da substância em si. Entre os gregos, particularmente, havia uma diversidade de plantas com propriedades psicoativas, entre elas as daturas e a mandrágora, e também havia maconha, cerveja, vinho e, sobretudo, o ópio, resina seca extraída da papoula. Usadas em tratamentos, a diferença entre cada uma dessas drogas era a proporção entre a dose ativa e a letal, de maneira que a quantidade era o que diferenciava a cura do veneno. O ópio era a droga mais popular, usado isoladamente ou como ingrediente em milhares de antídotos. Entre os romanos, a demanda por ópio também foi muito grande: no Império, chegou a ser responsável por 15% dos impostos, distribuído por mais de 700 lojas (ESCOHOTADO, 1999). O uso dessa substância era um hábito tão comum quanto qualquer atividade do dia-a-dia e, apesar disso, nunca chegou a configurar um problema público. Também gostavam muito de beber, mas menores de 30 anos e mulheres eram moralmente proibidas, estas altamente marginalizadas se bebessem. O culto a Dionísio/Baco, no mundo mediterrâneo, com características ligadas ao consumo de vinho, teve muita popularidade. Na Roma antiga, realizavam-se festas religiosas em homenagem a Baco, e também as dionisíacas, famosas por sua proibição no ano 186 a.C., em virtude de seu caráter secreto (JUNQUEIRA; AMES, 2010; LÍVIO, 1978).

Escohotado (1999, p.23) considera que a ideia das drogas como espíritos neutros ou imparciais, entre outras denominações possíveis, é algo comum a muitas culturas diferentes e por longos períodos, no sentido de que elas apenas intensificavam inclinações naturais dos indivíduos para o bem ou para o mal. Essa neutralidade das drogas entrou em colapso com a cristianização do Império Romano, a partir do momento em que houve a necessidade de diferenciação total entre povos pagãos e cristãos. Entre outras coisas, os usos mágicos e religiosos foram estigmatizados como uma embriaguez que implicava uma fraqueza culposa e o conhecimento pagão relacionado às drogas foi considerado contaminado por bruxaria.

Também no Islã, a ideia das drogas como espíritos neutros se fez presente, equivalente ao que se considerava na cultura greco-romana. Mas, a partir do fim do século XIII, toda forma de embriaguez se tornou culposa, à medida que o relaxamento induzido deixou de ser visto como algo cultural para se tornar um prazer proibido. Antes disso, entretanto, o uso do haxixe⁵ já era imputado de maneira pejorativa a setores

⁵ O haxixe é uma resina seca, extraída por meio da maceração das flores e

marginalizados daquela sociedade. No Oriente, principalmente na Índia, e no norte da África, a produção e o consumo de haxixe remontam a tempos muito antigos. Escohotado (1999, p.31), inclusive, comenta a associação entre o haxixe e a “ordem dos *hashischins*”, no século XI, que teria dado origem à palavra “assassino”⁶.

Por volta do século X, com a integração Estado-Igreja no Ocidente, o uso terapêutico de drogas passou a ser heresia. Durante a Inquisição, o uso de qualquer droga com fins prazerosos ou religiosos, exceto o álcool, era punido com tortura e morte. Essa atitude foi uma das motivações da perseguição contra as “bruxas”, muitas delas

inflorescências da *cannabis sativa* ou *indica*, e que pode ser fumada ou ingerida.

⁶ Necessário relativizar e situar historicamente o mal-entendido a que se refere Escohotado. Perseguidos por grupos sunitas, então hegemônicos no islã medieval, os nizaris – verdadeiro nome daquela confraria xiita – eram chamados *hashischins* – usuários de haxixe – pelo simples fato de atuarem, majoritariamente, entre grupos desfavorecidos e marginalizados socialmente, praticando, principalmente, ações de proselitismo. Ocultando-se nesses espaços, onde estavam abrigados do controle direto dos governantes, os nizaris só atuavam de maneira deliberadamente pública ao executarem adversários políticos. Como estas eram suas únicas ações visíveis, acabaram sendo interpretadas como atividades-fim pelos desavisados cruzados, que associaram a alcunha *hashischin* a matadores em vez de a usuários de maconha. Dali se originaria, por derivação, o vocábulo “assassino”, palavra que passaria a compor o vocabulário das mais diversas línguas faladas por cristãos, nos termos descritos por Daftary (2011): “The term *assassin*, which appeared in European languages in a variety of forms (e.g., *assassini*, *assissini*, and *heyssisini*), was evidently based on variants of the Arabic word *hashishi* (pl. *hashishiyya*, *hashishin*). The latter was applied by other Muslims to Nizaris in the pejorative sense of ‘low-class rabble’ or ‘people of lax morality’, without any derivative explanation reflecting any special connection between the Nizaris and hashish, a product of hemp. This term of abuse was picked up locally in Syria by the Crusaders and European travelers and adopted as the designation of the Nizari Ismailis. Subsequently, after the etymology of the term had been forgotten, it came to be used in Europe as a noun meaning ‘murderer’. Thus, a misnomer rooted in abuse eventually resulted in a new word, *assassin*, in European languages”. Posteriormente, os dois significados – matador e usuário de haxixe – passaram a ser vinculados como forma de justificar a eventual exposição suicida dos “assassinos” a situações de risco, tais como as ações de execução de autoridades, estas últimas, geralmente, bem protegidas. Tais ações, entretanto, costumavam demandar, além de uma cuidadosa preparação, atenção e cálculo maximizados. O que não parece comportamento sustentável sob efeito de alucinógenos.

curandeiras. O bom vinho, entretanto, era usado apenas por nobres, clero e burguesia e quem tivesse conexões com a alta sociedade podia ter acesso a terapias com ópio e maconha já desde o século XII.

A partir do século XIV, devido à ameaça da fogueira, desenvolveu-se uma fronteira entre a mágica e a “farmacologia”, no contexto das universidades, capazes de resistir à Inquisição. O ponto alto desse desenvolvimento foi a “Renascença”, que voltou a pensar as drogas à maneira greco-romana. Crucial nesse processo foi uma atitude em torno das drogas que reduzia supostos poderes sobrenaturais a algo que era natural às plantas: tanto as propriedades tóxicas quanto as de cura. Apresentou-se essa característica natural como algo útil, como uma medicina saudável, por meio do trabalho de Paracelso, por exemplo, alquimista do século XIV, inaugurando o casamento entre medicina e química. Depois disso, o uso do ópio perdeu seu caráter herético, tornando-se um remédio “científico”, até que se popularizou no século XVIII. A efetividade do ópio rendeu prestígio aos grupos médicos, favorecendo sua desvinculação de aprendizes e curandeiros.

Nas Américas, as riquezas descobertas por pessoas europeias não se limitaram a metais preciosos: diante da variedade botânica, muitos doutores espanhóis vinham aprender com herbalistas nativos(as), espalhando o conhecimento sobre as plantas e preparos em outros lugares. Entre o peiote, cogumelos, coca, mate, guaraná, e uma infinidade de outras plantas, o tabaco era a droga mais popular, em forma de bebida, comida ou fumo, intervindo em cerimônias religiosas, ritos de passagem e outros usos cotidianos do Mississipi à Patagônia (ESCOHOTADO, 1999, p.55-6). Foi também a planta que rapidamente se espalhou pela Europa, pela África, e pela Ásia, até que, no início do século XVII (1611), a coroa espanhola começou a taxar sua importação e, logo em seguida, colocou-a sob um regime de monopólio estatal. Nessa época, as colônias de Virginia, Maryland e Carolina do Norte começaram um grande cultivo de tabaco, até que Jaime I da Inglaterra, mesmo condenando o uso da planta, decidiu taxar sua importação (CARNEIRO, 2004, p.5).

Com o fluxo de tabaco controlado por Espanha e Inglaterra, outros governos reagiram contra essa droga até então desconhecida, decretando sua proibição, antes de perceberem as possibilidades de rendimento fiscal. No início do século XVII, as proibições ao tabaco ocorreram em diversos lugares: Japão, Suécia, Dinamarca, Nápoles, entre outros (BRAUDEL, 2005, p.235). Em meados desse século o czar Fedorovich da Rússia, o sultão Murad IV do Império Otomano, e o

imperador da dinastia Ming da China tentaram impor punições severas tais como tortura e morte a quem usasse tabaco. Não demorou para que fosse proibido em outros lugares do mundo como a Bavária, Zurique, Transilvânia e a Pérsia. Em todos esses lugares, entretanto, as proibições foram letra morta. Ao mesmo tempo, Portugal, França e Áustria passaram a taxar o comércio até que, no século XVIII, os ares liberais forçaram o recuo das proibições. Dessa forma, a geração de impostos e a expansão do uso de tabaco por camadas nobres da população, tal como o clero, estabeleceram a legalidade da droga, apesar das tentativas de proibição (ESCOHOTADO, 1999, p.57). Até jesuítas chegaram a trabalhar no fabrico e no tráfico de tabaco (como também no de cachaça, em troca de mão de obra escrava).

Carneiro (2004, p.1) considera que pelo menos três grandes ciclos comerciais se organizaram em torno das drogas na época moderna. O primeiro foi o das especiarias, responsável pelas descobertas marítimas e que o historiador francês Fernand Braudel (2005 [1979], p.196) vai chamar de “a loucura das especiarias”, falando da paixão europeia por pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, etc.: “o Ocidente sacrifica-lhe bastante dos seus metais preciosos e, para obtê-las, empreende o difícil comércio do Levante que dá meia volta à Terra”.

A produção e o comércio do açúcar, da aguardente e do tabaco, por sua vez, baseiam o segundo ciclo e marcam a formação colonial a partir do século XVII, com a economia atlântica do tráfico de pessoas africanas para o trabalho escravo.

O terceiro ciclo, a partir do século XVII, é o das bebidas quentes e excitantes que, no século XIX, chegou a provocar duas guerras da Grã-Bretanha contra a China: as Guerras do Ópio (ESCOHOTADO, 1999, p.58-66; RODRIGUES, 2008, p. 91–2). A China mantinha restrições sobre o comércio estrangeiro, ao passo que conseguia muito ganhos com a exportação de chá, junto à seda e à porcelana, para a Grã-Bretanha, o que levou ao desequilíbrio da balança comercial britânica com a Ásia. Para compensar, britânicos tentaram substituir o pagamento do chá pelo ópio produzido na Índia, ao invés do pagamento em prata, e então começaram a traficar a droga para dentro da China. O governo chinês se opôs e quis proibir o ópio, levando a coroa britânica a declarar guerra, sob outros pretextos. Ao fim do primeiro conflito (1839-1842), assinou-se o Tratado de Nanquim, que abria cinco portos chineses ao comércio de ópio britânico, e cedia a ilha de Hong Kong por 155 anos. Apesar disso, a política protecionista chinesa prosseguiu, de maneira que um novo conflito se instaurou (1856-1860), com britânicos novamente vencedores, abrindo mais 11 portos na China.

Vários acontecimentos extraordinários, ao longo da história, como podemos ver, envolveram o comércio e o consumo de drogas, de maneira que não há como subestimar a importância desses produtos nas relações humanas em todas as suas esferas e épocas. Como vimos, a perseguição contra as drogas foi um fator importante da caça às bruxas e da própria Inquisição. E não parou por aí.

Foi pelo açúcar que os africanos foram escravizados numa diáspora de milhões de degregados para as Américas, pelas especiarias os europeus se lançaram aos mares desconhecidos em busca do caminho das Índias, pelo chá a Inglaterra inundou a China de ópio, com o tabaco se colonizou a Virgínia, com o café se ampliou a capacidade de trabalho e de vigília do proletariado e dos soldados da era contemporânea e com o álcool destilado se obteve consolo, anestesia e lucros (CARNEIRO, 2004, p.2).

O álcool, particularmente, tem uma especial importância na história das civilizações. Não apenas como uma mercadoria-chave na constituição do circuito comercial que formou o mercado mundial – tanto na utilização de aguardente como moeda de escambo para o tráfico negreiro, quanto no emprego da mão de obra escrava no plantio da matéria-prima a ser destilada nos alambiques dos engenhos. Se o álcool destilado só se tornou acessível a partir do século XVI, o vinho e outras bebidas fermentadas estiveram presentes desde tempos remotos e foi particularmente importante no mundo antigo: Roma chegou a consumir diariamente meio litro de vinho per capita (CARNEIRO, 2004, p. 3) e a bebida se difundiu na era cristã por meio das conversões religiosas e, mais tarde, das navegações que levaram a “religião do vinho” para as Américas e outras partes do mundo. No final do século XIX uma reação política contra o álcool se instalaria nos Estados Unidos e se tornaria o parâmetro das posteriores oposições a outras drogas naquele e em outros países.

Na realidade, todas as civilizações necessitam de luxos alimentares e de uma série de estimulantes, de “dopantes”. Nos séculos XII e XIII, a loucura das especiarias e da pimenta; no século XVI, o primeiro álcool; a seguir o chá, o café, sem contar o tabaco. Os séculos XIX e XX terão seus novos luxos, as suas drogas boas ou detestáveis (BRAUDEL, 2005, p.232).

Sobre o século XIX, cabe dizer que foi um período muito produtivo para a farmacologia. Em meados desse século, havia milhares de remédios, quase todos com drogas psicoativas e com ampla publicidade. Foi o século das descobertas dos princípios ativos, com a possibilidade de administração de doses exatas, melhorando as margens de segurança em tratamentos médicos. Foi a revolução médica da

morfina, aumentando o sucesso das cirurgias e diminuindo consideravelmente os casos de morte.

A morfina também era usada recreativamente, segundo Escotado (1999), na maior parte das vezes por pessoas das classes médias que mantinham seu hábito sem gerar problemas sociais graves e de maneira discreta, embora em alguns salões europeus houvesse a prática, na época considerada elegante, de injetar-se em público. No final do século XIX, a heroína, cinco vezes mais potente que a morfina, invadiu as farmácias (vide Figuras 3 e 4) e, juntamente com a aspirina, transformou a Bayer numa gigante do ramo. A heroína foi apresentada, inicialmente, como um remédio contra a dependência em morfina. Meio século depois, o plano seria tratar a dependência em heroína com a metadona (prática que até hoje ocorre em clínicas de reabilitação que tenham a redução de danos como parâmetro no tratamento da dependência química). Outra droga potente, a cocaína, foi isolada em 1859 e sua publicidade foi ainda mais intensa (Figura 5). Em 1890 já havia mais de 100 tipos de bebidas contendo extrato de coca ou cocaína pura, entre elas a Coca-Cola (ESCOHOTADO, 1999, p.71; IVERSEN, 2012, p. 19–21, 105).

Figura 3: Frasco de heroína da Bayer, 1901.



Fonte: Herb Museum (s.d.).

Figura 4: Heroína como remédio contra tosse, 1901.

Am. J. Ph.] 7 [December, 1901

BAYER Pharmaceutical Products

HEROIN—HYDROCHLORIDE

is pre-eminently adapted for the manufacture of cough elixirs, cough balsams, cough drops, cough lozenges, and cough medicines of any kind. Price in 1 oz. packages, \$4.85 per ounce; less in larger quantities. The efficient dose being very small (1-48 to 1-24 gr.), it is

The Cheapest Specific for the Relief of Coughs
(In bronchitis, phthisis, whooping cough, etc., etc.)

WRITE FOR LITERATURE TO
FARBENFABRIKEN OF ELBERFELD COMPANY
SELLING AGENTS
P. O. Box 2160 40 Stone Street, NEW YORK

Fonte: Opioids (s.d.).

Figura 5: Drops de cocaína contra dor de dente, 1885.



COCAINE
TOOTHACHE DROPS

Instantaneous Cure!
PRICE 15 CENTS.
Prepared by the
LLOYD MANUFACTURING CO.
219 HUDSON AVE., ALBANY, N. Y.
For sale by all Druggists.
(Registered March 1885.) See other side.

Fonte: Propagandas Históricas (s.d.).

3.3 AS PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES CONTRA AS DROGAS

O final do século XIX também viu o surgimento de movimentos puritanos de “temperança” nos EUA, tendo o álcool como a principal droga psicoativa contra a qual reivindicavam do Estado medidas coercitivas. Já em 1869 foi fundado o Partido Proibicionista (*Prohibitionist Party*) dos Estados Unidos, uma minoria, no início, mas que ganhou cada vez mais espaços. 1873, por sua vez, foi o ano de criação da Sociedade pela Supressão do Vício, a qual, por sua organização e métodos, se tornou o modelo da posterior cruzada contra

as drogas. Agremiações como a Liga *Anti-Saloon*, fundada em 1893, defendiam uma “moralização” daquele país por meio da repressão às práticas dos *saloons*, bares que reuniam pessoas em torno dos jogos, da prostituição e do consumo de álcool, atividades consideradas imorais e corruptoras das virtudes puritanas – religiosidade, comedimento, castidade e sobriedade (ESCOHOTADO, 1999, p.76; RODRIGUES, 2008, p. 92–3). O objetivo de uma América livre de “bêbados, apostadores e fornicadores”, da Liga Anti-Saloon, foi capaz de mobilizar uma enorme quantidade de pessoas, conforme foto histórica de 1915 (Figura 6).

Figura 6: Décima Sexta Convenção da Liga Anti-Saloon, Atlantic City, 1915.



Fonte: Sparrow (1915).

A primeira mobilização internacional, com a participação de doze países, culminou na Conferência de Xangai, em 1909, para tratar do ópio. O encontro foi resultado da articulação entre China e EUA: as autoridades chinesas tinham se entusiasmado com a atitude estadunidense na administração das Filipinas (território anexado após a guerra hispano-americana, em 1898), em torno de uma lei temporária que interditava a livre venda de ópio que não fosse com fins medicinais. Para os EUA, mais do que uma preocupação com a questão das drogas, estava em jogo uma oportunidade de criar influências na Ásia (RODRIGUES, 2008, p. 92–3), até então dominadas por europeus, num lugar onde o ópio já era uma preocupação desde as guerras da Grã-Bretanha contra a China.

As medidas adotadas nos arquipélagos eram mais intervencionistas do que a política no território estadunidense na América. Lá estava em vigor a *Food and Drugs Act*, de 1906, que apenas regulava a produção e comercialização de alimentos e drogas, com obrigatoriedades em torno de rótulos com definição de conteúdos, e de armazenagem e transporte segundo as especificações sanitárias da lei. Protegia as pessoas contra o consumo de produtos adulterados e inaugurava uma postura de intervenção do Estado na vida norte americana. A lei recebeu várias emendas posteriores e, entre elas, vale

notar, apenas em 1913 se fez a distinção entre drogas (*drugs*) e remédios (*medicines*) (RODRIGUES, 2004, p. 45–6).

A organização da Conferência em Xangai teve participação do bispo de Manila, Charles Henry Brent (1862-1929), uma das pessoas responsáveis pela promoção da proibição do uso não medicinal do ópio nas Filipinas (ESCOHOTADO, 1999, p.77). Brent vinha se movimentando junto às sociedades missionárias estadunidenses nas ilhas, algo que proporcionava o apoio dos grupos proibicionistas nos EUA. Seus contatos com o presidente Franklin D. Roosevelt (1882-1945) e com o governador do território permitiram que sua movimentação fosse absorvida pela política governamental, a qual via no “combate” ao ópio perto da China uma maneira de penetrar no continente asiático.

O resultado da Conferência foram apenas recomendações gerais para a redução do mercado de opiáceos, mas o documento final trazia a marca das diretrizes no caso das Filipinas e que, mais tarde, seria uma das principais características do início do proibicionismo: a ilegalidade das formas de usos recreativos de drogas e a legalidade apenas sob controle para uso médico (RODRIGUES, 2002, p.103; 2008, p.93).

Em 1911, a Conferência de Haia, na Holanda, cujo documento foi assinado em 1912, satisfaz os diplomatas estadunidenses, pois fixou determinações aos Estados signatários que, a partir dali, ficavam obrigados a restringir toda utilização de cocaína ou opiáceos que não atendessem a recomendações médicas. O Tratado de Haia serviu como um instrumento para pressionar reformas legais internas aos Estados Unidos, o que culminou na aprovação da Lei Harrison (*Harrison Act*), em 1914, para regozijo dos movimentos puritanos (RODRIGUES, 2008, p.93; 2002, p.103). Essa lei tentava eliminar todos os usos não medicinais de ópio, morfina e cocaína, sendo que o órgão responsável por essa distinção seria o Departamento de Controle de Narcóticos. Alguns dias depois, chegaria ao Congresso uma petição com 6 milhões de assinaturas para que se estabelecesse uma lei “seca”.

Escotado (1999, p.80) conta que desde 1905 estava disponível um relatório com informações sobre a quantidade de pessoas usuárias de cocaína e opiáceos nos EUA, reunidas por um comitê especial criado pelo Congresso. Estimava-se que 200 mil pessoas – 0,5% da população na época – faziam uso dessas drogas e se concluiu que haveria um rápido aumento desse número com o avanço das importações. O relatório não mencionava, porém, qualquer caso de morte accidental por overdose ou crimes cometidos sob a “influência” de morfina ou ópio.

Nesse momento, as pessoas usuárias dessas drogas eram geralmente bem integradas socialmente, de meia idade, ou então mais velhas, que haviam começado a usar essas substâncias sob recomendação médica, cerca de uma década antes.

Quatorze anos depois, outro relatório estimou um número de quase 240 mil pessoas, indicando que a taxa de crescimento do consumo era menor que a do crescimento populacional. Mais uma vez não se mencionou qualquer caso de overdose ou crimes cometidos por pessoas sob a influência de drogas, apesar da enorme quantidade de farmácias com todo tipo de substância disponível. 1919, entretanto, foi um ano de fervor em torno do desejo proibicionista e essa estimativa pareceu ameaçadora. Proibicionistas estavam convencidos(as) de que todo uso, mesmo feito ocasionalmente, era um vício e de que aquelas pessoas deixariam de usar drogas se o acesso fosse dificultado (ESCOHOTADO, 1999, p.81).

Essa fase do processo de proibição pode ser identificada com um preconceito cada vez maior contra pessoas imigrantes mexicanas, chinesas e irlandesas nos EUA e contra as pessoas negras do sul do país. Diferentes drogas foram identificadas com grupos delimitados por classe social, raça ou nacionalidade. Ocorriam boatos de que pessoas chinesas, por causa do uso do ópio, corrompiam crianças e que negros cometiam crimes sexuais sob efeito de cocaína. Pessoas mexicanas, por sua vez, foram identificadas ao uso de maconha, e a intenção de abolir o álcool relacionava-se a uma suposta imoralidade de grupos judeus e irlandeses. Todos esses grupos foram identificados por uma inferioridade moral e econômica e, então, algo que fazia parte de suas culturas passou a ser objeto de repreensões – nesse caso, as drogas que cada um usava. Vale lembrar que nem todas as drogas foram perseguidas: os barbitúricos⁷, por exemplo, não foram identificados com grupos sociais marginais ou imigrantes e, durante muito tempo,

⁷ Os barbitúricos tiveram grande popularidade no século XX. Sua venda legal chegou a uma quantia equivalente a 4 toneladas de ópio cru e eram distribuídos sem prescrição em diversos lugares do mundo. Um de seus efeitos é um estado de entorpecimento entre a embriaguez alcoólica e o sono. Em doses muito altas leva quase inevitavelmente à morte (por isso, foram muito usados em casos de suicídio). Em meados da década de 1960, mais de 100 mil britânicos e 250 mil estadunidenses eram dependentes desse tipo de droga. A dependência de barbitúricos pode causar crises de abstinência muito mais fortes e piores do que as da heroína, por exemplo, e com maior risco de morte. Apesar disso, a maior parte dos usos era feita com moderação. (ESCOHOTADO, 1999, p.95-6).

permaneceram ignorados pela reforma moral relacionada a outras drogas.

Outro fator importante, e relacionado ao anterior, foi a movimentação médica e farmacêutica em direção a um monopólio terapêutico que excluísse terapias “naturais”, não ligadas à “ciência”. Já no final do século XIX, as associações médicas e farmacêuticas viram uma oportunidade de aliança com a onda de puritanismo, visando obter controle sobre todas as drogas, até que essa articulação entre os movimentos puritanos e o médico/farmacêutico recebeu contornos legais com a aprovação da Lei Harrison. Ópio, morfina, heroína e cocaína eram permitidas apenas sob prescrição médica, uso social/recreativo proibido. Mas ainda faltavam restrições à droga que tinha estado no centro das reivindicações proibicionistas desde o início: o álcool.

3.4 A LEI SECA NOS ESTADOS UNIDOS

Em 1919, após anos de debates na mídia, no Congresso e na Suprema Corte, e com a vitória na Primeira Guerra Mundial que impôs o Tratado de Haia aos países perdedores (a Alemanha, por exemplo, grande produtora de medicamentos), o clima ficou favorável aos movimentos proibicionistas. Estes conseguiram realizar uma Emenda à Constituição, a *Volstead Act*, que ficou conhecida como Lei Seca, ou “*Prohibition*”, e visava proibir a produção, circulação, armazenagem, venda, importação e exportação de álcool em todo o território dos Estados Unidos, exceto pesquisa científica e usos religiosos. O proibicionismo, a partir dali, se modelava em torno do objetivo de abolir uma droga e diversos hábitos relacionados a ela, fórmula que logo atingiria outras substâncias psicoativas já regulamentadas ou não.

Além do preconceito contra grupos judeus e imigrantes irlandeses, outro fator de importância na implementação da Lei Seca pode ter sido o que Gramsci (2001b [1934]) identificou no texto de *Americanismo e Fordismo*: a proibição do álcool como uma das manifestações dos mecanismos de aumento da produtividade no trabalho, por meio de um controle não apenas da linha de produção como também da vida cotidiana do operariado, principalmente de sua vida sexual e das formas de entretenimento, nas quais o álcool tinha passado a ser visto como um risco social para a perda de autocontrole e uma ameaça à produtividade.

Gramsci percebeu que o que estava em jogo no fordismo não era

apenas um novo sistema de reprodução da força de trabalho, com uma nova gerência e modo de controlar a atividade produtiva, mas, também e principalmente, um novo estilo de vida em todas as dimensões. Essa hegemonia era construída, por um lado, com o consentimento marcado pelos altos salários, diversos benefícios sociais, e uma propaganda ideológica e política muito hábil e, por outro, com a coerção marcada pela destruição do operariado de base, pela regulação da questão sexual e o proibicionismo. Foi assim que se tentou organizar o trabalho e a produção social do consentimento na indústria moderna.

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2001b, p.266).

Os altos salários, nesse sentido, eram um instrumento para selecionar as pessoas mais qualificadas e adaptáveis ao sistema de produção e mantê-las de modo estável. Mas era necessário que esses altos salários fossem gastos “racionalmente”, de modo a conservar, renovar e, se possível, aumentar a eficiência psicofísica, e não para destruí-la ou danificá-la, por meio dos “excessos” sexuais ou do alcoolismo. Era por isso que Henry Ford se preocupava em intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados, para controlar como viviam e como gastavam os salários. E é por isso que, segundo Gramsci, o controle do álcool se tornou função do Estado. A imagem a seguir (Figura 7) ilustra parte dos esforços empreendidos.

Figura 7: Apreensão e destruição de bebidas alcoólicas por oficiais estadunidenses, 1920.



Fonte: Robert (1920).

As consequências da Lei Seca são bem conhecidas. Com o efeito aparentemente paradoxal de catalisar aquilo que propunha extinguir, a lei não apenas não diminuiu a circulação de álcool como criou uma multidão de pessoas criminosas. Literalmente criou o crime que se organizou em torno da produção e venda de álcool; criou também um enorme aparato de repressão e, ao mesmo tempo, policiais recebendo condenações por extorsão – um quadro de oportunidades de ganhos tanto do lado “legal” quanto do “ilegal”, exceto do lado da enorme população carcerária que surgiu naquele momento.

Além disso, devido à dificuldade de armazenamento, a maior parte das bebidas vendidas era destilada, mais álcool em menos espaço, em comparação com a cerveja ou com o vinho e, portanto, maior potencial lucrativo, bem como nocivo. O número de mortes por intoxicação também aumentou muito, já que nenhum critério de qualidade ou pureza vale para um produto proibido. Outra mudança, segundo Escohotado (1999, p.81), foi o tipo de pessoas usuárias: mais jovens, de baixa renda, geralmente já com ficha criminal e, por isso, mais dispostas a se arriscarem no mercado ilícito. Burgierman (2011, p. 31) cita outros números da Lei Seca: em 1929, as penas já eram dez vezes mais rigorosas que em 1920, os gastos passaram de 2 a 12 milhões

de dólares, e em 1932 a população carcerária que, em 1920, era de 3 mil pessoas, passou para 12 mil. Nada disso diminuía a oferta de bebidas, pois ao mesmo tempo em que o negócio ficava mais perigoso, devido ao aumento da repressão, ele ficava mais lucrativo: “o mercado remunera o risco” (BURGIERMAN, 2011, p. 30).

Em 1933, diante do óbvio fracasso do objetivo inicial da proibição, outra Emenda Constitucional revogou a lei, no contexto das medidas de enfrentamento da crise econômica a partir de 1929 e da pressão de movimentos antiproibicionistas, na maior parte compostos por pessoas de classes abastadas. Os anos da Proibição serviram também como um estopim para o avanço significativo no uso da maconha (ROBINSON, 1999, p. 90) e para que o aparato repressivo antes destinado ao controle do uso de álcool fosse transferido para a repressão ao tráfico e ao consumo de outras drogas. A proibição do álcool nos aparece hoje como um laboratório preliminar das experiências seguintes e deveria ter servido de lição, mas, com a perda de influência das atitudes antialcoólicas, outras substâncias assumiram o papel de bodes expiatórios, rendendo enormes lucros ao comércio clandestino.

3.5 CAMPANHA CONTRA A MACONHA

Rowan Robinson (1999, p.88-9), conta que, antes da perseguição à maconha, o século XIX presenciou anos de venda e consumo sem maiores problemas: centenas de casas de haxixe atendiam pessoas ricas nos salões de Nova Iorque, embora a atividade fosse feita com discrição. Na década de 1890, sociedades femininas de temperança chegaram até mesmo a recomendar o uso de haxixe, ao invés do álcool, por acreditarem que o espancamento de mulheres dava-se em função do consumo de bebida pelos homens.

O início do século XX, entretanto, viu o surgimento de campanhas contra a maconha e uma movimentação que culminou na Lei de Taxação da Maconha (*Marihuana Tax Act*), em 1937, um imposto muito alto sobre a produção agrícola e a venda que, na prática, inviabilizava o cultivo e o comércio, principalmente de pequenos produtores, que eram a maioria. Além disso, a lei estabelecia a obrigatoriedade de um selo de produção que dificilmente era fornecido pelo governo. Mas, desde a primeira década desse século, restrições já vinham se expandindo pelas federações dos EUA. A imigração mexicana causava tensão nos estados da fronteira, e estas mesmas pessoas faziam uso de maconha para relaxar após o trabalho no campo. Não por acaso, a Califórnia foi o primeiro estado a considerar o porte de maconha um

delito, já em 1907.

Com a crise da década de 1930, no sul dos EUA ouvia-se muito que a planta proporcionava uma força extraordinária aos mexicanos, o que geraria uma vantagem injusta na busca por empregos, ou que, sob seu efeito, eles eram levados a estuprar mulheres brancas e que a maior parte dos crimes era cometida por mexicanos sob efeito de maconha (BURGIERMAN; NUNES, 2002, p.34). Um dos responsáveis por essa campanha difamatória era William R. Hearst (1863-1951), proprietário de uma grande rede de jornais. Foi nessa campanha que se popularizou o termo “*marihuana*”, pois Hearst queria algo que soasse bem hispânico para haver a associação direta entre a maconha e pessoas mexicanas (BURGIERMAN; NUNES, 2002, p.34; ROBINSON, 1999, p.91). Estas pessoas eram retratadas nos jornais de Hearst como degeneradas, violentas, fumantes de maconha e ladras de emprego. A falta de simpatia de Hearst em relação a elas talvez fosse advinda do fato de que ele havia perdido mais de 300 mil hectares de floresta nativa para o exército de Pancho Villa, durante a Revolução Mexicana de 1910 (ROBINSON, 1999, p.91).

No ano de 1930, um fato importante foi a criação, sob a égide do Departamento do Tesouro, da Agência Federal de Narcóticos (*Federal Bureau of Narcotics* – FBN), cuja direção foi ocupada por Harry J. Anslinger (1892-1975) durante mais de 30 anos. Nos anos 1920, Anslinger já trabalhava em Washington num escritório encarregado de realizar o controle do álcool. Burgierman (2011, p. 63–66) considera que o esforço de Anslinger em proibir a maconha era uma forma de aumentar o orçamento da FBN que, inicialmente, possuía poucos recursos, devido ao contexto de depressão econômica daquele momento e ao fato de que por muito tempo os “narcóticos” não foram considerados problemas tão graves em comparação com o álcool.

Anslinger fez sua campanha com ajuda da imprensa⁸ (Figura 8) e

⁸ Uma associação comumente feita naquela época era a da maconha como uma “assassina” da juventude (vide Figura 8). *Marijuana, Assassin of Youth* é o título de um texto escrito por Aslinger e publicado pela *The American Magazine*, em 1937. As primeiras passagens são ilustrativas do resto do texto: “The sprawled body of a young girl lay crushed on the sidewalk the other day after a plunge from the fifth story of a Chicago apartment house. Everyone called it suicide, but actually it was murder. The killer was a narcotic known to America as marijuana, and to history as hashish. It is a narcotic used in the form of cigarettes, comparatively new to the United States and as dangerous as a coiled rattlesnake. How many murders, suicides, robberies, criminal assaults, holdups,


não se importava em divulgar comparações descabidas ou opiniões sem qualquer comprovação. “Se o hediondo monstro Frankenstein se visse frente a frente com o monstro Maconha, cairia morto de pavor”, escreveu no jornal *Washington Herald*, de William R. Hearst, em 1937 (*apud* ROBINSON, 1999, p. 94). Esta e outras opiniões divulgadas em meios impressos, junto a um dossiê que Anslinger elaborou contendo protestos de associações de moradores contra pessoas mexicanas usuárias de maconha, para apoiar suas alegações de que essa planta provocava delírios e insanidade, violência e luxúria, assassinatos, suicídios, extorsões, etc., foram levadas ao Congresso para a apreciação da *Marihuana Tax Act*. Associações médicas contestaram as alegações de Anslinger, referindo-se a tradições antigas de uso pacífico e moderado, bem como à literatura científica disponível. Um estudo de 1934, por exemplo, feito pelo promotor de Nova Orleans, apontou que em nenhum dos 75 mil casos de crimes estudados pôde se estabelecer relação de causa e efeito com o consumo de maconha (ESCOHOTADO, 1999, p.88). Isso não foi o suficiente, entretanto, para barrar a lei, aprovada com unanimidade em 1937.

burglaries, and deeds of maniacal insanity it causes each year, especially among the young, can be only conjectured. The sweeping march of its addiction has been so insidious that, in numerous communities, it thrives almost unmolested, largely because of official ignorance of its effects”. Disponível na íntegra em: <<http://www.redhousebooks.com/galleries/assassin.htm>>. Acesso: 26 mai. 2015.

Figura 8: Propaganda antimaconha distribuída nos EUA.

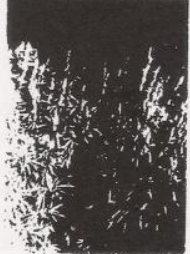
MARIJUANA

THE ASSASSIN OF YOUTH




THE LEAF

Compound, composed of five, seven, nine to eleven - always in odd number - of lobes or leaflets, the ones near, next very small compared with the others. Each lobe from two to six inches long, pointed about equally at both ends, with saw like edges, and veins very prominent on the lower side, running from the center diagonally to the edges. Oil droplets green color on the upper side and of a lighter green on the lower. It is the leaves and flowering tops that contain the dangerous drug - these are dried and used as cigarettes and that they produce their violent effects by being smoked or drunk.



A TYPICAL FIELD OF MARIJUANA



THE PLANT

Attains a height, when mature, in August, of from three to sixteen feet, the stalk a thickness of from one half inch to two inches. Stalk has four ridges running lengthwise, and usually a well marked node by each branch, these appearing at intervals of from four to twenty inches. A leaf appears immediately under each branch. Lower plant has a peculiar structure after a month in the bush, and covered with fine hair barely visible to the naked eye. Often hidden in fields of corn or alfalfa.

Physiological Reaction

The effects of marijuana are most unpredictable.

Of the physiological reactions which may be expected, see quote Dr. Harbison J. E. Koster, in the report on the growing rate of Los Angeles, and a phrase of wide acceptance in the field.

The use of marijuana is widely distributed, being found with the bulk of the use of other narcotics (heroin, etc.). The trouble for the character of the use of this drug from the character of the use of other narcotics is that it is a powerful stimulant of the nervous system, and the use of it is a powerful stimulant of the nervous system, and the use of it is a powerful stimulant of the nervous system.

THE FLOWERS

When mature, are singular clusters of small light yellow-greenish color.

Equipment Needed for Test:

Several glass slides
Two glass stirring rods
Fusion SPT plate
FCS in alcohol - 4 or 5 bottles
EOM in alcohol - 4 or 5 bottles
One small funnel
Two test tubes

Approximate cost of above \$1.10

IT IS A CRIME for any person to plant, cultivate, possess, sell or give away Marijuana.

It is frequently used by criminals to bolster up their courage. More dangerous of all is the person under the influence of marijuana at the wheel of an automobile. Their illusions as to time and space destroy their judgment as to speed and distance. When ninety miles an hour seems only twenty, they often leave a trail of fatal accidents in their wake. A user of marijuana is a degenerate.

STAMP IT OUT

Division of Narcotic Enforcement

PAUL F. MATHIAS, Chief

STATE BUILDING

San Francisco Los Angeles

Fonte: Robinson (1999, p.91)

Curiosamente, o Departamento de Agricultura⁹ dos EUA incentivou o cultivo de cânhamo durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1944, necessário para a produção de cordas, mangueiras de incêndio, correias de paraquedas, e até o cadarço dos sapatos de soldados (ROBINSON, 1999, p.97-9). Quando as necessidades diminuíram ou puderam ser supridas por produtos da Europa, o governo estadunidense mudou novamente sua posição em relação ao cânhamo, reduzindo a produção doméstica. Anslinger certamente não gostou da campanha, mas ele e outros grupos opositores não puderam ir contra a

⁹ Uma das peças dessa campanha foi um vídeo intitulado *Hemp for Victory*, de 1942. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a1oFcglFgV0>>. Acesso: 17 mai. 2015.

defesa nacional.

Durante o período à frente da FBN, Anslinger também impulsionou a aprovação da Lei Boggs (*Boggs Act*), em 1951. Se a Lei Harrison tirava o poder de estabelecimentos médicos sobre o que constituía um “uso medicinal” de certas drogas, a Lei Boggs tirava dos juízes a autoridade de decidir o que constituía uma sentença apropriada. A partir dali, portanto, o assunto tinha se tornado um caso de polícia do início ao fim e, com isso, houve a necessidade do aumento do contingente policial e das estruturas de repressão. Também com a ajuda de Anslinger, em 1956, se aprovou a Lei de Controle de Narcóticos (*Narcotics Control Act*), cuja aplicabilidade era o aumento da severidade da penas, inclusive pena de morte.

Anslinger ainda participou e foi grande articulador das conferências internacionais sobre políticas de drogas, até que, em 1961, a Convenção Única sobre Entorpecentes foi assinada para proibir a produção e o fornecimento de certas drogas e para regular outras, sob licença, para usos médicos e pesquisas, em âmbito internacional. Além da maconha, o objetivo era banir todos os opiáceos sintéticos que apareceram desde a Convenção de Genebra, em 1931, que apenas relacionava o ópio, seus derivados e a cocaína. A Convenção de 1961 viria a ser modificada e “aperfeiçoada” por um protocolo em 1972, num contexto proibicionista muito mais forte, como veremos a seguir, no item sobre a “guerra às drogas”.

Todo esse relato serve para entendermos que tipo de fatores estiveram envolvidos na proibição das drogas e sua expansão internacional: interesses econômicos, (geo)políticos ou morais amplificados por preconceitos racistas e xenofóbicos. Nesse sentido, o proibicionismo estadunidense sobre a maconha e outras drogas fez muito sucesso pelo mundo. No Brasil, como veremos, propiciou uma forma de submeter ainda mais as pessoas negras. Na Europa, a maconha era associada a pessoas árabes e indianas e sua proibição reforçou a possibilidade de controlar estas imigrantes. Segundo Thiago Rodrigues (*apud* BURGIERMAN; NUNES, 2002, p.35), pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip-USP), “a proibição das drogas serve aos governos porque é uma forma de controle social das minorias”. Sendo assim, “como não é possível proibir alguém de ser mexicano, proíbe-se algo que seja típico dessa etnia”.

No documentário *Cortina de fumaça* (2010), Ethan Nadelmann, fundador e diretor executivo da *Drug Policy Alliance* (DPA), organização americana de oposição à “guerra às drogas”, questiona por que escolhemos criminalizar o uso de algumas substâncias em

detrimento do de outras. Para Nadelmann, a distinção histórica entre quais substâncias seriam ilegais e quais permaneceriam legais não tem a ver com o risco de cada uma delas. Estaria relacionada, na verdade, às diferenças entre os grupos que usavam cada tipo de droga e à posição de quem fazia as leis frente a essas diferenças. Por exemplo, nas décadas de 1870 e 1880, as principais usuárias de drogas derivadas do ópio nos EUA eram mulheres brancas de meia idade e, por isso, naquela época ninguém havia pensado em fazer uma lei criminal relacionada a essa substância. Mas, depois, quando pessoas chinesas foram para os EUA para trabalhar, e à noite fumavam seus cachimbos de ópio, assim como já faziam em seu país de origem (como várias pessoas que bebem álcool à noite, no Ocidente), começaram a se espalhar boatos negativos sobre o uso do ópio, receios do que pessoas chinesas poderiam fazer sob o efeito da substância. O mesmo aconteceu com a cocaína, cujas leis proibicionistas começaram no sul dos EUA, direcionadas às pessoas negras que trabalhavam nas docas em Nova Orleans.

3.6 A “GUERRA ÀS DROGAS”

O século XX também viu o surgimento de uma imensa variedade de drogas sintéticas, começando com as “aminas” (anfetamina, metanfetamina, etc.), na década de 1930. Usadas contra congestão nasal, vertigem, depressão, obesidade, náusea, etc., são verdadeiros estimulantes do sistema nervoso, 10 ou 20 vezes mais ativas que a cocaína. Exércitos alemães, britânicos, italianos e japoneses distribuíram milhares de doses na segunda guerra mundial, mas o período pós-guerra modificou o tipo de usuárias para pessoas mais velhas, donas de casa e estudantes; grupos sujeitos ao tédio, falta de motivação ou que tinham que enfrentar exames de admissão. Os efeitos colaterais desse tipo de droga já eram conhecidos desde os anos 1930: psicose, morte, insônia, agressividade, mania de perseguição, alto risco de intoxicação, etc., e mesmo assim foram comercializadas originalmente nos EUA e, apesar de mais prejudiciais que as drogas já restritas por lei, até 1970 nenhuma delegação estadunidense apoiou seu controle internacional, já que eram produtos exportados pelos EUA, com patentes de comercialização, e o espectro de usuárias incluía pessoas não identificadas com grupos de baixa renda ou marginalizadas, o que evitou os mecanismos de estigma baseados em preconceitos raciais ou sociais (ESCOHOTADO, 1999, p.92-4).

Outros estimulantes poderosos, como a fenmetrazina, foram

descobertos e mantiveram alta popularidade até meados da década de 1970. Na Europa e nos EUA, houve casos de uso “abusivo” entre pessoas adultas, embora poucos perto do uso moderado ou ocasional. Escohotado (1999, p.94) conta que os primeiros lugares a proibirem esse tipo de droga, na América do Norte e na Europa, testemunharam grupos de adolescentes fazendo uso intravenoso com grandes quantidades de substância. Na Espanha, devido à sua tolerância por um longo tempo, não se registrou qualquer caso de dependência entre adolescentes, mesmo com 66% deles, em 1969, já tendo usado ou usando a droga. Esse tipo de consumo era geralmente recomendado pelo médico da família em períodos de exames de admissão, ou provas, e tinha a aprovação dos pais, evitando o *glamour* do proibido na adolescência. Consequentemente, não havia mercado ilícito, e a maior parte dos consumidores mantinha autocontrole.

Surgiram também, por volta de 1945, os opiáceos sintéticos (opioides)¹⁰, na busca por anestésicos independentes da papoula. Sintetizados do alcatrão carbonífero e óleos pesados, a petidina e a metadona, por exemplo, apenas surgiram após a proibição dos opiáceos naturais e, inicialmente vistas sem desvantagens, causaram muita dependência e então foram proibidas. Esse foi o caminho percorrido por várias drogas sintéticas durante o século XX.

Em 1943, Albert Hoffman (1906-2008) descobriu o LSD-25, o ácido lisérgico, uma droga semissintética extraída de um fungo do centeio, extremamente potente em doses de microgramas (ESCOHOTADO, 1999, p.98; IVERSEN, 2012, p.24). Foi muito usado em pesquisas e tratamentos psicoterapêuticos: produzido a custos mínimos, em 1965 já havia mais estudos sobre o LSD do que sobre todas as drogas conhecidas; seus efeitos em pacientes eram os de liberação de material reprimido e conforto mental; não se provou causar dependência e serviu como terapia na dependência de álcool.

O LSD também foi interessante para o Escritório Americano de Serviços Estratégicos (*American Office of Strategic Services* – OSS),

¹⁰ Substâncias chamadas de *drogas opiáceas* ou simplesmente *opiáceos* são aquelas obtidas do ópio da *papoula dormideira*; podem ser opiáceos naturais, quando não sofrem nenhuma modificação (morfina, codeína), ou opiáceos *semissintéticos*, quando são resultantes de modificações parciais das substâncias naturais (como é o caso da heroína, obtida da morfina através de uma pequena modificação química). Já os *opioides* são substâncias totalmente sintéticas com ação semelhante à dos opiáceos: meperidina, propoxifeno e metadona são alguns exemplos. Todas elas têm um efeito analgésico e sonífero.

que mais tarde se tornaria a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), e a droga foi usada no projeto *MK-ULTRA*, um vasto programa secreto de pesquisa sobre o LSD. Muitas das pessoas envolvidas nessa pesquisa acabaram utilizando a droga recreativamente; a CIA comprava 1 milhão de doses da indústria Sandoz por semana, as quais eram testadas em sessões especiais da marinha, do exército, e da própria CIA, e também em milhares de soldados e civis estadunidenses (ESCOHOTADO, 1999, p.99-100).

A partir de 1967, com a proibição da substância nos EUA, o mercado ilícito se expandiu e intensificou usos inadequados, depois de 15 anos de estudos médicos e psicológicos provando que a utilização apropriada de LSD não se associava a crimes ou insanidade. Acontece que a proibição considerou que ninguém mais era competente para administrar a droga, de maneira que os usos inadequados se proliferaram, com surtos de pânico e “*bad trips*”.

O uso de LSD se expandiu entre pessoas estadunidenses no contexto do que Escohotado (1999, p.114-25) chama de “rebelião psicodélica” (*psico*: mente, *delos*: alargamento), a partir da década de 1950, com os experimentos de Aldous Huxley (1894-1963) com mescalina, psilocibina¹¹ e LSD. Huxley considerava que as drogas legalizadas eram mais tóxicas e causavam mais dependência, levando ao conformismo, quando o desafio da época deveria ser o florescimento da espontaneidade e a preservação da liberdade. Suas ideias fomentaram os movimentos de “contracultura”, nas universidades e círculos intelectuais dos EUA.

Foram tempos de crescimento do consumo de substâncias ilícitas e questionamento ao proibicionismo. O consumo de maconha, por exemplo, vinha se expandindo para outras camadas da população além das marginais desde a década de 1930 – apesar das campanhas de medo sobre a planta ou, talvez, exatamente em função delas – e, a partir de 1960, se tornaria um ato político de liberdade e desobediência civil. Hippies provaram que a maconha não era uma porta de entrada para o vício em heroína; jovens descobriram que do fumo de maconha não derivavam os terríveis efeitos sobre os quais suas mães e pais os ensinavam; e o ato de fumar maconha se disseminou entre as tropas estadunidenses no Vietnã, servindo como um ato político contra a guerra (Figura 9).

¹¹ Alucinógenos provenientes do cacto peiote (mescalina) e do cogumelo *teonanacatl* (psilocibina), ambos encontrados no México.

Figura 9: Soldados dos EUA passando um “baseado” de mão em mão
Província de Quang Tri, Vietnã do Sul.



Fonte: Robinson (1999, p.102)

Nessa época, as leis antidrogas serviram como armas contra dissidentes políticos, diante de uma crescente oposição à guerra no Vietnã, combinada à luta pelos direitos civis por pessoas negras e estudantes. A classe média, então, se juntou a elas e às comunidades psicodélicas para demandar a legalização da maconha. Os movimentos pelos direitos civis podem ser caracterizados como libertários contra o autoritarismo e, embora a hegemonia tenha sofrido um revés, o polo libertário, espontâneo e prematuro que era, não se constituiu como força hegemônica capaz de organização e mudança efetivas. A reação conservadora, que viria a seguir, entraria para a história inaugurando o período de maior repressão internacional às drogas.

A contestação política, o consumo em alta e o mercado ilícito em expansão formam o contexto do início da década de 1970, quando Richard Nixon (1913-1994), então presidente dos EUA, proclamou as substâncias ilícitas como o “inimigo público número um” do país e declarou “guerra às drogas”. Na esteira da decadência do “perigo comunista”, essa guerra se baseou na ficção de que haveria países consumidores e produtores de drogas (PASSETTI, 1991 *apud* RODRIGUES, 2008, p.99), na qual consumidores seriam vítimas dos “venenos” ilegalmente comercializados pelos países agressores ativos – ou passivos, se incapazes de coibir o tráfico internamente. Essa ficção associou a produção ilícita a países de baixo desenvolvimento econômico e o consumo a Estados desenvolvidos, supostamente ignorando as plantações de maconha e os laboratórios de LSD nos EUA,

ou o consumo na América Latina. Essa dicotomia serviu de justificativa para a lógica de segurança nacional, externalizando o “combate às drogas” e sustentando um suposto direito de autodefesa, uma licença para agir diretamente sobre os “Estados produtores” (RODRIGUES, 2008, p.99).

A suposta “guerra às drogas”, por meio de discurso que trata as substâncias como inimigas da democracia, fundamentou e legitimou uma política de intervenções militares, de disciplinamento e controle da população pobre e de movimentos sociais. Esse discurso é fortemente pautado por uma concepção moralista de erradicação do cultivo e de criminalização de pessoas usuárias (FERREIRA NETO, 2012, p. 226). Fato é que, além de não se ter diminuído o consumo ou o cultivo, “a ‘guerra às drogas’ torna-se uma excelente demanda para ‘investimentos’ da indústria armamentista” (FERREIRA NETO, 2012, p. 238).

Seguindo a tendência de enrijecimento, em 1971 firmou-se a Convenção sobre Drogas Psicotrópicas (*psico*: mente, *tropia*: modificação), em Viena, cuja inovação foi o estabelecimento de quatro listas, nas quais as drogas foram classificadas segundo critérios médicos e/ou científicos. A divisão segue o padrão descrito por Escohotado (1999, p.126), em sentido ascendente, na qual as drogas relacionadas na Lista I, por exemplo, eram entendidas como não tendo quaisquer usos médicos ou científicos e as da Lista IV como possuindo muitos usos médicos e científicos. As drogas da primeira listagem têm em comum seu perfil “psicodélico”, tal como o LSD, a psilocibina, a mescalina e também a maconha. As das outras listas são estimulantes, sedativos e narcóticos. Conseguir os compostos da primeira lista era uma tarefa árdua mesmo para terapeutas e toxicologistas mais competentes. Esse é um dos fatores que até hoje têm atrasado pesquisas sobre as possibilidades de uso terapêutico da maconha, por exemplo.

Apesar do clima internacional de repressão, a partir do final dos anos 1970, a percepção da maconha como uma droga “leve” começou a se espalhar e já em 1976, na Califórnia, a posse para uso pessoal deixou de ser ilegal e, em seguida, também no Canadá, na Espanha, na Holanda e na Dinamarca. Segundo Escohotado (1999, p.137-8), esse foi um fator que diminuiu o uso dessa droga, uma vez que a atitude havia deixado de ser um ato “apaixonado”, “heroico” ou “herético”, indicando, portanto, o *status* de proibido como algo atrativo para o consumo. Mesmo a Holanda, que presenciou contingentes de turistas visitando o país em busca da maconha dos *coffee shops*, não apresentou aumento do consumo por parte das pessoas nativas, e até hoje é assim: a “maconha

deixou de ser uma bandeira política ou um atestado ideológico”, o que “parece ter o efeito de matar a associação entre maconha e rebeldia, que atrai usuários jovens. Maconha, na Holanda, não é *cool* – é coisa de turista. Efetivamente, o número de usuários adolescentes é um dos mais baixos da Europa”, relata o jornalista Denis R. Burgierman (2011, p. 111), num livro que aborda políticas alternativas à guerra contra as drogas em vários lugares do mundo, assunto ao qual voltaremos.

3.6.1 A Guerra, o Narcotráfico e a Seletividade Punitiva

De maneira geral, o que se viu a partir da década de 1970 foi o acirramento do proibicionismo e, com isso, as redes do tráfico se transformando em empresas de maior magnitude, o consumo de drogas ilegais aumentando e os mecanismos de lavagem de dinheiro se aperfeiçoando. Nesse contexto, em 1986, Ronald Reagan (1911-2004) aprovou a *National Security Decision Directive on Narcotics and National Security* (NSDD-221), documento no qual o governo oficializava a ideia de que a relação entre terrorismo de esquerda e narcotráfico seria a principal ameaça aos Estados Unidos e ao Ocidente, impondo a necessidade de defesa do grande continente americano (RODRIGUES, 2002, p.105). Dessa forma, o mote da segurança nacional se deslocava para uma necessidade de segurança continental, justificando uma maior intervenção estadunidense na América Latina e iniciando o movimento que colocaria o narcotráfico como uma ameaça que substituiu o “perigo comunista” em decadência¹².

Esse foi um contexto no qual o proibicionismo ganhou fôlego, fortalecendo as bases para o combate ao narcotráfico transnacional. Em 1988, organizou-se em Viena a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, atualizando a Convenção Única de 1961 e estabelecendo penas mais rigorosas, extradições automáticas, traficantes equiparados a terroristas e métodos de investigação como a violação de privacidade (exceto sigilo bancário), o direito policial de provocar violações e de vender drogas para descobrir organizações traficantes, etc. Em países como a Alemanha e a Espanha, a Convenção de Viena foi considerada pelas cortes como

¹² Exemplo disso foi a ocupação da Cidade do Panamá, em 1989, por fuzileiros navais estadunidenses, e a captura do então presidente Manuel Noriega, sob a acusação de “conspiração por tráfico de drogas”, um crime diferente da “conspiração comunista”, recorrente durante a guerra fria (RODRIGUES, 2002, p.105-6).

conflitante com princípios básicos de justiça, além de uma forma de encorajar a corrupção policial (ESCOHOTADO, 1999, p.158-9).

Todos esses “esforços” foram compatíveis com a expansão do comércio ilegal de drogas que é hoje uma das principais atividades comerciais do mundo. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, 2011) em documento sobre receitas do crime organizado e lavagem de dinheiro, estima-se que a renda total do crime seria da ordem de US\$ 2,1 trilhões, equivalente a 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) global (de US\$ 58 trilhões em 2009). Desse valor, 20% seria dinheiro das drogas.

Segundo Carneiro (2002), no século XX, o consumo de drogas alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial, por outro. Nesse contexto, “o consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros” (CARNEIRO, 2002, p.116). Para o historiador, a proibição determina o contexto contemporâneo do consumo de drogas, inclusive das formas mais degradantes e destrutivas.

A década de 1980 e as que lhe seguiram também foram particularmente produtivas para a criação de uma enorme quantidade de drogas substitutas, psicotrópicos encontrados em quantidades ilimitadas na manipulação de átomos e moléculas geralmente usadas na indústria¹³. Anestésicos, estimulantes e visionárias, substitutos da heroína, cocaína, LSD e maconha, por exemplo, tinham em comum seu nascimento no contexto da proibição. Apareceram como uma alternativa às drogas originais excluídas do comércio legal, e sua demanda dependia

¹³ Conforme Escotado (1999, p.141), uma das drogas mais potentes ficou conhecida nos EUA como *china-white* (fentanil), com um poder muito superior ao da heroína e, logo depois, outras dela derivadas (tal como alfametil fentanil ou fentanil parafluor, extraídas de materiais envolvidos na produção de plástico) podiam ter, incredivelmente, duas mil vezes a potência da heroína. Um copo desse tipo de droga seria o equivalente a um caminhão cheio de morfina, e um milionésimo de grama era vendido a 50 centavos de dólar, considerando que 60 ou 70 microgramas eram suficientes para atingir os mesmos efeitos que uma dose comum de heroína. Naturalmente, a disseminação de *china-white* aumentou as taxas de intoxicação aguda e morte. Além dos derivados do fentanil, existiam outros sintéticos e semissintéticos e um número indefinido de análogos, muito mais potentes que a heroína, que qualquer pessoa com bons conhecimentos em química poderia extrair dos medicamentos legais.

largamente que aquelas originais continuassem caras e proibidas. Uma das respostas ao acirramento da repressão, portanto, foi a criação de diversos substitutos mais potentes, mais baratos e quase sempre mais tóxicos que as drogas já proibidas (ESCOHOTADO, 1999, p.140).

Nenhum substituto, entretanto, se tornou mais conhecido que o *crack*, a pasta base da cocaína antes da purificação com éter e acetona. A fumaça do *crack* inalada produz uma euforia superior à da cocaína, embora mais curta. A dependência que causa é uma das mais severas e a toxicidade é muito grande: o número de mortes entre pessoas usuárias supera em até 15 vezes o total causado por uso de cocaína (ESCOHOTADO, 1999, p.142). A alta porcentagem de usos problemáticos deriva do fato do *crack* ser o estimulante das pobres. Se a cocaína representa o luxo das pessoas bem sucedidas, o *crack* é o luxo das miseráveis, um substituto muito mais barato que o original. O aparecimento e a difusão dessa droga devem-se às restrições, impostas pela DEA (*Drug Enforcement Administration*) nos EUA e, mais tarde, adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a disponibilidade de éter e acetona. O *crack*, portanto, é um resultado da guerra contra a cocaína, especificamente, das medidas adotadas contra os solventes necessários para a purificação da matéria a ser transformada em cocaína. Cabe notar que, de 1920 a 1930, quando ópio e morfina ainda eram vendidas em farmácias, nenhum caso de intoxicação fatal involuntária foi registrado em relação a essas drogas (ESCOHOTADO, 1999, p.149).

As mobilizações internacionais mais recentes foram as que ocorreram em 1990 e em 1998, na Assembleia Geral da ONU Sobre Drogas (*United Nations General Assembly Special Session on Drugs – UNGASS*). O quadro abaixo, com uma sistematização dos eventos internacionais¹⁴, nos ajuda a visualizar o esforço empreendido no século XX em prol da proibição das drogas.

Quadro 1: Conferências e tratados internacionais sobre drogas.

Data	Evento
1909	Conferência de Xangai Reúne doze países para tratar do problema do ópio indiano infiltrado na China. Elabora apenas recomendações gerais para a redução do

¹⁴ Mais informações sobre as Convenções e *links* para os textos na íntegra em: UNODC, Drogas: Marco Legal. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso: 26 mai. 2015.

	mercado de opiáceos.
1911	Primeira Conferência Internacional do Ópio (Haia)
1912	Primeira Convenção Internacional do Ópio Resultante da Conferência de 1911 e popularmente conhecida como a “Convenção do Ópio”, regulamenta a produção e a comercialização da morfina, da heroína e da cocaína. Foi prejudicada em sua execução pelo período da Primeira Guerra Mundial, entrando em vigor apenas em 1921.
1921	Criação da Comissão Consultiva do Ópio e Outras Drogas Nocivas Sucedida pela Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas (<i>Commission on Narcotic Drugs – CND</i>) por consequência da criação da Sociedade das Nações, cuja Convenção constitutiva (art. 23,c) reconheceu a atribuição de elaborar acordos sobre o tráfico de ópio e outras drogas.
1924	Conferência de Genebra Instituição do sistema de controle do tráfico internacional por meio de certificados de importação e autorização de exportação.
1925	Acordo de Genebra Resultado da Conferência vinculada à Sociedade das Nações de 1924, torna realidade os dispositivos da Conferência de Haia.
1931	Convenção em Genebra Acordo para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição de “entorpecentes”.
1931	Conferência de Bangkok Revisão do acordo de Genebra de 1925 para o controle do fumo de ópio no extremo Oriente.
1931 e 1936	Conferências realizadas em Genebra Estabelecimento da obrigação dos estados participantes de tomarem as providências para proibirem, no âmbito nacional, a disseminação do “vício”.
1946	Assinado protocolo atualizando acordos anteriores da ONU.
1948 e 1953	Firmam-se outros protocolos. O de Nova Iorque (1953) restringe a produção de opiáceos na fonte, permitindo sua destinação apenas para uso médico.
1961	Convenção Única sobre Entorpecentes (Nova Iorque) Relaciona antigos e novos entorpecentes, classificando-os segundo suas propriedades e níveis de periculosidade. Estabelece medidas de controle e fiscalização prevendo restrições especiais aos particularmente “perigosos”; disciplina o procedimento para a inclusão de novas substâncias que devam ser controladas; fixa a competência da ONU em matéria de fiscalização internacional de entorpecentes; dispõe sobre as medidas que devem ser adotadas no plano nacional para a efetiva ação contra o tráfico ilícito, prestando-se aos Estados

	assistência recíproca em ação coordenada, providenciando que a cooperação internacional entre os serviços se faça de maneira rápida; traz disposições penais, recomendando que todas as formas dolosas de tráfico, produção, posse, etc., de entorpecentes em desacordo com a Convenção, sejam punidas adequadamente; recomenda a “toxicômanos” tratamento médico e que sejam criadas facilidades à sua reabilitação.
1971	Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas (Viena) Passa a controlar a preparação, o uso e o comércio de psicotrópicos. Cria formas de controle sobre diversas drogas sintéticas de acordo, por um lado, com seu potencial de criar dependência e, por outro lado, com o poder terapêutico.
1972	Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes Firma-se em Genebra, modificando e aperfeiçoando a Convenção de 1961. Altera a composição e as funções do Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes, amplia as informações que devem ser fornecidas para controle da produção de entorpecentes naturais e sintéticos e salienta a necessidade de tratamento que deve ser fornecido a “toxicômanos”.
1977	Conferência Internacional sobre o Abuso de Drogas e Tráfico Ilícito Convocação pela Secretaria Geral das Nações Unidas para rever o documento <i>Comprehensive Multidisciplinary Outline</i> . Esse documento consiste em quatro capítulos, dois deles referindo-se ao controle do fornecimento e à supressão do tráfico ilícito. Faz sugestões práticas sobre o planejamento de programas efetivos para a supressão do tráfico ilícito em todos os níveis (nacional, regional e internacional).
1988	Conclusão da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (Viena)
1990	Entra em vigor internacional a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas que complementa as Convenções de 1961 e 1972, acrescentando, entre outras, o éter etílico e a acetona no rol das substâncias controladas.
1990	Assembleia Geral da ONU Sobre Drogas (UNGASS) Elaboração de plano de ação para garantir a coerência do sistema da ONU. Criação de organização que mais tarde se tornaria o UNODC.
1998	Assembleia Geral da ONU Sobre Drogas Lema: “Um mundo livre de drogas: é possível”. Meta: Diminuição drástica da demanda por drogas e eliminação ou diminuição significativa de cultivos ilícitos.

Fonte: Adaptado de Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC, 2012).

A meta da assembleia da ONU, em 1998, era a diminuição drástica da demanda por drogas e eliminação ou diminuição significativa de cultivos ilícitos em 10 anos. Acontece que, em 2008, nenhuma redução drástica havia acontecido na demanda e, além disso, seguindo o crescimento populacional, o consumo havia aumentado (apesar de a prevalência ser praticamente a mesma): o de maconha cresceu 8,5%; o de cocaína, 25%; e o de opiáceos, 34,5% (GLOBAL COMMISSION, 2011, p.4; UNODC, 2008, p.7).

Em 2012, segundo dados do relatório do UNODC de 2014, estimou-se que 243 milhões de pessoas, correspondentes a 5,2% da população mundial com idade entre 15-64 anos, tinham usado alguma droga ilícita – principalmente alguma substância pertencente à *cannabis* (177 milhões de usuários/as), opiáceos/opioides (49 milhões), cocaína (17 milhões) ou do grupo das anfetaminas (34 milhões) – pelo menos uma vez no ano anterior. Apesar dessa quantidade, a extensão do consumo problemático de drogas, por usuárias regulares e aquelas com transtornos por uso de drogas ou dependência, é de apenas 10% do total, cerca de 27 milhões de pessoas, menos de 0,5% da população mundial.

O UNODC também estimou a quantidade de mortes relacionadas ao uso de drogas: 183 mil em 2012, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 40 mortes por cada 1 milhão de pessoas entre 15-64 anos. A overdose é o principal contribuinte para o número global de mortes relacionadas às drogas, sendo que a heroína e o uso não médico de opioides de prescrição são as principais substâncias implicadas nessas mortes.

Com essa pequena quantidade de pessoas usuárias “problemáticas”, pareceria mais fácil investir em tratamentos de redução de danos¹⁵ do que em redução da oferta, até porque a repressão e a

¹⁵ O que é a Redução de danos (RD)? Segundo Maurício Fiore (2005), “se tomarmos como base o momento em que o conceito de RD começou a ser utilizado e defendido por alguns movimentos sociais europeus no começo da década de 1980 – durante o choque do crescimento da epidemia de Aids –, pode-se associá-la formalmente aos programas de troca de seringas e à substituição de heroína por similares (mais comumente a metadona) no tratamento dos dependentes dessa substância, principalmente nos Países Baixos e no norte da Europa”. Atualmente, entretanto, “Redução de Danos” é, certamente, uma expressão polissêmica que se relaciona ao debate mais geral sobre drogas. De forma básica, poderíamos dizer que se trata de toda e qualquer ação que, ao invés de buscar a abstinência, busque reduzir os danos causados pelas drogas. A RD se contrapõe à abordagem da abstinência como objetivo

estigmatização são o que muitas vezes afasta a procura de dependentes por tratamento. Mas o que esses números mostram mesmo é que os problemas decorrentes do uso de drogas não justificam tamanho investimento em redução da oferta. Para se ter uma ideia, mais de 17 milhões de mortes, em 2012, foram decorrentes de doenças cardiovasculares e outras 1 milhão e meio decorrentes de diabetes, segundo a Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization – WHO*, 2012). Mas, até agora, ninguém com um mínimo de sensatez propôs proibir o consumo de açúcar ou comidas gordurosas, produtos que consumidos em excesso desempenham um importante papel no desenvolvimento das doenças citadas.

A guerra, além de ineficaz naquilo a que supostamente se propõe, como a redução da oferta, parece ser catalisadora do narcotráfico e dos problemas a ele relacionados. Num negócio onde “o mercado remunera o risco”, vale tudo. Por causa da repressão, o preço da cocaína é tão alto que os custos envolvidos são comparativamente insignificantes. Se as folhas de coca necessárias para um grama de cocaína custam, digamos, 50 centavos, e esse um grama é vendido a US\$100,00 nos EUA, por exemplo, existe aí uma grande margem de ganhos que podem ser investidos em sistemas para burlar a repressão. Por exemplo, “um piloto que exige US\$500.000 para pilotar um avião com 250 kg gera custos de apenas US\$2.000 por quilo, menos de 2% do preço de varejo. Mesmo que o avião tenha de ser abandonado após um vôo, o custo de substituí-lo adiciona apenas mais US\$2.000 ao preço do quilo” (REUTER, 2010, p.13).

Por causa dessa flexibilidade do tráfico, o economista Peter Reuter, especialista em políticas públicas da Universidade de Maryland, pergunta se a produção e o tráfico de drogas podem ser reduzidos ou apenas transferidos/deslocados de um lugar para outro, sendo que uma de suas conclusões é a de que os esforços de controle, de fato, resultam

último do tratamento de dependentes de drogas, entendendo que nem todas as pessoas querem ou conseguem parar de usar e, por isso, são mais efetivas medidas que busquem diminuir o dano causado pelas drogas, considerando, inclusive, os benefícios possíveis. Essa posição liga-se ao que é entendido na RD como uma abordagem realista e pragmática, em oposição aos modelos moral e criminalizante. Além da distribuição de seringas e substituição de uma droga pesada por outra mais leve, a distribuição de camisinhas e cachimbos entre usuários(as) de crack para evitar disseminação de doenças, por exemplo, bem como a distribuição de informações sobre usos de drogas menos nocivos também são ações baseadas na abordagem da redução de danos.

em mudanças na localização, em vez de reduções no volume da produção. É por isso que, por exemplo, a produção de cocaína que, em 1990, era maior no Peru, agora é menor neste país e maior na Colômbia. Também por causa da repressão, as fronteiras mais bem vigiadas de um país convencionalmente exportador de um tipo de droga podem fazer com que parte dos produtos seja forçada a ficar dentro desse país, aumentando, portanto, o apelo do tráfico a usuários(as) locais.

As organizações criminosas têm tanto dinheiro que podem contratar milhares de pessoas, além de pilotos de helicóptero, “mulas” atravessando fronteiras com drogas embaladas no estômago, varejistas, traficantes armados, etc. O fato é que quando uma empresa paga melhor há mais pessoas dispostas a trabalhar para ela. Todas essas pessoas são substituíveis e, em todo caso, podem ser contratadas em maior número, quando necessário.

A quantidade de gente trabalhando para o narcotráfico é um dos fatores que lotam as prisões em todo o mundo. Segundo dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais (*International Centre for Prison Studies* – ICPS, s.d.), ligado à Universidade de Essex, os EUA – essa terra da “liberdade” e da “oportunidade” – têm uma população carcerária de mais de 2 milhões e 200 mil pessoas, o que equivale a mais de 20% de todas as pessoas encarceradas do mundo, mais do que a China, cuja população total é três vezes maior que a dos EUA. Segundo Burgierman (2011, p.43), mais da metade da população carcerária dos EUA cometeu crimes relacionados às drogas.

No Brasil, a questão também é preocupante: é o quarto país do mundo em população carcerária (atrás de EUA, China, e Rússia, e à frente da Índia). Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, de 2012 (BOTELHO, 2014), 25% das pessoas presas haviam praticado crimes tipificados como “tráfico de entorpecentes”, fora outros relacionados, como porte ilegal de armas, roubos e homicídios, num universo que não para de crescer. Em 1992, o Brasil tinha pouco mais de 114 mil pessoas presas; em 2012, 548 mil: um aumento de mais de 400%. No mesmo período, o crescimento populacional foi de 31%. Outros dados importantes: 55% das pessoas presas têm entre 18 e 29 anos; 63% sequer têm o ensino fundamental completo; e 60% são negras ou pardas. Segundo dados mais recentes, de 2013, fornecidos pelo Ministério da Justiça do Brasil ao ICPS, a população carcerária havia aumentado para 581 mil pessoas, 33 mil a mais em apenas 1 ano.

Os custos em vidas humanas também são altíssimos. Em 2012, o Brasil registrou mais de 50 mil homicídios, 10% do total mundial

(ONUBR, 2014), muitos dos quais têm relação com o tráfico de drogas: conflitos entre gangues, entre gangues e polícia, entre traficantes e pessoas usuárias de drogas, etc.

A guerra, entretanto, não é travada em todos os *fronts*. O sistema “legal”, em muitos aspectos, se beneficia com o tráfico de drogas. Segundo o sociólogo Ferreira Neto (2014, p. 189), é possível definir o narcotráfico como uma “forma de acumulação mercantil inserida em relações sociais que envolvem uma diversidade de atores: produtores, traficantes, instituições financeiras, instituições estatais, tráfico formiguinha, mercado consumidor”. Se a repressão aos grupos cultivadores, aos traficantes varejistas e aos usuários de drogas é parte visível das estratégias de políticas públicas sobre drogas e da atenção midiática sobre a questão, os elos ocultos seriam, por exemplo, os bancos e a lavagem de dinheiro. Mas, como a ideia de traficantes varejistas investindo em ações não é algo muito apropriado, isto nos induz, portanto, a afirmar o envolvimento de grupos investidores de *status* socioeconômico elevado.

Numa conjuntura de crise, por exemplo, como a que ocorre a partir de 2008, a falta de “liquidez” é um problema central para o sistema bancário, de maneira que ter capital disponível é muito importante e, nesse contexto, o dinheiro das drogas, os valores movimentados pelo narcotráfico, são capitais sempre disponíveis que, uma vez dentro do sistema financeiro, têm sua origem camuflada por diversos mecanismos.

Segundo relatórios do UNODC, em 1988 o narcotráfico movimentava cerca de US\$ 124 bilhões. Em 2003, US\$ 322 bilhões. Em 2009, US\$ 420 bilhões, sendo que o valor movimentado pelas drogas ilícitas em 2003 era superior ao PIB de 88% dos países do mundo (FERREIRA NETO, 2014, p. 194).

Estima-se que 60% a 80% desse dinheiro cheguem aos bancos internacionais. Além disso, a economia “real” também se beneficia:

Em 2003, o comércio de drogas ilícitas movimentou o equivalente a 12% das exportações mundiais de produtos químicos (US\$ 794 bilhões) e a 14% das exportações agrícolas mundiais (US\$ 674 bilhões) e foi superior às exportações de minérios (US\$ 79 bilhões), à exportação de produtos agrícolas pela América Latina (US\$ 75 bilhões) e às exportações agrícolas do Oriente Médio, que somaram cerca de US\$ 10 bilhões (UNODC, 1997 a 2012). Isso ajuda a explicar o interesse de setores do agronegócio e do capital financeiro na legalização das drogas ilegais (FERREIRA NETO, 2014, p. 194–5).

Essa dimensão do narcotráfico no sistema financeiro, no mercado

de capitais, “escapa” à fiscalização dos Estados por uma série de medidas de desregulamentação e flexibilização financeiras, como demonstra Ferreira Neto (2014). Com várias lacunas que permitem a lavagem de dinheiro, apenas 0,2% do dinheiro ilícito é apreendido no sistema financeiro mundial (UNODC, 2011) e, a partir disso, é possível afirmar que o Estado é uma entidade “ausente” no combate à lavagem porque não tem interesse em mecanismos fortes de regulamentação ou porque participa das atividades ilegais.

Adriano Oliveira (2007), por exemplo, com base em casos empíricos e em análises de outras pessoas estudiosas do tema, destaca a existência de uma simbiose entre segmentos do Estado e crime organizado como uma das condições necessárias ao processamento das atividades criminosas:

deve-se aferir o poder de um grupo criminoso com base no apoio que ele consegue no Estado. Nesse sentido, quanto mais um grupo criminoso conquista atores no Estado – que facilitam suas atividades criminosas e, por conseqüência, lhe dão apoio –, mais poder ele conquista (OLIVEIRA, 2007, p.703).

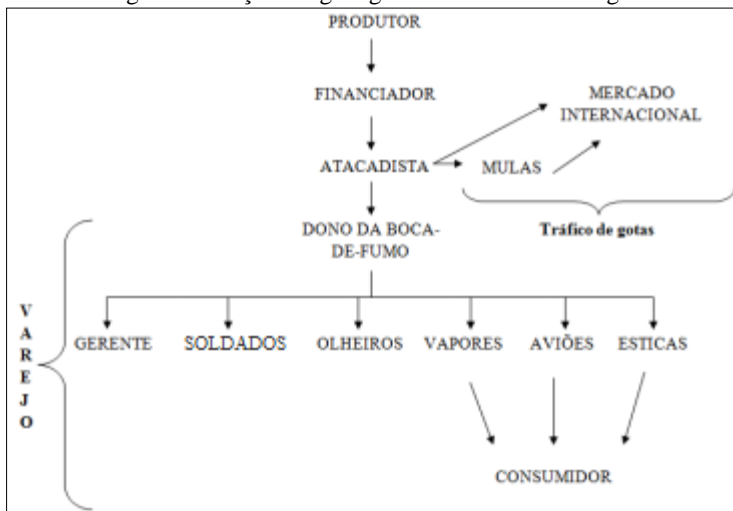
Temos assim que agentes estatais, em vez de usarem seus recursos para frear o crime, facilitam e protegem atividades ilícitas.

Este cientista político considera que as principais peças que integram os mecanismos do crime organizado no Brasil são: poder institucional cooperativo (Poder Judiciário, Polícias e Parlamento); poder econômico, por meio da lavagem de dinheiro e aplicação de recursos ilegais no sistema financeiro (depósitos em contas bancárias de “laranjas”; compra de bens como carros, postos de combustíveis, fazendas e outros imóveis; e através de pessoas que trabalham como “doleiras”, algumas residentes no exterior); e a própria organização criminosa. Dependendo da dinâmica, essas peças podem estar em interação ou não: num dado momento a organização pode agir individualmente e, em outro, pode interagir com uma das outras peças ou com todas.

No caso dos mecanismos do tráfico de drogas, outras peças também são importantes: os grupos produtores que, no exemplo analisado por Oliveira (2007), estariam localizados, basicamente, na Colômbia; o mercado consumidor, Rio de Janeiro, São Paulo, Europa e EUA; e o “tráfico formiguinha”, do qual participam pessoas que fazem a intermediação no comércio de drogas entre traficantes ou o grupo criminoso e o mercado consumidor, levando pequenas quantidades de substâncias.

A seguir, uma figura da rede de agentes do tráfico¹⁶, na qual é ilustrada a ação das principais facções criminosas do Rio de Janeiro, adicionando outras peças às já citadas, que atuam no narcotráfico brasileiro (Figura 10).

Figura 10: Peças e organograma do tráfico de drogas.



Fonte: Adaptado de Souza (2011, p.26).

Com base em D’Elia Filho (2014, p.12, 22-3), Oliveira (2007, p.705-6, 715-7) e na síntese de Souza (2011, p.26-8), temos que “financiador” é geralmente o primeiro agente da rede no Brasil, se considerarmos que grande parte da produção de drogas ilícitas, principalmente cocaína e maconha¹⁷, vem de outros países latino-

¹⁶ Outro estilo de tráfico com características parecidas com as que descrevemos aqui é o que se desenvolve com as plantações *indoor* de maconha na Colúmbia Britânica (Canadá), apresentado no documentário *The Union: the business behind getting high (O Sindicato: o negócio por trás do barato)*, do ano de 2007, disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=rwkFmvIg4CU>>. Acesso: 10 jan. 2016.

¹⁷ No caso da maconha, há indícios de que boa parte do plantio seja feita no Brasil. O “Polígono da Maconha”, região do Baixo e Submédio São Francisco, parece ser a de maior concentração de cultivo de *cannabis*, embora regiões de outros estados também participem da produção nacional. Apesar disso, a maior parte da maconha consumida no Brasil parece ainda ser proveniente do Paraguai.

americanos. Esse agente possui grande poder econômico e raramente é identificado. Depois da compra das drogas por financiadores, as substâncias chegam ao Brasil por via aérea ou, principalmente, terrestre, através de rodovias, após o que são repassadas aos atacados, nos quais traficantes fazem a distribuição para os locais de varejo. O comércio varejista localiza-se, por exemplo, em morros, nas “bocas de fumo”, cuja topografia possibilita o controle da circulação, através de uma visão privilegiada. O varejo geralmente é feito por homens, jovens e pobres, que usufruem pouco dos lucros do tráfico, mas são o principal alvo das buscas policiais. “Gerentes”, por sua vez, são pessoas de confiança de líderes da organização e encontram-se nas bocas de fumo, junto a “soldados” (traficantes armados) que garantem o andamento do negócio; “vapores” fazem venda e entrega de drogas; “aviões” participam das entregas; e “olheiros” (ou “fogueteiros”) vigiam e avisam sobre a chegada da polícia, utilizando rádios transmissores ou foguetes.

Para as pessoas consumidoras que não podem ou não querem subir o morro, existe ainda o “tráfico formiguinha”¹⁸ ou o “tráfico de asfalto”. O primeiro é feito geralmente por mulheres ou crianças que têm a liberdade de subir e descer o morro, e que entregam drogas às consumidoras ou às traficantes de asfalto. Estas, por sua vez, também conhecidas como “esticas”, encontram-se, geralmente, perto de casas noturnas ou outros locais de consumo de drogas e podem ser tanto moradoras de rua, “flanelinhas”, quanto pessoas de classe média ou alta. Outro elemento de todo esse esquema é o “tráfico de gotas”, responsável pelo transporte a outros países, feito por pessoas conhecidas como “mulas”.

Com todo esse esquema organizativo, os gastos com repressão não poderiam ser pequenos. Mas, mesmo que pessoas de todos os *status* socioeconômicos participem desse tipo de esquema e que seja frequente constatar pessoas jovens de classe média ou alta¹⁹ envolvidas, o mais

¹⁸ Quando Oliveira (2007, p.705-06) cita essa peça do tráfico, ele a relaciona a “vapores”, sem outras especificações além da característica de intermediação entre organização criminosa e mercado consumidor com pequenas quantidades de produtos, designando, dessa forma, todo o varejo das drogas. Note que, aqui, usamos a expressão “tráfico formiguinha” como uma subdivisão do varejo.

¹⁹ Algo que acontece com certa frequência é um tratamento diferenciado nas notícias sobre apreensão de drogas. Por exemplo, em 27 de março de 2015, o portal de notícias da Globo, o G1, apresentou a seguinte manchete: (1) “Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio”. Com quantidades menores de drogas, embora sem o status de classe média, outras

comum é a associação entre tráfico e pobreza que, segundo o delegado e cientista político Orlando Zaccone D’Elia Filho, é muito nítida nas decisões criminalistas, pois a maior parte das pessoas detidas é pobre, negra e com baixo nível educacional. Essa “seletividade punitiva” revela-se pelos números dos flagrantes lavrados para apurar a conduta de tráfico de drogas ilícitas na capital do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, citados por D’Elia Filho (2014, p.15):

É mais do que evidente que os registros realizados pela polícia não correspondem à realidade da circulação e comércio de drogas ilícitas no Grande Rio; caso contrário, deveríamos acreditar que em Bangu existe um movimento de drogas três

apreensões são noticiadas designando a pessoa presa como “traficante”, por exemplo: (2) “Polícia prende traficante com 15 quilos de maconha em Fortaleza” (30/01/2015) e (3) “Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza” (17/03/2015). Parece que, na lógica do referido veículo de comunicação, ter posse de 300 kg de maconha não configura tráfico – pelo menos no título da notícia – já que se trata de pessoas de classe média e brancas. Foi assim que o caso do “helicoca”, a apreensão de um helicóptero carregado com quase meia tonelada de pasta base de cocaína, apareceu com discrição nos maiores noticiários nacionais, até sumir. Em 24 de novembro de 2013, o helicóptero da empresa Limeira Agropecuária, do então deputado por Minas Gerais Gustavo Perrela (Partido Solidariedade), filho do senador Zezé Perrela (PDT), foi apreendido pela Polícia Federal. O piloto, Alexandre José de Oliveira Júnior, trabalhou para o deputado em cargo de confiança, com salário pago pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e seu trabalho oficial era o de transportar o deputado e o senador para eventos políticos. Apesar de (ou justamente por...) envolver aliados próximos ao então presidenciável Aécio Neves (PSDB), a leniência em torno do caso não foi característica apenas midiática. Assim foi que a investigação sobre a apreensão de meia tonelada de pasta base de cocaína – uma das maiores da história do Brasil – não seguiu adiante, por motivo de supostas provas ilícitas utilizadas no processo. As quatro pessoas presas em flagrante pela Polícia Federal estão agora soltas. Enquanto isso, qualquer “zé ninguém”, pego com pequena quantidade de maconha, vai preso por um bom tempo, como a maioria absoluta dos presos por tráfico. Um breve documentário sobre esse caso – *Helicoca - o helicóptero de 50 milhões de reais* (2014) – pode ser assistido online em:

<https://www.youtube.com/watch?v=i_hJDNvaeKM>. Acesso: 27 mai. 2015.

Links para as notícias citadas: (1)<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-prende-jovens-de-classe-media-com-300-kg-de-maconha-no-rio.html>>. (2)<<http://g1.globo.com/cara/noticia/2015/03/policia-prende-trafficante-com-10-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html>>.

(3)<<http://g1.globo.com/cara/noticia/2015/01/policia-prende-trafficante-com-15-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html>>. Acesso: 27 mai. 2015.

vezes maior que em toda a zona sul carioca e Barra da Tijuca, ou que em São Cristóvão circula a mesma quantidade de drogas que em todos os bairros da zona sul mais a Barra da Tijuca.

D'Elia Filho, baseado no criminólogo Augusto Thompson, comenta diversos fatores preponderantes que servem para explicar esse fenômeno, entre eles: (1) a visibilidade da infração, pois se a venda de drogas ilícitas na zona sul do Rio de Janeiro é processada em áreas residenciais de acesso privado, por exemplo, locais onde a polícia não entra a qualquer momento, os indivíduos marginalizados, por sua vez, processam essa atividade ilícita em favelas, cujos becos e vielas são de acesso livre à polícia: “imagine a proposta de se policiar ostensivamente as entradas e saídas dos grandes condomínios da Avenida das Américas para ‘combate’ ao tráfico de drogas!” (D'ELIA FILHO, 2014, p.18); (2) a adequação da autoria ao estereótipo criminoso prevalente, por exemplo, homens negros, moradores de favela, “funkeiros”, etc.; (3) a incapacidade da autoria em beneficiar-se da corrupção (por meio de recursos econômicos) ou prevaricação (através do prestígio social), fazendo com que a repressão se processe sobre indivíduos específicos, devido à sua (4) vulnerabilidade à violência, por exemplo, “esticas”, as “sacoleiras” das drogas, presas fáceis que, na grande maioria dos casos, são pegas sem portar armas.

Com efeito, temos diante da seletividade punitiva da ‘guerra’ contra as drogas aquilo que Zygmunt Bauman denomina criminalização dos consumidores falhos, ou seja, daquela massa de excluídos que não tem recursos para acessar o mercado de consumo – ‘aqueles cujos meios não estão à altura dos desejos’. Nesse ponto reside a única racionalidade do modelo bélico de repressão ao tráfico de drogas ilícitas: punir os pobres, segregando os ‘estranhos’ do mundo globalizado (D'ELIA FILHO, 2014, p.25).

Se “a guerra global contra as drogas fracassou” em seus objetivos de reduzir a oferta e o consumo de substâncias ilícitas, como declara a Comissão Global de Políticas sobre Drogas (GLOBAL COMMISSION, 2011, p.2), temos que essa, como toda guerra, não é contra objetos inanimados, mas contra pessoas, e contra pessoas específicas. As origens racistas e xenofóbicas da proibição se transmutam em políticas de repressão que têm alvos bem definidos, no Brasil e no resto do mundo. “O ‘fracasso’ da proibição, então, potencializa-se em positividade: a guerra perdida contra ‘as drogas’ significa a guerra diariamente renovada e eficaz contra pobres, imigrantes, negros, camponeses entre outros ‘ameaçadores’” (RODRIGUES, 2008, p.98). E,

continua Thiago Rodrigues (2008, p.102),

[...] a proibição, estatuto mundial no tratamento do tema das drogas psicoativas, é um fracasso vitorioso: na impossibilidade de chegar ao fim, a guerra às drogas se renova constantemente. Psicoativos novos e antigos continuam sendo produzidos, comercializados e usados, dando provas da mobilidade dos grupos dedicados ao tráfico que escapam ou se readequam às sempre reeditadas políticas repressivas. A pergunta sobre por que manter uma guerra perdida pode ser respondida, ainda que parcialmente, ao repararmos nessa potente tática de controle social e perseguição seletiva que é a guerra às drogas.

Esta guerra não se volta contra grandes mandantes do tráfico internacional, contra a lavagem de dinheiro no sistema financeiro, “preferindo”, pelos motivos aqui expostos, voltar-se contra o comércio varejista nas comunidades pobres, por exemplo, num contexto onde primeiro o Estado nega direitos básicos e depois atua de maneira repressiva. Como diz Amorim (2007, p.14), existem diferentes formas de combater o mercado ilícito de drogas e de armas: “uma concentrada na repressão, punição e violência – amplamente divulgada pela mídia; e outra realizada a partir de investigação, apreensão e com pouca ou nenhuma violência”. Trata-se de levar em consideração a “maneira como o Estado [neoliberal] trata os delitos cometidos pelos *ricos* e pelos *pobres*”. *Criminaliza-se a pobreza* “a partir de um caldo cultural, uma gama de valores e normas morais e principalmente, através da intervenção do Estado”.

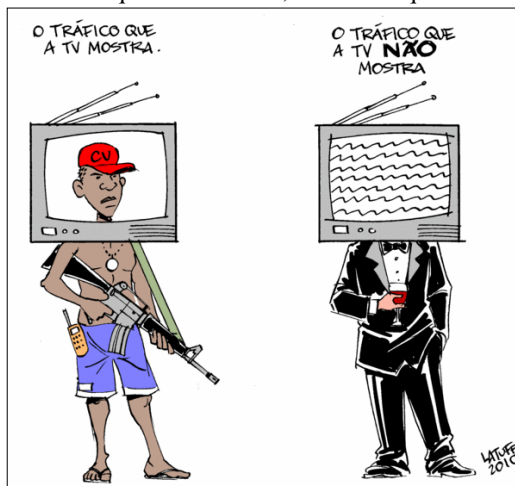
A seguir, duas imagens ilustrativas dessa ideia (Figuras 11 e 12), do cartunista Carlos Latuff, sobre as operações militares no Rio de Janeiro em 2010.

Figura 11: Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil. Quero ver quebrar sigilo bancário!



Fonte: Latuff (2010a).

Figura 12: O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV não mostra.



Fonte: Latuff (2010b).

Para terminar esta parte, uma última palavra sobre um elemento discursivo recorrente que é o da criminalização / culpabilização das pessoas usuárias de drogas. Quando se culpa estas pessoas pela violência do tráfico, dizendo que se ninguém comprasse não haveria mercado para traficantes, parece se processar aí uma espécie de *fetichismo da mercadoria*²⁰, pois muitas são as pessoas envolvidas no processo: da produção, passando pelo atacado e o varejo, pelas redes de favores entre Estado e organizações criminosas, até chegar ao mercado consumidor, processo em meio ao qual o lucro sobre a venda das drogas acaba, eventualmente, se transformando em dinheiro limpo no sistema financeiro, por exemplo. O sistema capitalista se beneficia com a proibição das drogas. E se, além dos aspectos econômicos, os aspectos

²⁰ Segundo Pires (1999, p.140-41), “um fetiche é um ídolo, um amuleto, algo enfeitado, que tem poderes inexplicáveis, de origens misteriosas. A mercadoria assim parece a Marx”, como algo com atributos “mágicos” aos encobrir relações sociais. “O valor das mercadorias parece ser um dado objetivo, quando na verdade, segundo Marx, este valor tem por base o trabalho humano nela objetivado”. A teoria do fetichismo constitui-se quando Marx observa que por trás das relações entre as coisas existem relações humanas, desvendando as relações capitalistas de produção por trás da mercadoria. “Somente com base nesta teoria é possível afirmar, como Marx, que o capital é ‘uma relação social expressa em coisas e através de coisas’”.

políticos, sociais e culturais que configuram o uso das substâncias ilícitas não forem considerados, parte importante na análise e no julgamento que se faz sobre o uso de drogas estará sendo esquecida. Ou seja, na aparência é como se fosse apenas a questão da droga pela droga, mas no ato de compra e venda das substâncias encobrem-se relações sociais e de produção que estão presentes no contexto do uso de todas as substâncias escolhidas como ilícitas ou lícitas.

Cabe aqui resgatar Gramsci e Laclau e Mouffe, a fim de identificar que existe uma *hegemonia* ligada ao controle do uso de drogas, todo um sistema discursivo que articula diferentes elementos e que legitima o sistema proibicionista. Este sistema às vezes associa o uso de drogas apenas a grupos marginalizados, aplaudindo a violência policial e o encarceramento em massa em nome de uma suposta segurança, criminaliza condutas individuais de uso de drogas que não trazem prejuízos sociais e, ao mesmo tempo, é um sistema “permissivo” que incentiva a publicidade e o consumo de álcool, estimulando, entre outras coisas, uma indústria farmacêutica bilionária que induz a administração de “medicamentos” muitas vezes mais perigosos do que as drogas ilegais.

Com o tempo, entretanto, mais e mais elementos vêm se articulando na construção de um discurso antagônico, batalhando pela hegemonia do controle das drogas. Entraremos no debate sobre legalização ou descriminalização a seguir, após discutir um pouco do histórico da proibição no Brasil.

3.7 A PROIBIÇÃO NO BRASIL E O DEBATE SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO

O Brasil é um dos países do mundo com a maior biodiversidade e uma farmacopeia popular riquíssima, plantas que podem ser usadas com fins medicinais, por exemplo, e que têm as mais variadas origens e tradições culturais, não apenas as indígenas, africanas e europeias. O Brasil possui espécies nativas e outras que navegaram para cá vindas de todos os continentes a partir do século XVI (RIBEIRO, 2005, p.155-6).

A curiosidade dos grupos colonizadores europeus pela diversidade de plantas e ervas medicinais foi grande. Por um longo período, jesuítas mantiveram-se controladores da prática médica e aprenderam com indígenas os usos de várias plantas. Apesar disso, segundo o médico e pesquisador Ricardo F. Ribeiro (2005, p.158), os governos dos diferentes períodos da história do país nunca investiram seriamente em avaliações sobre o potencial terapêutico de nossa flora, e

a medicina dominante preferiu assentar-se em conhecimentos já consagrados, importando matérias-primas e medicamentos. Em lugares distantes desses recursos medicinais, entretanto, prevaleciam conhecimentos locais e, até hoje, populações de regiões afastadas tendem a recorrer a pessoas idosas, por exemplo, que conhecem plantas e as indicam para diferentes situações.

As instituições da medicina e da farmácia, relacionadas com as práticas sanitárias e de saúde pública, têm papel importante na instituição da questão social das drogas no Brasil, e em outros lugares do mundo, a partir da virada do século XIX ao XX. Uma articulação entre medicina e Estado legitimou as legislações sobre drogas, nas quais umas passaram a fazer parte dos receituários médicos, na forma de um uso legítimo, e outras foram proscritas, junto às terapias eventualmente a elas relacionadas, e sua comercialização foi proibida e reprimida.

Antes disso, entretanto, a primeira legislação que poderíamos apontar como um regulamento sobre “drogas” no Brasil é o que se encontra nas Ordenações Filipinas, de 1603. Tiveram vigência no Brasil até o Código Penal do Império, em 1830, no qual não havia qualquer menção sobre o tema. As Ordenações proibiam a despesa e a venda de “material venenoso” fora dos “Boticarios”, sob pena de perda da propriedade e deportação para a África²¹.

No fim do século XIX, o Código Penal de 1890, tratando sobre os crimes contra a saúde pública, abordava a questão das drogas prevendo multas para quem vendesse ou administrasse “substâncias venenosas” (artigo 159) sem autorização legítima e sem seguir as formalidades dos

²¹ As Ordenações Filipinas resultaram da reforma feita por Felipe I, rei de Portugal, ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuaram vigendo em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Parte do texto das Ordenações Filipinas, Livro V, Título LXXXIX “Que ninguém tenha em sua casa rosaltar, nem o venda, nem outro material venenoso”, é a que segue: “Nenhuma pessoa tenha em sua caza para vender, rosaltar branco, nem vermelho, nem amarello, nem solimão, nem agua delle, nem escamonéa, nem opio, salvo se fôr Boticario examinado, e que tenha licença para ter Botica, e usar do Officio. E qualquer outra pessoa que tiver em sua caza algumas das ditas cousas para vender, perca toda sua fazenda, a metade para nossa Camera, e a outra para quem o accusar, e seja degradedado para Africa até nossa mercê. E a mesma pena terá quem as ditas cousas trouxer de fóra, e as vender a pessoas, que não forem Boticarios”.

Texto completo disponível no site da Universidade de Coimbra:

<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1240.htm>>. Acesso: 30 mai. 2015.

regulamentos sanitários. Essa direção entraria em consonância com as posteriores orientações internacionais sobre drogas, a partir do início do século XX.

O Brasil assinou todas as convenções internacionais ao longo desse século, desde a Convenção de Haia em 1912, editando decreto correspondente em 1914 (nº 2.861). Em 1921, também sob inspiração dessa Convenção, editou o Decreto nº 4.294, com as mesmas orientações do Código de 1890 de necessidade de autorização legítima para a venda de “substâncias venenosas”, exceto da cocaína, do ópio e derivados, que eram passíveis de prisão. Além disso, regulamentava comportamentos públicos de “embriaguez”, considerados inadequados, inclusive prevendo internação compulsória de três meses nos casos de “embriaguez por hábito”. O decreto mencionado anteriormente foi regulamentado por outro no mesmo ano, nº 14.969, criando a figura jurídica do “toxicômano” e sanatórios para seu tratamento. Esses dispositivos abordavam não apenas aspectos criminais, como penas de prisão para as infrações de venda e uso de entorpecentes, mas medidas voltadas ao controle do comércio das “substâncias inebriantes” e práticas médicas destinadas aos indivíduos infratores.

A questão das drogas no Brasil, como um problema social digno de regulação oficial, se institui no fim do século XIX e só passa a ter efetividade a partir da década de 1920. Mas, antes disso, além das Ordenações Filipinas, também houve restrições municipais sobre o tema. Para contar essa história, comecemos pelo controle do uso da maconha que, mais do que uma medida para salvaguarda da “saúde pública” (que, na verdade, também servia como uma higienização das cidades e algumas de suas populações), diz respeito ao controle que se pretendia exercer sobre populações específicas, a saber, pessoas negras identificadas como usuárias de maconha, muito antes das orientações internacionais sobre outras drogas.

3.7.1 A proibição no Brasil

Na história da proibição no Brasil, é por aqui que começamos. “Fumo de Angola”, “pango”, “liamba”, “diamba”, “cânhamo da Índia”, “meconha”, “veneno africano”: com diferentes nomes, a maconha é antiga por aqui e o cânhamo foi amplamente cultivado em terras brasileiras na época da colônia. No início do século XVIII, a própria Coroa Portuguesa teve a iniciativa para tais plantações, devido à sua utilização na produção de cordas e velas dos barcos que, desde a chegada portuguesa ao Brasil, já vinham com fibra de cânhamo presente

nos materiais citados. O hábito de fumar a maconha, por sua vez, parece ter sido introduzido pelas pessoas africanas para cá trazidas como escravas, muito antes do início das plantações da Coroa. A denominação da maconha como “fumo de Angola” é um indício da proveniência do hábito. O uso por parte de grupos escravos e, depois, no Candomblé e na Umbanda, teria contribuído para a criação do estigma em torno da planta e seus usuários.

Isso ajuda a explicar a primeira proibição sobre a venda e o uso do “pito do pango”, promulgada em 1830 pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em sua Lei de Posturas, cuja seção sobre a venda de “gêneros e remédios” continha a seguinte redação:

É proibida a venda e o uso do “Pito do Pango”, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000 [20 mil contos de réis], e os escravos e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia (*apud* ROCCO, 1999, p. 116).

Note-se que o consumo deveria ser apenas de maneira mais severa que a venda, e a lei inclusive identificava “escravos” como consumidores específicos, demonstrando sobre que tipo de pessoas, especialmente, deveria ser aplicada. Mas parece que o código permaneceu letra morta. Cem anos depois, segundo reportagem de *O Globo*²², a erva era vendida em herbanários da capital da República, “como O GLOBO demonstrou, adquirindo-a, por baixo preço, num desses estabelecimentos commerciaes”.

Com algumas exceções, a *cannabis* no Brasil relaciona-se muito com populações marginalizadas, pois era socialmente vinculada aos cultos africanos, bem como à capoeira e outras práticas ligadas a esse grupo. O uso de maconha por indígenas, que se deu a partir do contato com pessoas negras, foi um fator a mais para a associação entre maconha e uma ideia de “malandragem” ou “vagabundagem” que até hoje permanece. Os primeiros estudos realizados sobre a planta no nosso país, do início do século XX, são os de Rodrigues Dória, Garcia Moreno e Assis Iglesias que, segundo Rogério Rocco (1999, p.116-17), enfatizavam pejorativamente a associação entre maconha e pessoas negras ou camadas pobres, além de supostas relações entre a maconha e a loucura, o vício e a morte.

Em 1932, com o Decreto nº 30.930, a maconha foi equiparada, sob a denominação de “canabis indica”, à cocaína, ao ópio e seus

²² Citada em memórias do acervo do jornal: “‘Pito do Pango’ na década de 30, maconha era vendida em herbanários do Rio” (ACERVO O GLOBO, 2014).

derivados entre as “substâncias tóxicas entorpecentes” que só poderiam ser fabricadas ou comercializadas por drogarias, farmácias ou laboratórios, sob licença da autoridade sanitária competente. A distribuição e a posse de qualquer uma dessas drogas sem a devida autorização (governamental ou médica) acarretaria multa e prisão de 1 a 5 anos. Inseriu-se também possibilidade de internação compulsória por tempo indeterminado. E, a partir dali, o Departamento Nacional de Saúde teria a função de classificar as substâncias e adicionar outras à lista quando necessário.

Segundo Rodrigues (2002, p.103), entretanto, o tema do controle das substâncias psicoativas entrava apenas marginalmente na pauta sanitária no Brasil, e a venda e o uso dessas substâncias não eram passíveis de controle estatal de fato. Apesar da condenação pública do uso de drogas por setores conservadores e moralistas, tal prática “foi tolerada enquanto fez parte do mundo dos prostíbulos *chics* freqüentados pelos jovens filhos da oligarquia da República Velha”. O início da década de 1920, porém, mudaria a situação.

O Brasil já havia se comprometido com a Convenção de Haia desde 1912, mas só em 1921 baixou decretos estabelecendo um controle efetivo sobre opiáceos e cocaína. Esse foi o momento em que, segundo Rodrigues (2002, p.104), baseado na visão de Henrique Carneiro, os “vícios elegantes” (uso do ópio, morfina e cocaína) dos “rapazes finos” (brancos, das classes altas) perderam “a aura romântica perante os olhos governamentais ao se disseminarem entre as ‘classes perigosas’, ou seja, entre negros, pardos, imigrantes e toda a plebe urbana nacional”. A partir dali, o Brasil se comprometeria com todas as convenções sobre drogas, reformando seu ordenamento jurídico de tempos em tempos.

Estar alinhado às determinações acordadas nos encontros internacionais significava, em larga medida, estar sintonizado com a postura proibicionista defendida pelos Estados Unidos; postura que se pautava pela proibição total à livre produção, circulação e consumo de substâncias psicoativas e pela repressão cerrada aos segmentos sociais associados (em parte pela prática, em parte pelo discurso governamental) ao tráfico de drogas. [...] O procedimento de ratificação de tratados, ato de incorporação de um acordo internacional ao ordenamento legal nacional, foi instrumento primordial utilizado para atualizar as disposições vigentes no País, incrementando o corpo normativo e, conseqüentemente, fornecendo ao Estado maiores artifícios para acionar de maneira ainda mais enfática os aparatos de coerção ao tráfico e, em particular, aos traficantes (RODRIGUES, 2002, p.104).

Em 1938, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, criada dois anos antes, elaborou a Lei de Fiscalização de Entorpecentes, estabelecida por meio do Decreto nº 891, na forma de uma legislação mais detalhada e rígida. A fim de acompanhar os avanços da matéria em âmbito internacional, foi, inclusive, inspirada nas convenções de Genebra de 1931 e 1936. A produção e a distribuição continuavam permitidas aos estabelecimentos citados anteriormente, desde que com autorização do governo, e a venda era permitida ao público desde que acompanhada de prescrição médica. Fora das especificações legais, todos os atos relacionados às drogas listadas, inclusive o consumo pessoal, recebiam as mesmas penas (multa e prisão), independentemente da quantidade apreendida. A “toxicomania” continuava passível de internação compulsória até que a autoridade médica responsável atestasse a cura. O tratamento em domicílio também fora proibido.

Em 1940, a elaboração do Código Penal inseriu no capítulo referente aos “Crimes contra a saúde pública” o artigo 281, sob o título “Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes”, tipificando diversas condutas relacionadas às drogas, mas diferenciando traficantes e pessoas usuárias de acordo com o tempo de prisão. Nessa época, samba e capoeira foram descriminalizadas, e as religiões africanas tiveram que abdicar do uso da maconha em suas práticas para poderem atuar livremente.

A partir da década de 1960, segundo Rocco (1999, p.120) o uso de maconha se expandiu para diversas camadas sociais, no bojo das transformações culturais daquela época, em contextos nacional e internacional. Até 1968, a legislação, consolidada com o Código Penal de 1940, diferenciava traficantes e pessoas usuárias, como acabamos de ver, mas, com a ditadura militar, o porte de drogas para uso próprio passou a estar sujeito à mesma pena que a atividade de tráfico (Decreto nº 385), como um dos meios de reprimir quem se colocava à frente das reações contra a ditadura.

Até o estabelecimento da Lei Federal nº 6.368/1976, o Código Penal teve diversas alterações em seu texto, adotando em 1967 as listas de substâncias da Convenção Única de Entorpecentes (1961), por exemplo. Em 1973, o Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos e, com base nele, baixou a Lei nº 6.368, obrigando todas as pessoas, físicas ou jurídicas, a colaborarem na erradicação do uso de drogas ilegais. Entre outras modificações, uma das mais importantes foi a divisão das penalidades previstas para a conduta de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 12: 3 a 15 anos de prisão)

e de posse para uso próprio (art. 16: 6 meses a 2 anos de prisão), revertendo, portanto, decisão do decreto de 1968. Embora ambas as condutas fossem passíveis de prisão, o porte de drogas para uso próprio passou a ter uma pena mais branda. Não se instituiu, porém, quantidade exata de droga que determinasse a diferenciação entre uma conduta ou outra.

Com a Constituição de 1988, o tráfico passou a ser crime inafiançável e sem anistia. Logo em seguida, com a Lei de Crimes Hediondos (nº 8.072/1990), houve a proibição do indulto (remissão parcial ou total da pena) e da liberdade provisória, além da instituição do dobro de tempo para os prazos processuais, com a intenção de aumentar a duração da prisão provisória.

Com a abertura do regime político do país, a concepção de ação policial/repressiva gerada na ditadura para combater as pessoas identificadas como subversivas estendeu-se ao “combate” ao tráfico de drogas, segundo Rocco (1999, p.120). Também no Brasil, o grande inimigo, que antes era o comunismo, passou a ser o narcotráfico, de maneira que o aparato repressivo da polícia militarizada transferiu-se para a “guerra às drogas” e aí se mantém até hoje.

Em 2002, outra lei sobre drogas foi aprovada (nº 10.409), com o objetivo de substituir integralmente a lei de 1976, mas o Poder Executivo, na figura de Fernando Henrique Cardoso, vetou o Capítulo III, justamente o que tratava dos crimes e penas, e o artigo 59, que dispunha sobre a revogação da lei anterior, além de diversos artigos ao longo do texto. A redação final da lei restou, dessa forma, confusa e cheia de contradições que geravam as mais diversas possibilidades de interpretações jurídicas. Uma discussão comum era que, tendo sido revogado o capítulo sobre as penas, as regras dos capítulos seguintes, sobre o Procedimento Penal e a Instrução Criminal, seriam também inaplicáveis.

A quantidade de vetos por parte de FHC teria vindo no sentido de satisfazer juristas que pediam o veto integral da lei. Conforme notícia de janeiro de 2002 (AGÊNCIA ESTADO, 2002), antes da aprovação da lei, integrantes dos Ministérios Públicos Federal e estaduais consideravam que a nova legislação abrandaria o tratamento dado a traficantes e facilitaria a impunidade, devido às possibilidades de abertura no regime de prisão (que até então era totalmente fechado no caso do tráfico) e às condutas de “exportar”, “importar”, “remeter”, etc., listadas junto ao ato de “tráfico ilícito”. O primeiro desses dispositivos, argumentavam juristas, seria responsável pela soltura de milhares de pessoas presas por tráfico que, com a possibilidade de abertura do regime, poderiam

requerer liberdade imediata. Com base no segundo dispositivo, advogadas(os) poderiam alegar que seus(suas) clientes praticaram atos de “exportação” ou “importação”, por exemplo, escapando à Lei de Crime Hediondos (que, nesse caso, fala em tráfico). Esses e outros problemas da lei contribuiriam para o “abrandamento excessivo das punições”, manifestavam-se juristas. De fato, uma das justificativas do veto ao terceiro capítulo, fazendo referência à tese da “evasão de traficantes das prisões”, é a de que aqueles dispositivos poderiam confirmar tal tese, risco que não seria do interesse público.

Outra inovação da lei seria o fim da pena privativa de liberdade para pessoas que portassem drogas para uso próprio, mas juristas argumentaram que a conversão das penas já estava presente, na prática, nas decisões judiciais, de modo que esse era outro motivo para o veto integral à lei, já que nenhuma inovação de fato estaria sendo feita. Tais reivindicações causaram impactos, de maneira que o Capítulo III foi todo vetado, mantendo as penas de 1976 em vigor até o ano de 2006, quando nova lei foi sancionada por Luís Inácio Lula da Silva.

Restou à Lei nº 11.343/2006, então, a revogação total da legislação de 1976 e a de 2002, e coube a ela a suposta inovação sobre o fim da pena privativa de liberdade para porte de drogas, ou cultivo de plantas, para consumo próprio (art. 28). É dispensável dizer que para haver consumo deve haver porte, mas, seguindo orientação já antiga sobre a matéria, o consumo em si não é criminalizado, ao contrário dos atos de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo. Além disso, a lei brasileira sobre drogas, desde 1976, é o que juristas chamam de “norma penal em branco”. Segundo a Lei nº 11.343, “consideram-se drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”. O órgão responsável por essa especificação é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que, a partir da Portaria 344/98, define as regras para substâncias de controle especial e substâncias proscritas no Brasil, atualizando as listas a partir de sucessivas resoluções²³.

Houve uma tentativa de diferenciação entre traficantes e usuários(as), de modo que o porte de drogas para consumo pessoal não

²³ A Portaria 344/98 (Anvisa) e as resoluções seguintes podem ser encontradas no seguinte endereço:

<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11464&rastro=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS/Listas+de+drogas%2FAnvisa>. Acesso: 30 mai. 2015.

deixou de ser crime, apenas não mais passível de prisão, substituído por penas alternativas (advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo). A lei não estabelece, entretanto, uma quantidade específica para que a pessoa apanhada com alguma substância ilícita seja considerada usuária ou traficante, de modo que o juízo da situação cabe a uma interpretação sobre a natureza e a quantidade da substância apreendida, bem como sobre as circunstâncias de apreensão, a conduta e os antecedentes da pessoa. Desde que essa lei entrou em vigor, houve um aumento de 339% no número de pessoas presas por tráfico até 2013 (de 31.520 para 138.366 pessoas) (D'AGOSTINO, 2015). Essa possibilidade de definição subjetiva também provoca interpretações duvidosas sobre que pessoa é traficante ou usuária, gerando situações em que pobres e negras estão mais suscetíveis a serem enquadradas como traficantes.

Além disso, recentes discussões no Supremo Tribunal Federal, sobre a constitucionalidade do artigo 28 e a possibilidade de descriminalização de fato do porte de drogas, têm evidenciado o debate no Brasil.

Segundo Maria Lucia Karam (2008, p.116),

os “defensores” da nova lei querem fazer crer que a previsão de penas não privativas de liberdade seria uma descriminalização da posse para uso pessoal, sustentando que somente seriam crimes condutas punidas com reclusão ou detenção (expressões utilizadas no Código Penal como espécies de prisão). Ignoram que a ameaça da pena é que caracteriza a criminalização. E penas, como a própria Constituição Federal explicita, não são apenas as privativas da liberdade, mas também as restritivas da liberdade, a perda de bens, a multa, a prestação social alternativa, as suspensões ou interdições de direitos. Os “defensores” da nova lei querem fazer crer que somente a partir da nova lei é que os consumidores das drogas qualificadas de ilícitas não iriam mais para a prisão. Mas, a anterior Lei 6.368/76 previa penas de detenção de seis meses a dois anos e, dada aquela pena máxima de detenção de dois anos, a indevidamente criminalizada posse para uso pessoal já se enquadrava na definição de infração penal de menor potencial ofensivo, sendo aplicável a Lei 9.099/95 (a lei dos juizados especiais) que prevê a imposição antecipada e “negociada” de penas não privativas da liberdade.

A jurista ainda considera que a manutenção da criminalização da posse para uso pessoal continua violando as liberdades individuais e o respeito à vida privada, uma vez que a posse para consumo próprio em

circunstâncias que não envolvam riscos concretos a terceiros é uma conduta que diz respeito apenas ao indivíduo e à sua intimidade. Numa democracia, o Estado deveria estar desautorizado a penetrar no âmbito da vida privada com qualquer tipo de intervenção enquanto a conduta individual não afetasse direta ou imediatamente o direito de terceiros, diz Maria Lucia Karam.

Outro tema aprofundado pela lei é a máxima repressão sobre traficantes, cuja pena mínima de reclusão aumentou de 3 para 5 anos, de maneira que, incluindo a ampliação das “circunstâncias qualificadoras” (o emprego de arma ou o tráfico ser feito perto de locais de trabalho ou escolas, por exemplo), dificilmente ficam no mínimo de 5 anos de reclusão. Essa determinação responde a um movimento social de ânsia punitiva sobre traficantes, ao mesmo tempo em que pretende prevenir o uso indevido e promover atividades de atenção e reinserção social de pessoas usuárias ou dependentes de drogas. Fazem parte de um discurso da descriminalização, que a reivindica de fato – ou da equivocada interpretação da lei de 2006 de que o porte para uso pessoal já estaria descriminalizado – a defesa das pessoas usuárias (às vezes acompanhada de discursos médicos de patologização) e a defesa de punição exemplar a traficantes.

Com a introdução desse tema, estamos relativamente aptas a tratar do debate brasileiro sobre descriminalização / legalização, com ênfase nos argumentos de defesa das mudanças desse tipo, para ajudar na contextualização do discurso de Fernando Henrique Cardoso e a posição por meio da qual ele se insere no debate. Antes disso, porém, os dados sobre o consumo de drogas no Brasil também ajudam a qualificar a discussão.

Segundo dados de 2005, do II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, pesquisa que ainda é a mais completa e disponível sobre a questão, temos que, a partir das entrevistas realizadas nas 108 cidades com mais de 200 mil habitantes, conforme Tabela 1 a seguir, álcool e tabaco aparecem bem à frente nas estimativas de uso na vida, no ano e no mês, em comparação com as outras drogas. Em 2005, quase metade das 7.939 pessoas entrevistadas (49,8%) havia consumido álcool pelo menos uma vez naquele ano, 19,2% haviam feito uso de tabaco e apenas 2,6%, de maconha (vide Tabela 1).

Tabela 1: Prevalência de uso de drogas entre entrevistados(as) das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.

Droga	Prevalência de uso (%)		
	2005		
	Na vida	No ano	No mês
Álcool	74,6	49,8	38,3
Tabaco	44,0	19,2	18,4
Maconha	8,8	2,6	1,9
Solventes	6,1	1,2	0,4
Benzodiazepínicos	5,6	2,1	1,3
Orexígenos	4,1	3,8	0,1
Cocaína	2,9	0,7	0,4
Xaropes (codeína)	1,9	0,4	0,2
Estimulantes	3,2	0,7	0,3
Barbitúricos	0,7	0,2	0,1
Esteroides	0,9	0,2	0,1
Opiáceos	1,3	0,5	0,3
Anticolinérgicos	0,5	0,0	0,0
Alucinógenos	1,1	0,3	0,2
Crack	0,7	0,1	0,1
Merla	0,2	0,0	0,0
Heroína	0,1	0,0	0,0
Qualquer droga exceto álcool e tabaco	22,8	10,3	4,5

Fonte: SENAD/CEBRID (2006, p.33).

As estimativas sobre dependência também apontavam álcool e tabaco nos primeiros lugares, seguidas de maconha, solventes, benzodiazepínicos e estimulantes, conforme Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Dependência de drogas entre entrevistados(as) das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.

Droga	Dependência (%)
	2005
Álcool	12,3
Tabaco	10,1
Maconha	1,2
Solventes	0,2
Benzodiazepínicos	0,5
Estimulantes	0,2

Fonte: SENAD/CEBRID (2006, p.33).

Outros dados importantes são os casos de internação, cujo diagnóstico principal foi algum transtorno mental e comportamental decorrente do uso de drogas em 2007, sistematizados no Relatório Brasileiro sobre Drogas (SENAD, 2009) a partir das notificações do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados apontam um total de 138.585 internações, entre as quais o álcool é a principal droga responsável, com 68,7%, enquanto as internações por cocaína, por exemplo, respondem a 5% do total, conforme dados da Tabela 3.

Tabela 3: Número de internações associadas a transtornos mentais e comportamentais pelo uso de drogas no Brasil em 2007.

Droga	Número de internações	Porcentagem
Álcool	95.196	68,7
Cocaína	6.912	5,0
Opiáceos	2.232	1,6
Canabinoides	1.138	0,8
Sedativos e hipnóticos	737	0,5
Outros estimulantes	270	0,2
Solventes voláteis	244	0,2
Alucinógenos	224	0,2
Tabaco	50	0,0
Múltiplas drogas	31.582	22,8
Total	138.585	100

Fonte: SENAD (2009, p.164).

Bebidas alcoólicas também foram responsáveis, de 2001 a 2007, por 86,6% dos óbitos associados a transtornos mentais e comportamentais pelo uso de drogas. Os “canabinoides”, por exemplo, respondem por apenas 0,1% dos casos. O número total, naquele período, foi de 46.888, o que corresponde a 0,7% de mortes associadas ao uso de drogas em relação ao número total de óbitos na população brasileira (SENAD, 2009, p.183-6).

Os problemas com o álcool igualmente chamam a atenção quando são analisadas as causas de afastamentos do trabalho por uso de drogas, cujo percentual chega a 56,7%, seguido da cocaína, com 20,1% (SENAD, 2009, p.204). Isso sem contar os acidentes automobilísticos associados ao uso de álcool (com vítimas fatais ou não) e a violência doméstica. As porcentagens de afastamentos em decorrência do

consumo de substâncias psicoativas em relação ao número total de afastamentos concedidos no Brasil são maiores na Região Sul (0,7%), seguida da Região Sudeste (0,5%), Centro-Oeste e Nordeste (0,2%) e Norte (0,1%) (SENAD, 2009, p.206).

Sobre o ponto anterior, chama a atenção que, embora a prevalência do uso na vida de cocaína seja menos de 3%, a substância é responsável por um quinto dos afastamentos do trabalho relativos ao uso de drogas. O uso constante dessa droga parece provocar uma desorganização intensa na vida das pessoas, agravando conflitos familiares e profissionais, quadros depressivos e envolvimento com atividades ilícitas, por exemplo (SENAD, 2009, p.354).

É compreensível que a droga mais consumida cause mais problemas, mas a permissividade com a qual tratamos as bebidas alcoólicas, por meio da publicidade, por exemplo, ajuda a explicar esses dados, os quais são importantes na comparação entre drogas psicoativas lícitas e ilícitas. Apesar dos prejuízos causados pelo álcool, a aceitação social e os lucros proporcionados pelo consumo, bem como os empregos gerados pelo setor, o financiamento de campanhas eleitorais, etc., explicam porque é difícil encontrar qualquer pessoa sensata que defenda sua proibição – embora restrições sobre o uso de tabaco, outra droga legalizada, tenham sido articuladas e, da maneira como foram feitas, de fato ajudaram a diminuir seu consumo. Vejamos, por outro lado, um pouco do debate entre as pessoas que defendem mudanças legislativas do tipo “descriminalização” ou “legalização” para as substâncias hoje ilícitas, e como a proibição de algumas drogas e a aceitação em torno do álcool, por exemplo, são abordadas.

3.7.2 O debate sobre descriminalização e legalização

Esta seção, obviamente, não pretende esgotar os argumentos utilizados no debate sobre descriminalização ou legalização das drogas no Brasil. Partimos, inicialmente, das opiniões mais frequentemente encontradas na literatura acadêmica com a qual tivemos contato. Algo interessante de se notar é a quase unanimidade da produção de ciências humanas, como a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia e a História, por exemplo, quando apontam os problemas gerados pelo proibicionismo e a necessidade de algum tipo de mudança legislativa.

A diversidade de políticas alternativas e experiências em outros países, que vão desde a descriminalização de algumas ou todas as drogas até a legalização da maconha para fins medicinais e/ou recreativos/sociais, servem como exemplos das controvérsias que

surgem no campo discursivo sobre drogas do lado das pessoas que defendem políticas diferentes do total proibicionismo. Fora da academia, um dos movimentos mais expressivos é o que se desenha pelas Marchas da Maconha, concentradas em reivindicar a legalização dessa droga em específico. Portanto, as alternativas são, mais ou menos, as seguintes: manter a proibição como ela é hoje ou aprofundá-la; descriminalizar todas as drogas hoje ilícitas ou só algumas; legalizar só a maconha ou também outras; em caso de legalização, permitir publicidade ou não; legalizar a maconha apenas para fins medicinais ou também recreativos; permitir o cultivo doméstico de plantas com componentes psicoativos, legalizá-lo com monopólio estatal ou compartilhando a produção com o setor privado; entre outras.

Para começar a discussão, uma diferenciação básica é necessária: o que é descriminalizar e o que é legalizar? Dependendo da vertente, os termos têm diferentes interpretações. A diversidade de imagens possíveis no campo discursivo é relativa às disputas pelos sentidos dos significantes. Dependendo das articulações entre os elementos, os significados resultam diferentes.

A descriminalização é geralmente reivindicada às pessoas que portam drogas para consumo próprio, chamadas de usuárias, e sua defesa compreende o porte de todas as drogas, mas pode dizer respeito apenas a uma delas – a maconha, por exemplo. Dificilmente é reivindicada para traficantes, a não ser que venha acompanhada de um argumento pró-legalização, portanto “atinge apenas a vertente do consumo, afetando a questão na ponta de todo o seu movimento”, diz o jurista Rogério Rocco (1999, p.107), de maneira que não mexe com o comércio de drogas, mantendo o poder das organizações criminosas e todos os problemas aqui já relatados. Descriminalizar, então, pode envolver uma legislação que não categorize o porte de drogas para uso pessoal como crime, o que não quer dizer que não possa ser penalizado de alguma forma, por exemplo, transformado em uma infração administrativa, mas nesse caso sem a intervenção da justiça criminal.

“Descriminalizar, tal como despenalizar, significa eximir de pena determinada conduta ou extraí-la do controle do direito penal”, diz Rocco (1999, p.111). Apesar disso, esse mesmo jurista escreve que, já antes da lei de 2006, os atos de “adquirir, portar ou trazer consigo” já seriam descriminalizados no Brasil. Maria Lucia Karam, como vimos, discorda dessa interpretação e se posiciona de maneira a indicar que quando algo deixa de ser crime, também deixa de ser punível com qualquer tipo de pena, quer se trate de multa, prisão ou de medida

educativa, por exemplo. No Brasil, o porte de drogas para consumo próprio não foi descriminalizado e, portanto, também não teria sido despenalizado.

A legalização (ou regulamentação), por sua vez, diz respeito a um controle em que uma, algumas ou todas as drogas hoje ilícitas poderiam ser produzidas, comercializadas e consumidas de acordo com orientações legislativas, restritas a locais e idades específicas, por exemplo. Rocco (1999, p.108) considera que legalização não pode ser confundida com “liberação”, embora admita que, “numa visão simplista”, a legalização poderia ser reduzida apenas à transformação das drogas ilícitas em lícitas, sem a devida regulamentação. Portanto, legalização pode ser sinônimo de liberação (de fato, ou apenas na associação pejorativa às vezes feita em relação a esse termo), ou de regulamentação. Quem defende a medida de legalizar as drogas (no sentido de regulamentar, com locais de venda adequados, por exemplo), geralmente sustenta que essa seria a atitude mais eficiente para quebrar a espinha dorsal do crime organizado (por exemplo, Burgierman, 2011, p.258; Rocco, 1999, p.108).

Henrique Carneiro (2002) e Edward MacRae (2003), por exemplo, consideram que o uso de justificativa exclusivamente farmacológica, para a mudança de contexto que inaugurou a discriminação de diferentes formas de uso das drogas, se mostra contraditório, já que drogas também potencialmente perigosas, como o álcool e o cigarro, são hoje socialmente aceitas. Essa contradição é abordada pelos autores quando eles apontam estar o problema do uso das substâncias psicoativas no seu eventual “abuso”. Nesses termos, a proibição torna a questão ainda mais problemática, pois o Estado passa a assumir a condição de produtor do consenso sobre as drogas, de maneira repressiva, papel antes desempenhado pela religião/tradição de maneira educativa. MacRae (2003, p.2), antropólogo brasileiro, entende que é necessário ampliar as perspectivas sobre as drogas, levar em consideração os aspectos socioculturais do uso e “atentar para possibilidades de prevenção e controle dos efeitos indesejáveis bastante mais eficazes que o mero proibicionismo”.

Ainda segundo o antropólogo, “as consequências da política proibicionista são extremamente nocivas” (MACRAE, 1997, p.113) porque, além de não conseguir evitar ou mesmo diminuir o uso das substâncias, proporciona a organizações criminosas a possibilidade de conseguir enormes lucros com o comércio ilegal. De outro lado, a “demonização” de traficantes, vistos como disseminadores de grandes males, torna-se conveniente para encobrir outros problemas,

relacionados à legislação e à moral sobre as drogas, pois, ao se dar tanta ênfase ao problema do uso das substâncias ilícitas, acaba-se desviando a atenção da necessidade de um maior controle da comercialização e da propaganda das drogas lícitas, diz MacRae (2001, p.13-14).

Nesse sentido, o discurso da proteção à saúde pública como um bem jurídico também não se sustenta. Além do álcool e do tabaco serem mais prejudiciais à saúde do que a maconha, por exemplo, outra questão é a que envolve a qualidade das substâncias comercializadas ilegalmente e as circunstâncias dos usos, diz Karam (2008, p.118):

[...] além de ocultar os riscos e danos à democracia, o proibicionismo oculta também o fato de que a proteção da saúde pública, que estaria a formalmente fundamentar a criminalização das condutas relacionadas às drogas qualificadas de ilícitas, é afetada por esta mesma criminalização, que impede um controle de qualidade das substâncias entregues ao consumo, impõe obstáculos a seu uso medicinal, dificulta a informação e a assistência, cria a necessidade de aproveitamento de circunstâncias que permitam um consumo que não seja descoberto, incentivando o consumo descuidado ou anti-higiênico propagador de doenças como a aids e a hepatite.

Por esse e por outros motivos, os quais Karam identifica como violações aos direitos humanos, sua posição é a de que é necessário

[...] romper com o proibicionismo e promover uma mobilização global que conduza a uma ampla reformulação das convenções internacionais e das legislações internas dos Estados nacionais, para legalizar a produção, a distribuição e o consumo de todas as substâncias psicoativas e matérias-primas para sua produção, regulando-se tais atividades com a instituição de formas racionais de controle, verdadeiramente comprometidas com a saúde pública, respeitadas da democracia, respeitadas da dignidade e do bem-estar de todos os indivíduos, livres da danosa intervenção do sistema penal.

Carneiro (2002), por sua vez, relata que o proibicionismo, poupando o álcool e atacando outras drogas, aumentou a especulação financeira do ramo ilícito e inflou o aparato policial dedicado à tarefa da repressão. Tais fatores, segundo o historiador, fazem com que a reivindicação da legalização das drogas se choque tanto com os interesses de grandes traficantes quanto com os do Estado policial. Adicionamos que não apenas o aparelho policial está imerso na repressão às drogas, mas também o aparelho jurisdicional e o penitenciário. A “guerra às drogas”, centrada na ideia de erradicação do consumo, é uma “concepção fascista que pressupõe um papel

inquisitorial extirpador para o Estado na administração das drogas, assim como de outras necessidades humanas”, diz Carneiro (2002, p.127).

A posição de Carneiro sobre as drogas como “necessidades humanas” é contestada pelo sociólogo Ferreira Neto (2012). A discordância está ligada à ideia de que a visão do historiador não estaria levando em consideração as diferenças entre o uso de drogas como prática cultural e a massificação das substâncias sob o capitalismo. Outro ponto de discordância entre eles diz respeito à defesa da legalização sob o argumento dos lucros que esse mercado geraria. Enquanto Carneiro (2011 *apud* FERREIRA NETO, 2012, p.290) considera que “o Brasil está ficando na retaguarda, não só cultural ao não admitir a legalização, mas econômica, fora de uma importante fatia do mercado mundial desse produto que vem alcançando, cada vez mais, o espaço de legalidade”, Ferreira Neto pondera que:

[...] o fato de que o atual padrão de acumulação de capital, baseado na destruição da “economia real”, na destruição de forças produtivas, via medidas de austeridade fiscal que destroem empregos e serviços públicos, em benefício dos mecanismos de especulação e dinheiro rápido (os mecanismos de especulação foram identificados por autores como Marx e Lênin como uma expressão de “parasitismo econômico” do capitalismo), encontrariam na legalização das drogas uma fonte de lucros. O sistema financeiro ganharia uma sobrevida com uma injeção de “liquidez”. Outro elemento de minha divergência com Carneiro é que a própria massificação da produção e consumo de drogas (lícitas e ilícitas) é entendida por mim como um elemento de destruição de forças produtivas (destruindo a principal delas, a força de trabalho) (FERREIRA NETO, 2012, p. 291-2).

O sociólogo avalia que Carneiro desconsidera o fato de a proposta de legalização das drogas sintonizar-se com as necessidades do capital de encontrar “novos espaços de acumulação”, pois não se tem a garantia de que a produção e a distribuição seriam limitadas ao Estado. Assim sendo, ele tem uma posição desfavorável quanto à legalização, inclusive porque aí poderiam se incluir as drogas “mais pesadas”, como heroína, *crack* e cocaína, agravando problemas de saúde pública. Mesmo assim, admite que “a política de repressão não trouxe nem traz resultados satisfatórios” (FERREIRA NETO, 2012, p. 301) e, no Brasil, tem processado o que pesquisadoras(es) apontam como “criminalização da pobreza”, conforme indicamos anteriormente, que ocorre, entre outros fatores, por causa da indefinição da lei brasileira sobre quem é traficante ou usuária, de maneira que pessoas (geralmente brancas) de

classe média são enquadradas como usuárias, e pessoas (geralmente negras) da periferia são presas como traficantes. Além disso, Ferreira Neto considera que a descriminalização do consumo seria uma política mais racional, pois trata-se de pensar as usuárias de drogas (que porventura venham a se tornar dependentes) como alvo para a saúde pública, e não para a repressão.

Em artigo mais recente (FERREIRA NETO, 2014, p. 214–15), a posição desse autor, entretanto, é mais dúbia. Ele questiona a legalização como meio eficaz de se combater o narcotráfico e o “consumo excessivo”, supondo que o consumo aumentaria. Além disso, pergunta: “será que a questão do tráfico e da violência gerada se resolve com a despenalização e a descriminalização?”, pois os tráficos poderiam mudar de ramo, o que não impediria que a maconha, por exemplo, continuasse sendo comercializada fora dos marcos legais, o que não ajudaria a enfraquecer as organizações criminosas.

Poderíamos situar o posicionamento de Ferreira Neto no lastro de uma esquerda “conservadora” em relação às drogas, uma ideia de que as substâncias são utilizadas pelo capitalismo para frear a capacidade de rebeldia das pessoas na luta contra a exploração capitalista, tanto pelo entorpecimento que geram quanto pela repressão policial nas comunidades pobres²⁴. Boa parte da esquerda no Brasil ainda permanece inserida no paradigma proibicionista e “punitivista”, apesar de movimentos recentes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por exemplo, que têm colocado o tema da legalização das drogas em pauta. Esse tema também é ligado a uma defesa das liberdades individuais e à não intervenção estatal, defendido por vertentes liberais de direita.

Voltando à questão da possibilidade de aumento do consumo de drogas, muitas das pessoas que atualmente se opõem a uma mudança legislativa usam o argumento de que a legalização ocasionaria um uso ainda mais indiscriminado das substâncias com o fim da interdição proibitiva legal e sob a pressão do lucro no mercado capitalista (como acabamos de exemplificar com a posição de Ferreira Neto). Sobre esse aspecto, outras pessoas pressupõem que o status de “proibido” é, muitas vezes, justamente o que chama a atenção dos jovens, por exemplo, para um primeiro contato com as substâncias ilegais e não, necessariamente,

²⁴ É a posição, por exemplo, do grupo Juventude Marxista (2011), organização de jovens da Esquerda Marxista: “Somos contra as drogas! Mas também somos pelo fim do aparato policial militar capitalista!”. Disponível em: <<http://blogesquerdamarxista.blogspot.com.br/2011/11/somos-contra-as-drogas-mas-tambem-somos.html>>. Acesso: 5 mai. 2015.

o que os afasta, por exemplo, Burgierman (2002) e Escohotado (1999)²⁵.

Rocco (1999, p.108), por sua vez, considera que uma suposta legalização poderia provocar um grande aumento no consumo que, entretanto, seria apenas “uma espécie de inchação momentânea, que se dissiparia em seguida”. Seria uma medida defensável, já que o atual modelo de controle não impede que o consumo continue aumentando. A implementação desse tipo de mudança poderia obedecer a um “cronograma gradativo, começando com o controle da produção e venda de drogas mais leves e que ofereçam outros benefícios além do uso recreativo, como é o caso do cânhamo”.

Outro argumento contra a legalização é o de que as drogas lícitas já causam muitos problemas, pela quantidade do consumo e o uso irresponsável de bebidas alcoólicas, por exemplo. No entanto, esse argumento não leva em consideração o alcance e a influência da publicidade das drogas lícitas. Além das bebidas já serem aceitas socialmente, o seu uso é estimulado com propagandas extremamente agradáveis e sugestivas. É possível dizer que vivemos num período de praticamente apologia ao álcool. Fabricantes de cerveja podem, inclusive, patrocinar grandes eventos esportivos. Uma das associações mais constantes nas publicidades de cerveja, por exemplo, é a que se faz entre o consumo dessa bebida e mulheres “saradas”, praia, festas.

Sendo assim, e baseado nesse pressuposto de que a propaganda estimula o uso de drogas, o Brasil restringiu a publicidade do tabaco com a Lei nº 10.167/2000, amparado por estudos realizados na Noruega, na Finlândia e no Canadá, que mostram o resultado positivo das legislações restritivas a propagandas nesses países: a queda do consumo per capita variou de 14% a 37% após a proibição total da publicidade do

²⁵ Saindo um pouco do debate brasileiro, mas ainda nesse ponto do aumento do consumo que é um argumento que serve praticamente como um ponto nodal do discurso contra a legalização, lembramos que o historiador espanhol fornece diversos exemplos de culturas com usos de drogas pacíficos e moderados que, ao aplicarem proibições, no século XX, tiveram consequências mais negativas do que antes e, sobre isso, ele comenta: “[...] Sabemos que o experimento tem sido proibir e que nenhuma cultura conhecida, exceto as alianças entre Igreja e Estado, conseguiu garantir aos governos a autoridade de governar ‘a consciência e os estados da mente’, como expresso na Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Quando alguém alegar que qualquer outro caminho geraria um aumento incalculável do consumo de drogas, contrastemos tal conjuntura com o que aprendemos no passado em relação à penalização, à legalização, ou a não tratar a questão em termos de lei. Hoje, como sempre, experiências contam mais que advertências” (ESCOHOTADO, 1999, p.160-61).

tabaco (BRASIL, s.d.). Até 2013, no Brasil, o consumo de tabaco havia diminuído 20%, algo que sugere um resultado da lei, aliada ao aumento de impostos sobre cigarros (CRUZ, 2013).

Outros dados também são importantes para o debate. Por exemplo, em 2001, Portugal descriminalizou o uso de todas as drogas, e em 2009 os números já mostravam que o “uso abusivo” diminuiu, além de ter diminuído o tráfico de drogas e outros problemas relacionados ao seu uso, como o número de mortes por overdose, e o de transmissão de HIV (GREENWALD, 2009). O modelo é baseado em políticas de redução de danos: tratamento de dependentes de heroína com metadona, distribuição de seringas, acompanhamento psicológico, etc., ou seja, mais voltado à saúde do que à justiça.

Nos EUA, diversos estados regulamentaram a maconha para fins medicinais e, mais recentemente, Colorado, Washington e outros aprovaram o consumo recreativo/social por meio de *coffee shops*, algo parecido com o modelo holandês até pouco tempo atrás (GLOBO, 2014). O caso da Califórnia é emblemático, pois foi o primeiro estado a aprovar o uso medicinal da maconha, em 1996, por meio de um plebiscito de iniciativa popular. A defesa do uso medicinal ajuda a trazer legitimidade à lei e à prática, já que pessoas doentes se beneficiam. Apesar de conseguir maconha legalmente ser um processo simples (basta dizer na consulta médica que se está sofrendo de ansiedade ou até mesmo de crise de criatividade), o medo de uma explosão no consumo de maconha não se confirmou de 1996 para cá, mesmo com a publicidade liberada (BURGIERMAN, 2011).

O caso da Holanda é curioso, pois a distribuição e o plantio de maconha sempre foram ilegais no país, mas não o consumo, permitido dentro dos *coffee shops*. A disponibilidade da droga nesses estabelecimentos, desde 1980, tem sua publicidade exterior vetada, menores de idade não podem entrar e a venda é feita apenas no varejo, sempre em pequenas quantidades. O objetivo central do modelo holandês, que era afastar jovens das drogas “mais pesadas”, foi atingido, e a Holanda permanece um dos países da Europa com menores índices de uso de cocaína e heroína. O número de usuários de maconha nativos também é bastante baixo (BURGIERMAN, 2011). Esses resultados do modelo devem-se também à iniciativa de trabalhar a questão do “abuso” de drogas por um viés de saúde, da redução de danos, não da justiça. Entretanto, com a produção e a distribuição proibidas, um dos problemas é que boa parte do fornecimento de maconha passou, cada vez mais, a ser feita por grupos criminosos, o que gerou uma pressão

social por restrições aos *coffee shops*. Recentemente, eles foram obrigados a se transformar em clubes privados com até duas mil associações, restritas a pessoas que morem na Holanda, medida que teve em vista a diminuição do “turismo da droga” no país (TERRA, 2014).

Outro caso emblemático é o do Uruguai que, em 2013, aprovou a legalização da produção, distribuição e venda da maconha, sob controle do Estado. A publicidade é proibida e cada pessoa pode cultivar domesticamente até 6 pés da planta, ou se associar a clubes de plantio (BBC BRASIL, 2013). A produção nos clubes ainda é o principal meio lícito para adquirir maconha, pois a venda da produção estatal em farmácias ainda não começou.

No Brasil, há vários projetos de lei que visam modificar a legislação sobre drogas. No Senado, o Projeto 236/12 de reforma do Código Penal, elaborado por uma comissão de juristas, descriminaliza o porte e o plantio de drogas para uso pessoal, restritos a uma quantidade suficiente para cinco dias de consumo. Na Câmara, destaca-se o Projeto 7270/14, de Jean Wyllys (PSOL), o qual regula a produção, a industrialização e a comercialização de *cannabis* para consumo recreativo e medicinal, possibilita produção e comercialização por empresas privadas, regulamentadas pelo governo, e veda a publicidade. Outro Projeto, de número 7187/14, de Eurico Júnior (PV), é bastante parecido com o de Wyllys.

Também na Câmara tramitam as propostas de Osmar Terra (PMDB) e de Roberto de Lucena (PV). A primeira, Projeto 7663/10, estabelece mais rigor contra as drogas, prevê a internação involuntária de dependentes químicos e aumenta a pena para traficantes. A segunda proposta, Projeto 158/15, também pretende endurecer a legislação, especificando a proibição da maconha, da cocaína, do crack e do ecstasy na Lei 11.343/06, tornando-as “definitivamente ilícitas”, medida que retiraria da Anvisa a autoridade de classificá-las ou não como substâncias proscritas.

Tendo chegado até aqui, após a contextualização histórica e o mapeamento do discurso proibicionista, bem como dos argumentos de resistência a ele, podemos agora tratar de questões metodológicas relativas à teoria do discurso e especificar os métodos utilizados para a análise do posicionamento de Fernando Henrique Cardoso e sua localização no campo discursivo sobre drogas.

4. METODOLOGIA

Esta seção trata de pensar questões metodológicas e enfoques técnicos para a investigação sobre o posicionamento político de FHC. Baseia-se em leituras realizadas sobre a teoria pós-marxista do discurso (TD), bem como nas abordagens de Howarth (2005), Glynos *et al* (2009) e Howarth e Stavrakakis (2000), em torno de discussões metodológicas sobre a TD. As reflexões desses textos se fundamentam nas premissas da teoria do discurso para desenvolver uma perspectiva metodológica como *prática articulatória*. Tal perspectiva procura pensar condições nas quais seria possível reunir elementos teóricos e empíricos heterogêneos em uma cadeia explicativa coerente, sem reduzir tais elementos a leis ou abstrações “superiores” e, ao mesmo tempo, resistir à atitude de simplesmente combinar sem alteração elementos potencialmente incomensuráveis. Para especificar a aplicação do conceito de prática articulatória nessa perspectiva, recordemos a definição do termo.

Laclau e Mouffe utilizam a categoria de articulação para desenvolver uma teoria política da hegemonia sobre a junção de demandas sociais contingentes em projetos políticos capazes de promover algum tipo de mudança social. A prática articulatória, aí, “estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.105). De maneira análoga, a aplicação de várias lógicas sociais e teóricas para explicar um problema particular envolve uma modificação das lógicas e conceitos que se articulam no processo explicativo em cada instância de investigação. Isso quer dizer que, ao invés de aplicar uma teoria a um conjunto de objetos, procura-se *articular* os conceitos teóricos em cada instância da pesquisa. Os conceitos e lógicas do quadro teórico devem ser suficientemente abertos e flexíveis para serem adaptados e transformados no processo de aplicação. Tais modificações ocorrem apenas no contexto particular de entender e explicar o objeto sob investigação, pressupondo que os elementos que se articulam estejam despojados de quaisquer conotações essencialistas.

Essa percepção se aplica igualmente à questão dos métodos e técnicas, cuja escolha é regida, em grande medida, pela forma como o domínio empírico é problematizado. Ao mesmo tempo, contudo, é essencial que métodos e técnicas sejam utilizados em diálogo e, assim, articulados, com os pressupostos da TD.

Nesse sentido, é importante distinguir entre teoria do discurso e

análise do discurso (AD). A primeira não se confunde com as diferentes variedades de AD, não se trata de uma caixa de ferramentas projetada para analisar a “língua em uso” ou a “fala e o texto em um contexto”, uma vez que a condução da AD só faz sentido dentro de uma teoria social e política particular. Portanto, as diferentes ferramentas de análise do discurso constituem um determinado conjunto de técnicas que podem ajudar a compreender e explicar fenômenos empíricos que já tenham se constituído em objetos de análise com sentido. Essas ferramentas, então, não esgotam a ideia mesma de uma teoria do discurso.

Outra distinção importante diz respeito às categorias *discursividade* e *discurso*. A discursividade define-se como um horizonte teórico dentro do qual o ser dos objetos é constituído, no sentido de que todos os objetos são objetos de discurso, pois seu significado depende de um sistema de regras socialmente construído. Por outro lado, discurso ou discursos referem-se a sistemas de práticas significativas que formam a identidade de sujeitos e objetos. Nesse sentido mais simples de abstração, os discursos são sistemas de relações sociais e práticas intrinsecamente políticas, pois sua formação provém de um ato radical de instituição que envolve a construção de antagonismos e o desenho de fronteiras políticas. Assim, os discursos são construções históricas e contingentes, sempre vulneráveis às forças políticas excluídas de sua produção.

Na TD, as questões metodológicas e as técnicas de pesquisa são compreendidas em relação a questões particulares. Nesse sentido, é importante considerar a TD como uma forma de investigação baseada em problemas construídos em contextos históricos específicos. Isto significa que fenômenos empíricos distintos devem ser construídos como um problema, e este tem de ser localizado no nível adequado de abstração e complexidade. Assim, essa abordagem compartilha semelhanças com a prática de problematização de Foucault, em relação aos métodos arqueológico e genealógico de análise.

Também é adequado dizer que a TD se encontra dentro do ramo hermenêutico das ciências sociais, no sentido de que busca, entre outras coisas, fazer interpretações de segunda ordem sobre as interpretações e compreensões que agentes sociais desenvolvem sobre suas práticas. Isso implica que as instituições e práticas são constituídas em parte pelas crenças e desejos daqueles agentes, que existe uma relação interna entre ações e significados subjetivos, e que a compreensão do sentido pressupõe um conjunto de práticas compartilhadas. Dessa maneira, um dos objetivos da TD é explicar os objetos de estudo problematizados

mediante descrição, compreensão e interpretação.

A teoria do discurso, entretanto, se diferencia da hermenêutica, entre outras questões, porque pós-estruturalistas se concentram nos efeitos polissêmicos e distorcidos da linguagem, questionando a constituição pré-existente da subjetividade em relação à linguagem. Além disso, um dos objetivos da TD não é apenas fornecer novas descrições ou fatos sobre os objetos de investigação, mas produzir novas interpretações, seja apontando fenômenos anteriormente não detectados pelas abordagens teóricas predominantes, ou questionando as descrições existentes e articulando explicações alternativas. Isso significa que os fatos devem ser situados dentro de campos de significação ou discursos sociais mais amplos, que a interpretação sobre eles é baseada nas lógicas e conceitos teóricos definidos pela TD e que as interpretações resultantes são, em última análise, contingentes e contestáveis.

Assim, estudiosas(os) da TD não se preocupam apenas com a forma pela qual agentes sociais entendem seus contextos particulares, pois como os discursos são sistemas relacionais de significados e práticas que constituem as identidades de sujeitos e objetos, a atenção se volta mais à criação, à ruptura e à transformação das estruturas que organizam a vida social. Uma consequência dessa orientação é que a teoria não pode estar total e objetivamente separada da realidade que busca explicar, pois as práticas teóricas são elas mesmas constitutivas do (e formadas pelo) mundo social no qual sujeitos e objetos de pesquisa se encontram.

A TD também se opõe às concepções positivistas de conhecimento e método. Rejeita a busca por leis científicas e generalizações. Além disso, se contrapõe a concepções ingênuas da verdade, pois parte de métodos interpretativos de pesquisa social, nos quais a ênfase se coloca em entender e explicar a emergência e a lógica dos discursos, e as identidades socialmente construídas que eles conferem a agentes sociais. Isso, entretanto, não leva a TD a uma abordagem do tipo “vale tudo” para a generalização e avaliação de evidências empíricas feitas em seu nome. Enquanto que a verdade ou a falsidade de suas considerações são parcialmente relativas ao sistema de conceitos e lógicas da TD, o tribunal último de validade das suas interpretações é o grau em que elas são capazes de fornecer explicações plausíveis e convincentes de fenômenos cuidadosamente problematizados.

Por último, cabe dizer que a TD rejeita a separação rígida entre fatos e valores, aceitando que estudiosas(os) e analistas do discurso

estão sempre localizadas(os) em um contexto histórico e político particular, sem qualquer ponto de vista neutro a partir do qual seria possível fazer descrições e interpretações. Isso quer dizer que, mesmo considerando todos os critérios “objetivos” de escolha, nossa posição de fala afeta as possibilidades de leitura do objeto, pois tal leitura não se desassocia do lugar que ocupamos como intérprete. As iniciativas de Fernando Henrique Cardoso, nesse sentido, podem despertar as mais variadas reações, dada sua visibilidade enquanto pessoa pública e ator político na história brasileira. Se, por um lado, essa visibilidade pode blindá-lo simbolicamente de certas críticas, ou, então, exacerbá-las, por outro, trata-se de um desafio específico para a pesquisadora dar conta dessas dimensões. Aí, certamente, reside um problema ético com o qual foi necessário lidar durante toda a pesquisa e escrita do texto, desafio que se espera ter sido relativamente transposto por meio de uma interação respeitosa com os elementos do campo de pesquisa²⁶.

Assim, tendo introduzido a ideia geral de uma prática articulatória e sua relação com as questões metodológicas, é necessário pensar, nesse momento, sobre o que é a unidade de explicação na teoria do discurso – a noção de uma lógica. Num nível geral e abstrato, uma lógica se refere, em primeiro lugar, às regras que governam práticas, instituições ou sistemas de relações entre objetos e, em segundo lugar, aos tipos de entidades (e suas relações) pressupostas pelo funcionamento de tais regras. Nesse sentido, é importante distinguir entre lógicas sociais e lógicas políticas. Enquanto as primeiras caracterizam sistemas de práticas sedimentadas, as segundas se referem aos aspectos dinâmicos daquelas práticas, constituindo-as e questionando-as. As lógicas políticas captam a articulação de demandas em projetos políticos mais amplos – segundo a lógica da equivalência – ou a dissociação de demandas em elementos descontínuos e mais gerenciáveis – segundo a lógica da diferença.

Desse modo, a lógica política ajuda a explicar o modo em que regimes ou práticas emergem, são contestados e/ou transformados. Elas falam dos processos de mobilização coletiva que são precipitados pelo

²⁶ Cabe observar, aqui, que meu lugar de fala é o de uma mulher jovem e branca, de classe média, que defende a legalização de todas as drogas e que, em outras áreas de atuação política, sempre se situou numa posição de crítica às posturas de FHC. Esses dois posicionamentos políticos muitas vezes geraram sentimentos contraditórios nas análises sobre o ex-presidente e seu projeto de descriminalização e regulação da maconha, proposta pela qual expresse simpatia, reconhecendo a importância de sua intervenção nessa área.

deslocamento das relações sociais, quando ocorre uma falha na estrutura social existente e os sujeitos são forçados a atuar sob condições de deslocamento e a identificar-se novamente. Isso envolve a construção, a defesa e a “naturalização” de novas divisões sociais ou fronteiras políticas. Mas aquelas lógicas também nos permitem compreender os processos que buscam romper ou desestabilizar o desenho das fronteiras.

De crucial importância, nesse sentido, é a lógica da hegemonia, utilizada para pensar a prática de construção de alianças políticas entre diferentes agentes sociais. A lógica da hegemonia capta o processo pelo qual agentes reúnem um conjunto de demandas particulares em um discurso comum, com o objetivo de construir um projeto político mais “universal”. Junto aos conceitos e condições que a fazem possível, a lógica hegemônica fornece uma linguagem de descrição para a análise dos fenômenos políticos. Mais especificamente, seu funcionamento pressupõe, como já vimos no segundo capítulo, a existência de um campo cruzado por antagonismos e a disponibilidade de elementos ideológicos contingentes – os significantes flutuantes – que possam ser articulados por projetos políticos concorrentes na tarefa de atribuir significados a esses elementos.

A lógica hegemônica expõe diversos fatores potenciais que podem ajudar a explicar o problema de pesquisa, enquanto também requer investigação empírica para determinar que fatores ou que combinação de fatores explicam a formação ou a dissolução de cadeias equivalenciais. As explicações potenciais podem elucidar, por exemplo, se as condições estruturais para uma prática hegemônica são propícias à construção de um projeto hegemônico viável.

Em resumo, as análises discursivas baseadas na TD dão primazia ao rol das práticas políticas – entendidas por meio da hegemonia – na explicitação concreta das práticas sociais, mesmo que tais explicações possam articular e recorrer a uma variedade de lógicas sociais e teóricas para apresentar explicações satisfatórias.

4.1 PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E DADOS

A teoria pós-marxista do discurso se define mais como um paradigma ou programa de investigação do que como uma teoria empírica no sentido estrito da palavra. Assim, consiste em um sistema de pressupostos ontológicos, conceitos teóricos e preceitos metodológicos, mais do que em uma série de propostas destinadas a

explicar ou predizer fenômenos. Como vimos, a TD está centrada na ideia de que objetos e práticas têm um significado, e que os significados são sociais, contextuais e contingentes. Ela sustenta que os sistemas de práticas com sentido – os discursos – dependem de exteriores discursivos que parcialmente constituem e, ao mesmo tempo, subvertem tais sistemas.

Uma investigação orientada pela noção de discurso, tal como o definem Laclau e Mouffe, pode levar em consideração tanto documentos textuais, entrevistas, práticas sociais observadas em primeira mão ou já documentadas, quanto imagens, dados quantitativos e, inclusive, objetos ou edifícios e monumentos históricos. Nesse sentido, é possível distinguir entre dados linguísticos e extralinguísticos, reativos e não reativos (conforme Quadro 2, a seguir), mesmo que essas distinções sejam apenas de ordem pragmática. A diferença entre linguístico e extralinguístico não se confunde com uma divisão entre discursivo / não discursivo ou entre verbal / não verbal, já que ambos são componentes intrínsecos do conceito de discurso. Do mesmo modo, as fontes reativas e não reativas (aquelas que pressupõem um elemento de intersubjetividade para que se produzam e as que não pressupõem tal elemento) permitem perceber distintas dificuldades e questões teóricas. Novamente, essa distinção não é sinônimo de uma diferenciação marcada entre sujeito e objeto, já que tanto as fontes reativas quanto as não reativas devem ser consideradas parte dos sistemas de significação que lhes conferem suas identidades, daí que ambas pressupõem um passo pela subjetividade.

Quadro 2: Tipos de dados linguísticos e extralinguísticos, reativos e não reativos

	Linguísticos	Extralinguísticos
Reativos	Entrevistas	Observação participante, estudo da ação
Não reativos	Documentos	Imagens, construções, arquitetura

Fonte: Howarth (2005, p. 69).

Com essas distinções, é possível voltar às questões sobre TD e AD. A análise de discurso consiste em uma variedade de técnicas para analisar o objeto de estudo, enquanto que a TD fornece os pressupostos para utilizar tais técnicas adequadamente. Segundo uma caracterização feita por Heidegger, a TD corresponde ao nível ontológico, na medida em que o conceito de discurso especifica as pressuposições necessárias em toda investigação sobre a natureza dos objetos e das relações sociais,

sobre como se entrelaçam palavras e ações nas práticas, além de especificar a contingência de toda identidade, a primazia da política e etc. A análise de discurso, por sua vez, opera a nível ôntico, e se ocupa em analisar os objetos particulares especificados pelas pressuposições ontológicas, de modo que, aqui, o discurso se define mais estritamente como um conjunto de práticas e representações simbólicas materializadas em textos, falas, e elementos significativos de todo tipo.

Em relação à condução das análises de texto, especificamente, é possível assinalar o emprego da análise de significado nos textos (semântica), na qual o objetivo é localizar e analisar os mecanismos pelos quais o significado se produz, se estabelece, questiona e subverte textos particulares. Contextualizados pelas práticas articulatórias nas quais se inserem (cadeias de equivalência, lógica da diferença ou na produção de significantes flutuantes ou vazios, etc.), uma análise detida dos textos permite extrair o significado e a lógica do discurso que se investiga. Seguindo orientações da TD, entretanto, não se deve assumir que esse tipo de manifestação linguística esgota as práticas políticas investigadas, já que isso seria considerar que as condensações textuais são equivalentes às práticas densas de formação de identidades e criação de fronteiras, reduzindo, assim, práticas a registros linguísticos. Uma análise adequada, então, deve descrever e analisar o conjunto de micro e macro práticas – tanto linguísticas quanto extralinguísticas – nas quais a análise textual constitui apenas um dos componentes, necessitando ser suplementada com entrevistas, descrições de práticas de instituições, reconstruções históricas de fenômenos baseadas em dados empíricos diversos e etc.

Nesse ponto, cabe dizer que todos os dados deste trabalho são não reativos, pois não foram produzidos dados de primeira mão (entrevistas ou observação participante, por exemplo). São utilizados dados já disponíveis entre entrevistas transcritas ou em vídeo, palestras e etc., sobre o posicionamento de FHC. Suas práticas articulatórias e as atividades das comissões sobre drogas podem ser consideradas dados extralinguísticos, embora se expressem e cheguem até nós muitas vezes como dados linguísticos, por exemplo: os documentos das comissões e, até mesmo, o documentário, embora este mobilize imagens como dados extralinguísticos. A investigação sobre a trajetória política de Fernando Henrique, feita por meio de revisão bibliográfica, considera tanto suas biografias quanto textos sobre seu período no governo, por exemplo. Por último, os textos dos jornais, que utilizamos para inferir o alcance e a influência do posicionamento de FHC, também demonstram práticas

articulatórias e antagonismos (por exemplo, colonistas favoráveis ou contrários/as à posição do ex-presidente) e constituem dados linguísticos.

Consideramos esta uma pesquisa com final aberto. Um projeto fechado utiliza poucos dados e possibilita o desenvolvimento de uma análise exaustiva, enquanto que um projeto com final aberto exclui essa opção. A investigação mais aberta, característica de grande parte das pesquisas orientadas pela teoria do discurso, requer, entre outras coisas, definir o contexto de estudo apropriado, como acabamos de fazer, e os critérios de seleção de documentos. O contato com o campo gerou uma grande quantidade de dados, entre os tipos que listamos no parágrafo anterior. Por isso, foi necessário fazer catalogação e seleção, utilizando os documentos que consideramos exemplares no contexto do campo.

A investigação também combina métodos quantitativos, destinados a proporcionar uma ideia dos padrões gerais dos elementos linguísticos, registrando, por exemplo, a presença de frases e argumentos repetidos no material analisado. A análise discursiva da seleção dos documentos teve como objetivo tratar aspectos relacionados ao significado, à gênese e à propagação de ideias.

Num primeiro momento, realizamos a revisão da biografia de Fernando Henrique Cardoso (BIOGRAPHY, 2010; CARDOSO, 2011; IFHC, s/d[a]; IFHC, s/d[b]), que iremos abordar de forma sucinta, bem como análises que remontam especificamente às políticas sobre drogas no período do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à frente da Presidência da República (ADORNO, 2003; GARCIA; LEAL; ABREU, 2008; MACEDO, 1998; TRAD, 2010). A ferramenta utilizada para essa revisão foi o site *worldcat.org*, rede que indexa conteúdos e serviços de bibliotecas de vários lugares do mundo, a partir da qual é possível localizar livros, artigos, vídeos, *e-books*, etc.

Trabalhamos também com a busca nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, com o objetivo de inferir o alcance e a influência do posicionamento de FHC por meio da repercussão midiática que obteve. A escolha por esses veículos provém dos critérios de circulação e prestígio²⁷. A pesquisa foi feita com as versões

²⁷ Na série histórica de 2002 a 2013, do Instituto Verificador de Circulação (Disponível na página da Associação Nacional de Jornais (ANJ), <<http://anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso: 13 nov. 2014), *O Globo*, *Folha* e *Estadão* figuram sempre entre os 5 primeiros colocados dentre os maiores jornais do Brasil de circulação paga. No que se refere ao segundo critério de escolha dos jornais, a série histórica da pesquisa *Veículos Mais*

impressas dos acervos dos jornais, disponíveis em formato digital na internet. A escolha da edição impressa se justifica por ser uma condensação daquilo que o jornal considera mais importante para a leitura do público, diferente do que se veicula na internet. Estabelecemos o recorte temporal a partir de 2008, ano em que se formou a Comissão Latinoamericana sobre Drogas e Democracia, até meados de 2015²⁸.

Fizemos uma procura pelas inserções do tema das drogas nesses veículos, entre entrevistas, reportagens, editoriais e colunas que citam FHC e o relacionam ao tema das drogas, ou que citam o documentário, ou as comissões. Foram contabilizadas 75 inserções²⁹ desde que ele

Admirados, que calcula o Índice de Prestígio de Marca, realizada pela consultoria Troiano para o jornal Meio & Mensagem (CESAR, 2014), mostra os três jornais nos primeiros lugares da classificação de 2000 a 2004. A partir de 2005, com o surgimento do Valor Econômico, O Globo perdeu o terceiro lugar, mas Estadão e Folha revezam os dois primeiros. A série histórica dos veículos mais admirados saiu em edição impressa, mas os dados da pesquisa de 2013 podem ser vistos online em: PEREIRA, Eliane. *Sai a lista dos veículos mais admirados*. 2013. Disponível em:

<<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/12/02/Sai-a-lista-dos-veiculos-mais-admirados>>. Acesso: 13 nov. 2014.

²⁸ Numa pesquisa prévia nos jornais, abrangendo o período de 2009 a início de 2013, utilizando as palavras-chave “descriminalização”, “descriminação” e “legalização”, foram levantados pouco mais de 100 textos entre colunas, editoriais e textos de articulistas (levando em consideração que O Globo ainda não estava disponibilizando seu acervo digitalmente e, portanto, foram levados em consideração textos de blogs vinculados ao site do jornal). Essa pesquisa foi feita quando tínhamos a intenção de analisar os discursos dos jornais em relação ao discurso de FHC (recorte diferente, portanto, da proposta colocada em prática).

²⁹ *O Globo*, 47 inserções: Entrevistas com FHC: 4; Editoriais: 8; Colunas e outros textos opinativos: 12; Reportagens: 20; textos de FHC: 3. *Estadão*, 15 inserções: Entrevistas com FHC: 1; Editoriais: 2; Colunas e outros textos opinativos: 5; Reportagens: 5; textos de FHC: 2 (também publicados pelo Globo). *Folha*, 15 inserções: Entrevistas com FHC: 2; Editoriais: 2; Colunas e outros textos opinativos: 10; Reportagens: 1. Por questões de dificuldades de acesso ao acervo, a pesquisa na Folha abrangeu o período entre 2009 e início de 2013, segundo pesquisa prévia que já havia sido feita com as seguintes palavras-chave: “descriminalização”, “descriminação” e “legalização”, diferente, portanto, da busca nos outros jornais, que abrangeu o período entre 2008 e meados de 2015, com as palavras-chave “legalização”, “descriminalização”, “regulação”, “maconha”, “droga”, utilizadas junto a

começou a falar sobre o tema.

Em outro momento, realizamos a busca de vídeos de FHC especificamente sobre o tema das drogas, a grande maioria veiculada por canais do *Youtube*, com o mesmo recorte temporal já citado. Alguns foram encontrados no site do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), nos quais o ex-presidente participa de encontros com estudantes secundaristas ou universitários para uma conversa sobre os mais diversos assuntos. No caso dos vídeos do IFHC, utilizamos as palavras-chave no mecanismo de busca do site do instituto, o que nos levava à página do vídeo, que continha descrições de algumas perguntas que estudantes haviam feito ao ex-presidente, a partir do que era possível selecionar a parte dos vídeos em que FHC tratava especificamente sobre drogas. O site do IFHC também possui um acervo de textos de Fernando Henrique e entrevistas que ele concedeu a jornais e revistas. Encontramos também outros 2 vídeos da TV Estadão e 1 da TV IG.

As palavras-chaves das buscas em todos esses casos foram: “legalização”, “descriminalização”, “regulação”, “maconha”, “droga”, utilizadas junto a “Fernando Henrique Cardoso” e “FHC”. No *Youtube* e no *Vimeo*, todas essas palavras foram buscadas nas suas versões em português, inglês e espanhol. Os vídeos da TV Estadão e IG apareceram na busca pelo *Google*, no item “vídeos”, já que não estão indexados ao *Youtube*.

Os vídeos encontrados, que incluem entrevistas, palestras e o documentário *Quebrando o Tabu* (versão nacional e internacional *Breaking the Taboo*), mais o vídeo de animação produzido pela Comissão Global chamado *Guerra ao Druço*, contabilizam mais de 11 horas de material. Além do documentário na versão nacional, com 1h20m de duração, selecionamos 20 vídeos (entre os 40 encontrados), os quais apresentam uma média de 8 minutos de duração.

O acervo IFHC nos proporcionou 6 textos escritos pelo próprio Fernando Henrique especificamente sobre o tema das drogas (analisados junto aos vídeos), mais um total de 8 entrevistas escritas (fora as contabilizadas nos jornais), algumas exclusivas do tema, outras que apenas o mencionam em uma ou duas perguntas.

Com algumas exceções, escolhemos não utilizar as entrevistas

“Fernando Henrique Cardoso” e “FHC”. Consideramos “textos opinativos” todos os editoriais, colunas e também os textos de articulistas que expressam opinião sobre os fatos narrados. Está incluso na categoria “reportagem” todo texto não opinativo, que se limite a descrever fatos, inclusive alguns escritos por articulistas.

escritas porque elas geralmente contêm edições no seu texto final, e o trabalho com os vídeos dá preferência à espontaneidade das respostas e construções das falas de FHC – além da importância de tratar aspectos do discurso para além da simples linguagem, como, por exemplo, imagens – e, nesse sentido, invoca a importância de transcrições feitas especialmente para esta dissertação, mantendo todo conteúdo das falas de FHC, incluindo sua construção original, erros, omissões, etc.

Os 21 vídeos selecionados respondem primeiro a um critério de temporalidade, de modo que utilizamos um pouco de cada ano, de 2008 a meados de 2015, embora a quantidade seja consideravelmente maior em 2011, em função do lançamento do documentário. Em segundo lugar, respondem a um critério de importância e alcance, com base nos meios de comunicação pelos quais foram veiculados: entrevistas e reportagens na Rede Globo, por exemplo. E, em terceiro lugar, tentamos privilegiar a análise de diferentes meios de comunicação: Rede Globo, Veja, Estadão, Revista Trip, Rede TV!, UOL/Folha, TV Brasil, vídeos do IFHC, etc.

Todos os vídeos selecionados, incluindo o documentário, que se encontram em arquivos anexos a esta dissertação (Anexo A), foram transcritos (Apêndice A) e submetidos a uma compilação dos argumentos utilizados por cada um. Esses argumentos foram, posteriormente, agrupados segundo as ideias mais frequentes, mostrando os padrões dos textos a partir dos argumentos mais utilizados (Apêndice B). A especificidade da análise do documentário é que não levamos em consideração apenas o que o ex-presidente fala, uma vez que ele é um dos autores do argumento geral de *Quebrando o Tabu*. Dessa forma, catalogamos também os argumentos utilizamos por cada pessoa participante do filme.

Por último, o site da Comissão Global, as articulações políticas diretamente aí verificáveis (ONGs aliadas e seus membros), bem como seus relatórios anuais (GLOBAL COMMISSION, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015), junto ao relatório da Comissão Latino-americana (2009), nos possibilitou um trabalho em termos de uma rede de articulações (Figura 16, p.183), pesquisando, ao menos superficialmente, o que cada um dos elementos articulados propõe em relação às drogas, o que nos ajudou ainda mais a posicionar FHC no campo discursivo. A construção e a interpretação dessa rede de articulações levam em consideração os aspectos extralinguísticos do campo discursivo, em termos de cadeias equivalenciais e processos hegemônicos, pensando a análise de discurso, aqui, como a análise das articulações políticas.

A compilação dos argumentos dos vídeos transcritos, bem como a construção da rede de articulações da Comissão Global, além de possibilitar o trato dos aspectos relacionados ao significado, gênese e propagação de ideias dos dados linguísticos, proporcionou a possibilidade de elaboração de um mapa conceitual (Figura 17, p.186), localizando FHC no campo discursivo sobre drogas, como veremos no Capítulo 6.

A seguir, listamos os vídeos e textos selecionados para a análise, os quais serão identificados ao longo dos capítulos 5 e 6 por “Vídeo 1”, “Vídeo 2”, “Texto 1”, “Texto 2”, etc. Além de contextualizar alguns vídeos, indicamos a quantidade de acessos online, por meio do número de visualizações. Evidentemente, vídeos de emissoras de televisão, abertas ou em canal fechado, tiveram número elevado de visualizações quando exibidos em sua mídia de origem.



VÍDEO 1 – REVISTA SEMANA. *Video 1: “Hay que crear otro paradigma para la lucha contra las drogas”* [Entrevista de FHC para o jornalista Carlos Eduardo Huertas na Colômbia], 5:10. (6 set. 2008). Disponível em: <[http://www.semana.com/nacion/articulo/video-1-hay-](http://www.semana.com/nacion/articulo/video-1-hay-crear-otro-paradigma-para-lucha-contra-drogas/95136-3)

[crear-otro-paradigma-para-lucha-contra-drogas/95136-3](http://www.semana.com/nacion/articulo/video-1-hay-crear-otro-paradigma-para-lucha-contra-drogas/95136-3)>. Acesso: 3 jul. 2015. Vídeo em espanhol. A transcrição foi feita segunda uma tradução livre. Trata-se da primeira parte da entrevista, a outra está indisponível. A propósito de uma reunião da Comissão Latino-americana em Bogotá, Fernando Henrique foi entrevistado pelo jornalista Carlos Eduardo Huertas, para a revista colombiana *Semana*. O vídeo possui mais de 1.100 visualizações.



VÍDEO 2 – TV SENADO.

Programa “Cidadania” entrevista Fernando

Henrique Cardoso, 7:05. (7

jul. 2009). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=SEr1teRVzos>>.

Acesso: 29 jun. 2015.

Entrevista ocorreu logo depois do lançamento do relatório da Comissão Latino-

americana. O link dessa referência é apenas da parte da entrevista em que FHC foi perguntado sobre o porquê de estar defendendo a “tese polêmica” da “descriminalização do uso da maconha”. Ao final, o jornalista comenta que o propósito da conversa eram os 15 anos do Plano Real, e questões da atualidade e do futuro do Brasil. Interessante que esteja na análise porque é um dos vídeos mais antigos e ocorreu na TV Senado. O vídeo possui mais de 14.900 visualizações.



VÍDEO 3 – GLOBO.

FHC, no programa

“Esquenta”, defende a

descriminalização das

drogas, 9:20. (3 fev.

2011). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=K58t2-eF_-A>.

Acesso: 27

jun. 2015. Trata-se de um programa dominical da Globo, certamente de

bastante alcance por ser transmitido no horário do almoço. O documentário ainda não havia saído, mas FHC já tinha participado das filmagens, ou parte delas. O vídeo possui mais de 69.000 visualizações.



VÍDEO 4 – TV ESTADÃO.

FHC fala sobre a descriminalização da maconha, 6:40. (30 mai. 2011). Disponível em: <[http://tv.estadao.com.br/videos/politica,fhc-fala-sobre-a-descriminalizacao-da-maconha,236242](http://tv.estadao.com.br/videos/politica/fhc-fala-sobre-a-descriminalizacao-da-maconha,236242)>. Acesso: 6 jul. 2015.

A propósito do lançamento do documentário. Entrevista concedida a Fabio Mazzitelli, do Estadão. As perguntas foram cortadas do vídeo, mas no início de cada fala de FHC, o vídeo mostra um assunto. O primeiro é “Defesa da descriminalização das drogas”. Não possui informação sobre quantidade de visualizações.



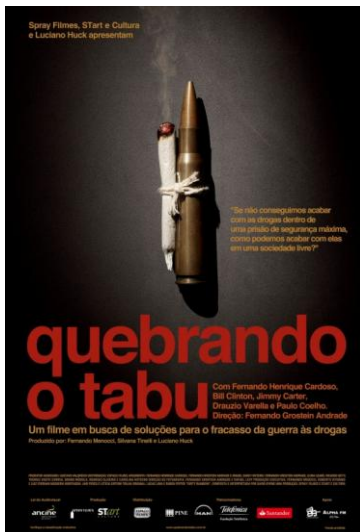
VÍDEO 5 - GLOBO NEWS.

Entrevista com FHC e reportagem sobre “Quebrando o Tabu”, 21:25. (1 jun. 2011).

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=-nWAAUuLWoA>>. Acesso: 27 jun. 2015.

Entrevista e reportagem feita por Sônia Bridi e veiculada pela Globo News a propósito do lançamento do documentário. Até 8 minutos de duração tem o mesmo conteúdo veiculado pelo programa dominical Fantástico. O vídeo possui mais de 60.700 visualizações.



VÍDEO 6 – *Quebrando o tabu.*

Direção: Fernando Grostein Andrade. 2011. Brasil. Produção: Spray Filmes; Start e Cultura; Luciano Huck. 74min. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=tKxk61ycAvs>>. Acesso: 20 set. 2014. Data de disponibilização do vídeo no Canal “Quebrando o Tabu”, no Youtube: 12 dez. 2012. O vídeo tem mais de 714 mil visualizações.



VÍDEO 7 – REVISTA

TRIP. Fernando Henrique Cardoso. Em doc sobre drogas ex-presidente decreta:

“Maconha pode ser regulada como álcool e cigarro” [Entrevista a Bruno Torturra

Nogueira]. Texto e vídeo, 5:50. (3 jun. 2011). Disponível em:

<<http://revistatrip.uol.com.br/revista/200/paginas-negras/fernando-henrique-cardoso.html>>.

Acesso: 29 jun. 2015.

O vídeo disponível está editado, e não contém toda a entrevista. Então, o texto analisado é o fornecido pelo site da Revista Trip. A entrevista foi realizada no escritório de FHC, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Pelos trechos do vídeo em que é possível acompanhar pedaços da entrevista, é possível perceber que o texto final, publicado pela Revista Trip, também é editado. Ainda assim, vale a análise, pois é uma entrevista bem completa, e específica sobre o tema. Texto de Bruno

Torturra Nogueira e fotos de Luiz Maximiano. O vídeo no youtube possui mais de 8.000 visualizações.



VÍDEO 8 –
REVISTA VEJA. *As opiniões de Fernando Henrique Cardoso sobre as drogas*

[Entrevista de FHC ao jornalista Augusto Nunes], 4:20. (19 jun. 2009). Disponível em: <[https://www.youtube](https://www.youtube.com/watch?v=uEUErfsobWU)

.com/watch?v=uEUErfsobWU>. Acesso: 28 jun. 2015.

Trata-se do sexto bloco de uma entrevista mais ampla, mas aqui o tema é o lançamento de *Quebrando o Tabu*. O vídeo tem mais de 6 mil visualizações.



VÍDEO 9 – GLOBO. *Bate-papo com FHC sobre*

descriminalização das drogas no programa Altas Horas. (7 out. 2011). Parte 1, 9:00. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=NzrBnbD2UZY>>. Parte 2, 8:40. Disponível em: <[http://www.youtube](http://www.youtube.com/watch?v=jMYZxfWt9-o)

.com/watch?v=jMYZxfWt9-o>. Acesso: 2 jul. 2015.

Convite para FHC participar do programa foi feito a propósito do lançamento de *Quebrando o Tabu*. A parte 1 tem mais de 4.600 visualizações, e a parte dois, mais de 2.700.



VÍDEO 10 – TERRA TV. *Entrevista de FHC para jornalistas Maria Lins e Bob Fernandes, no Terra TV Video Store, 9:00. (29 set. 2011).* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3vbC_QOxbME>. Acesso: 28

jun. 2015. O vídeo tem mais de 1.200 visualizações.



VÍDEO 11 – SARAIVA. *Fernando Henrique Cardoso fala sobre as drogas e repressão no lançamento do DVD “Quebrando o Tabu”, 5:30. (11 set. 2011).* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dqL77cdBISY>>. Acesso: 28 jun. 2015.

No canal do *Youtube* da Livraria Saraiva. Lançamento do DVD do documentário na livraria, em que participam FHC e o diretor de *Quebrando o Tabu*, Fernando Grostein Andrade. O vídeo tem pouco mais de 800 visualizações.



VÍDEO 12 –GLOBAL COMMISSION ON DRUG POLICY. *Mensagem de Fernando Henrique Cardoso - Comissão Global sobre Política de Drogas, 5:43. (21 mar. 2012).* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s8LkdG1A3uw>>. Acesso: 28 jun. 2015.

com/watch?v=s8LkdG1A3uw>. Acesso: 28 jun. 2015.

Vídeo veiculado pelo canal do *Youtube* da Comissão Global, a fim de divulgar a proposta de FHC e da Comissão. O vídeo contém mais de 3 mil visualizações.



VÍDEO 13 – REDE TV. *FHC defende a legalização da maconha em entrevista na RedeTV* [Entrevista ao jornalista Kennedy Alencar], 3:40. (12 ago. 2012). Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=0R_Z4kQUrE8>.

Acesso: 2 jul. 2015.

O ex-presidente foi entrevistado no programa “É Notícia”. O vídeo trata apenas de um pedaço da entrevista, no qual o jornalista pergunta especificamente sobre a questão das drogas. 90 visualizações.



VÍDEO 14 – GLOBAL COMMISSION ON DRUG POLICY. *Rede Pense Livre - Fernando Henrique Cardoso*, 7:58. (18 set. 2012). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_hAgRGS2Nt4>.

Acesso: 1 jul. 2015.

No canal do Youtube da Comissão Global. Trata-se do lançamento da Rede Pense Livre, uma das iniciativas da Comissão. 180 visualizações.



VÍDEO 15 –

UOL/FOLHA. *Em 10 anos, usuário de droga não será preso, diz FHC* [Entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues, da Folha], 3:50. (30 nov. 2012).

Disponível em:

<[https://www.youtube](https://www.youtube.com/watch?v=tUaRIwW9Ak8)

.com/watch?v=tUaRIwW9Ak8>. Acesso: 28 jun. 2015.

Íntegra: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZuAP9q4T-M>>. A partir de 28min. A parte da entrevista especificamente sobre as drogas tem apenas 70 visualizações, mas a íntegra tem mais de 24.700.



VÍDEO 16 –

VARELLA, Drauzio. *Fernando Henrique fala sobre drogas no Brasil* [Entrevista concedida ao médico Drauzio Varella], 28:00. (13 dez. 2012).

Disponível em:

<[https://www.youtube](https://www.youtube.com/watch?v=EAeJHBYmcUM)

com/watch?v=EAeJHBYmcUM>. Acesso: 2 jul. 2015. O vídeo possui mais de 1.800 visualizações.



VÍDEO 17 – TV

BRASIL. *FHC fala sobre legalização da maconha no Uruguai* [entrevista ao jornalista Alberto Dines], 5:40. (20 ago. 2013).

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=DY_h9ZY5JQg . Íntegra:

<[https://www.youtube](https://www.youtube.com/watch?v=DY_h9ZY5JQg)

com/watch?v=57MLr5xL5JY#t=94> Acesso: 29 jun. 2015.

Trata-se do programa semanal Observatório da Imprensa, apresentado pelo jornalista Alberto Dines na TV Brasil, em seu especial sobre a legalização da maconha no Uruguai. Além de entrevista com FHC, participam Wálter Maierovitch, Denis Russo Burgierman e outros. A parte do programa apenas com a fala de FHC tem mais de 5.400 visualizações, e a íntegra tem mais de 2.800. Os dois vídeos disponíveis contêm edições nas falas de FHC, de modo que não é possível saber exatamente a sequência de todas as respostas, e por isso foi interessante considerar os dois vídeos em conjunto. Em alguns casos foi possível fazer a mescla das falas, considerando os pontos de corte num vídeo e no outro. Partes da entrevista que foram ao ar no programa:

<<https://www.youtube.com/watch?v=57MLr5xL5JY#t=94>>



VÍDEO 18 – IFHC.

Diálogos com um Presidente. Centro Universitário Uni Ahanguera. 9:24. (12 nov. 2013).

Disponível em:
<<http://www.ifhc.org.br/galeria-video/1146/>>. Acesso: 2 jul. 2015.

Trata-se de encontro de FHC com estudantes para conversa sobre diversos assuntos. A íntegra do vídeo tem pouco mais de 150 visualizações



VÍDEO 19 - VIMEO.

FHC falando sobre drogas, as comissões e o filme Drugo, 3:23.

(2014) Disponível em:
<<https://vimeo.com/103481968>>. Acesso: 1 jul. 2015.

Vídeo gravado para divulgação do curta de

animação “Drugo”. Não possui informação sobre quantidade de visualizações.



VÍDEO 20 –
EXTRA. *Fernando Henrique Cardoso defende descriminalização do usuário de drogas* [Entrevista ao Extra, do Globo]. Texto e vídeo, 5:00. (8 jun. 2014). Disponível em:

<<http://extra.globo.com/noticias/mundo/fernando-henrique-cardoso-defende-descriminalizacao-do-usuario-de-drogas-12756513.html>>.

Acesso: 2 jul. 2015.

Trata-se de entrevista de FHC concedida ao Extra, do Globo, em São Paulo, a propósito da reportagem desse veículo sobre a integração de traficantes da Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru, no que a reportagem chamou de “Narcosul”. O vídeo foi gravado no escritório de FHC, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Não há informação sobre quantidade de visualizações.



VÍDEO 21 – IFHC.
Diálogos com um Presidente. Instituto Sidarta, 7:00. (26 mai. 2015). Disponível em:
<<http://www.ifhc.org.br/galeria-video/1202/>>. Acesso: 2 jul. 2015.
400 visualizações.

TEXTO 1 – CARDOSO, F. H. *The war on drugs has failed. Now we need a more humane strategy.* The Guardian (6 set. 2009). Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2009/sep/06/cardoso-war-on-drugs>>. Acesso: 10 jan. 2016.

TEXTO 2 - CARDOSO, F. H. O desafio das drogas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 dez. 2009. Disponível em:

<http://www.ifhc.org.br/wp-content/uploads/pdf/artigos_fhc/2009-12.pdf>. Acesso: 1 jul. 2015.

TEXTO 3 – CARDOSO, F. H. O golaço carioca. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 5 dez. 2010. Opinião. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-golaco-carioca-imp-649655>>. Acesso: 10 jan. 2016.

TEXTO 4 – CARDOSO, F. H. Prefácio ao livro “Política da droga em Portugal: os benefícios da descriminalização do consumo de drogas”. Open Society Foundations, jun. 2011. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/drug-policy-in-portugal-portuguese-20111206_0.pdf>. Acesso: 10 jan. 2016.

TEXTO 5 – CARDOSO, F. H. O tema das drogas. In: *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Organização e prefácio de Miguel Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Disponível no Apêndice A)

TEXTO 6 – CARDOSO, F. H. Um debate para além do STF. *O Globo*, Rio de Janeiro. 24 jun. 2015, Matutina, Opinião, página 19. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinioao/um-debate-para-alem-do-stf-16534317>>. Acesso: 10 jan. 2016.

Resumindo:

VÍDEO 1 – REVISTA SEMANA, (6 set. 2008).

VÍDEO 2 – TV SENADO, (7 jul. 2009).

VÍDEO 3 – GLOBO, Programa “Esquenta”, (3 fev. 2011).

VÍDEO 4 – TV ESTADÃO, (30 mai. 2011).

VÍDEO 5 – GLOBO NEWS, (1 jun. 2011).

VÍDEO 6 – DOCUMENTÁRIO QUEBRANDO O TABU, 2011.

VÍDEO 7 – REVISTA TRIP, (3 jun. 2011).

VÍDEO 8 – REVISTA VEJA, (19 jun. 2009).

VÍDEO 9 – GLOBO, Programa “Altas Horas”, (7 out. 2011).

VÍDEO 10 – TERRA TV, (29 set. 2011).

VÍDEO 11 – SARAIVA, (11 set. 2011).

VÍDEO 12 – GLOBAL COMMISSION, (21 mar. 2012).

VÍDEO 13 – REDE TV, (12 ago. 2012).

VÍDEO 14 – REDE PENSE LIVRE, (18 set. 2012).

VÍDEO 15 – UOL/FOLHA, (30 nov. 2012).

VÍDEO 16 – VARELLA, D., (13 dez. 2012).

VÍDEO 17 – TV BRASIL, (20 ago. 2013).

VÍDEO 18 – IFHC (1) (12 nov. 2013).

VÍDEO 19 – VIMEO, (2014).

VÍDEO 20 – EXTRA, (8 jun. 2014).

VÍDEO 21 – IFHC (2) (26 mai. 2015).

TEXTO 1 – CARDOSO, F. H. The war on drugs has failed. (6 set. 2009).

TEXTO 2 – CARDOSO, F. H. O desafio das drogas, (6 dez. 2009) .

TEXTO 3 – CARDOSO, F. H. O golaço carioca, (5 dez. 2010).

TEXTO 4 – CARDOSO, F. H. Prefácio ao livro “Política da droga em Portugal”, (2001).

TEXTO 5 – CARDOSO, F. H. O tema das drogas, (2011) .

TEXTO 6 – CARDOSO, F. H. Um debate para além do STF, (24 jun. 2015).

5. O POSICIONAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso vem ativamente se engajando com o tema das drogas desde 2008, ano de formação da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia. Convocada por Ernesto Zedillo (ex-presidente do México), César Gaviria (ex-presidente da Colômbia) e pelo próprio Fernando Henrique, e composta por mais 17 personalidades³⁰ de diversos países (entre pessoas que trabalham com política institucional, escritoras, jornalistas, professoras e pesquisadoras), a Comissão foi criada em função da reunião da ONU do ano seguinte, oportunidade na qual foi apresentado o relatório intitulado *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*. A proposta da comissão fez parte de um movimento maior de rever os dez anos anteriores de combate às drogas no mundo, e foi debatida junto a propostas de outras comissões na reunião das Nações Unidas.

Ainda em 2009, o grupo dividiu-se entre a Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia³¹ e uma “iniciativa latino-americana sobre drogas e democracia”, a segunda criada com o objetivo de ser não um organismo, mas uma dinâmica de trabalho, tendo FHC à frente, e ambas com o apoio da ONG Viva-Rio (SCOFIELD JR., 2009, p.31).

O objetivo da Comissão Latino-americana (2009, p.12) era

³⁰ Fernando Henrique Cardoso – copresidente, César Gaviria (Colômbia) – copresidente, Ernesto Zedillo (México) – copresidente, Ana María Romero de Campero (Bolívia), Antanas Mockus (Colômbia), Diego García Sayán (Peru), Enrique Krauze (México), Enrique Santos Calderón (Colômbia), General Alberto Cardoso (Brasil), João Roberto Marinho (Brasil), Mario Vargas Llosa (Peru), Moisés Naím (Venezuela), Patricia Marcela Llerena (Argentina), Paulo Coelho (Brasil), Sergio Ramírez (Nicarágua), Sonia Picado Costa (Rica), Tomás Eloy Martínez (Argentina) (COMISSÃO LATINO-AMERICANA, 2009).

³¹ A Comissão Brasileira foi formada por Paulo Gadelha (Presidente), Rubem Cesar Fernandes (Secretário), Carlos Costa, Carlos Velloso, Celina Carpi, Celso Fernandes, o médico Dráuzio Varella, Ellen Gracie, Edmar Bacha, Einardo Bingemer, Joaquim Falcão, o empresário João Roberto Marinho, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, Jorge da Silva, José Murilo de Carvalho, a atriz Lília Cabral, Luiz Alberto Gomez de Souza, Maria Clara Bingemer, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Paulo Teixeira, Pedro Moreira Sales, Regina Miki, Regina Novaes Roberto Lent, Rosiska Darcy de Oliveira, Zuenir Ventura. O único documento acessível depois que a Comissão Brasileira foi finalizada trata de algumas experiências ao redor do mundo de enfoques alternativos ao total proibicionismo (COMISSÃO BRASILEIRA, 2011).

“romper o tabu” para possibilitar uma “mudança de paradigma”. O relatório pretendeu avaliar a eficácia e o impacto das políticas de “guerra contra as drogas” e formular “recomendações para estratégias mais eficientes, seguras e humanas”, a partir do entendimento de que o problema das drogas cresce a cada dia na América Latina, onde as políticas de combate não têm sido eficazes, e diante da violência e corrupção relacionadas ao tráfico que, segundo a Comissão, contribuem para uma corrosão das instituições democráticas. O relatório apresentado propõe que o consumo de drogas seja tratado como uma questão de saúde pública, que sejam pensadas ações de informação e prevenção voltadas para a redução do consumo e que a repressão seja focalizada “na luta implacável sobre o crime organizado”, priorizando “a luta contra os efeitos mais nocivos do crime organizado para a sociedade, como a violência, a corrupção das instituições, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, o controle de territórios e populações” (COMISSÃO LATINO-AMERICANA, 2009, p.10).

O relatório também recomenda que sejam feitas avaliações sobre a conveniência da descriminalização da maconha para consumo pessoal, por ser a droga mais difundida na América Latina e ter danos à saúde comparáveis aos do álcool e do tabaco.

Em 2010, a partir da experiência da Comissão Latino-americana, surge a Comissão Global de Políticas sobre Drogas (CGPD), cujos membros realizam reuniões anuais para discutir sua estratégia de atuação, lançam relatórios e também participam de outros eventos sobre o tema. O debate ganhou mais amplitude, então, em 2011, com o primeiro relatório da CGPD, *War on Drugs*. Presidida por FHC e composta, atualmente, por mais 24 membros³², a comissão tem como

³² *Aleksander Kwasniewski* – ex-Presidente da Polônia; *Asma Jahangir* – ativista pelos direitos humanos, ex-Relatora Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Paquistão; *Anand Grover* – ativista pelos direitos humanos e de portadores de HIV, ex-Relatora Especial da ONU sobre Direitos e Saúde, Índia. *Carlos Fuentes* – escritor e intelectual, México – in memoriam; *Cesar Gaviria* – ex-Presidente da Colômbia; *Ernesto Zedillo* – ex-Presidente do México; *Fernando Henrique Cardoso*; *George Papandreou* – ex-Primeiro-Ministro da Grécia; *George Shultz* – Ex-Secretário de Estado, Estados Unidos; *Javier Solana* – ex-Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Espanha; *John Whitehead* – ex-Secretário de Estado adjunto, ex-Copresidente da Goldman Sachs & Co., Presidente Fundador do Memorial & Museu 9/11, Estados Unidos; *Kofi Annan* – Presidente da Fundação Kofi Annan e ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Gana; *Jorge Sampaio* – ex-Presidente de Portugal; *Louise Arbour* – ex-Alta

objetivo “levar a nível internacional uma discussão cientificamente fundamentada sobre maneiras humanas e efetivas de reduzir o dano causado pelas drogas às pessoas e às sociedades”, desenvolvendo recomendações para reformulações de leis e políticas, e tendo como premissa o fracasso da “guerra às drogas” (GLOBAL COMMISSION, 2011, p.24). O relatório foi entregue à ONU junto a uma petição pelo fim da “guerra às drogas” (Figura 13)³³.

Figura 13: CGPD entrega à ONU petição pelo fim da “guerra às drogas”.



Fonte: Global Commission on Drug Policy (s/d[a]).

O primeiro relatório da CGPD fala sobre a necessidade de uma

Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Canadá; *Maria Cattai* – ex-Secretária-Geral da Câmara de Comércio Internacional, Suíça; *Mario Vargas Llosa* – escritor e intelectual, Peru; *Michel Kazatchkine* – enviado especial do Secretário-Geral da ONU para HIV/AIDS na Europa Oriental e Ásia Central e ex-Diretor Executivo do Fundo Global contra AIDS, Tuberculose e Malária, França; *Nick Clegg* – Membro do Parlamento Britânico por Sheffield Hallam; *Olusegun Obasanjo* – ex-Presidente da Nigéria e Presidente da Comissão sobre Drogas da África Ocidental; *Paul Volcker* – ex-Presidente da Reserva Federal dos EUA e do Conselho de Recuperação Econômica, Estados Unidos; *Pavel Bém* – ex-Prefeito de Praga, República Checa; *Ricardo Lagos* – ex-Presidente do Chile; *Richard Branson* – empresário, defensor de causas sociais, fundador do Virgin Group, cofundador dos The Elders, Reino Unido; *Ruth Dreifuss* – ex-Ministra dos Assuntos Sociais e ex-Presidente da Suíça; *Thorvald Stoltenberg* – ex-Ministro das Relações Exteriores e Alto Comissário da ONU para Refugiados, Noruega. (GLOBAL COMMISSION, s/d[b]).

³³ Em 2011, a organização AVAAZ apresentou uma petição pública em apoio às recomendações da Comissão Global, assinada por mais de 600 mil pessoas. Membros da Comissão Global se reuniram com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e entregaram a petição. Imagem (da esquerda para a direita): Gaviria, FHC, Ban Ki-moon, Desconhecido, Branson, Ilona Szabó de Carvalho (secretária da comissão) e Dreiffus.

“revisão completa das leis e políticas de controle de drogas no plano nacional e mundial” (GLOBAL COMMISSION, 2011, p.2), uma vez que as atuais políticas globais de combate não foram capazes de reduzir a oferta nem o consumo de drogas ilícitas, desperdiçando recursos e tendo efeitos deletérios sobre a saúde pública ao afastar pessoas do tratamento e dificultar medidas de redução de danos capazes de evitar contaminações de HIV, overdoses e outras consequências do uso de drogas. Com um viés muito voltado para a saúde e a segurança públicas, a Comissão recomenda o fim das políticas de criminalização de usuários(as) e que sejam feitas experiências de “regulamentação legal de drogas”, com o objetivo de enfraquecer o crime organizado. Tal recomendação se aplicaria “especialmente à cannabis”, mas também a outras “experiências de descriminalização e regulamentação legal”. Sem revogar a importância das ações repressivas, o relatório propõe uma política que diferencie usuários(as) (oferecendo serviços de saúde e tratamento aos que precisarem) e traficantes, e, entre traficantes, aqueles ou aquelas que exercem ou não o controle armado de territórios, oferecendo penas alternativas à prisão para pequenos traficantes réus primários e focando a repressão sobre o polo violento do narcotráfico.

Nesse contexto, surge o documentário *Quebrando o Tabu*³⁴ (2011), dirigido por Fernando Grostein Andrade, cineasta brasileiro irmão do apresentador Luciano Huck. Além de elaborar o argumento geral do filme, FHC aparece como uma espécie de âncora, ao abrir um debate sobre a questão das drogas, numa busca de experiências bem sucedidas em diversos lugares do mundo. O posicionamento do ex-presidente é o seguinte: ele defende a descriminalização de todas as

³⁴ *Sinopse*: “Há 40 anos os EUA levaram o mundo a declarar guerra às drogas, numa cruzada por um mundo livre de drogas. Mas, os danos causados pelas drogas nas pessoas e na sociedade só cresceram. Abusos, informações equivocadas, epidemias, violência e o fortalecimento de redes criminosas são os resultados da guerra perdida numa escala global. Num mosaico costurado por Fernando Henrique Cardoso, *Quebrando o Tabu* escuta vozes das realidades mais diversas do mundo em busca de soluções, princípios e conclusões. Bill Clinton, Jimmy Carter e ex-chefes de Estado, como Colômbia, México e Suíça, revelam porque mudaram de opinião sobre um assunto que precisa ser discutido e esclarecido. Do aprendizado de pessoas comuns, que tiveram suas vidas marcadas pela Guerra às Drogas, até experiências de Dráuzio Varella, Paulo Coelho e Gael Garcia Bernal, *Quebrando Tabu* é um convite a discutir um problema com todas as famílias”. (QUEBRANDO O TABU, s.d. [a]). Disponível em: <<http://www.quebrandootabu.com.br/sobre/sinopse>>. Acesso: 10 dez. 2015.

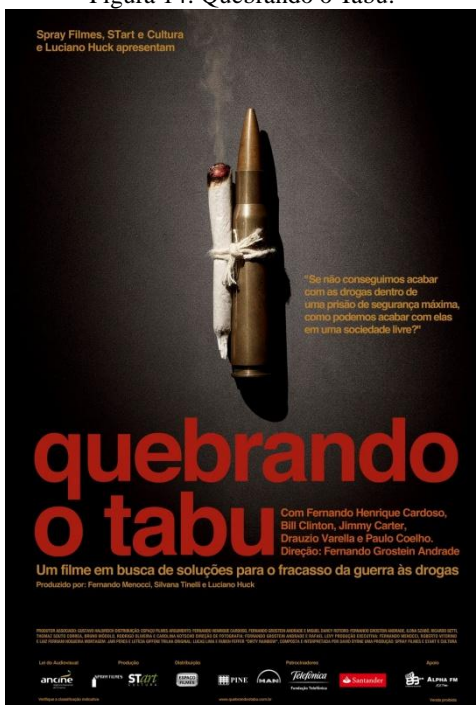
drogas e a regulamentação da maconha.

O diretor de *Quebrando o Tabu* conta que anos antes já tinha vontade de fazer um filme sobre o tema, mas não seguiu em frente com o projeto porque tinha receio que a ideia fosse interpretada como algum tipo de apologia às drogas. Quando ficou sabendo da Comissão Latino-americana e do envolvimento de FHC, Grostein Andrade (GLOBO NEWS, 2001), então, viu uma oportunidade:

[...] O principal nome da comissão era o presidente Fernando Henrique. Aí eu olhei aquilo, falei: “Puxa! Tá aí a pessoa que tem a credibilidade necessária pra quebrar esse tabu, tá aí a pessoa que tem a credibilidade pra levantar essa discussão sem que nenhum desavisado, ou que ninguém com má-fé vá dizer que tá se fazendo apologia”. Porque eu acho que um ponto central é: questionar a lógica de guerra não é defender o uso da droga. É apenas dizer que: vamos pensar se não tem jeitos mais inteligentes, mais eficientes de lidar com esse assunto.

O pôster de *Quebrando o Tabu* (Figura 14) nos dá uma ideia do tipo de associação que se pretende estabelecer no filme, a partir da crítica da “guerra às drogas”: produção, oferta e consumo ilícitos sujeitos à violência repressiva. O filme, como Fernando Henrique comenta várias vezes, quer “quebrar o tabu”, quer que o tema seja discutido, pretende-se uma “porta de entrada” para a discussão e para encontrar “soluções para o fracasso da guerra às drogas”. A citação do cartaz (“Se não conseguimos acabar com as drogas dentro de uma prisão de segurança máxima, como podemos acabar com elas em uma sociedade livre?”) oferece o ponto de partida e o ponto de chegada dessa discussão – o fato de que uma sociedade livre de drogas é impossível – e um dos argumentos mais recorrentes nas falas de FHC em suas entrevistas: o de que prender pessoas usuárias de drogas não resolve o problema do consumo, porque dentro das cadeias elas continuam encontrando drogas e “aprendendo outros crimes”, e de que é preciso, então, fazer uma distinção entre usuários(as) e traficantes e focar as políticas na redução do consumo.

Figura 14: Quebrando o Tabu.



Fonte: Quebrando o Tabu (s.d. [b]).

Às vésperas da estreia do documentário, FHC concedeu diversas entrevistas e muitos veículos de comunicação divulgaram o filme, com destaque pelo programa jornalístico de domingo da Rede Globo, o *Fantástico*. Além da presença de FHC, o filme conta com a produção de Luciano Huck e a Comissão Latino-americana teve a participação de João Roberto Marinho, vice-presidente do Grupo Globo de mídia, o que pode explicar, em parte, a visibilidade privilegiada que o documentário obteve na época do lançamento. Fato é que o posicionamento de FHC teve ampla divulgação nos meios de comunicação, tanto na televisão e na internet, quanto nos jornais impressos. Em 2011, os mais variados veículos fizeram publicações sobre o assunto, muitos contendo entrevistas com o ex-presidente.

O Estadão publicou uma entrevista de página inteira com Manuel Pizarro, então Secretário de Estado da Saúde de Portugal e que participou de *Quebrando o Tabu*, citando o lançamento e o conteúdo do documentário (MARSIGLIA, 2011); uma matéria sobre o lançamento

do filme e algumas perguntas a FHC (MAZZITELLI, 2011), entre outras. A Folha também publicou a respeito, com uma grande entrevista com FHC (BERGAMO, 2011). Um mês depois do lançamento do documentário, em julho de 2011, Fernando Henrique voltou à Rede Globo, desta vez para um bate-papo no programa *Altas Horas*, com Serginho Groisman.

O jornal O Globo (REIS, 2011, p.18), além de menção à visita de FHC à favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, para assistir o filme na sede do grupo *AfroReagge*, publicou texto do crítico de cinema André Miranda (2011), intitulado *Visão sóbria feita em linguagem publicitária*, que considerou o ponto de vista de *Quebrando o Tabu* bem embasado, porém ideológico.

Dentre os textos do Estadão, da Folha e d'O Globo, o tom das abordagens nas inserções é geralmente positivo, considerando todos os textos encontrados (Anexo B) desde 2008 que citam o ex-presidente e o relacionam ao tema, ou que citam as comissões ou *Quebrando o Tabu* (editoriais, textos opinativos, reportagens e entrevistas – excluindo-se as colunas de FHC). Os três diários, em seus editoriais, se dizem favoráveis a uma política de drogas menos restritiva e por isso veem com simpatia as iniciativas de Fernando Henrique Cardoso.

Das 47 inserções d'O Globo temos 20 textos, entre editoriais (8) e colunas e outros textos opinativos (12), que aqui nos interessam. O maior volume de inserções nesse jornal em relação aos outros pode ser explicado pelo contato de João Roberto Marinho com o tema, conforme mencionado anteriormente – embora o jornal nunca mencione este fato – e pelo grande interesse do colunista Merval Pereira nas propostas de FHC e das comissões (só este colunista publicou 7 textos mencionando o tema no período pesquisado). Ao lado de Merval Pereira (2009a; 2009b; 2009c; 2010; 2011a; 2011b; 2012), os jornalistas Zuenir Ventura (2009) e Nelson Motta (2011) também são simpáticos às teses das comissões. O primeiro editorial d'O Globo, de novembro de 2008, via com entusiasmo as movimentações em torno da reunião da ONU sobre drogas do ano seguinte, entre as quais a Comissão Latino-americana, e considerava que a “liberalização” só faria sentido se viesse “de uma ação mundial” (O GLOBO, 2008, p.6).

Em 2011, a propósito da primeira reunião da CGPD, outro editorial (O GLOBO, 2011a, p.6) considerou a proposta da comissão sobre a descriminalização das drogas e a regulamentação da maconha como uma “opção realista”. Na mesma página desse editorial, abrindo outra opinião sobre o tema, O Globo publicou texto de Milton Corrêa da

Costa (2011), coronel da polícia militar do Rio de Janeiro na reserva, que discordou dos argumentos da CGPD, dizendo que a descriminalização levaria ao aumento do consumo, mesmo o editorial tendo citado resultados de Portugal contrários a essa previsão. Ao lado de Milton Corrêa da Costa, o advogado Carlos Alberto Di Franco (2011) e o deputado estadual pelo Partido Solidariedade, Pedro Fernandes (2015), advogam posições contrárias às de Fernando Henrique, fazendo críticas respeitosas.

O Estadão teve 15 publicações no período pesquisado, entre as quais 2 são editoriais e 5 são colunas ou outros textos opinativos (excluindo-se dois textos da coluna de FHC). No editorial de março de 2009 (O ESTADO, 2009, p.A3), o diário criticava a política repressiva da ONU e suas metas “irrealistas” de redução da produção e da demanda de drogas e citava César Gaviria, desde a Comissão Latino-americana, sobre o fracasso no alcance dos objetivos da “guerra às drogas”. Por fim, o editorial mencionava a importância de se discutir a “discriminação”. Todos os outros textos, do jurista Miguel Reale Júnior (2011), dos jornalistas Nelson Motta (2012) e Mac Margolis (2012) e do economista Carlos Sardenberg (2012) são favoráveis, exceto o do psiquiatra Ronaldo Laranjeira (2009, p.A3), o qual critica a suposta defesa de FHC por uma “maior liberdade de uso da maconha”. “Ao alegar que a sociedade conviverá sempre com as drogas, [FHC] defende com uma clara distorção da racionalidade a ideia de que isso deveria tornar os usuários imunes ao sistema criminal”, diz Laranjeira, considerando que “banalizar” o uso de drogas “não é a melhor opção para uma sociedade que valorize a saúde e os melhores valores de respeito à dignidade humana”.

A Folha, por sua vez, com 15 inserções do tema, dentre as quais 2 são editoriais e 10 são colunas ou outros textos opinativos, apresenta apenas um comentador contrário à “defesa da descriminalização da maconha”. Trata-se do jornalista e sociólogo José Maria e Silva (2009, p.A3), o qual considera que, no âmbito acadêmico, o tabu sobre drogas já foi quebrado com base na “tese hegemônica” da política de redução de danos, “eufemismo com que intelectuais universitários disfarçam sua apologia ao uso de drogas”. “A ciência de muitos especialistas é mais alucinada do que delírio de viciado”, diz. Apesar desta visão altamente repressiva sobre as drogas, o jornalista tem o cuidado de desvincular de suas críticas mais contumazes FHC, que só é citado no primeiro parágrafo.

Editorial da Folha de junho de 2011 lembra que este jornal já defende desde a década de 1990 “que se faça uma discussão serena e

sem preconceito de propostas alternativas para enfrentar o flagelo das drogas” (FOLHA, 2011, p.A2) e cita avanços recentes no debate internacional, como a criação da CGPD, elencando alguns participantes da comissão – “figuras insuspeitas de fazer apologia ao uso de drogas” – e corroborando suas teses. Admite possibilidade de aumento do consumo, por isso defende um programa gradativo, começando com a legalização da maconha, acúmulo de dados e estudos sobre o consumo, e depois referendo para ratificar tal política e, por último, plebiscito para incluir drogas “mais pesadas”. As autorias dos outros textos opinativos pertencem ao político Fernando Gabeira (2009); ao advogado Luís Francisco Carvalho Filho (2010); ao historiador britânico Kenneth Maxwell (2011); aos jornalistas Hélio Schwartsman (2010a; 2010b), Clóvis Rossi (2012a; 2012b) e Morris Kachani (2013); e ao professor Pasquale Cipro Neto (2009a; 2009b: 2 textos ambivalentes, que citam FHC a pretexto de discutir as diferenças entre as palavras “descriminalização” e “descriminação”).

Resumindo: temos 32 textos opinativos, nos três jornais, que se mostram favoráveis às propostas de FHC ou das comissões, 2 ambivalentes e apenas 5 contrários. Entre os últimos, a maioria faz críticas respeitadas a Fernando Henrique e, ao mesmo tempo, tenta desvinculá-lo das apreciações mais negativas em relação ao tema.

A repercussão que o posicionamento de FHC e do documentário teve em todos esses canais, com 82% de avaliações positivas, demonstra a relevância que tomou o ex-presidente em torno do tema das drogas. É possível perceber que ele mesmo é um gatilho da discussão que propõe: considerando-se todas as inserções (entrevistas com FHC, reportagens, editoriais, colunas e outros textos opinativos que mencionam o ex-presidente ou uma das suas iniciativas, e excetuando-se os textos das colunas de FHC) nos três jornais desde 2008, contabilizamos 72 publicações, das quais 42 (58,3%) dividem-se em 2009, ano de divulgação do relatório da Comissão Latino-americana, e 2011, ano de lançamento do primeiro relatório da Comissão Global e do documentário *Quebrando o Tabu*. Figura de importância política e histórica para o Brasil, as opiniões de Fernando Henrique Cardoso nunca são desprezáveis.

5.1 BREVE BIOGRAFIA

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro. Em 1940, sua família mudou-se

para São Paulo, devido à transferência do pai, que era militar. FHC tem ascendência militar por várias gerações. Diz que, embora seja estranho o fato de ter se tornado professor e político, e não militar, lembra que política nunca foi um assunto estranho em sua família. O avô marechal era amigo de Luís Carlos Prestes, e o pai foi deputado por São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas.

Aos 17 anos de idade pensou em cursar a faculdade de direito, mas gostou mais do curso de ciências sociais. Na época da faculdade conheceu Ruth Vilaça Corrêa Leite, com a qual se casou em 1952 e viveu por 55 anos. No mesmo ano formou-se em Sociologia pela USP (Universidade de São Paulo), da qual tornou-se professor logo em seguida. Foi aluno de Florestan Fernandes e Antonio Candido, e colega de Octavio Ianni.

Com o golpe militar de 1964, FHC se mudou sozinho para o Chile, reencontrando-se depois de um tempo com a família, país em que residiram por 4 anos. Lá, Fernando Henrique entrou para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU) e deu aulas na Universidade do Chile. Nessa época, conheceu Enzo Faletto, com o qual escreveu um de seus livros mais conhecidos: *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de 1967. No ano seguinte se mudou para Paris, devido a um convite para atuar como professor, e viveu a experiência do Maio de 1968. Logo em seguida, a família recebeu permissão para voltar ao Brasil, e FHC se tornou professor catedrático de ciência política na USP, cargo que ocupou por apenas alguns meses, aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5, do governo militar. Mesmo com o recrudescimento da repressão, ele e sua família resolveram ficar no país.

Ao lado de outros(as) professores(as) cassados(as), fundou o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), instituto de pesquisas sociais que congregou intelectuais como Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Francisco Weffort, Chico de Oliveira, entre outros(as). Em meados dos anos 1970, virou presidente da Associação Internacional de Sociologia, década em que também foi professor visitante em outros países: EUA, França, Inglaterra. Nessa mesma época começou a se envolver com política institucional, concorrendo ao Senado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em 1978. Chegou a angariar mais de 1 milhão e 200 mil votos, mas não foi eleito, permanecendo como suplente de André Franco Montoro até 1983, quando este se elegeu governador de São Paulo, e FHC pôde então assumir o cargo de senador.

Em 1985, foi candidato à prefeitura de São Paulo, mas perdeu por pouca diferença nos votos em relação ao seu adversário. O motivo teria sido um comentário, um ano antes das eleições, sobre já ter fumado maconha. Conforme conta Rocco (1999, p.123), em 1984, “o então senador Fernando Henrique Cardoso declarou, em entrevista à revista *Playboy*, ter experimentado maconha e que a sensação não lhe teria agradado. Nada demais naquele momento”. Em 1985, porém, seu concorrente, Jânio Quadros, “não relutou em afirmar e propagar que um maconheiro viciado estaria tentando chegar à prefeitura. A versão espalhou-se e abalou a candidatura de FH, que foi derrotado por Jânio por pouco mais de 100 mil votos”. Fernando Henrique confirma esta versão ao dizer que este teria sido o principal motivo para ter perdido a eleição à prefeitura:

[...] O Jânio Quadros, que foi meu adversário, espalhou que eu queria colocar maconha na merenda das crianças. Eu achei tão absurda a declaração que nem respondi. Logo eu que nem cigarro fumo, bebo pouquíssimo. Como as pessoas vão achar que tenho alguma coisa a ver com droga pra criança? Ingenuidade minha... Foi um desastre (*Vídeo 7*).

Em 1983, participou ativamente da campanha das Diretas-já e, em seguida, ajudou a articular a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Líder do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no Senado, FHC foi um dos relatores da Constituinte de 1988. No fim daquele ano, participou da fundação do PSDB.

Com a queda de Fernando Collor, devido ao processo de impeachment, Itamar Franco assumiu a Presidência em 1992 e FHC foi convidado para trabalhar como Ministro de Relações Exteriores. No início de 1993, migrou para o Ministério da Fazenda, e montou a equipe que desenvolveu o Plano Real. Sua atuação no plano abriu portas para a candidatura à Presidência da República. A diminuição abrupta da inflação quando o Real entrou em circulação levou à vitória de FHC contra Lula, no primeiro turno da eleição de 1994.

Depois de uma emenda constitucional que permitiu a recondução nos cargos do executivo, foi reeleito em 1998, também em primeiro turno. Além da estabilização da inflação, seus mandatos foram marcados por dezenas de privatizações de empresas de diversos setores (telefonia, energia, mineração, bancos, etc.), além de crises econômicas frequentes. Denúncias e acusações também acompanharam seu período no governo, por exemplo, em relação à suposta compra de votos para aprovação da emenda da reeleição (DÓRIA, 2013). Os processos, porém, foram

“todos arquivados”, como diz o próprio FHC (BIOGRAPHY, 2010). Não à toa, o então procurador-geral, Geraldo Brindeiro, ficou conhecido pelo apelido jocoso “engavetador-geral da República”.

Atualmente, Fernando Henrique é presidente do IFHC, e presidente de honra do Diretório Nacional do PSDB. Possui vasta obra, com mais de 40 livros publicados em autoria ou coautoria, mais de 500 artigos em livros e periódicos em português e em outras línguas e mais de 700 artigos em jornais, entre outras produções. De fato, uma figura ímpar na história brasileira, de grande importância política e com grande capacidade de mobilização de recursos por causa dos capitais que possui – nos termos definidos por Bourdieu (1986; 2011) para capital cultural, social e simbólico. Os referidos capitais guardam relação com o nível da influência exercida pelo sociólogo e ex-presidente, decorrente do conhecimento acadêmico e de mundo que possui (capital cultural), das redes de relações sociais com as quais tem contato e se articula (capital social e político) e do prestígio social derivado de tudo isso (capital simbólico). Quando se trata de uma pessoa com esse gabarito, qualquer assunto por ela veiculado pode tornar-se de interesse público. É esse o caso em relação ao seu recente engajamento na defesa da descriminalização das drogas e regulação da maconha.

5.2 POR QUE NÃO TRATOU DO TEMA DURANTE O GOVERNO?

Em que momento Fernando Henrique Cardoso passou a se envolver com o tema das drogas e por quê? Partimos do pressuposto de que seus posicionamentos atuais não se desvinculam dos antigos – a análise leva em consideração como ele mudou de posição, uma posição que é política, que é mudança de identidade e, de acordo com a teoria do discurso, necessariamente envolve articulação com outros elementos ou identidades do campo discursivo.

O registro mais antigo que encontramos sobre o tema é a já mencionada entrevista à *Playboy*. O resultado negativo que seu comentário gerou depois daquela ocasião pode ajudar a explicar o posterior afastamento de FHC em relação a esse assunto, mas o que foi dito naquela entrevista, ao contrário do que constatamos até o momento em que ele começa a se engajar no tema da descriminalização três décadas depois, é que ela nos serve como o pontapé da discussão. As similitudes entre os comentários feitos em 1984 e seu atual posicionamento não são meras coincidências. Senão, vejamos. A citação é longa, mas merece relevância.

PLAYBOY – A direita condena as drogas argumentando que elas

provocam a devassidão dos costumes. A esquerda também condena, como o argumento de que elas alienam o cidadão. Você, que viveu grande parte de sua vida no meio de jovens, seja em São Paulo, na Europa ou nos Estados Unidos, o que pensa das drogas?

F. HENRIQUE – Depende de que droga. Esse negócio de maconha, nos Estados Unidos, era tão freqüente, há já tantos anos, que é difícil para mim ter uma atitude de condenação. Para mim é como cigarro. Eu não fumo, nunca fumei, mas não consigo ter uma atitude de fobia, antimaconha. Nos Estados Unidos, uma vez, em pleno restaurante, minhas primas estavam comigo e começaram a fumar maconha. Eu dei uma tragada, achei horrível, acho que é porque nem cigarro fumo. Alguns acham que maconha não tem perigo, mas que ela pode ser o começo do resto. Evidentemente existem algumas drogas que dão problema de saúde, como a cocaína, a heroína, o LSD...

PLAYBOY – Estas a polícia tem de coibir?

F. HENRIQUE – Não adianta. Isto só serve para enriquecer o pessoal que faz o contrabando. Eu sou pouco repressivo nestas coisas.

PLAYBOY – Se dependesse de você, a maconha seria descriminalizada?

F. HENRIQUE – Eu não teria nada a opor. Esse negócio de maconha é um fantasma que inventaram. Maconha não tem nenhuma gravidade. As outras sim, mas eu não sei se o caminho de combatê-la é a polícia.

PLAYBOY – Qual é o caminho?

F. HENRIQUE – A possibilidade de os jovens terem uma vida mais integrada socialmente, na família, no trabalho. Numa sociedade tão decepcionante como a nossa, as pessoas buscam alguma escapatória até na bebida. Você está tomando vinho e eu também. É grave isso? Não é. Se você tomar todos os dias em grandes quantidades, pode ser gravíssimo. Dá cirrose. Nos Estados Unidos, houve a Lei Seca, que fez o enriquecimento de muita gente, inclusive do pai dos Kennedy, mas isto não acabou com a bebida lá. Eu não acredito na repressão.

PLAYBOY – Então você tem a ideia de que as drogas são uma escapatória. Elas não podem ser consumidas por prazer?

F. HENRIQUE – Pode ser por prazer também. É psicologia barata achar que as pessoas estão sempre querendo escapar. Mas isto tem de ser analisado concretamente. Eu tenho três filhos que passaram a adolescência em lugares onde o consumo de drogas era altíssimo. Meu filho evidentemente fumou maconha, mas nenhum deles deixou de estudar ou trabalhar. Acho que há um

exagero enorme em tudo isto. Fazer disto, como a esquerda ou a direita puritana fazem, uma questão de interesse vital do país, é um exagero (LEITÃO, 1984, p.118).

Três pontos nas falas dessa entrevista coincidem com a atual posição de Fernando Henrique: as ideias de que as drogas fazem mal, mas em graus variados, de que reprimir não resolve e aumenta o lucro do tráfico e, mais importante, sua não oposição à descriminalização.

FHC, portanto, trágou, mas não gostou. Tentando afastar-se de qualquer crítica que o relacione à apologia, passou a buscar certa isenção para falar sobre o tema³⁵, tópico recorrente em suas entrevistas, o que o leva hoje em dia a negar que sequer tenha fumado maconha ou usado outras drogas ilegais. Essa é a resposta que deu a uma entrevista para a Folha (BERGAMO, 2011, p.E2), por exemplo:

Folha - O senhor já tem um histórico com o tema: na campanha para prefeito de São Paulo, em 1985, foi acusado de defender o consumo da maconha.

Fernando Henrique Cardoso - Ali foi o uso, pela campanha do Jânio Quadros [...], de uma entrevista que eu havia dado à revista "Playboy", em que me perguntaram se eu já tinha provado maconha. Eu contei que a única vez que eu vi alguém com maconha foi no bar P. J. Clarke's, em NY. Eu estava com uns primos banqueiros [...]. Alguém puxou. Achei o cheiro horrível. Me perguntaram: o senhor trágou? Nem sei tragar, nunca traguei nem cigarro. E outras drogas? No meu tempo, não tinha esse negócio. Era só lança-perfume no Carnaval. E o senhor cheirou lança? Mas muito pouco. Eu tinha horror dessas coisas. Eu nunca vi cocaína na minha vida. Eu sei que é um pozinho branco, e tal, mas nunca vi. Fui ver gente se drogar agora, na Holanda, fazendo o filme.

Mesmo com essas contradições, é possível perceber, como o

³⁵ Eu não sou usuário, nunca fui, não estou pregando o uso. Mas estou dizendo: tem gente que usa, e o uso é diferenciado. O efeito também. [...] O problema aqui que me interessa é outro. É uma questão social e política que afeta muita gente (VÍDEO 7).

Eu posso dizer isso com tranquilidade porque eu sou isen- eu não fumei nem cigarro, nada, eu não tenho nada a ver com nada disso. Vinho eu tomo [risos] (VÍDEO 8).

Eu falo com liberdade porque eu não fumo, eu bebo pouquíssimo. Eu sou careta, pessoalmente [risos] (VÍDEO 17).

Eu não fumo cigarro, nada. Nunca traguei um cigarro sequer e bebo pouquíssimo. Tenho 83 anos, a minha geração era do lança-perfume, e nem isso eu cheirei (VÍDEO 20).

próprio FHC admite, que é mais fácil tratar sobre temas controversos quando não mais se concorre em eleições (CARDOSO, 2011, p.166). Sinal disso, é que o PSDB ou partidos aliados, para não contradizer seu líder histórico, fingem que o assunto nada tem a ver com eles. O documentário *Quebrando o Tabu* não foi lançado em 2010, ano eleitoral, “a pedido de Serra, [...] para não atrapalhar a campanha presidencial”, segundo conta Merval Pereira (2010, p.4).

E o que foi feito durante os oito anos em que esteve no governo? Um dos tópicos – e críticas – mais frequentes a FHC relaciona-se a por que ele não fez durante o governo o que defende agora. O ex-presidente faz a *mea culpa*, admitindo que errou, que não tinha a mesma consciência que tem hoje, que – diferente do que respondeu à Playboy – “achava que a repressão era o caminho”, e que havia “muita pressão dos Estados Unidos” em torno da continuidade da política repressiva. Mas também se defende citando a criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)³⁶, em 1998, cujo objetivo seria o de promover a prevenção ao uso de drogas no Brasil. Vejamos alguns exemplos das justificativas de FHC nesse tópico:

Muita gente me pergunta por que não tomei na Presidência as medidas que estou propondo agora. A resposta é simples. Eu mudei de opinião. Na Presidência não dispunha das informações que tenho hoje e compartilhava da visão predominante de que o problema das drogas se resolvia, sobretudo, com repressão (*Texto 5*).

Sônia Bridi: Se o senhor está tão convencido a respeito desse tema, por que não foi implementado durante o seu governo? FHC: Primeiro porque eu não tinha a consciência que eu tenho hoje. Eu não sabia como sei hoje tanto das coisas. Segundo que eu também achava que a repressão era o caminho. Tanto que nós tentamos eliminar a plantação de maconha no triângulo da maconha em Pernambuco. [...] Eu não tinha – confesso com toda

³⁶ No governo Lula, a partir de 2004, a SENAD passou a chamar-se Secretaria Nacional de Políticas *sobre* Drogas: “o prefixo ‘anti’ da Política Nacional Antidrogas foi substituído pelo termo ‘sobre’, já de acordo com as tendências internacionais, com o posicionamento do governo e com a nova demanda popular, manifestada ao longo do processo de realinhamento da política”, a partir da “realização de um Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, seis fóruns regionais e um Fórum Nacional sobre Drogas” (SENAD, 2010, p.217). Isso não quer dizer, entretanto, que a política de drogas no Brasil tenha deixado de ser uma política *antidrogas*, de combate à oferta e à demanda, ainda que trabalhe algo do eixo da prevenção ao uso, por exemplo.

a lealdade – a noção, achava que reprimindo resolveria. Eu mesmo não tinha essa informação. Por sorte a gente evolui na vida (*Vídeo 5*).

Só quem é burro não muda de opinião diante de fatos novos. Eu não tinha a consciência da gravidade e do que significava essa questão naquela época como eu tenho hoje. Às vezes... “ah, por que não fez quando era presidente?”, porque eu não tinha essa informação, porque eu não estava ligado diretamente ao tema e porque, no Brasil, a consciência média na época era de que se resolvia muito mais com ação policial. Mesmo assim, nada funcionou e eu não vi tudo isso, errei (*Vídeo 6*).

Por que não antes? Primeiro é o seguinte: eu não tinha a consciência que tenho hoje. Eu disse isso no filme claramente, é dizer a verdade, eu não tinha noção da difusão, de quais eram as políticas... O que eu sabia? Que havia droga e que os americanos pressionavam muito naquela ocasião, porque os americanos queriam ter uma espécie de articulação na América Latina, militar. O Brasil não aceitou isso, eu não aceitei, nós não aceitamos nunca uma subordinação à política americana. Para que eles não ficassem achando que o Brasil, porque não aceitava a articulação militar, não tinha nenhuma posição sobre droga, nós criamos, no meu tempo, uma secretaria chamada SENAD (Secretaria Nacional de Drogas), só que não era pra repressão, era pra educação, era pra prevenção. A Polícia Federal fazia a repressão e essa secretaria fazia a educação (*Vídeo 9*).

Esta última fala de FHC sobre a SENAD condiz com a intenção que ele expressava no momento de criação da Secretaria. Em 1998, segundo reportagem de Ana Paula Macedo para *O Globo* a respeito do encontro da ONU daquele ano sobre drogas, FHC discursou dizendo que não daria trégua aos narcotraficantes e anunciou a criação da SENAD, “mas se disse convencido de que limitar a guerra contra as drogas ao aumento das ações repressivas se mostrou insuficiente. [...] Mostrou-se determinado em redobrar os esforços em prevenção”, investindo também em “projetos para tratamento e recuperação dos dependentes de drogas”, classificadas por ele como “a maior doença social contemporânea” (MACEDO, 1998, p.3).

Naquele mesmo ano, em seu discurso de abertura do I Fórum Nacional Antidrogas, da SENAD, FHC tratou a questão da seguinte forma:

[...] A questão da droga se tornou um desafio global [...], mas se os países não se prepararem e não tiverem suas próprias políticas, esse desafio global não será apenas o desafio do combate à droga, mas será o desafio de saber até que ponto os Estados

nacionais terão condições de garantir as suas decisões próprias, seus territórios, para a manutenção do controle das drogas. A decisão do Brasil foi clara. O General Cardoso reafirmou a minha determinação de que vamos ter a nossa própria política antidrogas. [...] Por essa razão, estamos nos reorganizando. A criação da Secretaria Nacional Antidrogas tem esse propósito. Recolhendo as experiências dos conselhos de combate aos entorpecentes às drogas; recolhendo as experiências práticas dos vários órgãos da República, notadamente da Polícia Federal, que se dedica à questão das drogas, a Secretaria coordenará esse conjunto de atividades. E mais: fará uma ponte com a sociedade. Por quê? Porque o desafio, hoje, não é apenas um desafio repressivo. É muito mais do que isso. É um desafio de tratamento daqueles que foram envolvidos na malha da droga. [...] Na questão da educação, será fundamental a cooperação estreita entre o Ministério da Educação, da Secretaria Antidrogas e as organizações educacionais. [...] Por certo, com isso, não estou querendo minimizar os aspectos propriamente repressivos, a necessidade efetiva de um combate e de leis adequadas para que se possa colocar na cadeia quem tenha sido considerado culpado pela Justiça. Pelo contrário, devemos enrijecer no combate à droga e na repressão. Mas é preciso fazê-lo com inteligência, no duplo sentido de ter informação e de ter uma visão também global do processo que está sendo combatido (CARDOSO, 1998, p.374-8).

Outros pontos relevantes, e que também se coadunam com as falas do posterior período antiproibicionista de FHC, dizem respeito à ideia da questão das drogas como um desafio global, mas que, ao mesmo tempo, demanda uma ação específica em cada país; a preocupação com a manutenção do poder de Estado frente ao narcotráfico; a importância da educação e da prevenção e, nesse sentido, de distinção entre usuários(as) e traficantes; e também a importância da mobilização da sociedade e de sua articulação com o governo, citada 10 vezes durante o discurso. Fernando Henrique destacava a necessidade de uma política com caráter intersetorial, com centralidade para o papel da sociedade. “Nessa matéria, ou há mobilização na sociedade, ou não se avança muito” (CARDOSO, 1998, p.375).

Mas do que tratou a SENAD, afinal, no tempo de FHC?

Segundo Sérgio do Nascimento S. Trad (2010), coube a Fernando Henrique Cardoso a introdução de uma nova concepção de prevenção e controle das drogas, mais compatível com o ambiente de democracia a partir da abertura política da década de 1980, o qual propiciou o crescimento de uma visão em relação às pessoas usuárias de drogas não

mais como apenas delinquentes, mas também como dependentes com necessidade de tratamento de saúde. Conforme inciso I, artigo 4º, do Decreto nº 2.632/98, que dispunha sobre o Sistema Nacional Antidrogas, era competência da SENAD planejar, coordenar, supervisionar e controlar não só as atividades de prevenção e repressão ao tráfico, uso indevido e produção não autorizada de drogas, mas também a atividade de recuperação de dependentes.

Contudo, FHC ainda não tinha a postura mais branda e liberal que adota na atualidade, e o *staff* que coordenava a SENAD restringiu-se, ao menos em seu governo, a adequar a legislação brasileira às resoluções internacionais ditadas pela guerra contra as drogas dos EUA (TRAD, 2010, p.121).

Desde a sua criação, a SENAD tem como sede a Casa Militar da Presidência da República, hoje Gabinete de Segurança Institucional. Conforme explica Sérgio Adorno (2003), a política de controle do tráfico e consumo de drogas sempre mereceu um tratamento diferenciado no Brasil, devido às conexões com segurança pública, segurança nacional, saúde pública e educação. No governo FHC, esse enfoque se manteve, embora tal política estivesse, no primeiro mandato, sob administração direta do Ministério da Justiça. Ao longo do governo, porém, houve uma tentativa de transferência da competência sobre o controle das drogas da esfera da segurança pública para a da segurança do Estado nacional, afastando-a do Ministério da Justiça e também da Polícia Federal. Sob o viés da Casa Militar, as drogas se transformaram num “objeto de interesse cada vez mais próximo das mais altas instâncias de poder decisório, principalmente da presidência da República” (ADORNO, 2003, p.133). “A questão do controle passou a ser um problema de segurança nacional, envolvendo não apenas o controle interno da ordem civil, mas, sobretudo, o controle das fronteiras nacionais, daí a tendência de sua militarização” (ADORNO, 2003, p.135-6).

Esse processo se aprofunda com a criação do Sistema Nacional Antidrogas e da Secretaria Nacional Antidrogas, para substituir o antigo Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão, vinculado ao Ministério da Justiça e criado na década de 1970, cujas iniciativas eram focadas no binômio abstinência-repressão (GARCIA, LEAL, ABREU, 2008, p.269). Segundo Garcia, Leal e Abreu (2008, p.270), a criação da SENAD representou uma “estratégia política do governo brasileiro em mostrar à comunidade internacional uma postura de combate às drogas como prioridade de governo”, mas, além dos aspectos de repressão, a Secretaria também ficou com atribuições relativas à prevenção, ao

tratamento e à reinserção social das pessoas usuárias de drogas.

Segundo Maurício Fiore (2005, p.270-1), a SENAD, no governo FHC, teria sido uma tentativa de centralização da política de repressão às drogas inspirada na DEA, órgão de repressão às drogas do governo estadunidense. Não tendo conseguido centralizar o comando da repressão, a Secretaria se limitou ao financiamento ou divulgação de pesquisas de prevenção ao uso de drogas, ao mesmo tempo em que progressivamente aumentou a importância dada a estudos médico-epidemiológicos. O fracasso da centralização pretendida deveu-se ao conflito de interesses entre o Ministério da Justiça / Polícia Federal e a SENAD, que disputavam o controle do combate ao narcotráfico. Tal disputa levou à saída do primeiro secretário nacional antidrogas, o jurista e ex-desembargador por São Paulo, Wálter Fanganiello Maierovitch, que trabalhou na Secretaria por 16 meses, entre 1999 e início de 2000. Segundo FHC, o secretário “entrou em choque com a Polícia Federal” (*Vídeo 10*).

Maierovitch costuma tecer críticas contumazes a FHC e ironizar sua defesa da descriminalização, contrastando-a com a postura tomada durante o período da Presidência, desqualificando, igualmente, César Gaviria e Ernesto Zedillo por suas atuações quando presidentes e dizendo que os três estão em busca de um “palanque” para aparecerem internacionalmente.

Nos seus oito anos de mandato, FHC legou ao país um arremedo de legislação sobre drogas ilícitas. Mais ainda. FHC, pela sua secretaria nacional antidrogas sob comando de um general não especializado no tema drogas, mandou copiar e incorporar [...] o plano de política norte-americana para contraste ao fenômeno das drogas proibidas (MAIEROVITCH, 2011a).

[Além disso], na Presidência, FHC, que experimentou maconha mas não gostou, desprezou os que provaram e gostaram da erva ou de outras drogas proibidas. No seu governo, pediu a aprovação em regime de urgência de um velho e esquecido projeto de lei avaliado por ele como adequado e fundamental ao Brasil. Pela pressão de estudiosos e intelectuais, FHC vetou 80% da lei [10.409] antes recomendada. Manteve a criminalização da posse de drogas para uso próprio e a pena de cadeia ao consumidor. Voltou atrás no que tocava a interditar o usuário para atos da vida civil, como casar, abrir conta em banco etc. (MAIEROVITCH, 2011b).

O ex-secretário antidrogas também conta que chegou a haver negociações para a adoção de um modelo não criminalizante, que tramitaria em conjunto nas Casas Legislativas do Brasil e de Portugal,

transformando o porte de drogas para consumo pessoal apenas em infração administrativa, no âmbito da saúde pública. Maierovitch (2009a; 2011a) diz que, de última hora, Fernando Henrique não aceitou, desautorizando pessoalmente o acordo. Portugal, entretanto, seguiu com a proposta e descriminalizou o porte para consumo pessoal de todas as drogas, a partir de 2001, obtendo resultados positivos.

Apesar das minhas tentativas como secretário nacional, jamais consegui fazer FHC, então presidente, enxergar a questão do consumo como sendo exclusivamente sócio-sanitária. A propósito, mantive-me isolado como secretário nacional, num curto período de trabalho à frente da secretaria (MAEIROVITCH, 2009b).

Percebe-se que a justificativa de FHC sobre a pressão estadunidense para a manutenção de políticas repressivas encontra eco nos autores citados. FHC, atualmente, fala sobre a criação da SENAD como uma resposta à demanda internacional, mas enfatiza seu aspecto autônomo e voltado à prevenção do uso de drogas. Segundo os autores, no entanto, a visão repressiva prevaleceu sobre as visões educativas e preventivas durante os mandatos de Fernando Henrique, sintonizados com a política de “guerra às drogas” promovida pelos Estados Unidos. Tal postura, ainda que não partisse de uma convicção íntima de FHC sobre o tema, tinha o duplo benefício de agradar aos EUA e ao eleitorado brasileiro.

5.3 POR QUE MUDOU DE POSIÇÃO?

Como vimos, FHC mudou de posição duas vezes. Em 1984, conforme vimos na entrevista à *Playboy*, dizia não se opor à descriminalização da maconha e se considerava “pouco repressivo” em relação às drogas. Com a repercussão negativa de seus comentários, aprendeu sua lição. Durante o período na Presidência, então, enfatizou medidas repressivas. A partir de 2008, passou a adotar posturas mais flexíveis sobre o tema, primeiro propondo a descriminalização da maconha, na Comissão Latino-americana e, depois, na Comissão Global, pensando na possibilidade de regulação da maconha e descriminalização de todas as drogas.

Quando questionado sobre o que o levou a se interessar pelo tema das drogas, FHC responde:

Depois que deixei a Presidência, disse que iria me afastar da política partidária [...] e procurar atuar no campo da política de participação cívica. Nesse caminho, o Kofi Annan me colocou como assessor dele para fazer um relatório sobre como a

sociedade civil poderia ter uma conexão com a ONU. Depois fiz outro relatório sobre a Unctad [*United Nations Conference on Trade and Development*]. Fiquei presidente do Club de Madrid e organizei uma reunião sobre terrorismo e democracia na Espanha. Depois me meti na questão da Aids. Estive com o Mandela na Noruega, na França, e foi a partir daí. A droga faz parte do mundo global. Li um livro de um amigo chamado Moisés Naím (escritor venezuelano) que mostra como houve a globalização do crime. [O livro chama-se *Ilícito*]. Foi por aí que entrei nessa questão da droga. Guerra às drogas só não resolve. Você tem que mudar de combater só a produção para reduzir o consumo e dar tratamento e educação (CARDOSO *apud* O GLOBO, 2011b, p.16).

Passa um tempo, eu deixo a presidência, e eu conheço nos Estados Unidos um famoso senhor George Soros³⁷, que é um filantropo americano. Ele se considera ele próprio especulador... Um pouco adiante, eu creio que foi o Shannon, que hoje é embaixador dos Estados Unidos aqui e que era subsecretário, na época, nos Estados Unidos, me convidou pra um almoço, lá no Departamento de Estado. E nesse almoço havia gente da DEA e gente do Departamento de Estado. E eu percebi que havia um debate, porque alguns setores do Departamento de Estado (do Departamento de Relações Exteriores dos Estados Unidos) estavam achando que essa política não estava dando certo (*Vídeo 16*).

E eu vi que lá começava, lá já mesmo no governo Bush, eles estavam percebendo que a guerra às drogas não ia bem, não tava dando resultado. E havia gente do Departamento de Estado que tinha uma visão diferente da DEA [...], que é o órgão americano que controla as drogas. Havia uma certa tensão. Aquilo também me chamou atenção. Aí eu comecei a estudar o assunto (*Vídeo 4*). Eu fui presidente a partir de 95, até 2003. Claro que já havia problema de droga. Mas houve uma mudança muito grande na questão da droga e eu explico porque agora. Nos anos 90, quando houve a globalização da economia, do setor financeiro, dos meios de comunicação, houve também a globalização do crime, de todos, contrabando, tráfico, tráfico de mulheres, de órgãos, de droga... Como eu me interesso muito por questões do mundo e globais, passei a prestar mais atenção (*Vídeo 9*).

Nesse processo, o motivo para o engajamento com o tema teria sido sua “preocupação com a democracia”, inclusas aí questões de

³⁷ George Soros é fundador da *Open Society Foundations*, ONG parceira da Comissão Global.

manutenção do poder de Estado e de direitos humanos. Tal preocupação aparece 35 vezes no material analisado. Alguns exemplos:

Há conexões entre isso [a questão das drogas] e a democracia. Porque quando a luta contra a droga chega a um certo ponto que obriga os governos a uma militarização, aí entram as questões sobre direitos humanos, às vezes inclusive certas garantias democráticas. Então há que se tomar sempre o cuidado de simultaneamente travar a batalha contra a droga, mas não arriscar o conjunto democrático do país (*Vídeo 1*).

Na Colômbia, por exemplo, foi uma luta terrível por causa do controle que os narcotraficantes tinham e têm de parte do território. No México, morre gente mais, talvez até mais, do que lá na Palestina, em Israel, certamente mais. Não é? Quer dizer, são problemas muito graves e que afetam a possibilidade da democracia, e no Brasil também (*Vídeo 3*).

O que me chamou atenção foi muito mais pelo lado político do que pelo lado, digamos, diretamente humano, social. Por quê? Porque eu vi que a democracia estava a perigo nos países da América Latina (*Vídeo 4*).

Não é um tema fácil, mas nós temos que enfrentá-lo. E enfrentá-lo do ângulo da preocupação com a democracia, porque a droga traz a violência, às vezes o descrédito à lei, às vezes uma repressão também fora da lei, e traz também a corrupção. E tudo isso mina a crença no funcionamento das instituições (*Vídeo 6*).

Ora, na Colômbia produtor de coca é que nem empreiteira no Brasil: financia todo mundo. Foi assim que comecei a me aprofundar e a entrar em contato com os ex-presidentes do México e da Colômbia, para criar uma comissão independente para tratar do assunto. Nesse meio-tempo eu havia tido um encontro nos EUA com representantes do governo Bush, na época, e percebi que lá já havia dúvidas quanto à eficácia de um combate radical às drogas, e que esse problema, no fundo, ameaçava a própria democracia (*Vídeo 7*).

Interessei-me pelo assunto pelo ângulo da democracia. Em países como Colômbia e México, a violência e a corrupção, associadas ao narcotráfico, corroem as instituições e ameaçam o próprio Estado de Direito (*Texto 5*).

A violência e a corrupção associadas ao tráfico de drogas atingiram tamanha proporção que as instituições democráticas e o próprio tecido da vida social estão sob ataque em vários países da América Latina. [...] A falida guerra às drogas tem dado mais poder ao crime organizado, desestabilizado governos, violado direitos humanos e devastado vidas humanas em todos os lugares. [...] A situação da segurança pública atingiu um nível crítico no México e na América Central. A governança e o

desenvolvimento estão diretamente ameaçados pelo tráfico de drogas na África Ocidental. Direitos humanos básicos devem estar sendo violados por políticas de criminalização no centro e no sudeste da Ásia (*Vídeo 12*).

A ideia que subjaz a esse argumento sustenta-se no fato de que o narcotráfico, sendo uma atividade ilícita, é muito lucrativo, concorrendo com o Estado pelo controle de territórios, e diversas vezes se associando ao poder estatal para sua manutenção e, com isso, corrompendo agentes públicos. No fundo, parece ser uma preocupação mais do que democrática: uma preocupação republicana, relacionada à soberania do Estado, em sua característica de poder político supremo e independente, não limitado por qualquer outro poder na ordem interna ou externa. Trata-se também de uma preocupação com o Estado Democrático de Direito, baseado no respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, uma vez que o combate ao narcotráfico, pela violência que gera, acaba muitas vezes violando direitos humanos.

Isso que aqui chamamos de “preocupação republicana e democrática” é o que, ao menos superficial e publicamente, aparece como o motivo da mudança de posição de Fernando Henrique Cardoso.

Os reiterados exemplos do México e da Colômbia e a preocupação com a democracia estão inseridos no argumento de que a “guerra às drogas” fracassou em seus objetivos de redução da oferta e da demanda, gerando diversas consequências negativas. Diante dessas consequências, diz FHC, é necessário pensar outra forma de lidar com as drogas, considerando-as um fator cultural, mas, ao mesmo tempo, um mal a ser combatido com a redução do consumo, enfoque de saúde e prevenção, distinguindo pessoas usuárias e traficantes.

Passemos, agora, ao capítulo em que, analisando os argumentos de FHC e as articulações da CGPD, apresentaremos um esquema que localiza o ex-presidente no campo discursivo sobre drogas, oferecendo interpretações segundo a teoria do discurso.

6. LOCALIZANDO FHC NO CAMPO DISCURSIVO

Neste capítulo, trabalhamos o argumento geral do posicionamento de FHC. A partir do tratamento quantitativo que demos ao material analisado, foi possível agrupar suas falas em tópicos, segundo as ideias mais frequentes, revelando padrões de argumentação. Frases similares ou com ideias de fundo semelhantes foram separadas conforme Apêndice B, e a contagem de frases ou ideias em cada tópico nos deu um resultado conforme o Gráfico 1. A partir deste gráfico, vamos descrever o argumento geral do material analisado, apoiando-nos em citações diretas de FHC, seus enunciados exemplares e mais significativos, apresentados em cada tópico segundo sua cronologia (*Vídeo 1, Vídeo 2, Texto 1, Texto 2, etc.*).

Num segundo momento, trabalhamos mais especificamente com os enunciados sobre descriminalização, legalização e regulação das drogas, tentando perceber seu desenvolvimento ao longo do tempo, como FHC vai construindo seu posicionamento.

Depois disso, pretendemos trabalhar com as articulações de FHC a partir da CGPD, das ONGs (Organizações Não Governamentais) parceiras listadas no site da Comissão e nos relatórios anuais. A ideia é rastrear essa rede de articulações, pesquisando, ao menos superficialmente, o que propõe cada um dos elementos articulados, algo que nos ajuda ainda mais a posicionar FHC no campo discursivo. Tal rastreamento foi feito pelo acesso aos sites³⁸ de cada instituição e compilação das informações disponíveis, entre datas de surgimento; localidade; objetivos gerais e objetivos específicos em torno das drogas; e apoiadores/parcerias financeiras. A interpretação dessa rede leva em consideração aspectos extralinguísticos, em termos de cadeia equivalencial e processos hegemônicos, pensando a análise de discurso, nesse momento, como a análise das articulações políticas. Ao final das descrições sobre as ONGs parceiras, apresentaremos um gráfico ilustrativo da rede de articulações, entre instituições e pessoas

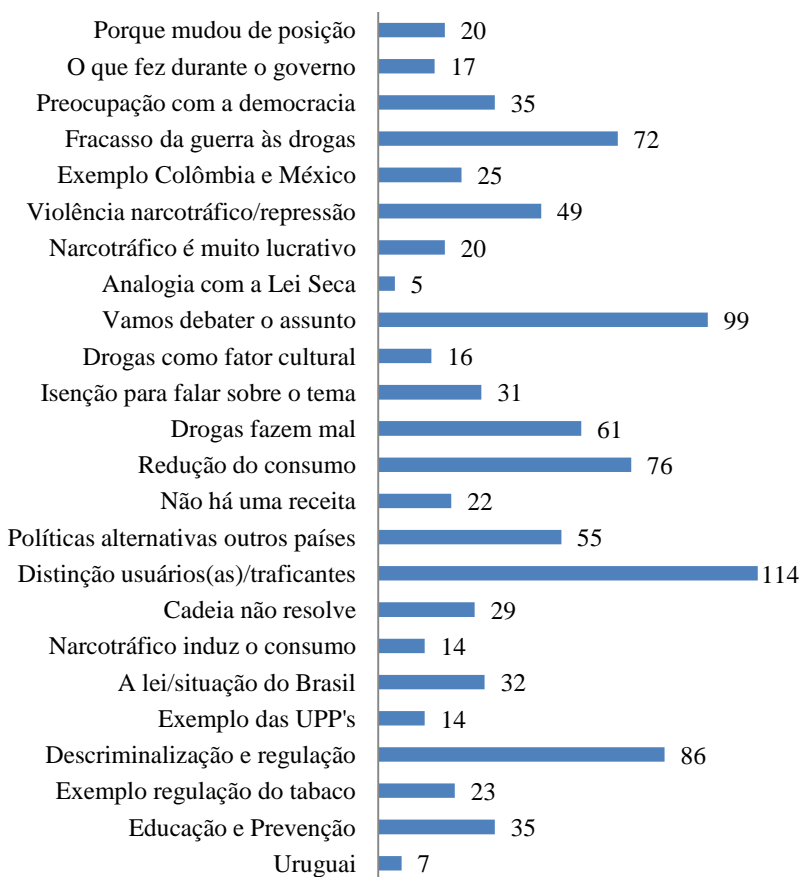
³⁸ Aqui é importante fazer uma ressalva quanto à parcialidade dos enunciados das ONGs. As informações dos sites importam enquanto posicionamentos políticos, mais do que, necessariamente, ações de fato realizadas por essas instituições em torno dos temas propostos. Uma pesquisa específica seria necessária se pretendêssemos contrastar o fenômeno dos enunciados das ONGs com o das suas práticas. Então basta que tratemos de posicionamentos políticos, algo que nos indica articulações no campo discursivo sobre drogas, objetivo da seção 6.2.

envolvidas (Figura 16, p.183).

Por último, fazemos o fechamento do capítulo pensando todo o material analisado do ponto de vista da teoria do discurso, a partir do que já é possível indicarmos algumas conclusões.

Vamos agora, então, ao gráfico mencionado. As informações que ele nos transmite são as de que os tópicos “Porque mudou de posição” e “O que fez durante o governo”, por exemplo, estão presentes 20 e 17 vezes, respectivamente. A sequência dos outros tópicos corresponde mais ou menos ao seu encadeamento no argumento geral das falas.

Gráfico 1: Tópicos de fala.



Fonte: Elaboração própria.

A ideia de que a “guerra às drogas” fracassou funciona como uma espécie de premissa de todo o discurso, fracasso que se exemplifica com os casos da Colômbia e do México, e com as inúmeras menções à violência relacionada ao narcotráfico ou à repressão ao narcotráfico, violência e repressão que não impedem a lucratividade do negócio ilícito e que, por vezes, a impulsiona.

Estamos perdendo a guerra contra as drogas e, a continuarmos com a mesma estratégia, conseguiremos apenas deslocar campos de cultivos e sedes de cartéis de umas a outras regiões, sem redução da violência e da corrupção que a indústria da droga produz (*Texto 2*).

A situação é apavorante. O medo impera nas favelas do Rio. Os chefões do tráfico impõem regras próprias e “sentenciam”, mesmo à morte, quem as desrespeita. A polícia, com as exceções, ou se “ajeita” com o tráfico ou, quando entra, é para matar (*Texto 2*).

A diferença entre o custo da droga e o preço de venda induzirá os bandos de traficantes a tecer sempre novas teias de terror, violência e lucro (*Texto 3*).

As drogas podem fazer mal à saúde, mas essa política tem consequências ainda mais desastrosas: violência, corrupção, fortalecimento do crime organizado, violação de direitos, dificuldade de acesso ao tratamento, ineficácias das ações de prevenção (*Texto 6*).

Aí entra, às vezes, a analogia da atual proibição com o período da Lei Seca nos EUA e o consequente aumento da criminalidade, da violência e da corrupção.

A política repressiva foi, como todo mundo sabe, proposta basicamente pelos Estados Unidos, que se esqueceram o que aconteceu com a Lei Seca, onde houve uma coisa semelhante. A Lei Seca provocou ganguesterismo nos Estados Unidos e criou máfias e tudo mais (*Vídeo 20*).

Diante do “fracasso da guerra às drogas”, então, é necessário que o assunto seja debatido, pensa FHC, que haja engajamento social para uma mudança. Isto, como já mencionado, é um dos objetivos do documentário, “quebrar o tabu”:

Sabemos todos que a “guerra às drogas” fracassou e que é preciso abrir o debate, confrontar experiências, explorar novas soluções (*Texto 4*).

Estou convencido de que questões que envolvem valores e comportamentos devem ser em primeiro lugar discutidas pela sociedade. Claro que chega o momento em que as decisões passam para governos e parlamentos. Mas é preciso primeiro que

a sociedade pense e reflita sobre elas. Meu papel é ajudar na ampliação desse debate (*Texto 5*).

Antes de ter uma posição de tomar decisões, é preciso deixar que a sociedade tome consciência um pouco mais. Por isso que eu debato tanto e tal. O filme nós fizemos pra abrir a cabeça (*Vídeo 16*).

Um dos argumentos de sustentação para o fracasso da “guerra às drogas” é a ideia de que não é possível eliminar os usos de substâncias, porque, muitas vezes, existem como um fator cultural. Esse é um dos fios condutores do filme, por exemplo.

Pensar num mundo livre de drogas é uma coisa utópica. Não houve até hoje na história. Agora, você pode reduzir o dano que a droga causa às pessoas e à própria sociedade (*Vídeo 6*).

Ao longo da história, sempre existiu algum tipo de consumo de droga nas mais diversas culturas. No mundo de hoje, as pessoas usam drogas pelas mais variadas razões: para aliviar dores ou experimentar prazer, para escapar da realidade ou para incrementar sua percepção (*Texto 5*).

Essa constatação, entretanto, não significa uma atitude de condescendência, de apologia ao uso, FHC destaca. Aliadas às falas de isenção para tratar sobre o tema, estão as descrições sobre quem participa das comissões.

[Da Comissão Global fazem parte] pessoas como o Kofi Anann, que foi secretário geral da ONU; como o Paul Volker, que foi presidente do Banco Central dos Estados Unidos; como o Schultz, que foi Ministro da Fazenda no tempo do Reagan. Portanto, são pessoas altamente conhecidas e conservadoras. Fora os três ex-presidentes: eu, o ex-presidente do México e o ex-presidente da Colômbia, Gaviria e o Zedillo, mais o atual Primeiro Ministro da Grécia, o Papandreou, mais vários escritores, como Vargas Llosa... Uma coisa *séria* (*Vídeo 8*).

Na Comissão Global estão muitas personalidades insuspeitas, porque botar gente que “ah, não, esse aí tem interesse”, ou econômico, ou porque também é drogado... Não! Tem que ser gente insuspeita (*Vídeo 16*).

Não é, portanto, uma posição de tolerância com as drogas. Sinal disso são as frequentes menções à ideia de que as drogas fazem mal, reconhecendo, porém, que cada uma atua nos organismos com efeitos variados.

Todas as drogas podem fazer mal. Algumas fazem mesmo mal. Por exemplo: heroína, cocaína, o crack! Outras, depende do uso. O álcool, por exemplo. Se você toma álcool à noite, depois de ir numa festa e vai guiar um automóvel, você pode morrer e pode matar. A maconha, se você acordar fumando maconha, meu deus!

Pode causar um problema psicológico grave (*Vídeo 6*).

Essa abordagem mais abrangente e equilibrada recomendada no informe da comissão [global], no entanto, não significa complacência. As drogas são prejudiciais à saúde. Minam a capacidade dos que as usam de tomar decisões. O compartilhamento de agulhas dissemina o HIV/Aids e outras doenças. O vício pode levar à ruína financeira e ao abuso doméstico, especialmente de crianças (*Texto 5*).

Todas as drogas podem fazer mal, algumas fazem muito mal. E isso inclui cigarro, inclui o álcool, inclui a maconha. O grau é diferente. Pelas pesquisas, o álcool e cigarro são até mais lesivos do que a maconha (*Vídeo 9*).

A ideia de que todas as drogas são iguais não é verdadeira. Elas têm efeitos diferentes, depende também das pessoas, depende de situações (*Vídeo 10*).

A insistência nesse tópico demonstra a preocupação de FHC em construir um discurso que não possa ser associado a qualquer tipo de apologia às drogas. “Eu acho que não se pode fazer apologia do uso da droga. [...] Todas as drogas fazem mal” (*Vídeo 9*). Possivelmente esse é o motivo pelo qual ele nunca advoga a descriminalização e a regulação pelo viés de defesa da liberdade individual ou de direito ao próprio corpo. Trata-se de uma preocupação em termos de saúde e segurança *públicas*. Nesse sentido, também não lhe interessa o argumento de que a regulação aumentaria o recolhimento de impostos:

É um raciocínio que os economistas gostam, mas eu acho perigoso, porque o fundamento aí é uma questão de saúde pública. Você dizer: “Bom! Aumentou mais imposto com o cigarro”. Você vai comemorar? Está vendendo mais cigarro? Isso eu não acho que seja razoável (*Vídeo 20*).

Pois se as drogas fazem mal à saúde e à sociedade – embora em graus diferentes, dependendo das formas de uso e das pessoas – o principal objetivo deve ser a redução do consumo, para minimizar os efeitos negativos.

Para fins de política pública, o importante a reter é que as drogas produzem consequências negativas tanto para o usuário quanto para a sociedade e que reduzir ao máximo o seu consumo deve ser o principal objetivo (*Texto 2*).

Este é, sem dúvida, um dos eixos fundamentais de argumentação ao longo do tempo, perpassa vários outros tópicos e dá sustentação às propostas de descriminalização e regulação.

Já fizeram muito, lutaram muito, seguimos muitas receitas, mas não diminui a produção, não diminui o consumo (*Vídeo 1*).

Enquanto a sociedade glamourizar a droga e anuir com seu uso

secreto indiscriminadamente, ao invés de regulá-lo, será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência (*Texto 3*).

Toda a evidência disponível demonstra que as medidas punitivas por si só, por mais duras que sejam, não são capazes de reduzir os consumos (*Texto 4*).

Você não consegue, pela via da força, acabar com a produção. Por quê? Porque o mercado é tão favorável, ele ganha tanto, que sempre haverá alguém que se arrisca. Só vai deixar de se arriscar se o consumo cair (*Vídeo 6*).

Repito, minha posição não é de tolerância com as drogas. Todas fazem mal à saúde. Umas mais, outras menos. O ponto central é que a repressão ao tráfico, que é absolutamente necessária, por si só não resolve o problema do consumo (*Texto 5*).

Então a política é essa: você tira o foco da pura repressão e vai pro consumo, e vamos discutir quem consome, e não condena quem consome (*Vídeo 9*).

[Devemos] investir em informação e em prevenção para desmistificar, para desglamorizar o uso de drogas e pra reduzir o consumo (*Vídeo 12*).

Descriminalizar é um passo pra você ter uma atitude mais racional pra reduzir o consumo (*Vídeo 18*).

Diminuir o consumo, então, deve ser o principal objetivo. Mas como fazer isso? Não há uma receita, diz FHC. Cada país deve buscar sua própria solução.

Não creio que exista uma receita universal. No relatório que pretendemos entregar [da Comissão Latino-americana], vamos fazer distinções de situações país por país. Esse é, talvez, um equívoco dos Estados Unidos, imaginar que haja uma solução universal, que a deles aplicada soluciona tudo. Não soluciona. Então eu não creio que exista uma receita, mas as experiências já vividas demonstram que há caminhos (*Vídeo 1*).

Em todo o mundo se observa um afastamento do modelo puramente coercitivo, inclusive em alguns estados americanos. [...] Seria simplista, porém, propor que imitássemos aqui as experiências de outros países, sem maiores considerações (*Texto 2*).

Então não dá para aplicar a mesma receita igualzinha de um país para outro. No Brasil eu iria com cuidado. Faria alguns experimentos (*Vídeo 7*).

Como exemplos das experiências que indicam caminhos a serem seguidos, embora não copiados, FHC cita inúmeras vezes as políticas sobre drogas em Portugal, na Holanda e na Suíça. Contamos a quantidade de vezes em que esses países são citados, e o resultado é o seguinte: 73 vezes Portugal (57%), 26 vezes Holanda (20%), 12 vezes

Suíça (10%) e 17 vezes outros países (13%). Esses três principais países aparecem como modelos de defesa da saúde, da abordagem da redução de danos e como exemplos de políticas exitosas em termos de controle ou diminuição do consumo:

Em Portugal, onde, desde 2001, vigora um modelo calcado na prevenção, na assistência e na reabilitação, diziam os críticos que o consumo de drogas explodiria. Não foi o que se verificou. Ao contrário, houve redução, em especial, entre jovens de 15 a 19 anos (*Texto 2*).

Em Portugal, eles partiram da ideia de descriminalizar o consumidor de qualquer droga e, com isso, não passando pela justiça, não passando pelo risco de ir pra cadeia, facilitou que as pessoas viessem a procurar os hospitais, serviços de tratamento... E o resultado foi muito positivo (*Vídeo 6*).

Na Holanda eu conversei com os meninos que vivem em uma cidade que tem *coffee shops*. Eles não têm muita curiosidade pela maconha porque ela não é proibida (*Vídeo 7*).

Analisamos as experiências de vários países, como Suíça, Portugal e Espanha, que vêm dando prioridade à prevenção e ao tratamento, ao mesmo tempo em que reorientam a ação repressiva da polícia e da justiça para combater o verdadeiro inimigo, que é o crime organizado (*Texto 5*).

A Holanda oferece locais em que, pra pessoa não se drogar na rua – se drogar na rua não pode – se for nesse local especial, tem assistência pra evitar overdoses (*Vídeo 9*).

O consumo de drogas não aumentou em países que pararam de mandar os usuários para cadeia, enquanto os níveis de violência, crime e marginalização social diminuíram! Temos muito a aprender com as experiências que respeitam os direitos humanos, a saúde pública e o senso comum. Elas são eficientes e de baixo custo (*Vídeo 12*).

À proposta do fim do encarceramento de pessoas usuárias de drogas subjaz a defesa de uma política que as diferencie de traficantes. Este é um eixo também fundamental na visão de FHC e das comissões. A “Distinção usuários(as)/traficantes” tem a maior frequência entre os tópicos, com 114 menções, e inclui a defesa de uma abordagem sobre as drogas pelo viés da saúde pública, de tratamento para dependentes, enfoque na redução de danos e, ao mesmo tempo, repressão a traficantes, embora, nesse último caso, possa haver uma outra distinção em termos do potencial ofensivo do(a) traficante. Aliados a esse tópico estão outros dois: “Cadeia não resolve” e “O narcotráfico induz o consumo de drogas”. Aí encontramos a ideia de que encarcerar pessoas usuárias ou dependentes pode acabar recrudescendo o uso das

substâncias dentro das prisões e, ao mesmo tempo, ligá-las às redes do crime, ao passo que a necessidade de contato com o mercado ilícito para comprar drogas pode fazer com que quem vende o produto induza ao consumo de mais e diferentes substâncias para manter seu elevado lucro.

A necessidade da distinção entre usuáries(os) e traficantes é o suporte e um dos objetivos das políticas que FHC defende.

Em vez de botar na cadeia quem está pego por uma dose pequena, de uso pessoal, de maconha ou de cocaína, dá tratamento, e concentra a cadeia pros narcotraficantes (*Vídeo 2*).

Enquanto os usuários forem tratados como criminosos, e não como dependentes químicos ou propensos a isso, enquanto não forem atendidos pelos sistemas de saúde pública [...] será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência (*Texto 3*).

Descriminalizar quer dizer o seguinte: o usuário, que é a pessoa que se droga, não pode ser tratado como um criminoso, ele não é um bandido, ele não pode ir pra cadeia, não resolve. Porque ele vai aprender na cadeia a usar mais drogas e outros crimes mais (*Vídeo 3*).

Toda a evidência disponível demonstra que as medidas punitivas por si só, por mais duras que sejam, não são capazes de reduzir os consumos. Pior, em muitos casos têm consequências nefastas. Ao estigmatizar os usuários de drogas, o medo da polícia e o risco de prisão tornam mais difícil o acesso ao tratamento (*Texto 4*).

[Na Holanda] a política de redução do dano tem a ver com o seguinte: quando a pessoa já está de tal maneira adicta à droga, que não tem alternativa, você tem que pelo menos oferecer um local limpo, seguro, onde ela não vá usar uma seringa infectada, onde ela não vá se submeter a uma overdose. Então você tá cuidando de reduzir o dano que a droga causa na pessoa (*Vídeo 6*).

A pessoa pra pegar a maconha vai na boca de fumo, portanto ela vai entrar no ilícito, chega lá ela fica na mão do traficante, e o traficante acaba levando de uma droga pra outra, então tem que cortar essa relação entre o mercado ilegal e o consumo (*Vídeo 11*).

É possível diminuir os danos que as drogas causam às pessoas e, sobretudo, os danos que as políticas de repressão causam às pessoas (*Vídeo 19*).

O usuário de drogas não é um criminoso a ser encarcerado. Precisamos parar de tratá-lo como tal. [...] Qualquer debate sério sobre a descriminalização do uso de drogas tem que considerar também critérios de distinção entre usuários e traficantes, questão complexa ignorada pela legislação brasileira. [...] O

ponto de partida para políticas mais humanas e eficientes é tratar o abuso de substâncias como uma questão de saúde pública (*Texto 6*).

Ainda a respeito da distinção usuários(as)/traficantes, FHC comenta a lei brasileira sobre drogas, geralmente fazendo referência à falta de critérios objetivos para que haja aquela distinção.

Aqui a lei já diz que o usuário, portador de uma dose não só de maconha, de qualquer droga, não irá pra cadeia se for por consumo pessoal. Agora, não diz quanto. Não diz. Então, é a polícia quem decide qual é a dose. A polícia diz sempre que tem mais do que pode, então vai pra cadeia como contrabandista (*Vídeo 17*).

Hoje em dia, basta a palavra do policial para considerar qualquer pessoa presa portando substâncias ilícitas como traficante. Nesse sistema, é o acusado quem tem que provar não ser traficante – uma clara inversão dos princípios de direitos humanos, que garantem a presunção da inocência. Essa lógica precisa ser virada do avesso – cabe ao policial provar que aquele indivíduo tinha intenção de distribuir a droga para poder enquadrá-lo como traficante (*Texto 6*).

Também sobre o Brasil, FHC utiliza muitas vezes o exemplo das UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora)³⁹ como uma experiência positiva.

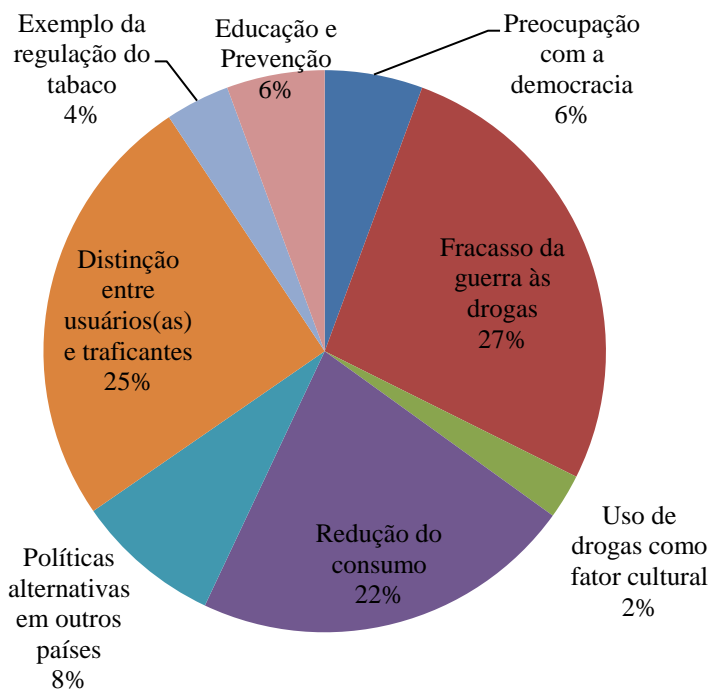
Agora estamos vendo aqui uma experiência que é interessante, que é da polícia pacificadora, não é? Porque o governo tem que ter o controle do território, não pode deixar a violência, não pode deixar o armamento na mão de quem não está habilitado pelo governo pra ter a arma (*Vídeo 3*).

No Rio, a crítica que se faz é que a UPP chega lá, mas faltou depois o Estado entrar. Faltou hospital, assistência social, emprego (*Vídeo 20*).

³⁹ A primeira UPP foi instalada no morro Santa Marta, cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2008. Atualmente já são 38 UPP's na região, e outras estão em vias de serem instaladas. O discurso oficial é o de que se trata de uma política de retomada pelo Estado de territórios antes dominados por traficantes, caracterizada pela ocupação policial de favelas, com a promessa de que a “pacificação” tenha um papel no “desenvolvimento social e econômico das comunidades” ao potencializar “a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades” (UPP, s.d.). Uma crítica que se faz a essa política é a de que a militarização, a marca coercitiva e a mercantilização daqueles espaços têm prevalecido sobre ações sociais ligadas à saúde e à educação, por exemplo, prejudicando o suposto objetivo de expansão da cidadania (FLEURY, 2012).

Contabilizando os tópicos “Exemplos Colômbia e México”, “Violência narcotráfico/repressão” e “Narcotráfico é muito lucrativo” junto à premissa do “Fracasso da guerra às drogas”; contabilizando o tópico “Drogas fazem mal” junto ao “Redução do consumo”; e contabilizando os tópicos “Cadeia não resolve” e “O narcotráfico induz o consumo de drogas” como pertencentes à defesa da “Distinção usuários(as)/traficantes”, temos que no *argumento geral* da proposta de descriminalização e regulação concorrem os seguintes tópicos principais:

Gráfico 2: Tópicos do Argumento Geral.



Fonte: Elaboração própria.

Resumindo, se a “guerra às drogas” não diminui o consumo e aumenta a violência; se eliminar as drogas não é um objetivo realista; se as substâncias fazem mal à saúde e à sociedade, embora em graus diferentes, e, por isso, o consumo não deve ser totalmente livre; se o objetivo deve ser a redução do consumo e se já temos experiências

positivas nesse sentido em alguns países; então é necessário trabalhar por uma distinção entre usuários(as) e traficantes, calcada numa perspectiva de saúde e de redução dos danos que as drogas podem causar, propondo tratamento a dependentes e, ao mesmo tempo, repressão a narcotraficantes. Todos esses argumentos são subsidiários às propostas de descriminalização das drogas e regulação da maconha, exemplificadas com a regulação do tabaco (e do álcool) e com a defesa de mais campanhas de prevenção e educação, tudo visando à redução do consumo.

Nós sabemos, primeiro, que existe droga. Segundo, que é muito difícil acabar com elas inteiramente. Terceiro, que fazem dano de forma variada. Quarto, que é possível diminuir o dano. E, quinto, que tem que separar aqueles que consomem da bandidagem. Então, se nós sabemos isso, vamos trabalhar experimentalmente nessas direções (*Vídeo 9*).

Por último, o tópico “Uruguai” elenca as opiniões de FHC sobre a recente legalização da maconha nesse país, política que ele aprova, mas denomina jocosamente de “estatização da maconha” (*Vídeo 17*).

Uma outra pessoa, com uma visão muito generosa do mundo, que eu conheço, que é o presidente do Uruguai, [...] tomou uma decisão absolutamente inédita, de legalizar a maconha, estatizar a maconha! Foi longe demais... [risos] (*Vídeo 14*).

6.1 DESCRIMINALIZAR, LEGALIZAR OU REGULAR?

Como vimos, FHC veio a público falar sobre o tema das drogas em 2008, a partir da Comissão Latino-americana, a qual propunha a descriminalização da maconha para consumo pessoal. Em abril de 2008, primeira reunião daquela comissão, FHC disse que não era a favor da legalização: “Legalizar é um passo adiante. Fala-se em despenalização. Não faz sentido penalizar da mesma maneira quem usa heroína e quem usa maconha” (*apud* TABAK; MENEZES; MARQUEIRO, 2008, p.10).

Com o tempo, FHC percebeu que não adiantaria descriminalizar apenas a maconha:

Nós na Comissão Latino-americana tínhamos pensado em descriminalizar a maconha. Em Portugal disseram: “não adianta, tem que descriminalizar todas” (*Vídeo 16*).

Por que que a posição é essa? Porque nós aprendemos em Portugal, por exemplo. [...] Chama-se Goulão, o responsável pela política de drogas em Portugal. O que ele me disse? “Olha, não adianta descriminalizar uma e não outras, porque se você começar a botar na cadeia um, e transformar o uso de droga em

caso de polícia, você vai estigmatizar e vai dificultar que as pessoas se aproximem do tratamento, do dispensário pra cuidar deles”. Então vamos descriminalizar (*Vídeo 20*).

Mas o que é a descriminalização do ponto de vista de FHC?

Descriminalizar quer dizer o seguinte: não adianta botar na cadeia. Agora, em Portugal, por exemplo, onde eles descriminalizaram todas as drogas. Não é liberar, não é legalizar. É o usuário não vai pra cadeia. O contrabandista, o criminoso, o bandido, sim (*Vídeo 3*).

Descriminalizar não é a mesma coisa que liberar, não é a mesma coisa que legalizar, é dizer: “não é crime, não vai pra cadeia, vai ser tratado”. É uma questão de saúde pública (*Vídeo 4*).

A descriminalização das drogas não é vista como uma panacéia, solução mágica capaz de resolver todos os problemas. Bem ao contrário, a descriminalização se insere no contexto mais amplo de uma política abrangente cujo objetivo é reduzir o dano que as drogas causam para as pessoas e as sociedades (*Texto 4*).

Há uma certa confusão no uso dos termos. Ninguém seriamente pode falar em liberar o uso das drogas. A sociedade requer regras, limitações. Outra coisa é legalizar, que é dar acesso legal. Já descriminalizar quer dizer que aquele que usa droga não vai pra cadeia, mas ele pode ser penalizado, nós vimos em Portugal. Há um certo tipo de penalização, mas não é crime, não vai pra cadeia, não passa pela justiça (*Vídeo 6*).

Descriminalização não é igual à legalização. É simplesmente não considerar [o consumo] como crime (*Vídeo 18*).

Não basta dizer: “vamos legalizar”. Não se trata disso. Vamos descriminalizar. Descriminalizar quer dizer não colocar na cadeia aquele que está viciado em droga ou aquele que eventualmente usa droga por uma razão até mesmo de distração. Significa também que é preciso regulamentar. Não se trata de passar de uma situação de repressão a uma de que “vale tudo” (*Vídeo 19*).

Com o surgimento da Comissão Global em 2010, e o lançamento do relatório em 2011, FHC passa a defender a descriminalização de todas as drogas e a regulação da maconha, recomendação que, no informe da CGPD, dá abertura também a outras “experiências de descriminalização e regulamentação legal”. FHC, particularmente, fala em regulação pela primeira vez em dezembro de 2010, em texto publicado em suas colunas d’O Globo e do Estadão, *O golaço carioca*, sobre a instalação das UPP’s no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, considerou o seguinte: “enquanto a sociedade glamourizar a droga e anuir com seu uso secreto indiscriminadamente, ao invés de *regulá-lo*, será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência” (CARDOSO, 2010, grifo nosso), expressando, portanto, ideia recorrente

de que a regulação pode ser um mecanismo de enfraquecimento do narcotráfico.

Fernando Henrique Cardoso volta a falar sobre regulação a propósito do lançamento do documentário, em entrevista na Globo News: “álcool é mais letal do que maconha, e não se diz isso, mas é. Pelo menos os dados mostram isso, então tem que discutir, e diferenciar, e regular o que pode e o que não pode” (*Vídeo 5*). A maconha está no centro da discussão, por ser a droga ilícita mais usada e, por isso, ser a que mais ganhos oferece ao narcotráfico e a que mais leva pessoas usuárias a entrar em contato com o mercado ilícito, e também por ter danos comparáveis ou até menores do que o tabaco e o álcool, que já são drogas reguladas.

A maior parte dos usuários de droga, hoje, usam maconha. Oitenta por cento. E se a maconha faz um dano equivalente ou, às vezes, menor do que o do álcool, evidentemente, é preciso dar um tratamento diferenciado à maconha. Uma regulação! Você tem que dizer até que ponto pode, em que momento se pode, até que idade [...]. Pra liberar a polícia, as forças repressivas, pra combater aquilo que é realmente um perigo, que é o crime organizado (*Vídeo 6*).

Algumas [drogas] são ilegais, outras não. Qual é o limite disso? Dá pra discutir se a maconha pode ser regulamentada? Por quê? Pra evitar que o traficante seja aquele mesmo que passa, leva, induza o usuário de passar da maconha pra cocaína (*Vídeo 8*).

[Devemos] explorar modelos de regulamentação legal e social das drogas como a maconha, para reduzir o poder do crime organizado e salvaguardar a saúde da população e a segurança pública (*Vídeo 12*).

Então a descriminalização é uma proposta para aproximar dependentes de drogas dos serviços de saúde, enquanto a regulação seria uma atitude no sentido de desconectar quem usa droga do comércio ilícito e enfraquecer o crime organizado. As conclusões de FHC e das comissões, portanto, foram crescendo: da proposta de descriminalização apenas da maconha à recomendação de regulação desta droga e também de outras. Em diversas oportunidades, FHC fala sobre os passos a serem dados, reconhecendo, inclusive, a necessidade estratégica de começar com a descriminalização para, então, “criar efeitos em cadeia”, trabalhando experimentalmente.

FHC: Primeiro temos que descriminalizar o usuário. Mas mesmo na hora de diagnosticar o que é usuário e traficante é complicado. Porque todo usuário, uma hora ou outra, acaba sendo um pequeno traficante. Como o acesso à boca de fumo é ilegal,

alguém que se arrisca aproveita e também pega para os amigos. Então isso cria uma teia de ilegalidade que é melhor acabar. Pelo menos no caso da maconha. Minha opinião é a de que a maconha pode ser tratada de forma diferente. Isto é, regulada como é o álcool e o cigarro. *Bruno Torturra*: Isso vai bem além de descriminalizar o uso. Regular significa criar formas de produção e venda permitidas por lei, certo? *FHC*: Uma coisa leva a outra. A opinião pública não aceita as ideias de uma vez. A gente precisa criar efeitos em cadeia (*Vídeo 7*).

“Por que não diz legaliza?”, porque nós não sabemos o efeito. Pode ser muito devastador. Então você tem que ir pouco a pouco, experimentando e aí faz pesquisa e vê, mas a primeira questão é abrir o jogo (*Vídeo 9*).

Regular é criar as condições para que o Estado possa impor restrições e limites ao comércio e consumo do produto, sem colocá-lo na ilegalidade. O que estamos propondo é abrir um debate sobre modelos de regulação da maconha de maneira similar ao que já se faz com o tabaco e o álcool (*CARDOSO apud BENEVIDES, 2012, p.3*).

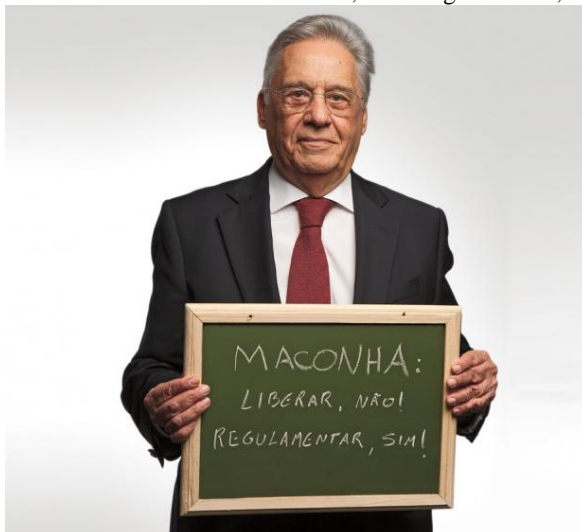
É melhor ter a regulação do que a proibição. Se você for consequente com a descriminalização, provavelmente vai ter que ter alguma forma legal de produzir (*Vídeo 20*).

Estamos propondo é que haja uma regulação e não fingir que é “ou proibição ou liberdade”. Não é bem assim. A chamada proibição não é posta em prática, porque as pessoas acham mecanismos de furar, então é melhor regular. E apertar, educar mais e regular mais (*Vídeo 20*).

Como é possível perceber, há uma grande confusão com os termos nas falas de FHC. Primeiro ele diz que está falando em despenalização, não em legalização. Depois diz que descriminalizar é deixar de encarcerar pessoas usuárias, o que na prática, no Brasil, não é o que acontece, pois teoricamente usuários não sofrem pena de prisão, embora o porte de drogas para consumo pessoal continue sendo crime. Já a despenalização seria um cenário no qual nenhum tipo de pena, criminal ou administrativa, por exemplo, seria aplicável a pessoas usuárias de drogas, diferente, portanto, da primeira interpretação de FHC sobre essa palavra. Com o tempo ele foi refinando sua interpretação sobre os termos, declarando que descriminalizar é simplesmente não considerar crime, cenário no qual automaticamente nenhum usuário seria preso. Mas isso não significa despenalizar, pois pode continuar havendo penalidades administrativas. A confusão permanece, entretanto, em relação às palavras “liberar”, “legalizar” e “regular”. FHC faz uma associação entre “liberação” e “legalização” e,

por isso, tenta desassociar legalização / liberação e regulação (Figura 15).

Figura 15: FHC e a maconha: “Liberar, não! Regular, sim!”.



Fonte: Luiz Maximiano (2011).

Inútil dizer que para haver regulação, há que haver a legalização, pois não se pode regular o que é ilícito. Em termos técnicos, o que FHC propõe é, de fato, a descriminalização, seguida de legalização e regulação.

O novo presidente da Colômbia, que se chama Santos [...me disse] o seguinte: “olha, eu vou propor na próxima reunião de cúpula dos presidentes do hemisfério a legalização da droga”. Bom. Nós nunca fomos tão longe, digo, a minha comissão, nós falamos em descriminalização. É o passo inicial (*Vídeo 16*).

Não é legalização. A legalização implica dizer: “olha, pode, você tem o direito e é bom”. Não. Não tem o direito, não é bom, é mau. Agora, não adianta proibir, você tem que regular e tem que educar (*Vídeo 21*).

Regulação não é sinônimo de liberalização ou de legalização. Regular quer dizer retirar as drogas das mãos do crime organizado e submetê-las ao controle do Estado. Diferentes drogas requerem tipos distintos de regulação. É a regulação que abre caminho para a imposição de limites e restrições ao uso das drogas de acordo com o dano que causam às pessoas e à sociedade. A regulação permite estabelecer idade mínima para

consumo, teor da substância ativa, locais permitidos e proibidos para uso e, acima de tudo, permite disseminar informações sobre os riscos e onde procurar ajuda nos casos de abuso e dependência (CARDOSO *apud* TINOCO, 2015, p.20).

Os documentos das comissões são mais precisos com os termos. No relatório de 2014, *Taking Control* (GLOBAL COMMISSION, 2014, p.43), a CGPD chega a fornecer um glossário:

Descriminalização: Mais comumente usada para descrever a remoção ou não aplicação das penas criminais para uso ou posse de pequenas quantidades de drogas ou parafernália para uso pessoal de drogas (algumas vezes usada também referindo-se a outras infrações menores de drogas). Embora não mais considerada crime, a posse permanece uma infração sujeita a sanções civis ou administrativas, tais como multas ou encaminhamentos para serviços de apoio.

Legalização: É o processo de acabar com as proibições à produção, distribuição e uso de drogas para fins não medicinais ou científicos. No contexto da política de drogas, “legalização” é geralmente usada para se referir à posição política que defende a “regulamentação legal” das drogas ou “mercados de drogas legalmente regulamentados” de drogas atualmente proibidas.

Regulação: Conjunto de regras legalmente aplicáveis que governam o mercado de uma droga, envolvendo a aplicação de diferentes mecanismos de controle dependendo dos riscos das drogas e das necessidades dos ambientes locais. Inclui a regulação da produção (produtores autorizados), dos produtos (preço, potência, embalagem), disponibilidade (fornecedores autorizados, localização dos pontos de venda, controle etário) e marketing (propaganda e branding).

Por último, é importante ressaltar que a proposta de regulação vem geralmente acompanhada da defesa de campanhas de educação e de prevenção ao uso.

Nós não estamos ainda, no Brasil, no ponto de dizer: “olha, pode já legalizar”, porque não tem educação, porque não tem assistência médica, por que não tem informação (*Vídeo 9*).

[Devemos] investir em informação e em prevenção para desmistificar, para desglamorizar o uso de drogas e pra reduzir o consumo. As campanhas antifumo provaram que valores culturais e padrões de comportamento podem mudar se a verdade for dita às pessoas e se elas forem encorajadas a agir responsabilmente (*Vídeo 12*).

[O acesso a drogas] tem que ser regulado! E muito regulado, e com campanhas sistemáticas, educativas, pra mostrar o mal que faz (*Vídeo 13*).

Temos que dizer que não adianta reprimir, porque não é por aí, você tem que tentar educar (*Vídeo 16*).

6.2 REDE DE ARTICULAÇÕES DA COMISSÃO GLOBAL

A partir daqui, vamos descrever as organizações ligadas a FHC e à CGPD, com o intuito de, no final desta seção, apresentar um gráfico ilustrativo (Figura 16, p.183) da rede de articulações entre esses agentes.

Começando com a rede de *think tanks* em torno da Comissão Global, temos o *Instituto Igarapé* (s.d.), fundado e dirigido por Ilona Szabó de Carvalho. Segundo informações do site do Instituto, sua missão é “servir como um canal que facilite a integração das agendas de Segurança e Desenvolvimento e, ao mesmo tempo, atuar como uma ponte de diálogo entre os tomadores de decisão e os movimentos sociais, e entre as esferas global e local”. O Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, mas possui representantes em Bogotá e na Cidade do México e diz ter parcerias em mais de 20 países, incluindo Argentina, Bolívia, Canadá, Egito, El Salvador, Guatemala, Haiti, Índia, Quênia, Noruega, África do Sul, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Venezuela, entre outros. Possui apoio de mais de 50 instituições de vários lugares do mundo, entre elas a Fundação Open Society, Nações Unidas, IFHC, Google, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Virgin Group, Drug Policy Alliance (DPA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Universidade de Brasília (UNB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), etc. O Igarapé se dedica à “integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento”, a partir de cinco temas: política sobre drogas nacional e global, segurança cidadã, construção da paz, desenvolvimento sustentável e segurança cibernética. Tem sido um dos principais parceiros da CGPD, cuja articulação é feita por Ilona Szabó, membro do secretariado da Comissão. No campo das políticas sobre drogas, suas propostas estão bem alinhadas às da CGPD, trabalhando pelo fim da criminalização de pessoas usuárias e pela legalização e regulação das drogas como bases de medidas de saúde e segurança.

A *Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso* também é parceira da comissão. O IFHC (s.d. [c]) foi criado com o propósito de disponibilizar um acervo dos arquivos de Ruth Cardoso e de Fernando Henrique e também com o intuito de “promover o debate público, a produção e disseminação de conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, em sua relação com o mundo”. A sede do IFHC está localizada na cidade de São Paulo e

realiza diversas atividades, entre seminários sobre democracia e desenvolvimento, encontros de estudantes com o ex-presidente no programa pedagógico Diálogos com um Presidente, exposições, estudos e publicações. Vários debates já realizados pelo Instituto expressam uma preocupação com a segurança pública, perpassando o tema das drogas. Atualmente, o IFHC é dirigido pelo cientista político Sergio Fausto.

A *Fundação Open Society* (s.d.), segundo informações do site, foi fundada pelo investidor George Soros na década de 1980 com o intuito de ajudar na transição dos países ditos comunistas às “sociedades abertas”, capitalistas. Sua primeira sede foi a Hungria, onde Soros distribuía informações com a finalidade de “quebrar a censura da União Soviética”. Com a queda do muro de Berlim, Soros criou filiais em diversos países do leste europeu. A partir daí, a Open Society se transformou numa organização verdadeiramente internacional, financiando diversas outras instituições e trabalhando com o objetivo de “promover governos democráticos, respeito pelas leis, proteção de direitos de minorias e liberdades políticas e civis”. A fundação defende reformas nas políticas sobre drogas há mais de 20 anos, propondo o fim da “guerra às drogas” e apoiando uma mudança de abordagem que se baseie em direitos humanos e saúde pública. Nesse sentido, apoia organizações que defendam a descriminalização, e também trabalha por políticas de acesso regulado de drogas hoje ilícitas.

A *Drug Policy Alliance* (DPA) (s.d.), fundada por Ethan Nadelmann, é uma organização estadunidense de oposição à “guerra às drogas”. Sua intenção é “promover políticas sobre drogas que sejam baseadas em evidências científicas, compaixão, saúde e direitos humanos” e que sejam capazes de diminuir os danos causados tanto pelas drogas quanto pela proibição, propondo, entre outras coisas, o fim do encarceramento em massa de pessoas envolvidas com drogas ilícitas. O foco das ações da DPA está voltado às políticas sobre a maconha, para a qual a organização propõe que seus usos sociais e medicinais sejam regulados e sua posse descriminalizada.

O *Transnational Institute* (TNI) (s.d.), existente desde 1974, é uma organização internacional de pesquisa, com sede nos EUA, que diz defender a democracia, a justiça e a sustentabilidade, com o propósito de servir como uma articuladora entre movimentos sociais, pesquisadoras(es) e desenvolvedoras(es) de políticas públicas. Além de questões ambientais, econômicas e de inclusão social, por exemplo, o TNI também se interessa pelo tema das drogas, desenvolvendo e advogando abordagens alternativas baseadas nos princípios da redução de danos. O instituto tem um programa chamado “Drogas e

Democracia”, cujo coordenador é o cientista político Martin Jelsma, especializado em questões latino-americanas e políticas internacionais sobre drogas. O programa produz pesquisas sobre o tema, analisando as políticas de drogas e as tendências do mercado ilícito, além de examinar as repercussões das atuais políticas em relação a conflitos, desenvolvimento e democracia. Propõe o fim da “guerra às drogas” e que esta seja substituída por políticas baseadas em evidências, em princípios da redução de danos e de direitos humanos de pessoas usuárias e produtoras, e também em aspectos culturais dos usos.

Transform (s.d.), por sua vez, é uma organização britânica que defende o fim da “guerra às drogas” e a regulação das substâncias hoje ilícitas, partindo do pressuposto de que a proibição fracassou em seus objetivos e abriu o mercado para organizações criminosas. A instituição produz publicações de crítica à “guerra às drogas” e delinea possibilidades com o antiproibicionismo; trabalha com partidos políticos, ONGs, pesquisadoras(es) e jornalistas com o intuito de reformar a atual política; desenvolve campanhas e pesquisas de opinião; e tem atuação com foco no México e na América Latina. Transform conta com o apoio financeiro da Open Society, Esmée Fairbairn Foundation (UK) e mais 5 organizações.

A instituição *México Unido Contra la Delincuencia* (MUCD) (s.d.) existe desde 1997 com o objetivo de pensar medidas contra a insegurança naquele país. Pretende ser um link entre a sociedade civil e o governo a favor “da segurança, da legalidade e da justiça” nos marcos do Estado de Direito, reivindicando programas de segurança pública, prevenção de delitos, entre outros. Com a crescente violência gerada pela “guerra às drogas” no México a partir de meados da década de 2000, o MUCD passou a promover um debate público sobre as políticas de drogas, articulou-se com a organização Transform para tirar proveito de seu conhecimento técnico e, então, lançou um programa regional com o intuito de abrir um debate sobre a “necessidade de reformar a política de drogas a nível nacional, regional e internacional”, pensando alternativas de regulação e levando em consideração evidências científicas e as perspectivas dos direitos humanos, saúde pública e redução de danos.

A *Virgin Unite* (s.d.) é uma fundação britânica que tem como objetivo “unir pessoas e ideias empresariais para criar oportunidades de um mundo melhor”, atuando em temas diversos, incluindo preocupações ambientais e sobre drogas. A fundação faz parte do *Virgin Group* (s.d.), fundado pelo empresário Richard Branson, em 1970. Virgin é um grupo

de centenas de empresas de diversos setores, entre mídia e telecomunicações, viagens, serviços financeiros, música, saúde, comidas e bebidas, etc. que operam em dezenas de países. A principal característica de cada empresa ligada ao grupo é a utilização da marca Virgin. Richard Branson faz parte da Comissão Global e costuma publicar artigos no site do Virgin Group a respeito de sua atuação como defensor, a partir do fim da “guerra às drogas”, de uma reforma na política internacional, baseada na descriminalização de pessoas usuárias, regulação da maconha, e em abordagens de redução de danos e tratamentos de saúde. O filho de Richard Branson, Sam, foi quem produziu o filme *Breaking the Taboo* (2011), sobre o fracasso da “guerra às drogas”, versão internacional de *Quebrando o Tabu*.

A *Beckley Foundation* (s.d.), instituição britânica fundada por Amanda Fielding em 1998, realiza pesquisas científicas sobre a atuação de substâncias psicoativas no cérebro humano, com o propósito de aprofundar o conhecimento nessa área e explorar nossas possibilidades de tratamentos de doenças. A fundação defende uma reforma nas atuais “políticas de drogas fracassadas”, congregando “cientistas, políticos e especialistas para discutir temas tabus em torno desse assunto e explorar novos modelos regulatórios” de várias drogas, baseados em saúde pública, redução de danos, custo-benefício e direitos humanos. A Beckley Foundation conta com 16 instituições colaboradoras, entre universidades do Reino Unido (UK), dos EUA, e outros institutos de pesquisa. Em 2013, a fundação divulgou uma carta pública intitulada “A guerra global contra as drogas falhou. Chegou a hora de uma nova abordagem” (THE BECKLEY FOUNDATION, 2013), assinada por mais de 70 pessoas, entre as quais estão vários membros da CGPD.

O *International Drug Policy Consortium* (IDPC) (s.d.), também parceiro da Comissão Global, foi lançado pela Beckley Foundation em 2004 com o propósito de ser uma instituição com atuação internacional e que hoje articula outras 143 ONGs ao redor do mundo, as quais se focam em assuntos concernentes à produção, ao tráfico e ao uso de drogas. O IDPC apoia “políticas baseadas em evidências que sejam efetivas na redução dos danos relacionados às drogas”, difundindo artigos e informações sobre o tema e investindo em capacitação de parcerias para influenciar políticas públicas. A proposta da instituição é que “as políticas sobre drogas nacionais e internacionais sejam fundadas em princípios de direitos humanos, segurança, inclusão social, saúde pública, desenvolvimento e engajamento da sociedade civil”. O apoio financeiro do IDPC provém da Open Society, do UNODC, da Comissão Europeia, entre outros.

Release (s.d.), por sua vez, é uma organização britânica fundada em 1967, com o propósito de estabelecer-se como um centro especializado no tema das drogas e leis sobre drogas. A instituição promove campanhas e fornece informações jurídicas a profissionais e ao público em geral, a partir da visão de que as políticas de drogas devem se basear em princípios de saúde pública, direitos humanos, redução de danos, dignidade e igualdade e não numa abordagem criminal. Defende, assim, a descriminalização da posse de todas as drogas. A ONG tem Status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e faz parte do Comitê sobre Drogas Narcóticas de Viena. Tem como apoiadoras a Open Society, a Esmée Fairbairn Foundation (UK), e o Big Lottery Fund (UK).

Kofi Annan, membro da CGPD, foi secretário-geral da ONU por dez anos, a partir de 1997, e recebeu o Prêmio Nobel por sua atuação nas Nações Unidas. Criou a *Kofi Annan Foundation* (s.d.), que trabalha com iniciativas nas áreas de paz e segurança (resolução de conflitos), desenvolvimento sustentável, respeito às leis e direitos humanos, combate à fome e promoção da igualdade. Articula-se com outras organizações públicas ou privadas, num total de 25 parcerias, e é responsável também pela criação da *West Africa Commission on Drugs* (WACD) (s.d.), a partir da preocupação com o crescente tráfico e consumo de drogas naquela região, e o impacto disto na segurança, na governança e na saúde pública. A WACD recomenda a descriminalização das drogas para consumo pessoal, pois argumenta que a política de criminalização tem efeitos negativos na saúde pública, pressiona o sistema criminal e incentiva a corrupção. Por isso, diz a WACD, seria necessário haver um equilíbrio entre as ações de segurança, por um lado, focando-as em alvos de alto nível e evitando militarização, e, por outro, o investimento em serviços relacionados a tratamento para dependentes e redução de danos.

O *Centro Eldestein de Pesquisas Sociais* (CEPS) (s.d.) é uma instituição brasileira de pesquisa, cujo objetivo é contribuir com o “fortalecimento da democracia e a capacidade dos países da região [da América Latina] de participar ativamente na formulação das agendas da globalização”, promovendo cursos de formação, diálogo entre a sociedade e as instituições de pesquisa e a “disseminação da produção das ciências sociais no Brasil e na América Latina”, além de desenvolver “bibliotecas virtuais, bancos de dados e estudos que sistematizem o estado atual de temas de fronteira sobre as transformações das sociedades contemporâneas”. O CEPS teve participação na coordenação

da CGPD e da Comissão Latino-Americana. O sociólogo Bernardo Sorj é o atual diretor do centro.

A ONG *Viva Rio* (s.d.), fundada em 1993, nasceu por iniciativa de “representantes de vários setores da sociedade civil, como resposta à crescente violência que assolava o Rio de Janeiro” e caracteriza-se, atualmente, como uma instituição de pesquisa e “formulação de políticas públicas com o objetivo de promover a cultura de paz e a inclusão social”, trabalhando com a iniciativa pública e a privada. A Viva Rio atua em áreas relativas à educação, saúde, esportes, meio ambiente, drogas, etc. Em relação a este último tema, a ONG diz oferecer amparo técnico a “parlamentares que trabalham pela mudança da atual política de drogas”, ao mesmo tempo em que desenvolve “audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado, entrevistas coletivas, petições no portal e-democracia da Câmara”, etc. As pesquisas divulgadas pela Viva Rio seguem princípios da redução de danos, e a formação e a qualificação de profissionais da ONG também se pautam nessa abordagem, “tendo por premissa o acesso à saúde como direito fundamental do ser humano”. Em 2009, a instituição foi responsável pela reunião do pessoal que participou da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, cujo objetivo era “encontrar novos caminhos para uma política de drogas mais eficiente e justa”. O diretor-executivo e fundador da Viva Rio é o antropólogo Rubem César Fernandes, que trabalha ao lado de mais 25 pessoas, entre elas José Roberto Marinho, irmão de João Roberto Marinho, do Grupo Globo.

A *Rede Pense Livre* (s.d.), criada em 2012 especificamente para tratar sobre o tema das drogas e promover e influenciar o debate nessa área, aparece no site da CGPD como uma de suas “iniciativas”. Reúne mais de 80 pessoas entre empresárias, jornalistas, cientistas sociais, economistas, juristas, etc. Destacamos a participação do jornalista Denis Russo Bugierman, do cineasta Fernando Grostein Andrade, de Ilona Szabó de Carvalho, do cientista social Mauricio Fiore, do Ex-Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas Pedro Abramovay, e de Roberto Marinho Neto, filho de Roberto Irineu Marinho, este atual Presidente do Grupo Globo. A Rede “busca atuar na articulação política em defesa de visões mais humanas e eficientes sobre drogas”, partindo da premissa de que “a política sobre drogas é uma questão central para o desenvolvimento humano, social e econômico do Brasil”, a partir do que divulga artigos, pesquisas, eventos nacionais e internacionais e experiências de políticas alternativas em outros países. A Rede considera que a atual política dominante “causa mais danos aos indivíduos e à sociedade do que o próprio consumo de drogas” e defende práticas que

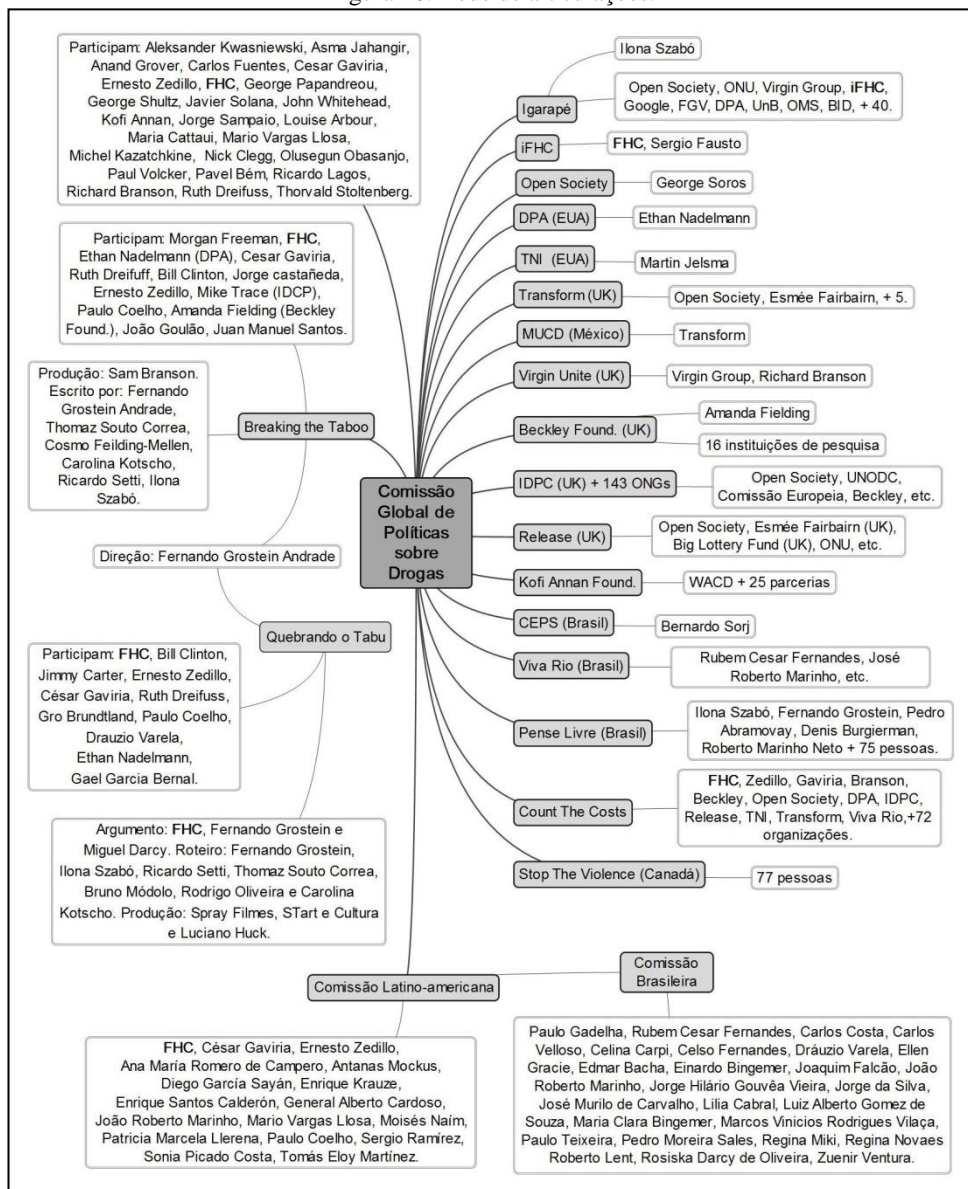
atuem com ênfase na “redução de danos individuais e coletivos”. Os objetivos da organização são a descriminalização de todas as drogas, com investimento em uma abordagem de saúde pública; a regulação do uso medicinal e do autocultivo de maconha para consumo pessoal; o investimento em programas para a juventude em risco e oferecimento de alternativas para réus primários não violentos; e visibilização de pesquisas médicas e científicas sobre as drogas ilegais.

Count the Costs (s.d.) é um projeto colaborativo entre 80 organizações, incluindo a Beckley Foundation, Open Society, DPA, IDPC, Release, TNI, Transform, Viva Rio, mais apoiadores individuais, como FHC, Zedillo, Gaviria, Richard Branson, entre outros. A iniciativa marcou o 50º aniversário da Convenção Única sobre Drogas de 1961, e considera que as políticas da Convenção, em torno da redução ou eliminação da produção e do uso de drogas, falharam e criaram diversas consequências negativas, como a criminalização de populações vulneráveis usuárias e produtoras de drogas, e o desvio de recursos da saúde pública, por exemplo. Apesar de considerar importante reconhecer os custos individuais do uso de drogas, o projeto se foca “nos custos criados ou exacerbados pelas leis de repressão às drogas – a assim chamada ‘guerra às drogas’”. O objetivo é destacar os impactos negativos dessa política em sete áreas: desenvolvimento e segurança; saúde pública; direitos humanos; estigma e discriminação; crime; meio ambiente; e economia. O reconhecimento e a compilação desses impactos tem a intenção de levar governos a considerar abordagens alternativas, embora o projeto *Count the Costs* em si não advogue nenhuma política em particular, e considere apenas que existe a necessidade de uma reforma se houver a intenção de diminuir aqueles impactos, cujo reconhecimento serve como pontapé de um debate sobre políticas futuras.

A *Stop the Violence BC* (s.d.) é uma coalizão de 77 pessoas acadêmicas, policiais e ex-policiais, profissionais de saúde, e outras preocupadas com a relação entre a proibição da maconha e o crescimento do crime organizado e da violência na Columbia Britânica, Canadá. Trata-se de uma campanha educacional em torno desse tema que, guiada por evidências científicas, reivindica a regulação da maconha com o propósito de diminuir o consumo e os lucros do crime organizado, ao mesmo tempo em que se espera que tal política tenha impacto positivo na diminuição da violência associada ao comércio ilegal. A defesa da regulação baseia-se no exemplo do tabaco, cujas políticas de restrição se provaram efetivas em reduzir seu consumo.

A seguir, apresentamos a rede de articulações da CGPD (Figura 16), com base nas informações anteriores. Os nomes de pessoas citados na ilustração são os que, a partir do nosso contato com os dados, apareceram ligados mais diretamente à Comissão Global ou a FHC, ou então que são nomes de destaque. A centralidade da CGDP na figura é apenas um recurso didático.

Figura 16: Rede de articulações.



Fonte: Elaboração própria

Quão diversa é essa rede que identificamos a partir da Comissão Global de Políticas sobre Drogas? São instituições novas e antigas, sendo que a grande maioria já existia antes da CGPD, organizações de ativismo e/ou de pesquisa atuantes em diversos países. A Rede Pense Livre, por exemplo, surgiu depois da CGPD, inclusive como um desdobramento desta, já que vários de seus participantes tiveram ou têm contato próximo com a Comissão ou com FHC. Interessante notar também que existem interconexões entre as organizações identificadas: a Open Society, por exemplo, é parceria financeira de várias delas.

Os elementos também têm certa diversidade em suas propostas, alguns atuando com foco na regulamentação da maconha, outros que vão mais longe e defendem a legalização de todas as drogas. Um eixo central de semelhança, por outro lado, é sua rejeição à chamada “guerra às drogas” – rejeição que se estabelece praticamente como um ponto nodal do discurso – e, a partir disso, a preocupação com a segurança e a saúde públicas, pensadas a partir do viés da redução de danos, tanto em termos de ação contra os danos causados pelas drogas aos indivíduos quanto por aqueles causados às sociedades pelas políticas de repressão.

Como é possível observar, FHC tem certa centralidade na rede, sendo que esta vai para além de seu campo de atuação, mas é também alimentada por uma variedade de elementos diretamente mobilizados por ele. Isso indica, além de centralidade, uma atuação de FHC em termos de circularidade na rede, de atuação enquanto articulador dos elementos.

6.3 O PONTO DE VISTA DA TEORIA DO DISCURSO

A partir da discussão promovida por Laclau e Mouffe, podemos pensar tanto o discurso da proibição e da criminalização quanto o da descriminalização como pontos nodais no campo da discursividade sobre a questão, considerando que diversos *elementos* (grupos sociais contra a descriminalização) passam a ser *momentos* de uma articulação discursiva que tem como corte antagônico os grupos antiproibicionistas ou aqueles que, prejudicados pela proibição, são alvo desta.

Podemos utilizar a noção de hegemonia, nesse contexto, “para descrever um determinado momento político hegemônico” (MENDONÇA, 2010, p.483):

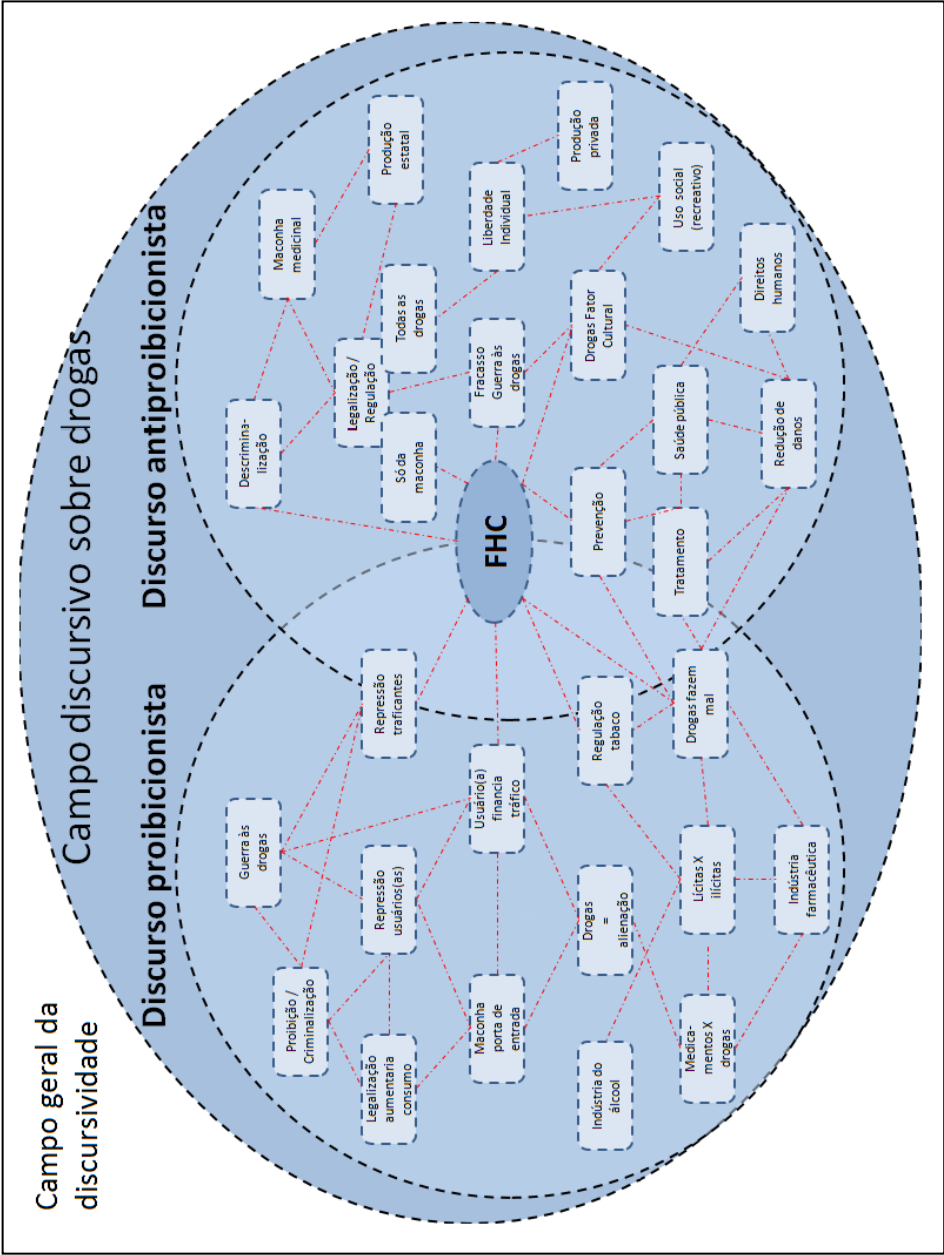
Uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue [...] representar discursos ou identidades até então dispersas. Esta organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar seu sentido

e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si (MENDONÇA, 2010, p.484).

A ordem hegemônica, aqui discutida, é a da proibição das drogas, institucionalizada em leis e em práticas policiais e judiciárias, por exemplo, constituindo-se como um discurso favorável à criminalização. Esse discurso pretende-se universalizante e desempenha uma importante função na continuidade do atual modelo ao representar e conjugar interesses diversos em torno dele. A proibição das drogas, nesse sentido, representa a concretização de uma hegemonia que atua como mecanismo ideológico de dominação, ideologia no sentido definido por Laclau (1990), não como “falsa consciência” ou como uma “superestrutura”, mas como uma tentativa de fechamento, de “sutura”, presente em formas discursivas que tentam instituir a sociedade com base nesse fechamento, uma fixação de sentido que não reconhece o jogo infinito das diferenças. O elemento ideológico, nesse sentido, é o desejo de “totalidade” de um discurso.

Com base no levantamento bibliográfico que fizemos e no material analisado, é possível pensar num esquema (Figura 17) do campo discursivo sobre drogas e apontar seus principais elementos/momentos. Dentro do campo das drogas estão os discursos proibicionista e antiproibicionista. FHC compartilha posições tanto com um discurso quanto com o outro, embora se localize no segundo. É possível exemplificar o discurso proibicionista com os seguintes momentos: proibição e criminalização; “guerra às drogas”; repressão a usuários(as) e traficantes; usuários(as) financiam o tráfico; drogas fazem mal; drogas *versus* medicamentos; indústria farmacêutica; drogas lícitas *versus* drogas ilícitas; indústria de bebidas alcoólicas; controle rígido do tabaco; drogas = alienação (discurso de grupos de esquerda não liberal); maconha como “porta de entrada” para outras drogas; descriminalização ou legalização implicaria aumento do consumo; entre outros. No discurso antiproibicionista, por sua vez, identificamos outros momentos: descriminalização de usuários(as); legalização/regulamentação da maconha; legalização de todas as drogas; produção privada; produção estatal; maconha medicinal; tratamento para dependentes; prevenção; redução de danos; saúde pública, direitos humanos, fracasso da guerra às drogas; uso de drogas como liberdade individual (discursos de esquerda e de direita liberais); uso social / recreativo, drogas como fator cultural; entre outros.

Figura 17: FHC e o campo discursivo sobre drogas.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 17 apresenta uma ilustração que tenta localizar FHC no campo discursivo sobre drogas. Nessa ilustração, os elementos/momentos (representados pelos retângulos tracejados) estão localizados dentro do discurso proibicionista ou antiproibicionista (representados pelos círculos tracejados), os quais, por sua vez, se encontram no campo discursivo sobre drogas e no campo geral da discursividade.

As linhas pontilhadas em vermelho representam articulações possíveis entre os momentos, baseadas no que discutimos até aqui, sendo que a localização dos momentos no gráfico não capta a fluidez de tais articulações, pois vários dos significantes são flutuantes, disputados pelas duas totalidades estruturadas que são os discursos identificados. Ainda assim, alguns desses significantes, na Figura 17, fazem intersecção com os dois discursos, representação que tem o intuito de demonstrar algo daquela fluidez.

Certamente, existem elementos do campo discursivo sobre drogas que não estão articulados a um discurso ou ao outro, mas aqui nos limitamos a representar apenas os momentos-elementos articulados, por isso todos os significantes se encontram dentro dos círculos dos discursos proibicionista e antiproibicionista e nenhum fora deles.

Esses momentos são apenas alguns exemplos e podem ser, em algumas situações, articulados pelo campo oposto. Vários deles são legítimos significantes flutuantes. A própria descriminalização é um significante flutuante, pois é reivindicada por partes do setor proibicionista que tentam ver a pessoa usuária como uma doente, alguém a ser tratada, não como uma criminosa. Do outro lado, a descriminalização é pressuposto da legalização e regulamentação, e quase sempre vem acompanhada da defesa de tratamento para dependentes e liberdade para quem é apenas usuária (portanto, é feita a distinção entre usuária e dependente). Então, de um lado temos a descriminalização apenas para fins de mais repressão ao tráfico, um discurso relativamente mais brando que o da “guerra às drogas”, e, do outro, a descriminalização aliada à legalização, daí que o elemento “distinção usuários(as)/traficantes” também é flutuante. Como vimos, é um dos fundamentos mesmo da posição de FHC. É interessante notar como alguns argumentos utilizados pelo ex-presidente são do discurso proibicionista, embora ele se encontre do outro lado do antagonismo. Posições tais como “todas as drogas fazem mal” ou a defesa da repressão sobre traficantes (em função da liberação de usuárias para tratamento) são muito utilizadas pelo proibicionismo. A maior parte dos

argumentos de FHC, entretanto, se encontra do lado antiproibicionista.

O próprio Fernando Henrique, na ordem hegemônica que identificamos, representa algo da instabilidade das fronteiras entre as forças antagonônicas – que pretendem manter ou mudar a legislação sobre drogas – porque apenas recentemente se inseriu nesse campo discursivo de maneira favorável à descriminalização, porque, inclusive, já esteve articulado de forma contrária a uma nova política sobre drogas, e porque age com cautela: “vamos debater”. Nesse sentido, FHC passou de *momento* no discurso proibicionista a *elemento*. Na cadeia de equivalências a favor da descriminalização, porém, a relação do ex-presidente é inversa, pois ele passou a ser um momento do discurso da descriminalização, influenciando aí alguma mudança.

Além disso, é interessante pensar nas *práticas articulatórias* entre discursos “contra-hegemônicos” (a favor da descriminalização ou legalização/regulação), tentando localizar nessas práticas o posicionamento de FHC, o qual se coloca como tentativa de constituição de um centro e de *construção de hegemonia*. Sua intervenção, de fato, tem bastante apelo, porque dá muita ênfase à defesa da saúde, o que lhe confere legitimidade, e porque é aberta e plural. Propõe que primeiro se descriminalize os(as) usuários(as) e que se regulamente apenas a maconha, como um experimento, baseado nos lugares que já possuem bons resultados, mas, ao mesmo tempo, nas peculiaridades de cada um dos países a ser implementado. A insistência de que devemos debater sobre o assunto tem muita proximidade com a ideia de que cada país deve decidir suas políticas baseando-se na sua própria realidade. Chamar as pessoas para o debate e propor-se aberto é, certamente, uma estratégia hegemônica. Sinal disso é que FHC passa mais tempo enfatizando a necessidade de debater o assunto do que propriamente explicando o que entende por descriminalização e regulação. A citação a seguir, de Ilona Szabó de Carvalho, do secretariado da Comissão Global e também fundadora e diretora-executiva do Instituto Igarapé, durante sua apresentação na Conferência Global TED (Tecnologia, Entretenimento, Design), em 2014, explica a estratégia da CGPD:

[...] Se há dez anos você perguntasse às pessoas se o fim da “guerra às drogas” era possível, a maioria teria achado graça. Afinal, há enormes prisões, e estabelecimentos militares, policiais e financeiros se beneficiando com essa guerra. Mas, hoje, o regime internacional de controle de drogas está começando a desabar. Governos e sociedades civis estão tentando novas abordagens. A Comissão Global de Políticas sobre Drogas conhecia bem seus oponentes e, em vez de lutar

contra eles, o presidente da Comissão e ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, dialogou com líderes de todo o espectro político, desde liberais até conservadores. Esse grupo de alto escalão concordou em discutir honestamente os méritos e falhas das políticas de drogas. Foi essa discussão fundamentada, informada e estratégica que revelou a triste realidade sobre a “guerra às drogas”. A “guerra às drogas” simplesmente falhou em todos os parâmetros. As drogas estão mais baratas e mais acessíveis do que nunca, e o consumo global aumentou. Mas, pior ainda, também gerou massivas e indesejadas consequências. É verdade que algumas pessoas já levantaram esses argumentos antes, mas nós fizemos a diferença ao antecipar os argumentos de nossos oponentes e ao potencializar as vozes poderosas que há alguns anos teriam resistido à mudança. [...] Para amenizar o medo e o preconceito em torno dessa questão, conseguimos coletar e apresentar dados que mostram que as políticas sobre drogas atuais causam muito mais dano do que o uso de drogas em si. E as pessoas estão começando a entender. Minha quarta lição é: não tenha medo de reunir pessoas diferentes [odd bed-fellows]. O que aprendemos no Brasil, e isso não se aplica apenas ao meu país, é a importância de reunir pessoas diversas e ecléticas. Se quiserem mudar o mundo, é de grande ajuda ter uma boa amostra da sociedade do seu lado. [...] Reunimos uma maravilhosa combinação de pessoas. Mobilizamos a elite e conseguimos um grande apoio da mídia. Juntamos vítimas, heróis dos direitos humanos e ícones culturais. Também reunimos classes profissionais: médicos, advogados, acadêmicos, etc. O que aprendi ao longo dos anos é que precisamos de apoio dos dispostos e dos relutantes para ter mudanças. No caso das drogas, nós precisávamos dos libertários, legalizadores, antiproibicionistas e políticos liberais. Eles podem não concordar em tudo. Na verdade, discordam em quase tudo. Mas a legitimidade de uma campanha se baseia nesses pontos de vista diversos (CARVALHO, 2014).

O que Ilona Szabó de Carvalho tenta fazer, com essas palavras, é resumir a intenção hegemônica de FHC e da Comissão, descrevendo sua estratégia de aproximação a diferentes grupos. Mas, novamente, nos perguntamos: quão diversa é essa rede de articulações? Pois, ao observarmos o conjunto de agentes mobilizados por FHC e pela CGPD, semelhanças, mais do que diferenças, são o que constatamos. Não encontramos, por exemplo, articulações com aqueles verdadeiros *odd bed-fellows*: evangélicos, católicos, o Partido dos Trabalhadores ou o governo brasileiro, as forças de segurança, etc., e nem mesmo

organizações como a Marcha da Maconha ou outros coletivos jovens antiproibicionistas do Brasil, ou as pastorais carcerárias, as famílias de presidiários(os); etc. Como a própria Ilona Szabó comenta, trata-se de um grupo de “alto escalão”, pessoas com visibilidade, especialistas, gente de proximidade com o poder, ex-presidentes, para as quais abraçar uma causa como essa é algo de baixíssimo risco. E assim tentam fazer frente à “guerra às drogas” e às suas práticas incrustadas na polícia, no judiciário, no legislativo, e no conservadorismo mais geral da sociedade. A pergunta é: sem articulação com o governo, com o congresso e com a sociedade, de que disputa hegemônica se trata?

Pensamos possível tratar a atuação de FHC em termos de uma *vocação hegemônica*, expressa, por exemplo, na sua mudança de posição ao longo do tempo, como já vimos. Uma mudança que se relaciona a uma estratégia política cautelosa. “A opinião pública não aceita as ideias de uma vez. A gente precisa criar efeitos em cadeia” (*Vídeo 7*), declarou à Revista Trip. Primeiro FHC defendia a descriminalização da maconha, depois diz ter percebido que descriminalizar apenas uma droga não resolveria o problema dos constrangimentos no acesso ao tratamento de pessoas dependentes. Por fim, começou a advogar que sejam feitos experimentos de regulação das drogas, começando com a maconha, mas não se restringindo a ela, entendendo a regulação como um mecanismo de enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado. Com essas mudanças, FHC foi se distanciando do discurso proibicionista, embora compartilhe com ele alguns elementos, e se aproximando cada vez mais do antiproibicionista. Tais mudanças devem-se às articulações estabelecidas no campo discursivo, articulações que constantemente modificam os elementos em relação uns com os outros.

Esses elementos chegam a participar de uma cadeia de equivalências articulando-se em torno de um ponto nodal, diante da negatividade de um exterior constitutivo que “ameaça” sua existência. Como vimos no segundo capítulo, é o corte antagônico, um “discurso inimigo”, que constitui a possibilidade da formação discursiva. No caso das articulações em torno de Fernando Henrique Cardoso, é possível identificar *dois* inimigos: o narcotráfico e a “guerra às drogas”. Toda a construção discursiva do antiproibicionismo de FHC reage contra esses dois elementos. São eles que ameaçam a existência da democracia, que corrompem as instituições públicas, que violam direitos humanos. Acontece que o narcotráfico não é um inimigo com uma atuação, com um discurso e articulações políticas e *públicas*. A “guerra às drogas”, sim. Esta nasce no seio do proibicionismo estadunidense e é, portanto,

um inimigo com um discurso político identificável e, muitas vezes, “personificado” pelos Estados Unidos, tanto fatural e historicamente quanto na construção discursiva antiproibicionista que imputa aos EUA a responsabilidade pelo proibicionismo e pela “guerra às drogas”. Aqui, como descreve a teoria do discurso, a relação antagonônica é mesmo de oposição e, ao mesmo tempo, de afirmação daquilo que nega, daí o mote de que “a guerra às drogas fracassou”.

Cabe dizer também que existem diversas tendências na cadeia de equivalências antiproibicionista e nenhuma delas está predeterminada a prevalecer. Existem tendências com posições muito mais radicais do que a de FHC, as quais defendem, por exemplo, a legalização de todas as drogas, não apenas a descriminalização ou regulação da maconha. Apesar disso, qualquer legalização pressupõe uma descriminalização e é nesse sentido que “descriminalização” pode ser um ponto nodal do discurso antiproibicionista. Essa discussão em torno do modelo a ser adotado também diz respeito ao tipo de produção e regulamentação que poderia ser implementado, se a produção da maconha, por exemplo, se restringiria ao modelo estatal ou não, se o cultivo caseiro seria permitido, ou se, no caso da comercialização privada, estaria liberada a publicidade, como no caso de bebidas alcoólicas. Todas essas alternativas estão em disputa no campo de discursividade sobre as drogas.

Dado o passado privatizante da política econômica de FHC no governo federal, poderíamos especular que o modelo defendido seria o da produção de maconha por empresas privadas. Não à toa, Fernando Henrique costuma chamar a medida uruguaia de “estatização da maconha”, sempre em tom jocoso, embora sua própria proposta e a da Comissão Global tenham a tendência de uma forte regulamentação por parte do Estado, como ocorre no caso do tabaco. Por mais que seu posicionamento se fundamente na defesa da redução do consumo, a produção e a comercialização privadas trabalhariam com o intuito inverso, do lucro, uma atuação absolutamente normal nessas condições. Tal modelo, sim, poderia gerar uma massificação do consumo de drogas, segundo interpretação de Ferreira Neto (2012), caso não seja fortemente regulado, inclusive com proibição da publicidade. Esse ponto nunca é mencionado por FHC, mas a Comissão Global se posiciona contra a publicidade, embora fale sobre essa questão apenas no relatório de 2014 (GLOBAL COMMISSION, 2014, p.29-30). Interessante notar que, algumas vezes, FHC chega a dizer que a maconha poderia ser regulada como o tabaco e o álcool. Mas as regulações para cigarros e bebidas

alcoólicas são muitos diferentes no Brasil, por exemplo, inclusive por serem drogas distintas. No primeiro caso, existem fortes restrições à publicidade, no segundo, não. A propaganda de bebidas é, certamente, um dos fatores que contribuem para a “glamourização” e o alto consumo do álcool, elemento frequente nas críticas de FHC, e por isso seria mais sensato e coerente, considerando todo o viés da argumentação do ex-presidente, que ele se posicionasse contra a publicidade de qualquer droga, e não advogasse uma regulação da maconha como hoje é feito com o álcool.

Aí podemos perceber a importância da inserção de Fernando Henrique nesse campo de discursividade, como um momento do discurso da descriminalização tentando constituir-se como um ponto nodal, que congregue em torno de si os diversos momentos da cadeia, representando-os e moldando-os. A demanda de FHC, como uma força social particular, tenta assumir a representação da totalidade do discurso antiproibicionista. Como dito anteriormente, nada há que predetermine qual particularidade, numa cadeia de equivalências, irá assumir esse papel de representação hegemônica. Todas as personalidades, entre ex-presidentes, secretários de Estado, intelectuais, empresários, organizações diversas, etc., e todas as ONGs descritas anteriormente ligadas a FHC ou às Comissões, nos fornecem algo da dimensão dessa enorme rede discursiva onde se encontra o ex-presidente e seu importante papel como articulador, como um legítimo intelectual orgânico (GRAMSCI, 2001a). Fernando Henrique, como presidente da Comissão Latino-americana e da Comissão Global, estabelece uma rede de articulações, uma cadeia de equivalências, entre diversas personalidades e instituições de muita importância em relação à influência que podem exercer para que mais demandas se articulem a essa cadeia. E tenta, dessa forma, apresentar-se como uma alternativa viável contra a proibição das drogas. Apresenta-se como uma identidade hegemônica, de congregação de diversas outras identidades do campo discursivo sobre as drogas.

Por enquanto, porém, os sentidos estão em disputa. A demanda do ex-presidente não é a única demanda do discurso antiproibicionista. E, por ter um histórico de articulações contrárias ao que hoje propõe, FHC aparece como um fator de instabilidade entre os polos do antagonismo. Por isso, embora seja adequado falarmos em hegemonia, não é possível falar ainda em termos de significante vazio, que demandaria fronteiras relativamente estáveis entre as forças antagônicas. Falamos aqui em ponto nodal, identificado pelo significante “descriminalização”, sobre o qual várias forças exercem pressão, inclusive o lado proibicionista.

FHC, por sua parte, tenta ele próprio encarnar tal significante, mas não é, pelo menos ainda, uma identidade de representação da cadeia equivalencial antiproibicionista, porque não é o elemento que retém o deslizamento dos significados da formação discursiva, embora trabalhe com uma forte vocação hegemônica, tentando estabelecer-se como um significante vazio, ponto de atração de identidades dispersas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, utilizamos o referencial da teoria pós-marxista do discurso (Capítulo 2) para analisar o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso no campo discursivo sobre drogas. Para contextualizar esse posicionamento, partimos do relato histórico sobre as drogas e sua importância em diversos eventos da história humana, até chegar ao século XX e ao processo que culminou na proibição de umas drogas e não outras (Capítulo 3). Comentamos sobre como essa proibição esteve ligada a interesses políticos e econômicos e também motivada por preconceitos racistas e xenofóbicos. A partir da década de 1970, tais interesses e preconceitos se exacerbaram com a posição de “guerra às drogas” exportada pelos Estados Unidos para o resto do mundo. O propagandeado “fracasso” dessa guerra se caracteriza apenas pela enorme dificuldade das forças repressivas em diminuir oferta e demanda, caso em que, além de considerar a alta criatividade, mobilidade e resistência do narcotráfico, teríamos também que pensar se o principal objetivo dessa guerra, travada contra populações específicas, algum dia realmente foi a redução do consumo e do comércio, ou então se tem outros interesses. “Um fracasso vitorioso”, como diz Rodrigues (2008, p.102), pois se os objetivos explícitos não são alcançados, a guerra pode constantemente renovar-se.

Entretanto, cada vez mais elementos vêm se articulando na construção de um discurso antagônico, batalhando pela hegemonia do controle das drogas. A partir dessa constatação, introduzimos o debate sobre descriminalização e legalização, não sem antes ter discutido um pouco da proibição no Brasil, cujo processo histórico e atual desenvolvimento seguem as tendências internacionais de criminalização de populações marginais. A diversidade de políticas alternativas e experiências em outros países nos serviram rapidamente como exemplos das controvérsias que surgem no campo discursivo do lado antiproibicionista, abrindo caminho para os capítulos 5 e 6.

Antes disso, porém, fizemos uma discussão metodológica sobre a TD no Capítulo 4, descrevendo a perspectiva da prática articulatória e sua relação com os métodos. Uma intenção que percorreu a escrita de toda a dissertação, como adiantamos na introdução, foi a de contribuir metodologicamente para a operacionalização da teoria do discurso, por entendermos que essa pode ser uma dificuldade a ser enfrentada por análises que a tenham como referencial. Tal dificuldade relaciona-se primordialmente ao conceito de discurso desenvolvido por essa linha de

pensamento. Discurso não é só o que falamos ou escrevemos, é prática, é tudo aquilo que tem significado, que se insere numa teia de relações. Por isso, mais do que descrever os argumentos de Fernando Henrique Cardoso sobre o tema das drogas a partir de elementos linguísticos, buscamos entender de que forma ele se inseriu nessa teia de relações (Capítulo 5) e com que elementos estabelece semelhanças ou diferenças (Capítulo 6). Trabalhamos com uma abordagem “quali-quantitativa” na análise dos vídeos e textos, agrupando as falas de FHC em tópicos, segundo as ideias mais frequentes e, posteriormente, organizando-as numa descrição do seu argumento geral. Depois disso, pesquisamos as articulações de FHC a partir da CGPD com o intuito de apresentar graficamente uma rede articulatória localizando-o no campo discursivo, estratégia cuja intenção era considerar aspectos extralinguísticos, ponderando a análise de discurso também como uma análise das articulações políticas.

Pensamos em aliar a análise “quali-quant” do argumento geral a uma análise de estatística textual, com a criação de redes semânticas a partir do software *Gephi*. Problemas de ordens técnica e temporal, infelizmente, inviabilizaram esse trabalho que, certamente, poderá ser realizado em outra oportunidade, ainda em aliança com a teoria do discurso. A partir da construção de uma rede semântica é possível visualizar um conjunto de elementos interconectados, tais como palavras, conceitos, frases ou entidades. Um bom exemplo da utilização desse instrumento é o artigo de Santos Jr. *et al* (2014), para o qual “observar um conceito através de uma rede semântica é identificar [...] a posição, a importância e os significados de uma palavra dentro de um texto, tendo em vista ser possível visualizar os contextos nos quais a palavra associada ao conceito observado se insere”. A ideia é a de que as palavras, por exemplo, podem apresentar diferentes significados dependendo de sua relação com outros significantes e, a partir da visualização e da interpretação de uma rede semântica, “é possível descrever e evidenciar como uma rede de conceitos se comporta, relaciona-se, evolui e quais as associações que são estabelecidas entre as palavras nos discursos”.

Esse, sem dúvida, é um instrumento muito pertinente para a análise de discurso em termos linguísticos e também extralinguísticos, visto que redes sociais das mais diversas (virtuais ou não) também podem ser analisadas por esse método. O software *Gephi* tem sido utilizado para a construção e a visualização de redes no *Facebook* e no *Twitter*, por exemplo. Trabalhos que utilizem estes espaços como campos de pesquisa em torno de temas políticos podem beneficiar-se

muito das redes criadas pelo *Gephi*, as quais revelam padrões de interação entre os elementos e, assim, indicam articulações políticas entre agentes. O importante, no nosso entendimento, é retermos que análises de discurso que tenham a TD como referencial tornam-se muito mais ricas se levarem em consideração todos os elementos extralinguísticos possíveis em relação ao seu objeto de estudo.

Foi assim que construímos os capítulos 5 e 6, tentando responder aos questionamentos sobre a mudança de posição de FHC e sua inserção no campo discursivo sobre drogas, identificando os elementos desse campo a que ele se articula. A partir disso, indicamos que tal mudança de posição relaciona-se ao que podemos chamar de “preocupação republicana e democrática”, a qual identifica o narcotráfico e a “guerra às drogas” como os “inimigos” que “ameaçam a democracia”. Foi também possível observar que sua inserção e localização no campo compartilham posições tanto com o discurso proibicionista quanto com o antiproibicionista, embora FHC esteja bem localizado no segundo. Os efeitos de fronteira, de instabilidade entre os discursos antagônicos, oferecem a possibilidade de falarmos em uma disputa hegemônica discursivamente construída pelas lógicas da diferença e da equivalência. Isso foi o que tentamos demonstrar visualmente com as figuras 16 e 17, por meio das articulações e do antagonismo identificados no material analisado.

A escolha do ex-presidente para esta pesquisa deveu-se à repercussão de seu posicionamento a partir do documentário *Quebrando o Tabu*, importância que inferimos no contato com os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O estudo nestes três veículos nos proporcionou constatar uma espécie de blindagem simbólica em torno de FHC, pois é como se o seu capital simbólico – o prestígio derivado do conhecimento acadêmico e de mundo que possui e das redes de relações sociais com as quais tem contato e se articula – contribuísse para que ele não seja atacado por quase ninguém, pois mesmo as críticas negativas são, em sua maioria, muito respeitadas. O argumento de FHC encontra resistências menores porque vem de um sujeito que combina uma postura intelectual ao fato de participar de espaços de poder, partilhar códigos que outros sujeitos não partilham. Ele é um estabelecido e o fato de ser estabelecido, além de intelectual, é um vetor chave para o modo como seu posicionamento é recebido.

O historiador Jean Marcel Carvalho França, em seu *História da Maconha no Brasil* (2015), comenta as mudanças recentes nas representações sobre o que chama de “canabismo”, escrevendo a

respeito do documentário em suas páginas finais:

O filme *Quebrando o Tabu* não é, bem entendido, uma peça discursiva excêntrica e singular que, súbita e deslocadamente, começou a circular no país graças a um antigo presidente liberal, simpático ao canabismo e bem relacionado. É, sim, uma excelente síntese da nova imagem social que se está construindo para a *Cannabis*, o canabismo e o canabista no Brasil e no mundo, imagem que está em via de se tornar hegemônica no senso comum do brasileiro e de se impor como norteadora das políticas públicas relativas à maconha no país (FRANÇA, 2015, p.118).

Discordando parcialmente de França, consideramos que *Quebrando o Tabu* trata-se tanto de um filme que começou a circular graças a um ex-presidente “bem relacionado” quanto de uma expressão “da nova imagem social” que está sendo construída sobre a maconha. Pois outros documentários brasileiros sobre o mesmo tema – como *Cortina de Fumaça* (2010), o qual apresenta depoimentos de algumas pessoas que também participaram de *Quebrando o Tabu* – não tiveram a oportunidade de serem divulgados pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, por exemplo, ou tiveram a parceria de integrantes desta emissora como Luciano Huck, nem estiveram ligados a iniciativas das quais participa João Roberto Marinho, e muito menos receberam avaliações positivas em jornais. Então a participação de FHC e sua rede de relações são, sim, decisivas. Mas, concordando com França, tais movimentações realmente seriam impensáveis há poucos anos.

Quais são, todavia, as repercussões “práticas”, em termos de mudanças efetivas nas políticas sobre drogas geradas, ou possíveis de serem geradas, por tais movimentações?

A Comissão se insere num contexto em que não mais apenas ex-presidentes, mas presidentes em exercício, começam a falar abertamente sobre o tema, como é o caso de Juan Manuel Santos (Colômbia), de então presidentes como Otto Perez Molina (Guatemala) e Laura Chinchilla Miranda (Costa Rica), entre outros. Em 2012, durante a Cúpula das Américas, a reforma na política de drogas foi um importante tópico de debate, pela primeira vez na história do encontro. Em 2013, a Organização dos Estados Americanos produziu um relatório (OAS, 2013) que incluiu a legalização como uma alternativa possível. No mesmo ano, o Uruguai aprovou a legalização da produção e da venda da maconha. Nos EUA, cada vez mais estados estão implementando a regulamentação dessa droga para fins medicinais ou para uso social. Esses fatos instigam a reunião da ONU sobre drogas (UNGASS) de 2016, oportunidade na qual poderão ser apresentadas sugestões para um

novo regime internacional de controle de drogas. Em que medida essas mudanças foram influenciadas pelo próprio FHC ou pela CGPD são questões a serem respondidas, mas a Comissão espera que a UNGASS de 2016 considere suas recomendações e seja usada como um espaço para pensar novas políticas com foco nos direitos humanos, na saúde pública e em evidências científicas.

Respondendo à nossa hipótese inicial, concluímos que FHC e a CGPD se articulam a elementos do discurso antiproibicionista – e mesmo a alguns do proibicionista – como uma tentativa de constituição de um centro e de *construção de hegemonia*, pois sua intervenção, entre outros fatores, pretende-se aberta e plural. Mas é preferível falarmos em termos de uma *vocação hegemônica*, porque a demanda não é, embora pretenda ser, propriamente uma identidade hegemônica. Pois a questão é saber o que se pode vislumbrar em termos do alcance desse conjunto de ações. Qual o transbordamento possível do posicionamento de FHC e da CGPD para a sociedade? Pode se dizer que ele produz algum tipo de avanço para além de uma pluralização discursiva de certas drogas? Ou seja, a causa mobilizou mais sujeitos, engajou mais agentes? Se houve avanços, em que países, e em que medida esses avanços se devem aos enunciados propostos pela Comissão Global e por Fernando Henrique Cardoso? Como é possível que um posicionamento tão bem recebido pelos três maiores jornais e pela maior emissora de televisão do Brasil não tenha sido ainda discutido com profundidade pelo Congresso Nacional e nem mesmo pelos maiores partidos do país?

A Comissão Global trabalha com a ideia de que o narcotráfico (inserido no crime organizado), como o problema transnacional que é, demanda uma ação global que interfira em suas redes em vários níveis. Como esse discurso pode chegar a atingir governos altamente ligados ao crime organizado (NAÍM, 2011)? Por outro lado, que benefícios/malefícios podem surgir de uma eventual legalização das drogas a nível global e, mais especificamente, no Brasil? Que interesses políticos e econômicos podem estar envolvidos na defesa da legalização? Por exemplo, a abertura de um novo mercado pode interessar muito a empresários(as) ao redor do mundo, pensando em atividades que rendam lucro no tempo mais curto possível. Além disso, uma hipótese plausível é a aventada por Ferreira Neto (2014), de que os impostos arrecadados numa eventual regulamentação da maconha, por exemplo, poderiam servir para arrecadar fundos para o pagamento dos títulos da dívida pública, diante do crescente déficit fiscal.

Para finalizar, uma última inquietação. Um dos argumentos

fundamentais nesta dissertação é o de que, no fundo, a questão das drogas é um caminho para justificar uma estratégia de ações de corte biopolítico, contra grupos específicos, como detalhado no Capítulo 3. A ordem hegemônica da proibição das drogas se faz em termos de consenso e extrema coerção. Nenhuma hegemonia se estabelece apenas pelo consenso. As atuações de FHC e da CGPD, baseadas em políticas de conciliação, têm força para se contrapor à dinâmica dessa biopolítica? É aí que o conservadorismo religioso, o conservadorismo da sociedade em geral, as violentas políticas de Estado, etc., formam um bloco muito resistente. Pois se a “guerra às drogas” é, na verdade, uma guerra contra pessoas pobres e, em sua maioria, negras, seria suficiente que legalizássemos todas as drogas para que a perseguição a esses grupos parasse de ocorrer ou, então, entraríamos num período em que outros pretextos justificariam aquela perseguição, numa espécie de ciclo infernal? Pois FHC e parceiros da Comissão entendem essas questões e, inclusive, as abordam em sua argumentação. Mas, se não reconhecerem a biopolítica representada pelo pretexto da proibição das drogas e o fracasso vitorioso da guerra, a descriminalização e a regulação, para além de alguns resultados provavelmente muito positivos a curto e longo prazo, poderiam tornar-se um fim em si mesmo.

Qual é, então, a possibilidade de que significantes como o do “fim da guerra às drogas” ou da “regulamentação da maconha” se tornem forças hegemônicas? A que projeto de sociedade a demanda de legalização das drogas será articulada? Pois não basta que um projeto de mudança, como o de Fernando Henrique Cardoso e da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, converse com “líderes de todo o espectro político, desde liberais até conservadores”. É necessário que articule grupos sociais mais amplos e diversos, aqueles que vivem na pele e no dia a dia a perseguição que a guerra “às drogas” organiza. Esses grupos são representados, por exemplo, pelos movimentos negro, feminista, antimanicomial, organizações da juventude, associações comunitárias, agentes de saúde e de segurança e outros mais. A congregação desses interesses múltiplos é o que traria a diversidade própria a um verdadeiro projeto hegemônico, cujas dimensões não se limitariam a mudanças pontuais. Se a reforma na política sobre drogas pretender ter consequências para além da abertura de um novo mercado – extremamente lucrativo, por sinal – é necessário que esteja situada em um projeto político mais global, talvez até mesmo num novo projeto societário.

REFERÊNCIAS

ACERVO O GLOBO. *Pito do Pango” na década de 30, maconha era vendida em herbanários do Rio.* 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/pito-do-pango-na-decada-de-30-maconha-era-vendida-em-herbanarios-do-rio-13352181>>. Acesso: 28 maio. 2015.

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12406>>. Acesso: 15 jun. 2015.

AGÊNCIA ESTADO. *Promotores pedem que FHC vete lei sobre drogas.* São Paulo: Estadão, 2002. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,promotores-pedem-que-fhc-vete-lei-sobre-drogas,20020107p51758>>. Acesso: 30 maio. 2015.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje.* São Paulo: UNESP, 1999. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=If3i2EvnG2wC&printsec=frontcover&hl=pt-PT>>. Acesso: 10 jan. 2016.

ALTHUSSER, Louis. Contradição e Sobredeterminação. In: *Análise crítica da teoria marxista.* Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.* Lisboa: Presença, 1980.

AMORIM, Paula Kapp. *Neoliberalismo e criminalização da pobreza.* 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=89226>. Acesso: 2 jun. 2015.

ANJ (Associação Nacional de Jornais). *Maiores Jornais do Brasil.* (s.d.). Disponível em: <<http://anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso: 13 nov. 2014.

ANSLINGER, Harry Jacob. Marijuana, assassin of youth. *The American Magazine*, vol. 124, n.1. jul., 1937. Disponível em: <<http://www.redhousebooks.com/galleries/assassin.htm>>. Acesso: 26 mai. 2015.

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Portaria 344. 1998. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11464&rastr=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DRUGAS/Listas+de+drogas%2FAnvisa>. Acesso: 30 mai. 2015.

BBC BRASIL. *Uruguai aprova legalização do cultivo e venda da maconha*. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131210_uruguai_aprova_maconha_mm>. Acesso: 10 dez. 2014.

BENEVIDES, Carolina. “Só traficantes ganham com a proibição” [Entrevista com Fernando Henrique Cardoso]. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 dez. 2012, O País, p.3. Disponível em: <<http://www.psdbrj.org.br/site/midia/entrevistas/2364-so-trafficantes-ganham-com-a-proibicao-por-fernando-henrique-cardoso>>. Acesso: 1 jul. 2015.

BERGAMO, Mônica. Pega Leve [Entrevista com Fernando Henrique Cardoso]. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 2011, Ilustrada, p.E2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2905201108.htm>>. Acesso: 10 jan. 2016.

BIOGRAPHY Fernando Henrique Cardoso. Rodrigo Astiz. 2010. Brasil: Mixer. 46min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YENiwazWC68>>. Acesso: 29 jun. 2015.

BLOCH, Marc Léopold Benjamim. *Apologia da história*, ou o ofício de historiador. Trad. André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Disponível em: <http://gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/apologia_da_historia.pdf>. Acesso: 2 jun. 2015

BLUTEAU, Rafael; SILVA, António de Moraes. *Diccionario da Lingua*

Portuguesa. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/1/mode/1up>>. Acesso: 2 jun. 2015.

BOTELHO, Flávia Mestriner. *O sistema penitenciário brasileiro em 2012*. Apresentação online. 2014. Disponível em:
<http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/centraldevagas/LEVANTAMENTO_SISTEMA_PENITENCIARIO_2012.pdf>. Acesso: 23 mai. 2015.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.) *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood, 1986. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>>. Acesso: 16 abr. 2013.

_____. *O poder simbólico*. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Perguntas e respostas para entender a Lei 10.167*. (s.d.). Disponível em:
<http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=atento&link=faq_pl3156.htm>. Acesso: 22 abr. 2014.

BRAUDEL, Fernand. O supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas. In: *Civilização material, economia e capitalismo*, séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Vol. 1 – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível).

Breaking the Taboo. Cosmo Feilding Mellen, Fernando Grostein Andrade. 2011. Sam Branson. 58min. Disponível em:
<<https://vimeo.com/73878086>>. Acesso: 9 jan. 2016.

BURGIERMAN, Denis Russo. *O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas*. São Paulo: Leya, 2011.

_____; NUNES, Alceu. A verdade sobre a maconha. *Superinteressante*, São Paulo, ed. 179, ago 2002.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, 1997. Disponível em:

<bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>.

Acesso: 4 mai. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso na abertura do 1º Fórum Nacional Antidrogas*. Biblioteca da Presidência da República. 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/1998-2-semester/27-de-novembro-de-1998-discurso-na-abertura-do-i-forum-nacional-antidrogas/at_download/file>. Acesso: 10 jan. 2016.

_____. O golaço carioca. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 5 dez. 2010. Opinião. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-golaco-carioca-imp-,649655>>. Acesso: 10 jan. 2016.

_____. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Organização e prefácio de Miguel Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARNEIRO, Henrique Soares. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Rev Outubro*, v. 6, p. 115–28, 2002. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/06/out6_10.pdf> Acesso: 10 mai. 2015.

_____. *Bebidas alcoólicas e outras drogas da época moderna*. Economia e embriaguez do século XVI ao XVIII. Historiador Eletrônico, 2004. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/t_henrique_historia.pdf>. Acesso: 10 maio 2015.

_____. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

CARVALHO, Ilona Szabó de. *Quatro lições para mudar o mundo*.

2014. Disponível em: <<https://igarape.org.br/quatro-lico-es-para-mudar-o-mundo/>>. Acesso: 19 dez. 2015.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Defesa de legalização não é apologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 fev. 2010, Cotidiano, p. C4.

CENTRO ELDESTSTEIN DE PESQUISAS SOCIAIS. (s.d.). Disponível em: <<http://www.centroedelstein.org.br/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

CESAR, Marta Bernardo. Mais conteúdo, menos papel. (Especial Veículos Mais Admirados). *Meio & Mensagem*, São Paulo, 2014.

CIPRO NETO, Pasquale. (2009a). Descrimina[liza]r o usuário de drogas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 out. 2009, Cotidiano, p.C2.

_____. (2009b). A descrimina[liza]ção da maconha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 2009, Cotidiano, p. C2.

COMISSÃO BRASILEIRA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. Política de drogas: novas práticas pelo mundo. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2011. Disponível em: <<http://www.bancodeinjusticas.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Pol%C3%ADtica-de-drogas-novas-pr%C3%A1ticas-pelo-mundo.pdf>>. Acesso: 10 jan. 2016.

COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. *Drogas e democracia*: rumo a uma mudança de paradigma. 2009. Disponível em: <http://www.drogasedemocracia.org/Arquivos/livro_port_03.pdf>. Acesso: 10 dez. 2014.

Cortina de fumaça. Direção: Rodrigo Mac Niven. 2010. Brasil. Produção: J.R. Mac Niven Produções; TVa2 Produções. 1h34min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8auXBla9Hk>>. Acesso: 2 jun. 2015.

COSTA, Milton Corrêa da. Prevenir é melhor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2011, Matutina, Opinião, p. 6.

COUNT THE COSTS. (s.d.). Disponível em: <<http://www.countthecosts.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

CRUZ, Fernanda. *Consumo de cigarros cai 20% no Brasil em seis anos, mas cresce entre os mais ricos, diz pesquisa*. UOL, 2013. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/noticias/fumantes-cai-Brasil-mostra-estudo_0_1045695442.html>. Acesso: 10 dez. 2014.

DAFTARY, Farhad. *Assassin*. The Institute of Ismaili Studies, 2011. Disponível em: <http://www.iis.ac.uk/view_article.asp?ContentID=106822>. Acesso: 26 mai. 2015.

D'AGOSTINO, R. *Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país*. São Paulo, Globo, G1, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html>>. Acesso: 22 set. 2015.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DI FRANCO, Carlos Alberto. Herói do combate às drogas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jun. 2011, Matutina, Opinião, p. 7.

DÓRIA, Palmério. *O príncipe da privatária: a história secreta de como o Brasil perdeu seu patrimônio e Fernando Henrique Cardoso ganhou sua reeleição*. São Paulo: geração Editorial, 2013.

DRUG POLICY ALLIANCE. (s.d.). Disponível em: <<http://www.drugpolicy.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

ESCOHOTADO, A. *Historia general de las drogas*. 7 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

_____. *A brief history of drugs: from the stone age to the stoned age*. Vermont: Park Street Press, 1999.

FELIPE I. *Ordenações Filipinas*. Portugal, 1595-1603. Disponível em:

<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15p1240.htm>>. Acesso: 30 mai. 2015.

FERNANDES, Pedro. O drama das famílias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 2015, Matutina, Opinião, p. 12.

FERREIRA NETO, N. J. *Estado, narcotráfico e sistema financeiro: algumas aproximações*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96163/310570.pdf?sequence=1>>. Acesso: 2 jun. 2015.

_____. Estado, narcotráfico e sistema financeiro: algumas aproximações. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 27, p. 189–219, Mai./Ago 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p189/27805>>. Acesso: 2 jun. 2015.

FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, vol.14, n.30, Porto Alegre, Mai/Ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n30/07.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Legalizar as drogas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jun. 2011. Primeiro Caderno, Opinião, p.A2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1906201101.htm>>. Acesso: 10 jan. 2016.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *História da maconha no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. *Manual para o uso não sexista da*

linguagem. UNIFEM. (s.d.). Disponível em:

<<http://www.contee.org.br/blogosfemea/docs/manualusonaosexistalinguagempt1.pdf>>. Acesso: 2 jun. 2015.

GABEIRA, Fernando. Bola dividida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2009, Opinião, p. A2.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. *Psicologia & Sociedade*, 20 (2): 257-266, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a14v20n2.pdf>>. Acesso: 1 jul. 2015.

GLYNOS Jason; HOWARTH David; NORVAL Aletta; SPEED, Ewen. *Discourse analysis: varieties and methods*. National Centre for Research Methods, 2009. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/796/1/discourse_analysis_NCRM_014.pdf>. Acesso: 15 jun. 2015.

GLOBAL COMMISSION ON DRUGS POLICY. ~~War~~ *on drugs*. 2011. Disponível em: <http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_English.pdf>. Acesso: 23 mai. 2015.

_____. *The war on drugs and HIV/AIDS: how the criminalization of drug use fuels the global pandemic*. 2012. Disponível em: <http://globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/GCDP_HIV-AIDS_2012_REFERENCE.pdf>. Acesso: 3 dez. 2015.

_____. *The negative impact of the war on drugs on public health: the hidden hepatitis C epidemic*. 2013. Disponível em: <http://www.globalcommissionondrugs.org/hepatitis/gcdp_hepatitis_english.pdf>. Acesso: 3 dez. 2015.

_____. *Taking control: pathways to drug policies that work*. 2014. Disponível em: <http://static1.squarespace.com/static/53ecb452e4b02047c0779e59/t/540da6ebe4b068678cd46df9/1410180843424/global_commission_EN.pdf>. Acesso: 3 dez. 2015.

_____. *The negative impact of drug control on public health: the global*

crisis of avoidable pain. 2015. Disponível em:
<http://issuu.com/igarape/docs/gcodp_report_drugcontrol_total_onli/3?e=11406483/30791669>. Acesso: 3 dez. 2015.

_____. *The Global Commission on Drug Policy*. (s.d. [a]). Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/about/>>. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. *Commissioners*. (s.d. [b]). Disponível em: <<http://www.globalcommissionondrugs.org/bios/>>. Acesso: 10 dez. 2015.

GLOBO, G1. *Começa consumo recreativo de maconha em dois estados dos EUA*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/comeca-consumo-recreativo-de-maconha-em-dois-estados-dos-eua.html>>. Acesso: 10 dez. 2014.

_____. *Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio*. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-prende-jovens-de-classe-media-com-300-kg-de-maconha-no-rio.html>>. Acesso: 27 mai. 2015.

_____. *Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza*. Ceará, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/03/policia-prende-trafficante-com-10-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html>>. Acesso: 27 mai. 2015.

_____. *Polícia prende traficante com 15 quilos de maconha em Fortaleza*. Ceará, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/policia-prende-trafficante-com-15-quilos-de-maconha-em-fortaleza.html>>. Acesso: 27 mai. 2015.

GLOBO NEWS. *Entrevista com FHC e reportagem sobre “Quebrando o Tabu”*, 21:25. (1 jun. 2011). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-nWAAUuLWoA>>. Acesso: 27 jun. 2015.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934). In: *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Caderno 12 (1932). In: *Cadernos do cárcere*. Vol.1. 2.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do Cárcere*. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. (Vol. 4).

GREENWALD, Glen. *Drug decriminalization in Portugal: lessons for creating fair and successful drug policies*. USA, 2009. Disponível em: <http://object.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/greenwald_whitepaper.pdf>. Acesso: 2 jun. 2015.

Helicoca - o helicóptero de 50 milhões de reais. Alice Riff. 2014. Diário Centro do Mundo. 25m35s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i_hJDNvaeKM>. Acesso: 27 mai. 2015.

Hemp for victory. Direção: Raymond Evans. 1942. EUA. Produção: U.S. Department of Agriculture. 13m42s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a1oFcgLfgV0>>. Acesso: 17 mai. 2015.

HERB MUSEUM. (s.d.). *Bayer Heroin Bottle*. Disponível em: <<http://www.herbmuseum.ca/content/bayer-heroin-bottle>>. Acesso: 12 maio 2015.

HOWARTH, David. Aplicando la teoría del discurso: el método de la articulación. *Studia Politicae*, Córdoba, n.05, otoño 2005. Disponível em: <<http://bibdigital.uccor.edu.ar/ojs/index.php/Prueba2/article/view/585/659>>. Acesso: 15 jun. 2015.

_____; STAVRAKAKIS, Yannis. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (orgs.) *Discourse theory and political analysis: identities, hegemony and social changes*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

ICPS (International Center for Prison Studies). (s.d.). *Highest to Lowest - Prison Population Total*. Disponível em:

<<http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total>>. Acesso: 23 mai. 2015.

IFHC (Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso). FHC – Vida e obra. (s.d. [a]). Disponível em: <<http://www.IFHC.org.br/galeria-fotos/1001/>>. Acesso: 1 jul. 2015.

_____. Currículo completo. (s.d. [b]). Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CV_extenso_PORTUGUES_2013.pdf>. Acesso: 1 jul. 2015.

_____. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. (s.d. [c]). Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

IMESC (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo). *Convenções Internacionais*. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/convenc.htm>>. Acesso: 18 maio 2015.

INSTITUTO IGARAPÉ. (s.d.). Disponível em: <<http://www.igarape.org.br/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

INTERNATIONAL DRUG POLICY CONSORTIUM. (s.d.). Disponível em: <<http://www.idpc.net/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

IVERSEN, Leslie. *Drogas*. Trad. Flávia Souto Maior. Porto Alegre: L&PM, 2012.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff; DAMES, Cecília. Religião e controle social no mundo romano: a proibição das Bacanais em 186 a.C. *História*. São Paulo, v. 29, n. 2, p. 341–356, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a19.pdf>>. Acesso: 16 mai. 2015.

JUVENTUDE MARXISTA. *Somos contra as drogas! Mas também somos pelo fim do aparato policial militar capitalista!* Blog da Esquerda Marxista, 2011. Disponível em: <<http://blogesquerdamarxista.blogspot.com.br/2011/11/somos-contras-drogas-mas-tambem-somos.html>>. Acesso: 1 jun. 2015.

KACHANI, Morris. Revoga, Joaquim. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2013, Primeiro Caderno, p.A2.

KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, B. C. *et al.* (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=1091>. Acesso: 2 jun. 2015.

KOFI ANNAN FOUNDATION. (s.d.). Disponível em: <<http://kofiannanfoundation.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

LACLAU, Ernesto. *New reflections on the revolution of our time*. London, New York: Verso, 1990.

_____. Foreword. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (orgs.) *Discourse theory and political analysis: identities, hegemony and social changes*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

_____. Democracy and the question of power. *Constellations*, Blackwell Publishers, Oxford, Malden, vol. 8, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.unc.edu/courses/2005fall/geog/160/001/GEC%2705/laclau.pdf>>. Acesso: 2 jun. 2015.

_____. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR., Aécio; BURITY, Joanildo Albuquerque. (orgs.). *Inclusão social identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Articulação e os limites da metáfora. Trad. Teresa Dias Carneiro. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011a.

_____. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. Trad. Joanildo A. Burity. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

_____. Por que os significantes vazios são importantes para a política? Trad. Maria de Lourdes Tura. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011c.

_____. O tempo está deslocado. Trad. Daniel de Mendonça. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011d.

_____. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____; MOUFFE, C. Post-Marxism without apologies. In: LACLAU, E. *New reflections on the revolution of our time*. London, New York: Verso, 1990.

_____. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2ed. New York/London: Verso, 2001.

LARANJEIRA, Ronaldo. O direito de não usar drogas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 set. 2009, Espaço Aberto, p.A2.

LATUFF, Carlos. “Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil. Quero ver quebrar sigilo bancário!”. 2010a. In: PORTAL FÓRUM. *Latuff e a operação militar no Rio*. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2010/11/27/latuff-e-a-operacao-militar-no-rio/>>. Acesso: 25 mai. 2015.

_____. “O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV NÃO mostra”. 2010b. In: PORTAL FÓRUM. *Latuff e a operação militar no Rio*. 2010b. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2010/11/27/latuff-e-a-operacao-militar-no-rio/>>. Acesso: 25 mai. 2015.

LEITÃO, Miriam. Playboy entrevista Fernando Henrique. *Playboy*, São Paulo, p. 29-30; 32-34; 47; 117-118, out. 1984. Disponível em: Acervo iFHC.<<http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/pesquisa/palavraChave.do?init=true#TR16847>>. Acesso: 1 jul. 2015.

LÍVIO, Tito. Tito Lívio e as Bacanais. *Folha de São Paulo*. Banco de Dados Folha - Acervo de Jornais, 4 fev. 1978. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_04fev1978.htm>. Acesso: 16 mai. 2015.

MACEDO, Ana Paula. Um combate sem trégua às drogas. *O Globo*, São

Paulo, 9 jun. 1998, Matutina, O País, p.3.

MACRAE, Edward. O Controle social do uso de substâncias psicoativas. In: PASSETI, E. & SILVA, R. (Orgs.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim/PEPG-PUC, 1997. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/!!!temp_09_07/14.PDF>. Acesso: 27 mai. 2011.

_____. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. & TOSCANO, A. Jr. *Dependência de drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001. Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf>. Acesso: 27 mai. 2011.

_____. *A subcultura da droga e prevenção*. Texto Apresentado ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003. Disponível em: <www.siteantigo.neip.info/downloads/t_edw5.pdf>. Acesso: 27 mai. 2011.

MAEIROVITCH, Wálter Fanganiello. In: LUIS NASSIF ONLINE. FHC e as drogas. 2009a. Disponível em: <<http://jornalgnn.com.br/blog/luisnassif/fhc-e-as-drogas>>. Acesso: 9 jan. 2016.

_____. *Drogas: descriminalizar uso de cocaína e maconha, propõe o ex-presidente FHC*. IBGF, 2009b. Disponível em: <[http://www.ibgf.org.br/index.php?data\[id_secao\]=2&data\[id_materia\]=2016](http://www.ibgf.org.br/index.php?data[id_secao]=2&data[id_materia]=2016)>. Acesso: 9 jan. 2016.

_____. FHC ensina, de Genebra, como Dilma deve proceder com a questão das drogas ilícitas. *Carta Capital*, 2011a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/colunistas/internacional/fhc-ensina-de-genebra-como-dilma-deve-proceder-com-a-questao-das-drogas-ilicitas>>. Acesso: 9 jan. 2016.

_____. Tartufos e espertalhões. *Carta Capital*, 2011b. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/tartufos-e-espertalhoes>>. Acesso: 9 jan. 2016.

MARGOLIS, Mac. Guerra às drogas tornou-se ineficaz. *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 11 mar. 2012, Primeiro Caderno, Internacional, p. A21.

MARIA E SILVA, José. Ciência viciada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2009, Opinião, p.A3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2303200909.htm>>. Acesso: 10 jan. 2016.

MARSIGLIA, Ivan. Linha dura - no tratamento [Entrevista com Manuel Pizarro]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun 2011. Caderno Aliás, p.J3. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,linha-dura-no-tratamento,728013>>. Acesso: 10 jan. 2016.

MAXIMIANO, Luiz. Fernando Henrique Cardoso: “Maconha: liberar, não! Regular, sim!” [Foto de FHC]. In: NOGUEIRA, Bruno Torturra. Fernando Henrique Cardoso. Em doc sobre drogas ex-presidente decreta: “Maconha pode ser regulada como álcool e cigarro” [Entrevista]. *Revista Trip*. 2011. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip/fernando-henrique-cardoso>>. Acesso: 10 jan. 2016.

MAXWELL, Kenneth. As drogas e a lei. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011, Primeiro Caderno, Opinião, p. A2.

MAZZITELLI, Fábio. FHC lança filme sobre descriminalização da maconha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011, Caderno Metrópole, p.C4. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-lanca-filme-sobre-descriminalizacao-da-maconha-imp-,726045>>. Acesso: 10 jan. 2016.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 43, n.003, set/dez. 2007, pp. 249-258. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5674/2879>. Acesso: 13 dez. 2012.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Soc. Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 13 dez. 2012.

MÉXICO UNIDO CONTRA LA DELINCUENCIA. (s.d.). Disponível

em: <<http://www.mucd.org.mx/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

MIRANDA, André. Visão sóbria feita em linguagem publicitária. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06.jun.2011, Segundo caderno. Disponível em: <<http://rioshow.oglobo.globo.com/cinema/eventos/criticas-profissionais/quebrando-o-tabu-4752.aspx>>. Acesso: 9 jan. 2016.

MOTTA, Nelson. O fim da guerra ao verde. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 out. 2011, Matutina, Opinião, p. 7.

_____. Ano novo, velhos desejos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jan. 2012, Primeiro Caderno, Nacional, p. A8.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político*: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Trad. Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Introducción; La política y lo político. In: *En torno a lo político*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

NAÍM, M. The drug trade: the politicization of criminals and the criminalization of politicians. Working paper prepared for the first meeting of the Global Commission on Drug Policies. Geneva, 24-25 January 2011.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <<https://ia801700.us.archive.org/25/items/AntenorNascentesDicionarioEtimologicoDaLinguaPortuguesaTomoI/DicionarioEtimolgicoDaLinguaPortuguesa.pdf>>. Acesso: 14 mai. 2015.

NISBET, Robert. The unit-ideas of Sociology. In: *The sociological tradition*. Londres: Heinemann, 1970.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008. p. 353–374. Disponível em:

<<http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/11122008004925.pdf>>. Acesso: 14 maio 2015.

OAS (Organization of American States). Scenarios for the Drug Problem in the Americas, 2013-2025. 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/documents/eng/press/Scenarios_Report.PDF>. Acesso: 22 set. 2015.

O ESTADO DE S. PAULO. A política antidroga da ONU. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar, 2009, Notas e Informações, p.A3. Disponível em: <<http://www.abead.com.br/midia/exibMidia/?midia=3833>>. Acesso: 10 jan. 2016.

O GLOBO. Cair na Real. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 nov. 2008, Matutina, Opinião, p.6.

_____. (2011a). Opção realista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2011, Matutina, Opinião, p.6. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/425600/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso: 10 jan. 2016.

_____. (2011b). FH 80 anos: “Lula é mesquinho ao renegar o que houve antes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2011, O País, p.16.

OLIVEIRA, Adriano. As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p.699-720, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 2 jun. 2015.

ONUBR (Nações Unidas do Brasil). ONU: 50 mil pessoas foram assassinadas no Brasil em 2012. Isto equivale a 10% dos homicídios no mundo. 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-50-mil-pessoas-foram-assinadas-no-brasil-em-2012-isto-equivale-a-10-dos-homicidios-no-mundo/>>. Acesso: 23 mai. 2015.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. (s.d.). Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

OPIOIDS. *Heroin, Bayer and Heinrich Dreser*. (s.d.). Disponível em: <<http://opioids.com/heroin/heroinhistory.html>>. Acesso: 12 maio 2015.

PEREIRA, Elaine. *Sai a lista dos veículos mais admirados*. Meio & Mensagem, 2013. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/12/02/Sai-a-lista-dos-veiculos-mais-admirados>>. Acesso: 13 nov. 2014.

PEREIRA, Merval. (2009a). O tabu da maconha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2009, Matutina, O País, p.4.

_____. (2009b). Ainda a polêmica da maconha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 fev. 2009, Matutina, O País, p.4.

_____. (2009c). O bom combate. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 abr. 2009, Matutina, O País, p.4.

_____. A guerra das drogas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 mar. 2010, Matutina, O País, p. 4.

_____. (2011a). Maconha, legalizar ou reprimir. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jan. 2011, Matutina, O País, p. 4.

_____. (2011b). FH se reinventa aos 80. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2011, Matutina, O País, p. 4.

_____. O STF e a maconha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jan. 2012, Matutina, O País, p. 4.

PEREIRA, Talita Vidal. A hegemonização do saber científico e o projeto educacional da modernidade. *Pensamento Plural*, Pelotas [06]: 123 - 145, janeiro/junho 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/3658/2994>>. Acesso: 2 jun. 2015.

PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. *Impulso*, Piracicaba, janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp22_23art09.pdf>. Acesso: 5 jun. 2013.

PROPAGANDAS HISTÓRICAS. *Drops de Cocaína (Cura para Dor)* -

1885. (s.d.). Disponível em:

<<http://www.propagandashistoricas.com.br/2013/12/drops-de-cocaina-cura-para-dor-1885.html>>. Acesso: 12 maio 2015.

Quebrando o tabu. Direção: Fernando Grostein Andrade. 2011. Brasil. Produção: Spray Filmes; Start e Cultura; Luciano Huck. 74min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tKxk61ycAvs>>. Acesso: 20 set. 2014.

QUEBRANDO O TABU. *Sinopse*. (s.d. [a]). Disponível em:

<<http://www.quebrandootabu.com.br/sobre/sinopse>>. Acesso: 10 dez. 2015.

_____. *Kit imprensa*. (s.d. [b]). Disponível em:

<http://beta.quebrandootabu.com.br/sites/default/files/quebrandootabu_pressbook.pdf>. Acesso: 10 dez. 2015.

REALE JR, Miguel. Quebrando o Tabu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 jul. 2011, Primeiro Caderno, Espaço aberto, p. A2.

REDE PENSE LIVRE. (s.d.). Disponível em:

<<https://igarape.org.br/rede-pense-livre/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

REIS, Luiz Felipe. FH vai à favela para assistir a filme. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 jun.2011, Matutina, Rio, p.18. Disponível em: <<http://www.aarffsa.com.br/noticias3/06061117.html>>. Acesso: 10 jan. 2016.

RELEASE. (s.d.). Disponível em: <<http://release.org.uk/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

REUTER, Peter. Can production and trafficking of illicit drugs be reduced or only shifted?. In: KEEFER, P.; LOAYSA, N. (Ed.). *Innocent bystanders: developing countries and the war of drugs*. Washington: The World Bank/Palgrave Macmillan, 2010. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-4564>>. Acesso: 23 mai. 2015.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Tortuosas raízes medicinais: as mágicas origens da farmacopéia popular brasileira e sua trajetória pelo mundo.

In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

ROBERT, R. *U.S. officials destroying liquor at the Brownsville Customs House*, December 20, 1920. Disponível em: <[http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/runyon:@field\(NUMBER+@band\(txuruny+08690\)\)>](http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/runyon:@field(NUMBER+@band(txuruny+08690))>). Acesso: 11 mai. 2015.

ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/download/oj6c1w7wqol646w/O+Grande+Livro+da+Cannabis.pdf>>. Acesso: 11 abr. 2015.

ROCCO, Rogério. A cannabis no Brasil. In: ROBINSON, R. *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RODRIGUES, Thiago M. S. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 2, p. 102–111, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>>. Acesso: 2 jun. 2015.

_____. *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=e5BbTStkmvUC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso: 2 jun. 2015.

_____. Tráfico, guerra, proibição. In: LABATE, B. C. *et al.* (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=1091>. Acesso: 2 jun. 2015.

ROSSI, Clóvis. (2012a). Drogas invadem agenda da América. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 2012, Primeiro Caderno, Mundo, p.A22.

_____. (2012b). Drogas, tema inescapável. *Folha de S. Paulo*, São

Paulo, 12 abr. 2012, Primeiro Caderno, Mundo, p.A14.

SANTOS JR, Reginaldo Pereira dos; RODRIGUES, Ana Áurea Alécio de Oliveira; LOPES, Cláudia Ribeiro; DÉJARDIN, Isabelle Pedreira; PEIXOTO, Jurema Lindote Botelho; CUNHA, Marcelo do Vale. Análise de diferentes conceitos de educação por meio das redes semânticas. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, jun. 2014. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun14/Art_03.htm>. Acesso: 13 jan. 2016.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Maconheiro de carteirinha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jun. 2012, Caderno de Economia, p. B2.

SCOFIELD JR., Gilberto. Drogas: ONU defende descriminalizar consumo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2009, O Mundo, p.31. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/drogas-onu-defende-descriminalizar-consumo-3145788>>. Acesso: 10 jan. 2016.

SCHWARSTMAN, Hélio. (2010a). FHC defende em palestra diálogo sobre uso de drogas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2010, Cotidiano, p. C10.

_____. (2010b). Descriminalizar droga une gestão Lula e FHC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2010, Cotidiano p. C4.

SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas); CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005. E. A. Carlini (supervisão) [et. al.]. São Paulo: CEBRID: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://200.144.91.102/sitenovo/download.aspx?cd=54>>. Acesso: 2 jun. 2015.

SENAD (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas). Brasil. Presidência da República. Relatório brasileiro sobre drogas. IME USP; Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso (orgs). Brasília: SENAD, 2009. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/328379.pdf>>. Acesso: 2 jun. 2015.

_____. *Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. 3.ed. Brasília: Presidência da República, SENAD, 2010.

SOUTHIER, Diane. *Drogas no ensino de Sociologia: uma proposta de trabalho didático*. 2013. 68 f. Trabalho de conclusão de licenciatura. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105026/SOUTHIER,%20Diane.%20Drogas%20no%20ensino%20de%20Sociologia.pdf?sequence=1>>. Acesso: 13 jun. 2015.

_____. Marxismo e pós-marxismo: um diálogo em torno das classes sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014v11n2p78/29087>>. Acesso: 2 jun. 2015.

SOUZA, Taciana Santos de. *A economia da droga: o mercado de crack e as políticas públicas no Rio Grande do Sul*. 2011. 96 f. Trabalho de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2011.

SPARROW, Thomas. *Sixteenth Convention, Anti-Saloon League of America at Atlantic City*, N.J., July 6-9, 1915. Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/item/2007663572/>>. Acesso: 11 mai. 2015.

STOP THE VIOLENCE BC. (s.d.) Disponível em: <<http://stoptheviolencebc.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

TABAK, Flávio; MENEZES, Maiá; MARQUEIRO, Paulo. Por uma ação latino-americana contra o tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 mai. 2008, Matutina, O País, p.10.

TERRA, Notícias. *Legalização do cultivo de maconha gera polêmica na Holanda*. 2014. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/legalizacao-do-cultivo-de-maconha-gera-polemica-na-holanda,51a69c7e94399410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>>. Acesso: 10 dez. 2014.

THE BECKLEY FOUNDATION. *The global war on drugs has failed: it is time for a new approach*. 2013. Disponível em: <<http://www.beckleyfoundation.org/public-letter/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

_____. (s.d.). Disponível em: <<http://www.beckleyfoundation.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

THE TRANSNATIONAL INSTITUTE. (s.d.). Disponível em: <<http://www.tni.org/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

The Union: the business behind getting high. Direção: Brett Harvey. 2007. Canadá. Produção: BKS Crew Productions Inc. 1h44m. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sKPJFEiIH3c>>. Acesso: 23 mai. 2015.

TINOCO, Dandara. Entrevista Fernando Henrique Cardoso: “O Congresso não acompanhou o avanço do debate”. *O Globo*. 22 abr. 2015, Matutina, Sociedade, p.20. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/2015/04/22/582327-congresso-os-partidos-nao-acompanharam-avanco-do-debate-afirma-fhc-sobre-politicas-de-drogas>>. Acesso: 10 jan. 2016.

TRAD, Sergio do Nascimento da Silva. *A trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais*. Universitat Rovira I Virgili, 2010. 300p. Tese de Doutorado. Departament d'Antropologia, Filosofia i Treball Social, Programa de doctorat d'Antropologia de la Medicina, Universitat Rovira I Virgili, Tarragona, 2010.

TRANSFORM. (s.d.). Disponível em: <<http://www.tdpf.org.uk/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). *2008 World Drug Report*. Vienna: United Nations, 2008. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf>. Acesso: 23 mai. 2015.

_____. *Estimating illicit financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes*. Vienna: UNODC, 2011. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf>. Acesso: 26 mai. 2015.

_____. *World drug report 2014*. Vienna, UNODC, 2014. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2014/World_Drug_Report_2014_web.pdf> . Acesso: 26 mai. 2015.

_____. *Drogas: Marco Legal*. (s.d.) Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso: 26 mai. 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, B. C. *et al.* (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=1091>. Acesso: 2 jun. 2015.

VENTURA, Zuenir. Modéstia à parte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2009, Matutina, Opinião, p.7.

VIRGIN GROUP. (s.d.). Disponível em: <<http://www.virgin.com/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

VIRGIN UNITE. (s.d.). Disponível em: <<https://www.virgin.com/unite>>. Acesso: 9 jan. 2016.

VIVA RIO. (s.d.). Disponível em:<<http://vivario.org.br/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

WEST AFRICA COMMISSION ON DRUGS. (s.d.). Disponível em: <<http://www.wacommissionondrugs.org/report/>>. Acesso: 9 jan. 2016.

WHO (World Health Organization). *Deaths from cardiovascular diseases and diabetes*. 2012. Disponível em: <http://www.who.int/gho/ncd/mortality_morbidity/cvd/en/>. Acesso: 26 mai. 2015.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. Marcos G. Montagnoli. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). O que é?. Rio de Janeiro, s.d.
Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>.
Acesso: 15 jan. 2016.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A – Vídeos FHC

ANEXO B – Jornais que citam FHC

APÊNDICE A – Transcrições dos vídeos e textos de FHC

APÊNDICE B – Análise de argumentos

Todos os Anexos e Apêndices encontram-se gravados em CD, junto à versão impressa desta dissertação. Também é possível acessar todas as informações no seguinte link:

<<https://drive.google.com/folderview?id=0B5NUNUOmRWEKQVZGOXBNbmZmTmM&usp=sharing>>.

Caso haja algum problema no acesso aos arquivos, envie um email a diane.southier@gmail.com e lhe disponibilizaremos as informações necessárias.